

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

Maria Adriana da Silva Torres

**MORAL GERACIONAL E UNIVERSAL: SENTIDOS DO
TRABALHO E DOS DIREITOS
PARA OS PEQUENOS CATADORES DE MARISCOS**

Recife
2009

Maria Adriana da Silva Torres

**MORAL GERACIONAL E UNIVERSAL: SENTIDOS DO
TRABALHO E DOS DIREITOS
PARA OS PEQUENOS CATADORES DE MARISCOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Russell Parry Scott

Coorientadora: Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte

Recife
2009

Torres, Maria Adriana da Silva

Moral geracional e universal: sentidos do trabalho e dos direitos para os pequenos catadores de mariscos/Maria Adriana da Silva Torres. -- Recife: O Autor, 2009.

253 folhas.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2009.

Inclui: bibliografia, apêndices e anexos.

1. Sociologia. 2. Trabalho. 3. Trabalho infantil. 4. Política social. 5. Crianças - Direitos. I. Título.

316

CDU (2. ed.)

UFPE

301

CDD (22. ed.)

BCFCH2009/40

Maria Adriana da Silva Torres

**MORAL GERACIONAL E UNIVERSAL: SENTIDOS DO
TRABALHO E DOS DIREITOS
PARA OS PEQUENOS CATADORES DE MARISCOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Russell Parry Scott
Orientador (PPGS/UFPE)

Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte
Coorientadora (PPGS/UFPE)

Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley
Titular Interna (PPGS/UFPE)

Prof. Dra. Maria Rosilene Barbosa Alvim
Titular Externa (Dep. Antropologia/UFRJ)

Profa. Dra. Laura Susana Duque-Arazola
Titular Externa (Dep. Ciências Domésticas/UFRPE)

Ata da Sessão de Defesa de Tese de **MARIA ADRIANA DA SILVA TORRES**, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de 2009, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **MARIA ADRIANA DA SILVA TORRES** sob o título "**MORAL GERACIONAL E UNIVERSAL: Sentidos do trabalho e dos direitos para os pequenos catadores de mariscos**". A comissão foi composta pelos professores: **Prof. Dr. Russel Parry Scott - Presidente/Orientador; Prof. Dr.ª. Eliane Maria Monteiro da Fonte – Titular Interno (PPGS/UFPE), Prof. Dr.ª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley – Titular Interno (PPGS/UFPE), Prof. Dr.ª. Maria Rosilene Barbosa Alvim – Titular Externa (Dep. Antropologia/UFRJ), Prof. Dr.ª. Laura Susana Duque-Arrazola – Titular Externa (Dep. Ciên. Domésticas/UFRPE)**. Dando início aos trabalhos, o **Prof. Dr. Russel Parry Scott** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra à autora da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem o **Prof. Dr. Russel Parry Scott**, presidente da mesa e orientador da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora **aprovando a Tese por unanimidade**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 27 de agosto de 2009.

Vinícius Douglas da Silva Nascimento – Secretário

Russel Parry Scott
Prof. Dr. Russel Parry/Scott

Eliane Maria Monteiro da Fonte
Prof.ª. Dr.ª. Eliane Maria Monteiro da Fonte

Maria de Nazareth Baudel Wanderley
Prof.ª. Dr.ª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Maria Rosilene Barbosa Alvim
Prof.ª. Dr.ª. Maria Rosilene Barbosa Alvim

Laura Susana Duque Arrazola
Prof.ª. Dr.ª. Laura Susana Duque-Arrazola

Maria Adriana da Silva Torres
Maria Adriana da Silva Torres

Dedico esta tese a meu pai, Waldomiro, por me ensinar a crer na vida e superar as adversidades. A minha mãe, Luiza, por sentir que suas orações me acompanham durante todo o percurso dos meus estudos. Às minhas irmãs, por saber que as minhas conquistas são também delas.

AGRADECIMENTOS

Durante o percurso de estudos para esta tese foram muitas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que ela acontecesse, em um período de tantas mudanças pessoais, profissionais e intelectuais em minha vida. Por isso, o meu carinho e a minha gratidão:

A todas as crianças e adolescentes que me ajudaram a entender a questão do trabalho infantil, às suas mães que se dispuseram a contribuir com essa pesquisa, e também à líder comunitária Vânia, pela atenção dedicada em todos os momentos da pesquisa na comunidade.

À Universidade Federal de Pernambuco, especificamente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, por ter proporcionado o meu contato com novas teorias e visões de mundo, que me possibilitaram agregar mais conhecimento a minha formação profissional, resultando na conclusão desta tese.

Aos professores do curso de Doutorado em Sociologia: Joanildo Burity, Silke Weber, Lília Junqueira, Remo Mutzemberg, José Carlos, Cynthia Hamlin e Marion Quadros (Antropologia), pelos ensinamentos ministrados. Também, aos professores Breno Fontes e Eliane Veras, pelas contribuições valiosíssimas e questionamentos instigantes na banca do exame de qualificação.

Aos companheiros do curso de Doutorado: Maurício, Alex, Vilma, Ivan, Afonso, Davi, Alexsandro, Rui, Édrija e Marcela, pelas vivências e conhecimentos compartilhados no decorrer desta caminhada. E a Rogério, pelas contribuições ao entendimento de estatística.

Ao meu querido orientador, prof. Parry Scott, pela confiança que depositou em mim na construção deste trabalho, pela atenção, generosidade e contribuições intelectuais valiosas. E à professora Eliane da Fonte, coorientadora, pela atenção no tempo em que meu orientador achava-se na Espanha.

À professora Rosilene Alvim, um agradecimento muito especial pela atenção e textos disponibilizados sobre trabalho infantil, quando da sua passagem pela UFPE.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), pela bolsa de estudos, importante para que eu pudesse me manter em Recife durante o curso. Às funcionárias: Tana, Luciana e Gorete, pela atenção.

Às amigas, Márcia, Margarida, Fátima e Rossana, pelo carinho e apoio nos momentos pessoais difíceis durante a trajetória do doutorado.

A Marinês Coral, meu agradecimento especial por me motivar a fazer doutorado em Recife e por sempre dizer que tudo ia dar certo.

A Virgínia Borges, professora do departamento de Serviço Social da UFAL, a quem sou muito grata por despertar em mim, desde a graduação, o interesse pela pesquisa e pela produção do conhecimento.

Ao professor Arim do Bem, pela leitura minuciosa do projeto de tese antes mesmo da seleção para o Doutorado.

Ao professor Edson Bezerra, pela generosidade, por compartilhar conhecimentos sobre cultura alagoana e por estar presente nos momentos em que precisei de interlocução.

Ao professor Bruno Cavalcante, do departamento de Ciências Sociais da UFAL, pela indicação de Julho e Sandreana para me ajudarem na pesquisa de campo. Verdadeiros interlocutores, aos quais sou muito grata pelas sugestões e disposição em me acompanhar em quase toda a pesquisa de campo.

A Manoela Fialho, pelas conversas agradáveis e pelas angústias divididas durante os meses de estudos em Recife.

A Dorinha, pela acolhida em Recife.

À Bety Borges, pela disponibilidade e atenção durante a pesquisa de campo, pelas informações e por me possibilitar contato com a comunidade da área lagunar.

A Marluce e Viviane, da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas (SEADS), pela oportunidade de atuar como facilitadora das capacitações com vários profissionais que trabalhavam na política de erradicação do trabalho infantil.

A Renato Mendes, coordenador do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil/Organização Internacional do Trabalho (IPEC/OIT) – Brasília, pela atenção e disponibilização de material sobre as pesquisas realizadas em Alagoas que abordam questões relacionadas ao trabalho infantil.

A Wanda Hirai, mais nova vizinha e amiga, pelas trocas e discussões no processo final de escrita desta tese e pelas saborosas saladas durante estes momentos.

Ao mar, que me proporcionou durante a trajetória de estudos a inspiração e a tranquilidade necessárias para escrever sobre coisas que me instigam ao conhecimento.

*De onde vens, criança?
Que mensagem trazes de futuro?
Por que tão cedo esse batismo impuro
que mudou teu nome?*

*Em que galpão, casebre, invasão, favela,
ficou esquecida tua mãe?...
E teu pai, em que selva escura
se perdeu, perdendo o caminho
do barraco humilde?...*

*Criança periférica rejeitada...
Teu mundo é um submundo.
Mão nenhuma te valeu na derrapada.*

*Ao acaso das ruas – nosso encontro.
És tão pequeno... e eu tenho medo.
Medo de você crescer, ser homem.
Medo da espada de teus olhos...
Medo da tua rebeldia antecipada.
Nego a esmola que me pedes.
Culpa-me tua indigência inconsciente.
Revolta-me tua infância desvalida.*

*És o infante de um terceiro mundo
em lenta rotação para o encontro
do futuro.*

*Quisera a tempo te alcançar,
mudar teu rumo.
De novo te vestir a veste branca
de um novo catecúmeno.
És tanto e tantos teus irmãos
na selva densa...*

*Passa, criança... Segue o teu destino.
Além é o teu encontro.*

(Cora Coralina)

RESUMO

Esta tese resulta da confluência de dois *campos* de interesse: o trabalho infantil no contexto lagunar de Maceió/AL e a política social que propõe erradicá-lo. Objetivou-se analisar a *moral geracional* constitutiva da *cultura do trabalho* e a *moral universal* constitutiva da *cultura de direitos* em três categorias relacionadas à teoria de Pierre Bourdieu – *campo*, *habitus* e *capital*. O estudo questiona os sentidos do trabalho infantil e dessa política que intenciona erradicá-lo. Esse questionamento gerou-se pela observação do “olhar” de diversos agentes sociais – crianças, adolescentes e adultos – no contexto das dimensões simbólicas e estruturais relacionadas às análises microssocial e macrossocial. O trabalho de campo foi realizado nos seguintes *espaços* onde acontece a socialização de crianças e adolescentes catadoras de mariscos – na cadeia produtiva do sururu, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e na escola –, por meio de entrevistas, grupos focais e questionários. Os dados coletados mostram que a *moral geracional* está presente no cotidiano dessas crianças e adolescentes devido à frágil cidadania concedida a eles e às suas famílias. Isto acontece mediante a reprodução das relações de dominação da sociedade capitalista, que, desde tempos longínquos, utiliza o trabalho precário dos filhos das classes populares através de uma *hexis* corporal correlacionada à história individual ou coletiva de crianças e adolescentes. A análise traz ao debate o processo de *demissão do Estado* pelas políticas sociais focais e evidencia o desencantamento dos diversos agentes com a *cultura de direitos* para a infância. Com isso, constatou-se que essa *cultura* ainda não está objetivada para os que vivem em tempos incertos na orla lagunar de Maceió/AL. Os resultados obtidos indicam que crianças e adolescentes vivem ambigualmente em uma sociedade que lhes exige uma vida útil e produtiva em detrimento das necessidades básicas do desenvolvimento infantil saudável. A pesquisa aponta necessidades de mudanças nas estruturas sociais, bem como nas estruturas internas incorporadas pelos *trabalhadores de pouca idade*, para modificar as relações de dominação existentes nos *campos* onde estão inseridos. Assim, evidencia-se a necessidade de investimentos nos *capitais* destinados ao rompimento das representações ideológicas que defendem a *cultura do trabalho infantil* na sociedade.

Palavras-chaves: Trabalho Infantil. Moral Geracional. Moral Universal. Cultura do Trabalho. Cultura de Direitos.

ABSTRACT

This thesis results of the confluence of two fields of interest: infantile labor in Maceió/AL lagoon context and the social policy that proposes to eradicate it. It has been objectified to analyze the constitutive *generational morale* of the *working culture* and the constitutive *universal morale* of the *culture of rights* from the following categories: *field*, *habitus* and *capital*, related to Pierre Bourdieu's theory. The study questions over infantile labor senses and this social policy that proposes to eradicate it. This questioning has been generated from the "look" of several social agents - children, adolescents and adults - in the context of symbolic dimensioning and structures related to micro-social and macro-social analysis. The field work has been conceived in the following spaces where the socialization of the children and adolescents seashell pickers happens - in the sururu productive chain, at the Program of Eradication of Labor (PETI) and at school - through interviews, focusable groups and surveys. The collected data show that the *generational morale* is present in the children and adolescents' seashell pickers everyday due to the fragile citizenship granted to them and to their families. This happens through the reproduction of the dominance relations of the capitalistic society that has, from an early age, made use of the precarious work of the children of the popular classes from a bodily *hexis* correlated to individual or collective history of children and adolescents. The analysis calls for debate the *State dismissing* process through social focusable policies and it evidences the disenchantment of the several agents with the *culture of children rights*. With this, it has been perceived that this *culture of rights* is yet to be objectified, to the ones who live in uncertain times in Maceio/AL lagoon coast. The obtained results indicate that children and adolescents live ambiguously in a society that demands from them a useful and productive life in detriment of the basic healthy infantile development needs. The research pinpoints the needs for social structure changes, as well as in the internal structures incorporated by workers of a lesser age, to modify the dominance relation existent in the fields where they are inserted in. Therefore, it evidences the need for investment in the *needed* capital for the breaking of the ideological representations that defend the *infantile working culture* in society.

Keywords: Infantile Work. Generational Morale. Universal Morale. Labor Culture. Culture of Rights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Os barcos sendo conduzidos pelos pescadores na lagoa Mundaú..	121
Figura 2	– Barco cheio de sururu, sendo conduzido pelo pescador para as margens da lagoa Mundaú.....	123
Figura 3	– Os instrumentos de trabalho necessários à pesca e preparação do sururu para comercialização: lata, peneira usada para separar o molusco da casca.....	126
Figura 4	– As mesas onde o sururu é exposto em seu estado final. Mãe e filha participando desse processo.....	127
Figura 5	– A pesca com o uso da tarrafa.....	135
Figura 6	– O mergulho para capturar os mariscos no fundo da lagoa Mundaú.....	167
Figura 7	– Circulação de crianças no interior de sua residência.....	173
Figura 8	– Trabalho infantil: carregar baldes de água, limpar a casa e o quintal.....	174
Figura 9	– Trabalho infantil: criança despincando sururu e colocando o molusco na caixa.....	177

NOTAS SOBRE PADRÃO DE TRANSCRIÇÕES

Ênfases, supressões e acréscimos

Palavra	Indica ênfases minhas
<u>Palavra</u>	Indica destaque nos depoimentos
<i>Palavra</i>	Indica ênfases em categorias teóricas, categorias empíricas e palavras estrangeiras
“Palavra”	Indica a mudança de entonação
[palavra]	Indica acréscimos nas citações e depoimentos
[...]	Indica supressões nas citações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – CONSTRUINDO UMA ABORDAGEM SOBRE O TRABALHO INFANTIL.....	34
1.1 – Articulando conceitos: <i>habitus, campo e capital</i>	34
1.2 – Os <i>campos</i> de estudo.....	44
1.3 – A trajetória do estudo de campo.....	49
1.4 – A postura da pesquisadora.....	55
1.5 – A identificação dos agentes da pesquisa.....	63
CAPÍTULO 2 – TRABALHO INFANTIL: MORALIDADE E NORMATIZAÇÃO.....	71
2.1 – O trabalho infantil no decorrer da história: lugares diferentes, situações semelhantes.....	72
2.1.1 – Informalidade, relações de trabalho precárias para os pequenos trabalhadores.....	77
2.2 – <i>Cultura do trabalho</i> : contradições transformadas em valores.....	85
2.3 – <i>Cultura de direitos</i> : a construção de uma moral de cidadania.....	96
CAPÍTULO 3 – A CULTURA–SURURU E O TRABALHO INFANTIL: TRAÇOS CARACTERÍSTICOS DA REALIDADE ALAGOANA.....	102
3.1 – Cultura-sururu: relações de dominação a partir da formação do Estado de Alagoas.....	104
3.2 – A pesca do sururu e os pescadores artesanais: o trabalho infantil.....	114
3.2.1 – As especificidades do processo de trabalho na cadeia de produção do sururu.....	116

CAPÍTULO 4 - OS SENTIDOS DO TRABALHO INFANTIL PARA MÃES E FILHOS: UMA HERANÇA PERVERSA.....	136
4.1 – A infância das mães marisqueiras: trabalho, escola, brincadeiras.....	139
4.2 – Mãe, unidade de referência para os filhos.....	148
4.3 – Trabalho: o valor moral e a importância do ganho.....	152
4.4 – Trabalho: perigoso e insalubre.....	164
4.4.1 – Do trabalho perigoso à “pedagogia da violência”.....	168
4.5 – Crianças e adolescentes: o <i>habitus</i> do trabalho.....	171
CAPÍTULO 5 – AS “VOZES” QUE DIALOGAM COM A MORAL GERACIONAL E A MORAL UNIVERSAL: EM TEMPOS DE DESENCANTAMENTO.....	180
5.1 – <i>Cultura de direitos</i> : avanços e contradições.....	181
5.2 – Trabalho infantil: a visão dos profissionais.....	187
5.3 – PETI e escola: “olhares” dos diversos agentes.....	193
5.4 – Mães e filhos que participam da política para erradicação do trabalho infantil.....	199
5.5 – A escola: entre contradições e perspectivas.....	211
CONCLUSÃO.....	218
REFERÊNCIAS.....	229
APÊNDICES	240
ANEXOS	250

INTRODUÇÃO

No momento em que se cogita o fim da centralidade do trabalho, o trabalho infantil, na sociedade contemporânea, aparece de forma contrária: sua existência e insistência transformam-se em proibições da lei, objeto de estudo na academia e motivo de luta pela sua erradicação através dos organismos nacionais e internacionais ligados à proteção da infância. Essas questões fazem do trabalho infantil uma categoria específica, constitutiva de significados ambíguos para além das relações mercantis de produção, uma vez que carrega consigo representações sociais e simbólicas de pertencimento e valor moral.

A tese que apresento tem como objeto de estudo o trabalho infantil no contexto da pesca de sururu na área lagunar de Maceió/AL. O objetivo é analisar o trabalho infantil a partir da *moral geracional* representada pela cultura de classes populares, que defende o trabalho como meio de socialização das novas gerações, e pela *moral universal*, representada pela *cultura de direitos* que se formou no Brasil após a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que proíbem o trabalho infantil. Proponho atender a esse objetivo pelo estudo dos espaços onde acontece a socialização de crianças e adolescentes catadoras de sururu nas seguintes atividades: pesca lagunar onde moram as crianças e os adolescentes, na jornada escolar ampliada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e na escola. Assim, este trabalho questiona os sentidos do trabalho infantil nos discursos dos agentes (professores e educadores) representativos dos espaços de socialização em que participam crianças e adolescentes catadores de sururu, ao mesmo tempo que questiona também os sentidos do trabalho para as mães e para os *trabalhadores de pouca idade*. Pretendo mostrar as dimensões estruturais e simbólicas do jogo de

interesses do qual o trabalho infantil faz parte, considerando as análises microssociais das unidades familiares de produção do sururu e macrossociais relacionadas às esferas da vida social da qual o PETI e a escola fazem parte.

Assim, até que ponto e de que modo essas *morais (geracional e universal)* estão presentes no cotidiano destas crianças e adolescentes, e quem agencia o sentido do trabalho para esses segmentos são as principais questões que norteiam minhas reflexões nesta tese. A hipótese deste estudo dirige-se ao pressuposto de que a *moral geracional* se sobrepõe à *moral universal* nas unidades de produção doméstica do sururu em virtude do não desenvolvimento do *capital cultural* das famílias, motivando o valor atribuído ao trabalho infantil para além do direito ao não trabalho durante a infância.

Desta forma, o trabalho infantil neste estudo constitui-se em categoria principal que transita entre outras categorias como *campo, habitus e capital*, relacionadas à teoria bourdieusiana, uma vez que se busca perceber de que forma a *moral geracional* e a *moral universal* estão relacionadas ao trabalho infantil na área da pesca de mariscos em Maceió/AL.

A base empírica que dá suporte a minha investigação provém de pesquisa de campo realizada no período de 2007 a 2008 com crianças e adolescentes em práticas de trabalho infantil, suas mães, educadores do PETI e professores da escola. Essa base junto com os estudos teóricos foi progressivamente se delineando, à medida que o estudo ia evoluindo e ganhando forma.

O interesse em estudar o trabalho infantil surgiu no cotidiano de minha prática profissional, especificamente nas atividades de gestora da política de Assistência Social e consultora em projeto e pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), somada às experiências no exercício do magistério, quando tinha contato com a

literatura sobre as questões do trabalho, que me faziam questionar sobre os sentidos do trabalho infantil e a ação das políticas sociais em relação a ele.

Nesta pesquisa, a compreensão do trabalho infantil repousa sobre as minhas experiências relacionadas à temática e reflete determinadas escolhas teóricas e o diálogo que aprendi com as questões que animam o debate sobre tal prática no Brasil e internacionalmente. Assim, discorro sobre os passos necessários à delimitação do objeto de estudo e apresento, brevemente, os conteúdos dos capítulos com os temas privilegiados ao estudo. Por fim, na conclusão, destaco as contribuições da análise sociológica que possibilitaram compreender as relações de dominação e o conhecimento das práticas sociais de grupos específicos, em situações historicamente contextualizadas, como a temática estudada.

A construção do objeto de estudo

Minhas experiências com as questões relacionadas ao trabalho infantil e à política social se delinearão a partir da implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Governo Federal. Assim, antes de pontuar a trajetória de experiências relacionadas a esta temática, situo o contexto das propostas internacionais para erradicação do trabalho infantil e como essas propostas foram tecidas na realidade brasileira, para entender o cenário alagoano relacionado à temática.

O trabalho infantil, desde o final da década de 1970, ganha repercussão com um movimento internacional para superá-lo. Essa temática vem sendo discutida no âmbito dos direitos humanos, principalmente em virtude do fortalecimento da sociedade civil global, após o final da Guerra Fria e o crescente enfrentamento internacional da questão, associado ao surgimento de várias Organizações Não

Governamentais, que levaram à revisão os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento humano e social, com repercussão nas duas esferas:

a) **Internacional**, porque houve a necessidade de adotar novos instrumentos para proteger a saúde, a segurança e a moral das crianças e adolescentes com vista à abolição do trabalho infantil. Neste cenário a Convenção 138, sobre a idade mínima para admissão a emprego, que entrou em vigor a partir de 1976, e a Convenção 182¹, aprovada em 1999, sobre as piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação, ambas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificadas pelo Governo brasileiro, estabelecem, respectivamente, a priorização da erradicação do trabalho infantil nas suas piores formas, bem como a idade mínima de 16 anos para o ingresso no mercado de trabalho.

b) **Nacional**, porque o trabalho infantil passou a ser discutido pelos movimentos sociais a favor da infância. A partir dessa questão o Governo Federal brasileiro fundamentou-se na Constituição de 1988, no artigo 227, quando elegeu a criança e o adolescente como prioridades absolutas e regulamentou a idade mínima de quatorze anos para admissão de adolescentes ao trabalho na condição de estarem frequentando a escola e serem aprendizes. Essas prerrogativas foram reforçadas a partir da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, quando afirma no capítulo V, artigo 60: “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. E, posteriormente, a Emenda Constitucional nº 20, de 16/11/1998, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na

¹ Sobre as Convenções 138 e 182, conferir OIT (2007).

condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Esses direitos às crianças e aos adolescentes em torno do não trabalho relacionam-se às políticas de Assistência Social e de Educação a partir da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), promulgada em 1993, cujo objetivo é o amparo às crianças e aos adolescentes, e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, cujo art. 89, § 5º, estabelece esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas em tempo integral.

A partir da conjuntura internacional e nacional sobre a proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, é implantado no Brasil o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)², lançado em 1996 com cobertura restrita a Mato Grosso do Sul, por neste Estado haver crianças e adolescentes trabalhando em carvoarias. Em 1997 o programa foi ampliado para atender crianças e adolescentes que trabalhavam nos canaviais de Pernambuco e na região sisaleira da Bahia. No ano seguinte, foi estendido para a região citrícola de Sergipe, para o garimpo em Rondônia e para os canaviais do litoral fluminense do Rio de Janeiro (MARIN, 2006; PADILHA, 2005). Em 1999, outros Estados foram contemplados, inclusive o de Alagoas, que em 2002 inseriu todos os municípios no PETI. No início de sua implantação foi orientado para atender crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade; a partir de 2006 destina-se a atender crianças e adolescentes de 7 a 16 anos incompletos, em contato com trabalho perigoso, insalubre, penoso ou degradante³.

²A Portaria nº 458, de 4 de outubro de 2001, estabelece as diretrizes e normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). No anexo I, pontua-se como objetivo geral “Erradicar, em parceria com os diversos setores governamentais e da sociedade civil, o trabalho infantil nas atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes nas zonas urbana e rural” (BRASIL, 2001).

³ Conforme Portaria nº 458, de 4 de outubro de 2001, que faz menção à Portaria nº 385, de 26 de julho de 2006, estendendo para 16 anos incompletos o tempo do adolescente como usuário do PETI (BRASIL, 2001).

Assim, ao escrever o projeto para o doutorado, já contava com algumas experiências sobre o trabalho infantil por ter trabalhado como gestora da política de Assistência Social no município de Cajueiro/Alagoas, durante o período de 2000 a 2002, quando pude conhecer a política para erradicação do trabalho infantil, a partir da implantação do PETI no município. Com essa experiência pude perceber os propósitos do programa e acompanhar seu desenvolvimento através das observações relacionadas à Jornada Escolar Ampliada – formada a partir de atividades culturais, artísticas e esportivas, com vista a melhorar o desempenho escolar de crianças e adolescentes. Pude, ainda, participar e perceber, nas reuniões com as famílias usuárias do PETI, afinidades e críticas dos usuários em relação ao programa. Essa experiência revelou-me as contradições relacionadas ao trabalho infantil, uma vez que é naturalizado pelas crianças, adolescentes e suas famílias, e as motivações para as famílias aderirem ao programa: a Bolsa Criança Cidadã e a disponibilização de um espaço onde crianças e adolescentes tinham direito à alimentação e à ocupação do tempo. Isto fazia com que as famílias vissem o programa de forma positiva, entretanto, os atrasos no pagamento da Bolsa, refletiam diretamente na evasão escolar e, conseqüentemente, em seu insucesso.

Nesse contexto, o discurso do Governo Federal sobre trabalho infantil acompanhava as tendências dos discursos internacionais: como trabalho perverso, violento e opressor. Logo, o mesmo discurso que norteava o PETI desenvolvia outros discursos associados à infância pobre trabalhadora como: “infância perdida”, “infância queimada” e “infância roubada”.

A experiência como gestora foi reforçada a partir do trabalho como consultora do Projeto de Capacitação, desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e Secretaria Estadual de

Assistência Social (SEAS/AL), no período de 2001 a 2002, quando pude conhecer os Núcleos de Jornada Escolar Ampliada de 52 municípios de Alagoas. O projeto de capacitação visava à melhoria dos serviços prestados pela escola e pela jornada escolar ampliada e, ao mesmo tempo, o incentivo à integração das políticas de assistência social e educação. Assim, participaram do projeto de capacitação secretários de assistência social, secretários de educação, coordenadores do PETI, monitores e professores⁴, com vistas a capacitar os recursos humanos das políticas de educação e de assistência social, entendidas como políticas necessárias ao funcionamento do programa. Essas experiências reforçaram as minhas percepções sobre a política para erradicação do trabalho infantil pelas contradições que nela existiam. Era uma política cuja funcionalidade dependia do pagamento para que os usuários participassem das atividades, indicando que as atividades, por si mesmas, se mostravam insuficientes para atrair esse público. Evidenciava-se, assim, que a erradicação do trabalho infantil era uma questão complexa, para além do atendimento às crianças e aos adolescentes via sistema de Bolsas e atividades com características lúdicas.

Em 2003, pude refletir e aprofundar as minhas experiências quando participei da avaliação de impacto do projeto de capacitação realizado em 2001– 2002, iniciativa do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), executada pelo Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento (IBRAD), ambos localizados em Brasília/Distrito Federal. Neste trabalho, foram avaliados a jornada ampliada e o funcionamento do PETI em Alagoas, através de questionários e grupos focais. Nessa ocasião, coordenei a equipe de campo que pesquisou os municípios,

⁴ Neste período os profissionais que trabalhavam diretamente com as crianças e os adolescentes eram chamados de monitores, pois tinham o compromisso de acompanhar o desenvolvimento das atividades socioeducativas junto às crianças e aos adolescentes. Atualmente são chamados de educadores, por serem compreendidos como profissionais que podem interferir diretamente no processo de ensino/aprendizagem.

participantes, e não participantes do projeto de capacitação. Neste contexto, conheci as percepções dos gestores e demais funcionários (professores, monitores, coordenadores) das políticas de assistência social e educação, bem como de representantes de organizações não governamentais sobre o PETI, além das percepções das mães e dos filhos que participavam do programa. Esse conjunto de informações possibilitou-me uma visão plural da política para erradicação do trabalho infantil em Alagoas, uma vez que foram pesquisados 22 dos 102 municípios alagoanos, entre eles o município de Maceió.

Estas experiências revelaram as precárias condições de funcionamento dos espaços onde se localizava a jornada escolar ampliada. Portanto, garantir às crianças e aos adolescentes uma condição de cidadão estava longe das estruturas ofertadas naqueles espaços. O trabalho infantil era justificado pelas mães e profissionais do programa, na maioria das vezes, como “um mal necessário”, diante das condições econômicas e culturais das famílias – público-alvo do programa – e das condições estruturais onde funcionava o PETI.

Nos municípios, havia maior predomínio do trabalho como modelo de educação, principalmente nas famílias que residiam em povoados, cujo principal meio de garantia de sobrevivência era a pequena agricultura. Nesse modelo de agricultura, naturaliza-se o trabalho de criança e adolescentes pelos pais e mães, que o interpretam como uma forma de os filhos ajudá-los no plantio e colheita da lavoura: feijão, milho, mandioca etc. Esse *valor moral* fundamentava a percepção de pais e mães sobre esse trabalho como forma de proteger os filhos de um futuro marginal. Tal modelo distingue-se da agricultura em grande escala, em que as famílias trabalham como empregadas e condicionam seus filhos à mesma prática – modelos distintos, tratamentos análogos para a política de erradicação do trabalho infantil.

Portanto, aderir à erradicação das práticas de trabalho infantil na agricultura familiar era incompatível com os objetivos das famílias que, diante da necessidade do recurso disponibilizado pela Bolsa Criança Cidadã, encontravam estratégias para que os filhos frequentassem a jornada ampliada e a escola, ainda que precariamente. E, nas horas em que não estivessem nestes espaços, eram motivados a se ocupar com atividades de trabalho, consideradas como ajuda, levando-os a uma tripla jornada diária. As crianças e adolescentes diante desse impasse tentavam equilibrar as múltiplas atividades que lhes eram exigidas: compromisso com a vida social e estudantil. O trabalho infantil, inserido em uma modalidade de trabalho mercantil simples que não visava ao lucro por parte das famílias, mas apenas a uma forma de socialização intrafamiliar, era aceito e tolerado por pais e mães, crianças e adolescentes, e também pelos profissionais, desde que tivesse o objetivo de ajudar a família e não prejudicasse os estudos.

Em 2007 e 2008, ministrei um curso na Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS), em Maceió, sobre trabalho infantil para profissionais dos 102 municípios de Alagoas, das secretarias municipais de assistência social e de educação que trabalhavam com o PETI, e também para os membros das comissões municipais de erradicação do trabalho infantil. O curso teve como objetivo despertar os coordenadores, educadores, professores e conselheiros para a importância das práticas sociopedagógicas como fundamentais à conquista dos direitos de inclusão social de meninos e meninas de camadas pobres que trabalham, para fazê-los perceber que são elos entre a família, a escola e a sociedade e, como tal, partícipes de um processo de mudança social. Dessa forma, como formadores de opinião, podem motivar o processo de socialização formal pelas estratégias operacionais planejadas em busca de uma educação que possa desenvolver, nas crianças e nos adolescentes,

potencialidades, motivação e espírito crítico para perceberem as contradições sociais que existem na sociedade e a importância das informações sobre os direitos e deveres, contribuindo para a superação das relações de dominação.

Através dos contatos com esses profissionais fui constatando as contradições que existem entre os valores atribuídos à *cultura do trabalho* infantil pelas famílias e por alguns profissionais que o percebem como parte do processo de socialização primária e os novos valores fundamentados na *cultura de direitos*, que atribui ao trabalho infantil uma forma de exploração da infância e como tal apresenta-se nocivo à cidadania, mundialmente defendida como integrante dos direitos humanos.

Essas experiências possibilitaram-me compreender a visão sobre como os diversos agentes sociais percebem o trabalho precoce, como ele se situa na realidade local e as suas correlações com a sociedade global, e ainda, como entendem a política para a erradicação do trabalho infantil e o que pensam sobre a jornada escolar ampliada. O aprofundamento das leituras correlacionadas às experiências empíricas me fez questionar o modelo de política para erradicação do trabalho infantil, ante as adversidades de uso da mão de obra infantil, e as articulações pedagógicas entre escola e jornada escolar ampliada como modelos educativos universais e inclusivos.

A minha inserção como gestora e pesquisadora permitiu-me vivenciar os discursos ambíguos sobre o trabalho infantil. A vivência empírica e acadêmica sobre essa temática foi me exigindo, aos poucos, a transformação da questão social – base do entendimento de que o trabalho infantil está relacionado diretamente à pobreza vivenciada pelas classes populares – em uma questão sociológica, para construção do objeto de investigação. Neste ponto foi que me decidi a trilhar os caminhos do Doutorado em Sociologia, por entender que o trabalho infantil era *campo* de configurações macrossociais políticas e culturais que me conduziam a não

compreendê-lo somente pelo determinismo econômico. Era o trabalho infantil configurado como um problema social para a política que se propõe erradicá-lo, que eu tinha em mente para construir um objeto sociológico e delimitar a temática da tese. E a partir das relações e especificações do objeto empírico e do objeto científico, pude delimitar o objeto de estudo e os espaços de investigação, conforme apresento a seguir.

A delimitação do objeto e dos espaços de investigação

Estudando sobre trabalho infantil percebi que a temática era fortemente discutida com base nos fundamentos econômicos⁵, ainda que aparecesse nas análises o fator cultural como uma das justificativas potentes para o uso da mão de obra infantil.

À medida que ampliava meu olhar de pesquisadora junto a esta temática, no Doutorado, comecei a me interessar pela literatura relacionada ao trabalho infantil nas áreas de Antropologia e Sociologia⁶. Deste modo, me aproximei de uma leitura respaldada em dados empíricos, que paulatinamente foi ganhando espaço no leque de minhas indagações, na construção e definição do meu objeto de estudo, o que levou a mudar o foco de meu projeto de tese intitulado: **Possibilidades e limites da política de erradicação do trabalho infantil no Brasil**, que visava analisar a política de erradicação do trabalho infantil brasileira no que diz respeito aos seus determinantes sócio-histórico e ideológico, para: **Os sentidos e a centralidade do trabalho infantil**

⁵ Os textos de Schwartzman (2004) e de Kassouf (2005) fazem análises econômicas relacionadas ao trabalho precoce e ao impacto dos programas sociais nessa área. Além destes autores, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem disponibilizado nos últimos anos dados relacionados ao trabalho infantil, especificamente em 2008, quando publicou a pesquisa sobre **Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil** e detectou que o trabalho infantil se concentra na Região Nordeste majoritariamente em atividades agrícolas (IBGE, 2008).

⁶ Os textos de Marin (2006), **Trabalho infantil: necessidade, valor e exclusão social**, Neves (1999), **A perversão do trabalho infantil**, e Alvim (2006), **Trabalho infantil: diversidade e exploração**, foram centrais para a definição do objeto de estudo.

para crianças e adolescentes de famílias de classes populares, em que buscava entender como essa categoria se constrói a partir dos papéis e modelos de regras de conduta norteadoras dos hábitos familiares.

Essas duas dimensões interagiam e me permitiam perceber a necessidade de um estudo mais localizado que possibilitasse conhecer um lugar específico onde existisse trabalho infantil e os diálogos deste campo com os espaços de socialização, como a família, a escola e o PETI. Em 2006, uma série de denúncias na mídia nacional apresentava a realidade do trabalho precoce na área da pesca do marisco sururu de capote, nas regiões localizadas no entorno da lagoa Mundaú, em Maceió, onde centenas de famílias viviam e trabalhavam. O trabalho infantil na pesca do marisco sururu teve visibilidade social a partir das notícias que foram divulgadas no programa Globo Repórter, da Rede Globo de televisão, quando exibiu o tema **Infância roubada** e apresentou a realidade de crianças e adolescentes que arriscavam a vida para capturar o sururu de capote: marisco que vive na lama da lagoa Mundaú, em Maceió (PEQUENOS..., 2006).

A especificidade de trabalho infantil na pesca do marisco sururu me instigava a conhecê-la, pois se de um lado havia precárias condições de vida diante da *cultura de direitos* existente no Brasil, por outro revelava uma cultura alagoana carregada de sentidos e representações para as famílias que dela fazem seu sustento e o sentido de sentir-se no mundo. As categorias *moral geracional* e *moral universal* se entrelaçavam no *campo* do trabalho infantil; algo de peculiar aparecia e se mostrava relevante gradativamente, ao mesmo tempo que demandava compreender essa especificidade de trabalho como objeto de conhecimento sociológico.

Assim, para definir a categoria trabalho infantil neste estudo busquei os conceitos da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2006), onde as atividades

de trabalho desenvolvidas por crianças e adolescentes podem ser apresentadas a partir de três categorias:

a) **Criança economicamente ativa** – diz respeito às atividades produtivas realizadas por crianças, sejam ou não realizadas para o mercado, pagas ou não, por algumas horas ou a tempo inteiro, de forma ocasional ou regular, legais ou ilegais, exceto as pequenas tarefas realizadas pelas crianças no âmbito de sua casa ou da escola. Para que o trabalho seja considerado como atividade economicamente ativa é preciso considerar que uma criança deverá ter trabalhado pelo menos uma hora em qualquer dia, num período de referência de sete dias.

b) **Trabalho infantil** – trata-se de um conceito mais restrito em relação ao de **Criança economicamente ativa**; exclui todas as crianças menores de 12 anos que trabalham apenas algumas horas por semana em trabalhos leves autorizados e aquelas com 15 ou mais anos cujo trabalho não é classificado como perigoso.

c) **Trabalho perigoso** – trata-se de qualquer atividade ou ocupação realizada por crianças, que pela sua natureza ou tipo resulte em efeito adverso para a segurança, saúde física ou mental e desenvolvimento moral das crianças.

A partir dessas categorias é possível perceber que o trabalho perigoso é uma subcategoria do trabalho infantil, que, por sua vez, é uma subcategoria da atividade econômica. Essas três categorias de trabalho se mesclam à realidade brasileira e podem ser verificadas no âmbito familiar, na agricultura familiar, nas unidades domésticas pesqueiras e nos serviços domésticos realizados em casa, quanto podem ser encontradas fora do âmbito familiar em vias públicas, feiras livres, serviços para terceiros etc. Nessas categorias está contida uma prática constituída por trabalho manual, concentrada entre os grupos de baixa renda, que se utilizam do trabalho infantil como elemento disciplinador e modalidade de ajuda familiar. Tais categorias

pautam-se em atividades produtivas de teor econômico e em prejuízo à saúde de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo que essa prática abre precedentes por não considerar como trabalho as atividades leves, que não envolvem peso e horário determinado.

A tese aqui proposta busca, através da categoria de trabalho infantil, se reportar a crianças e adolescentes – sujeitos da pesquisa –, entendidos como *trabalhadores de pouca idade* que na sua infância tiveram contato com trabalhos que os aproximaram da vida adulta. Esta categoria será analisada a partir dos estudos de duas diferentes gerações – mães e filhos –, quando se percebe que as preocupações e responsabilidades estão presentes nos dois grupos, parecendo não haver discursos distintos da criança, do adolescente e dos adultos, pois que os primeiros estão tão colados ao segundo, que a fase adulta se antecipa à fase improdutiva, “irresponsável” e brincalhona, constitutiva da infância. É neste contexto que pretendo apresentar algumas contribuições aos estudos sociológicos sobre trabalho infantil, a partir das categorias *moral geracional* e *moral universal*, para explicar o trabalho infantil na pesca de mariscos em Maceió/AL.

Assim, a categoria trabalho infantil nesta tese está associada a um *campo* contraditório submerso em um jogo de relações objetivas e subjetivas que existem na *moral geracional* e na *moral universal*. Essas reflexões levaram-me a perceber que o trabalho realizado pelos *trabalhadores de pouca idade*⁷, na área da pesca, é condicionado por valores morais em que as atividades⁸ são consideradas pelos diversos

⁷A expressão *trabalhadores de pouca idade* será usada nesta tese para caracterizar crianças e adolescentes que trabalham em atividades que exigem responsabilidades de pessoas adultas; ao mesmo tempo, o termo se contrapõe ao sentido da categoria “menor”, vista com ranço excludente, dirigida a crianças pobres e abandonadas, usada desde o início do século XX. Também se incluem nesta categoria crianças e adolescentes que desenvolviam trabalho no período de realização da pesquisa de campo.

⁸Nos *Manuscritos de 44*, Marx faz distinção entre trabalho e atividade, enfatizando que “atividade é uma categoria bem mais inclusiva que a de trabalho. Ela recobre um campo semântico mais extenso. Forma ampla de intercâmbio em que o sujeito interage com um objeto, a atividade se processa nas mais variadas manifestações da existência humana” (MARTINS, 1992, p. 24).

atores sociais como ajuda às famílias. O sentido de ajuda carrega laços de solidariedade e ao mesmo tempo revela a inclusão destes trabalhadores em atividades consideradas precoces para a sua idade. Esses aspectos foram observados durante a pesquisa de campo nos espaços em que acontece a socialização destes trabalhadores, na área da pesca, na escola e no PETI. Estes três espaços, nesta pesquisa, são locais onde as crianças e os adolescentes encontram os dispositivos de socialização contra ou a favor do trabalho.

Para o estudo dessa temática, a dificuldade maior foi encontrar um referencial teórico-metodológico que pudesse dar conta das questões objetivas e subjetivas que envolvem o trabalho de crianças e adolescentes na pesca de mariscos. Assim, para estudar essa especificidade de trabalho como um *campo* sociológico, busquei fundamentações na *teoria da prática* de Pierre Bourdieu. As leituras sobre essa teoria me aproximaram das categorias *campo*, *habitus* e *capital*, que se afinavam com o objeto de estudo. Trata-se de categorias que se entrecruzam e se complementam, possibilitando perceber o trabalho de crianças e adolescentes constitutivo de *campos* de lutas entre a *moral geracional* e a *moral universal*, que, por sua vez, estruturam *habitus* e estão relacionados às posições desses segmentos etários em relação ao *capital* que possuem para manter ou modificar a lógica de dominação a que estão submetidos estes trabalhadores precoces.

A base empírica, principalmente das duas fases da pesquisa de campo realizadas sobre o trabalho na pesca e suas interações com a escola e o PETI, foi fundamental para compreender como a *moral geracional* e a *moral universal* se constituem em suportes que estruturam os sentidos do trabalho para os *trabalhadores de pouca idade*. Trata-se de uma prática que possui fortes ligações com a posição que

as famílias e, principalmente, as mães, ocupam no mundo do trabalho⁹ e na sociedade. Esta posição, atualmente ocupada pelas famílias pescadoras, com pouca ou nenhuma instrução educativa formal e inserção em atividades variadas e informais, fortifica o valor moral atribuído ao trabalho infantil, pois ele é aceito como educativo e formador do caráter. Essas questões estão presentes no espaço da pesca do sururu, tornando-se mais fortes à medida que a violência urbana se intensifica nesse local. As mães acabam sendo as principais agenciadoras do trabalho dos filhos de pouca idade por estarem mais próximas deles e por serem elas mais responsabilizadas pelo poder público quanto aos afastamentos dos filhos da casa. São, pois, as questões macroestruturais, como o sistema de garantias de direitos correlacionado às particularidades de grupos específicos que interagem com o mundo social, por exemplo, a comunidade a que se refere esse estudo, especificamente as crianças e adolescentes catadores de mariscos de Maceió/AL.

Nesta tese, pretendo responder a três questionamentos: Como o trabalho infantil aparece na percepção das crianças, dos adolescentes, das mães, dos profissionais da escola e dos profissionais do PETI? Como os discursos desses agentes interagem com a *moral geracional* e a *moral universal*? Até que ponto a política para erradicação do trabalho infantil interfere na *moral geracional* das famílias e garante a condição de direitos às crianças e aos adolescentes? Assim, na tentativa de responder a

⁹Para Antunes (2000), nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações nas formas materiais e subjetivas da sociabilidade humana, uma vez que a crise desencadeada pelo capital e as respostas via neoliberalismo e reestruturação produtiva têm acarretado profundas mutações relacionadas ao interior do mundo do trabalho. Essas mutações se dirigem à questão do desemprego estrutural, que provocou mudanças nos valores relacionados à *classe-que-vive-do-trabalho*, afetando a sua forma de *ser e viver*. Neste cenário, o autor pontua a divisão sexual do trabalho dentro do espaço fabril, contemporâneo, onde as mulheres ocupam as posições geralmente mais rotineiras e manuais. Essas questões se relacionam com o trabalho precoce na pesca de mariscos, por haver questões semelhantes no mundo fabril e no mundo da pesca, no que tange à divisão de tarefas e à divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, nas quais as mulheres estão inseridas em trabalhos manuais que geram valores de uso. Esta posição ocupada pelas mães na pesca constitui-se em um dos condicionamentos para que crianças e adolescentes participem do mundo do trabalho desde cedo.

esses questionamentos que envolvem o objeto de estudo, a tese estrutura-se em cinco capítulos correlacionados entre si pelos temas privilegiados para a investigação da realidade social.

Assim, no **Capítulo 1**, construo uma abordagem sobre o trabalho infantil, fundamentada na teoria da prática de Pierre Bourdieu, especificamente nos conceitos de *habitus*, *campo* e *capital*. Apresento a metodologia do estudo constituída por três lugares de pesquisa, os quais denominei de espaços de socialização (as unidades familiares de produção e consumo de mariscos, o PETI e a escola) e os respectivos instrumentos de pesquisa utilizados para coleta de informações. Assim, pretendo guiar o leitor por esse percurso de pesquisa, apresentando também a trajetória da pesquisa e a minha postura como pesquisadora neste universo de indagações e contrastes entre o mundo da vida e o mundo dos livros, com vista a uma leitura sociológica dos fatos e dos fenômenos sociais.

No **Capítulo 2**, discorro sobre a categoria trabalho infantil, suas ambiguidades e contradições em sua historicidade e contemporaneidade. Contrasto essas duas realidades, para perceber situações do contexto formal das fábricas inglesas da época da Revolução Industrial e as relações informais contemporâneas, visando entender como a mão de obra infantil é utilizada e porque continua tão presente no cenário das famílias de classes populares, como as que analisei nas unidades domésticas da pesca de mariscos em Maceió/AL. Na literatura brasileira, percebi algumas semelhanças da temática pesquisada com a de alguns clássicos, ao relatarem as condições de vida e de trabalho das famílias operárias que trabalhavam para a indústria têxtil. Ressalto as contradições que existem entre *cultura do trabalho* e *cultura de direitos*, para explicar os valores e a cidadania, que nem sempre caminham juntos no mundo social.

Apresento, no **Capítulo 3**, um panorama sobre a realidade alagoana: a formação do Estado, as relações de dominação e contradições. Trago a percepção de alguns estudiosos alagoanos e pernambucanos para compreender a cultura das águas e as especificidades da cultura sururu, considerada como “cultura das margens”. Falo sobre as unidades familiares de produção e consumo de mariscos; as relações de trabalho; os instrumentos de produção; o pouco desenvolvimento das forças produtivas e a divisão do trabalho, das quais fazem parte adultos e crianças.

Analiso, no **Capítulo 4**, os sentidos do trabalho infantil para as mães em cujas trajetórias biográficas percebi que o trabalho infantil fez parte de sua vida, assim também como fez parte da vida de seus pais. Isso foi revelado pela infância pobre, em contato com práticas de trabalho domésticas, e na agricultura de subsistência, distante da escola e das brincadeiras. Assim, evidencio que as mães possuem fortes vínculos sociais e identitários com os filhos, por isso constituem-se em unidade de referência para eles na cadeia produtiva de mariscos. A figura maternal fomenta, pelas poucas oportunidades de acesso a bens e serviços, a *moral geracional*, embasada no valor que o trabalho tem para os filhos de pouca idade, ainda que as práticas de trabalho realizadas por mães e filhos sejam insalubres e perigosas. Assim, as trajetórias biográficas das famílias, principalmente das mães, são a base do *habitus* do trabalho infantil, da sua produção e reprodução social.

No **Capítulo 5**, retomo alguns conceitos teóricos, como *habitus*, *campo* e *capital*, para compreender outros conceitos que apareceram durante a revisão da literatura e dos estudos de campo, como *moral geracional* e *moral universal*, *cultura de direitos* e *cultura do trabalho*. Numa escuta perspicaz das “vozes” dos diversos agentes que participaram desta pesquisa, analiso as suas interpretações sobre o trabalho infantil confrontando com as referências estruturais e históricas que refletem e

iluminam o que é objetivamente social e não está ao alcance de suas compreensões, na tentativa de desvelar as conexões entre o visível e o invisível, entre o que está aparentemente posto e o que se oculta na alienação própria da vida social. Neste contexto, algumas assertivas feitas nos entremeios dos capítulos anteriores, sobre trabalho infantil na especificidade analisada nesta pesquisa, indicam que esta prática se estrutura a partir das contradições de classe e relações sociais de dominação social e se mantém pelo poder simbólico, por ser um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem social: um sentido imediato do mundo social, um certo conformismo social através da integração de crianças e adolescentes de classes populares ao mundo do trabalho. Apresento, ainda, as formas como a política social direcionada à infância vêm atuando para erradicar o trabalho infantil, ao mesmo tempo que essa estrutura se enfraquece com os desencantamentos dos seus usuários, que não se calam em face dos frágeis direitos desses novos tempos, em que os interesses particulares tendem a apresentar-se como interesses universais.

Na conclusão, assevero que mesmo diante de tantas contradições e relações de dominação perversas como estratégias de reprodução da crença intra e extra-classe, as crianças e os adolescentes, assim também como suas mães, não conseguem anular por completo as suas aspirações, ideais e sonhos.



CAPÍTULO 1
CONSTRUINDO UMA ABORDAGEM
SOBRE O TRABALHO INFANTIL

CAPÍTULO 1 – CONSTRUINDO UMA ABORDAGEM SOBRE O TRABALHO INFANTIL

O objetivo deste capítulo é construir uma abordagem sobre o trabalho infantil na pesca de mariscos em Maceió/AL, através da teoria da prática de Pierre Bourdieu, especificamente do conceito de *habitus*, correlacionado aos conceitos de *campo* e *capital*, do mesmo autor. Entendo esses conceitos como categorias que me auxiliam a analisar o trabalho infantil como *campo* de contradições, constituído por agentes que sofrem os condicionamentos sociais exteriores de um *habitus* do trabalho e que se posicionam no mundo social com o *capital* de que dispõem para fazer suas escolhas.

Discuto nos próximos itens os conceitos de *campo*, *habitus* e *capital*, refletindo sobre o trabalho infantil na pesca de mariscos e a política social dirigida a sua erradicação, assim como as particularidades dos espaços de socialização (unidades familiares de produção e consumo do sururu, escola e PETI), que dialogam com crianças e adolescentes trabalhadores no cotidiano de suas vidas, assim também como as características peculiares ao estudo de campo, o liame de interferência da pesquisadora e sua interação com a população estudada, a revelação das características da vida comunal e familiar dos informantes desta pesquisa, observadas a partir de uma percepção sociológica das vozes, representações e imagens sobre a realidade social da qual o trabalho infantil com mariscos faz parte.

1.1 – Articulando conceitos: *habitus*, *campo* e *capital*

Os conceitos de *habitus*, *campo* e *capital* auxiliam a pensar no trabalho infantil como categoria sociológica a partir de um método de análise dos mecanismos de

dominação, da produção de ideias e da gênese das condutas das crianças e dos adolescentes trabalhadores pela análise da estrutura e da ação social.

Essa relação de estrutura e ação é evidenciada pela *teoria da prática* de Bourdieu, que se propõe a fazer o movimento que vai das estruturas sociais às representações. Assim, a *subjetividade* e a *objetividade*¹⁰, categorias centrais da teoria da prática, sustentam-se no conceito de *habitus*¹¹ porque através dele é possível perceber como é formado o processo de socialização de crianças e adolescentes na pesca, como prática social articulada à herança familiar, ou seja, a *moral geracional* e as políticas sociais representadas pela escola e o PETI, que formam a *moral universal* defensora do não trabalho.

Através do *habitus* pode-se conhecer como crianças e adolescentes e os indivíduos que interagem com esses segmentos percebem, julgam e valorizam o

¹⁰ Para Nogueira e Nogueira (2004, p. 23), uma das possibilidades de se interpretar a obra de Bourdieu consiste em construir uma abordagem sociológica capaz de superar, simultaneamente, as distorções e os reducionismos associados ao que ele chama de formas subjetivista e objetivista de conhecimento, ou seja, por um lado, evitar que a Sociologia se restrinja ao plano da experiência e consciência prática imediata dos sujeitos, das percepções, intenções e ações dos membros da sociedade e, por outro lado, que ela se dirija exclusivamente ao plano das estruturas objetivas, reduzindo a ação a uma execução mecânica de determinismos estruturais reificados.

¹¹ O conceito de *habitus* tem uma longa história nas ciências humanas. Palavra latina utilizada na escolástica, traduz a noção grega *hexis* utilizada por Aristóteles, convertida pela escolástica em *habitus*, para designar as características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem. Mais tarde, Durkheim faz uso do conceito para designar um estado geral dos indivíduos, estado inferior e profundo, que orienta suas ações de forma durável. Também é possível encontrar esse conceito em Marcel Mauss (1979) em seus escritos sobre “técnicas corporais” e em Max Weber (2003), quando teoriza sobre religião. Bourdieu possibilita um senso mais preciso do conceito a partir das pesquisas que realizou na Argélia, onde o *habitus* surge como necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais. Assim, Bourdieu, retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, “desejava reagir contra o estruturalismo e a sua estranha filosofia da ação que, implícita na noção lévi-straussiana de inconsciente, se exprimia com toda a clareza entre os althusserianos, com o seu agente reduzido ao papel de suporte – *Trager* – da estrutura; e fazia-o arrancando Panofsky à filosofia neokantiana das ‘formas simbólicas’ em que ele ficara preso [...]” (BOURDIEU, 2005, p. 61). A noção de *habitus* de Bourdieu está associada a uma necessidade apresentada pelas pesquisas de campo que realizou na Argélia, nos anos de 1950 e 1960, quando observou a situação de desamparo de indivíduos arrancados de um universo rural e submetidos a um ambiente urbano e capitalista, assim tornando o *habitus* um instrumento conceptual para analisar o comportamento e as práticas desses indivíduos. O autor referido, com este conceito pretendia escapar do estruturalismo sem sujeito e, ao mesmo tempo, da filosofia do sujeito, reintroduzindo os agentes, que Lévi-Strauss e os estruturalistas, como Althusser, tendiam a abolir e considerar como epifenômenos da estrutura social.

mundo do trabalho conforme suas formas de agir, corporal e materialmente. Esse princípio de ação é composto pelo *ethos*, ou seja, os valores em estado prático, não consciente, constitutivos da moral cotidiana, interiorizada pelo corpo através da *hêxis corporal*, que não é dada pela natureza, mas adquirida por uma crença pré-reflexiva constitutiva do mundo social. São, pois, estruturas interiorizadas e duráveis geradoras de práticas e representações sociais. Portanto, fazem parte do *campo* social e funcionam como um sistema gerador de estratégias apreendido no processo de aprendizagem formal e informal, produto de uma intencionalidade sem intenção.

Desta forma, o *habitus* é o produto da biográfica individual, assim também como da experiência histórica e coletiva, interiorizada no cotidiano, que se traduz em matriz de percepção e de apreciação, que todos os agentes carregam. Ele é constitutivo de “[...] potencialidades objetivas, associadas à trajetória da existência social dos indivíduos, que tendem a se atualizar, isto é, são reversíveis e podem ser aprendidas” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 34).

O trabalho infantil é, portanto, um *habitus* formado pelas estruturas profundas incorporadas pelos indivíduos. Porque crianças e adolescentes têm nelas os princípios geradores e organizadores de suas práticas e representações, de suas ações e pensamentos. São, portanto, agentes¹², porquanto são dotados de um sistema de preferências, de classificações e de percepções adquirido pela experiência. Conforme Bourdieu (2007b, p. 42):

¹² A concepção de agente neste trabalho está afinada ao entendimento de que crianças e adolescentes, como também os indivíduos que interagem com eles, são sujeitos. Sobre essa concepção, Bourdieu (2004, p. 21-22) diz: “Falo em agentes e não em sujeitos. A ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam [...]. É preciso evidentemente retirar dessa palavra suas conotações ingenuamente teleológicas: as condutas podem ser orientadas em relação a determinados fins sem ser conscientemente dirigidas a esses fins, dirigidas por esses fins. A noção de *habitus* foi inventada para dar conta desse paradoxo”.

Os “sujeitos” são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de senso prático, [...] de um sistema adquirido de preferência, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e da resposta adequada.

As estruturas mentais pelas quais crianças e adolescentes trabalhadores apreendem o social são produto da interiorização de comportamentos, geradoras de visões de mundo que contribuem para a construção desse mundo. É através dessas estruturas que aprendem a antecipar o futuro em conformidade com as experiências, assim reproduzem através do *habitus* as características intrínsecas e racionais de uma posição e de um estilo de vida que operam distinções sociais. É assim que o individual se mistura com o coletivo, o grupo, a sociedade, e desta forma, esse coletivo está depositado em cada indivíduo sob a forma de disposições duráveis, como as estruturas mentais. O *habitus* é uma interiorização da objetividade social que produz uma exteriorização da interioridade. Não só está inscrito no indivíduo, mas está relacionado à posição que o indivíduo se situa em um determinado universo social a partir dele.

Uma das funções do conceito de *habitus* é fazer perceber como são incorporadas as estruturas e tendências do mundo social¹³. Essa relação do agente com o mundo é uma relação de presença no mundo, no sentido de pertencer e de ser

¹³ Para Bourdieu (2003b, p. 39-40), o mundo social pode ser objeto de três modos de conhecimento teórico, o conhecimento fenomenológico, atualmente representado pelo interacionismo ou etnometodologia, que explica a verdade da experiência primeira do mundo social; o conhecimento *objetivista*, representado pela hermenêutica estruturalista, que estrutura as práticas e as representações e pode estabelecer as estruturas objetivas do mundo social; e, o conhecimento denominado por Bourdieu de *praxiológico*, que tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre estas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade. Esse conhecimento supõe uma ruptura com o conhecimento objetivista, ou seja, um questionamento das condições de possibilidade e, por isso, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante, que apreende de fora as práticas como fato acabado, em vez de construir seu próprio gerador, situando-se no interior do movimento de sua efetivação.

possuído por ele. A partir de uma interpretação crítica e social da atualidade, Bourdieu (2007a, p. 169) diz que:

os agentes sociais são dotados de *habitus*, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: tais esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de afinidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas porém nos limites das restrições estruturais de que são o produto e que as definem.

O conceito de *habitus* está associado ao conceito de *campo*; juntos, formam uma filosofia da ação “chamada, às vezes, de disposicional, que atualiza as potencialidades inscritas nos corpos dos agentes e na estrutura das situações nas quais eles atuam ou, mais precisamente, em sua relação” (BOURDIEU, 2003b, p. 10). Isto faz parte de uma sociologia relacional sobre a dinâmica social que acontece no interior de um *campo* – delimitado pelos valores ou formas de *capital*¹⁴ que lhe dão sustentação – onde os agentes têm disposições específicas (*habitus*).

Thiry-Cherques (2006, p. 31), ao analisar a forma de investigação social de Bourdieu, diz que essa dinâmica social que acontece no interior de cada *campo* é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e dominação e a distribuição das formas de *capital* específico que possuem. Nessas lutas estão presentes as estratégias não conscientes, que se fundam no *habitus* individual e

¹⁴ Os capitais específicos de cada *campo* seriam variações dos quatro tipos principais de capital caracterizados: *capital social*, entendido como um conjunto de recursos que estão ligados a uma rede durável de relações institucionalizadas; *capital cultural*, existente a partir de três formas: a) no **estado incorporado**, a partir da inculcação e assimilação corporal de relações duráveis; b) no **estado objetivado**, sob a forma de bens culturais (livros, dicionários etc.); c) no **estado institucionalizado**, consolidando-se em títulos: certificados e diplomas escolares (BOURDIEU, 1998); *capital simbólico* é o princípio objetivo da violência simbólica; ele “assegura formas de dominação, que envolvem a dependência perante os que ele permite dominar, com efeito, ele existe apenas na e pela estima, pelo reconhecimento, pela crença, pelo crédito, pela confiança dos outros, logrando perpetuar-se apenas na medida em que consegue obter a crença em sua existência” (BOURDIEU, 2007a, p. 202); e *capital econômico*, que estrutura todos os outros *capitais*. Contudo, não se restringe a análise social somente ao econômico, porque não se podem ignorar as posições ocupadas pelos agentes nos diferentes campos e subcampos do mundo social.

dos grupos em conflitos na estrutura de relações. É dessa forma que, em cada *campo*, o *habitus*, socialmente constituído pelas lutas e embates entre indivíduos e grupos, determina as posições dos agentes, e o conjunto de posições determina o *habitus*.

Estes conceitos, *habitus e campo*, proporcionam compreender o sentido do trabalho infantil para crianças e adolescentes ante os sentidos que as suas mães, professores e educadores atribuem a ele. Percebe-se assim como a *moral geracional* e a *moral universal* são absorvidas pelas crianças e adolescentes e qual delas estrutura suas práticas no cotidiano. Assim, essas categorias estão diretamente relacionadas ao trabalho infantil como uma categoria contraditória e ambígua, ou seja,

um campo de força, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meio e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, *contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura* (BOURDIEU, 2007b, p. 50, grifo meu).

É possível perceber que o social é constituído por *campos* ou espaços de relações objetivas e que estes espaços possuem uma lógica própria, no caso deste estudo, os *campos*: do trabalho, na pesca de mariscos, e da política, para a erradicação do trabalho infantil. Esses territórios podem constranger as crianças e os adolescentes, neles envolvidos, ou podem ser *campos* de lutas em que estes agentes atuam para conservar ou transformar as relações de dominação subjacentes a eles. Há, portanto, uma dinamicidade nesses microcosmos constitutivos de interesses específicos, de investimentos econômicos em que fazem parte as instituições (família, escola e PETI). Como tal, cada *campo* possui suas regras e cria seu próprio objeto. Assim, são espaços estruturados de posições, com valores e *capitais* específicos.

O conceito de *campo* é fruto do “estruturalismo genético” de Bourdieu: um estruturalismo que se detém na análise das estruturas objetivas dos diferentes lugares,

que não perde a análise das estruturas mentais e da gênese da estrutura social, considerando que o espaço social e os agentes que vivem nele são produto de lutas históricas.

Assim, a posição de crianças e adolescentes nos *campos* do trabalho e da política de erradicação do trabalho infantil determina a forma como compreendem o mundo social, a família, a escola e o PETI, pois esses espaços são constituídos de relações objetivas entre indivíduos e coletividades ou instituições. Thiry-Cherques (2006, p. 36-37) entende que:

Por definição, o campo tem propriedades universais, isto é, presentes em todos os campos, e características próprias. As propriedades de um campo, além do *habitus* específico, são a estrutura, a *doxa*, ou a opinião consensual, as leis que o regem e que regulam a luta pela dominação do campo. Aos interesses postos em jogo Bourdieu denomina "capital" — no sentido dos bens econômicos, mas também do conjunto de bens culturais, sociais, simbólicos etc. Como nos confrontos político ou econômico, os agentes necessitam de um montante de capital para ingressarem no campo e, inconscientemente, fazem uso de estratégias que lhes permitem conservar ou conquistar posições, em uma luta que é tanto explícita, material e política, como travada no plano simbólico e que coloca em jogo os interesses de conservação (a reprodução) contra os interesses de subversão da ordem dominante no campo.

Como espaço estruturado de posições, os *campos* do trabalho infantil e da política que se propõe erradicá-lo são constituídos por relações de força dos seus agentes (indivíduos e grupos) e pelas instituições¹⁵ (família, escola, PETI) que lutam pela hegemonia no interior de cada um desses lugares. São estruturas onde circulam diversos tipos de *capital*, fortemente dominadas pela ausência de *capital econômico*, mesmo podendo-se dizer que “[...] a posse do capital econômico não seria suficiente para se ter acesso e se manter nas posições mais elevadas da sociedade” (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2004, p. 43).

¹⁵ Para Souza (2006, p. 246-247), “[...] as instituições são elementos que medeiam a relação indivíduo *versus* coletividade, ou seja, são os espaços privilegiados em que se processam as injunções entre o singular e o genérico, produzindo as condições objetivas e subjetivas [...] a introjeção dos valores e o correspondente aprendizado das condições e ações associadas a estes”.

A dinâmica desses *campos* acontece pelas lutas, a maioria das vezes inconsciente, dos grupos ou classes na tentativa de modificar a hierarquia, quer seja econômica, cultural ou simbólica, das posições ocupadas pelos agentes no interior desses lugares. Logo, cada *campo* desenvolve uma *doxa*, ou seja, tudo podendo ser aceito como “natural”: os sistemas de classificações, por exemplo. Mas é preciso entender que a interiorização dessas disposições não são unas, senão mutáveis ao longo da vida. Isso porque há influências que podem interferir na reprodução de uma crença, há disposições que podem ou não ser ativadas ao longo da trajetória cotidiana dos agentes. Para Thiry-Cherques (2006, p. 40),

cada campo tem um sistema de filtragem diferente: um agente dominante em um campo pode não o ser em outro. A admissão no campo requer: a posse de diferentes formas de capital, o cacife (*enjeux*) na quantidade e qualidade do que conta na disputa interna e que constitui a finalidade, o propósito, do jogo específico; e as disposições, inclinações e aprendizados, que conformam o *habitus* do campo.

O *campo* é caracterizado pelas relações de força resultantes das lutas internas. Neste sentido os *campos* estão inter-relacionados, por exemplo, o lugar da pesca de mariscos e o lugar das políticas direcionadas à erradicação do trabalho infantil possuem características específicas, entretanto, não são independentes. Do território da pesca emanam os trabalhadores infantis, os usuários das políticas sociais. A homologia que existe em cada um desses espaços contribui para que a produção cultural influencie a hierarquia simbólica e que desta forma contribua para a conservação ou a subversão da ordem social. Esses *campos* são relativamente autônomos, mas que podem sofrer influências de outros lugares, ou seja, a pesca de mariscos pode ser influenciada pela cultura de direitos à proteção da infância e vice-versa.

Assim, esses *campos* convivem em conflitos entre os agentes que monopolizam o *capital* específico dos lugares de onde pertencem, no caso das famílias, da escola e

do PETI. São relações de dominação exercidas sutilmente por essas instituições com o consentimento dos agentes por elas envolvidos. Assim, uma *violência simbólica*¹⁶ que pode ser exercida com o consentimento “espontâneo” dos que a sofrem e pode estar presente nos discursos dos pais e dos mestres, nas formas de organização do trabalho, no âmbito familiar e nas modalidades de cidadania constitutivas das políticas sociais dirigidas à infância na contemporaneidade.

As relações de dominação não são restritas às lutas de classes, mas constitutivas da soma de complexas relações sociais de cada um dos agentes e de cada uma das instituições sobre estes. Por exemplo, os agentes e as instituições tendem a inculcar a cultura dominante de modo a reproduzir o *habitus* da desigualdade social pelo trabalho. Por isso, o estudo sobre a família, a escola e o PETI ajuda a conhecer como se estruturam as percepções dos sujeitos e suas ideologias.

Assim, percebe-se que muitos dos pontos abordados e discutidos nas macroanálises estruturais que apresentam o trabalho infantil constitutivo das contradições de classes sociais do sistema capitalista podem ser recuperados pelos conceitos de *habitus*, *campo* e *capital*, porque fornecem um viés analítico sobre o trabalho infantil na comunidade Sururu de Capote, fruto da *moral geracional* (família), correlacionada à *moral universal* (o sistema de garantia de direitos), e da estrutura social global e específica do contexto do bairro do Dique Estrada, onde acontece a pesca do sururu. Dessa forma, essas estruturas dialogam com a contextualização

¹⁶Para Bourdieu (2007a, p. 206-207), “a violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, à dominação), quando dispõe apenas, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de instrumento partilhado e que faz surgir essa relação como natural, pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação; ou então, em outros termos, quando os esquemas por ele empregados no intuito de se perceber e de se apreciar, ou para perceber e apreciar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), constituem o produto da incorporação das classificações assim naturalizadas, cujo produto é o ser social”.

bibliográfica da vida da comunidade e dos indivíduos que fazem o espaço da pesca interagir com as macroestruturas sociais. Esses conceitos evidenciam que o trabalho infantil é submerso no jogo das contradições do mundo capitalista e da cultura do trabalho.

Assim, o trabalho infantil neste estudo é entendido submerso em um conjunto de relações históricas, produto e produtor de ações, condicionado pela dinâmica das relações sociais. Está, pois, inserido na dupla imbricação entre as "estruturas mentais" dos agentes sociais e as estruturas objetivas (o "mundo dos objetos"), constituídas pelos mesmos agentes. Estas estruturas estão correlacionadas, ou seja, as primeiras instituem o mundo inteligível, que só é inteligível porque pensado a partir das segundas.

Segundo Bourdieu (2007b, p. 15), só é possível conhecer os problemas sociais alicerçado em casos empíricos teoricamente construídos, indo do *opus operatum* ao *modus operandi*, pois é preciso analisar a realidade empírica, historicamente situada e datada, para conhecer profundamente o mundo social. Por isso a necessidade de delimitar o objeto de investigação e de possibilitar uma visão inovadora do que se passa no âmbito da pesca de mariscos em Maceió/AL e da política para erradicação do trabalho infantil, de forma que através da investigação se possam conhecer as estruturas desses espaços, desvelando o conjunto de relações que explicam a lógica interna desses *campos*, seus *habitus* e *capitais*. Assim, ao construir um objeto teórico e submetê-lo à prova empírica, tem-se a possibilidade de analisar a realidade multiforme e descobrir, por trás das aparências, as relações próprias dos sentidos do trabalho infantil na pesca do sururu. Nesse sentido “para se compreender a realidade, é necessário dela fugir, escapar à sua aparência de verdade” (ORTIZ, 2003, 11).

1.2 – Os *campos* de estudo

As próximas páginas pretendem guiar o leitor pelos *campos* do estudo: *campo* do trabalho infantil com mariscos e *campo* da política para erradicação desta prática, tentando mostrar como acontece o processo de transmissão dos saberes, tomando como base os modelos de socialização constitutivos das instituições (família, escola e PETI) que fazem parte destes *campos*.

O *campo* do trabalho infantil com marisco na pesca é constituído de unidades familiares de produção e consumo de mariscos, onde as crianças e os adolescentes junto com suas famílias residem e trabalham na cadeia de produção do sururu. A cadeia produtiva do sururu é constituída de unidades familiares de produção e consumo do marisco. Trata-se de comunidades localizadas geograficamente na orla lagunar de Maceió, conhecidas por Sururu de Capote, Mundaú, Torre e Muvuca. São comunidades irmanadas na mesma situação de abandono, motivo pelo qual aparentam externamente ser uma única comunidade. Os moradores estão inseridos na mesma condição socioeconômica, política e geográfica, inclusive, sem fronteiras claras e perceptíveis entre uma e outra comunidade. Entretanto, a aparência homogênea da mesma condição socioeconômica, política e geográfica guarda especificidades históricas e articulações diferentes de seus moradores, que delimitam seus espaços com nomes e lideranças comunitárias diferentes. Os problemas sociais vividos por essas populações revelam que a cidadania está relacionada ao ângulo geográfico e à posição das pessoas nessa geografia lagunar. Para Santos (2007, p. 11):

[...] a atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, fazendo com que certas noções consagradas, como a rede urbana ou a de sistema de cidades, não tenham validade para a maioria das pessoas, pois o seu acesso efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana

depende do seu lugar socioeconômico e também do seu lugar geográfico.

Levando-se em conta a posição econômica e geográfica das pessoas, a realidade comportada pelas populações na orla lagunar de Maceió revela uma cidadania subalternizada que faz contraponto com a cidadania regulada¹⁷, onde o acesso dos indivíduos a direitos sociais básicos é efetivado, discriminadamente, pelo sistema de estratificação ocupacional.

Entre as comunidades localizadas na orla lagunar de Maceió, a Sururu de Capote foi eleita como local para pesquisa de campo, por concentrar um dos focos do trabalho infantil no Brasil¹⁸, com especificidades próprias: a pesca do marisco sururu de capote. Nesse local, considerado pelos moradores como a “favela mãe” por ter sido a primeira comunidade a ser formada e ter esse nome devido à grande quantidade de mariscos que se pode encontrar próximo a ela, e por nesse local existirem gerações de pessoas (filhos, pais, avós) que trabalham com o sururu e fazem deste trabalho o sentido de ser e estar no mundo, ainda que guarde violências e sofrimentos.

¹⁷ Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes se encontram não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma geral. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A cidadania está embutida na profissão, e os direitos de cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupam no processo produtivo, tal como reconhecidos em lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, aqueles cuja ocupação a lei desconhece (SANTOS, 1979, p. 75, grifos do autor).

¹⁸ O Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Neste Decreto, no art. 1º “fica aprovada a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), na forma do Anexo, de acordo com o disposto nos artigos 3º, “d”, e 4º da Convenção 182 da OIT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999 e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000”. Contém uma lista das piores formas de trabalho infantil no Brasil, denominada “lista tip”, onde se especifica a cata de mariscos e os prováveis riscos ocupacionais como: “Exposição à radiação solar, chuva, frio; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos pérfuro-cortantes; horário flutuante, como as marés; águas profundas”, e as prováveis repercussões à saúde, como: “queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; hipertermia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; ferimentos; fadiga; distúrbios do sono; afogamento (BRASIL, 2008).

As famílias que vivem nesse território constituem um conjunto de pessoas desempregadas ou subempregadas que estão à margem da sociedade de bem-estar social. Vindas de cidades próximas a Maceió, buscam adquirir renda e encontram na lagoa Mundaú, signo cultural de Alagoas, a possibilidade de uma economia, mesmo marginal, que possibilite precariamente sustentar sua família.

Toda a família participa do processo de trabalho na pesca, despincagem, cozinhamento e ensacamento do produto, dentro de um espírito cooperativo imbuído de uma necessidade de manutenção da sobrevivência e de uma *moral geracional* que envolve pais e filhos daquela localidade. As características rurais do trabalho infantil como princípio de socialização e constituição do sucessor têm na pesca do sururu uma estratégia de inserir, desde cedo, crianças e adolescentes em uma ocupação, traços interligados à pobreza urbana de Maceió que refletem as consequências da *modernidade tardia* que faz do sururu o signo da pobreza.

A realidade encontrada na favela Sururu de Capote é altamente complexa, pois comporta manifestações interindividuais da sociedade, podendo revelar tendências que perpetuem valores adquiridos em outros *campos* da vida social, já que os moradores que residem na favela pertencem a outras comunidades periféricas e rurais, ou mesmo o abandono destas estruturas por valores encontrados no contexto que a Sururu de Capote comporta contemporaneamente, o trabalho infantil como prática violenta por condicionar crianças desde tenra idade a condições vis de vida e subdesenvolvimento humano: raquitismo, dores lombares, dores de cabeça, fadiga, entre outras doenças que lembram o trabalho das crianças e dos adolescentes no período da Revolução Industrial (ENGELS, 1977; THOMPSON, 2002).

Estudo por amostragem, realizado pela Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), financiado pela *Food and Agriculture Organization of the*

United Nations (FAO), por meio de pesquisa realizada na comunidade Sururu de Capote com 249 famílias, tendo o objetivo de estudar a situação de insegurança alimentar da referida comunidade, ouviu e analisou informações de 779 indivíduos, sendo 227 crianças entre 6 meses e 5 anos, 172 entre 6 e 18 anos de idade, 331 entre 19 e 55 anos e 49 com mais de 55 anos de idade¹⁹. Esse estudo identificou que:

como resultado da ausência de acesso a políticas públicas com abrangência e eficácia suficientes para apoiar a população na busca da sobrevivência, e em parte por negligência de alguns pais, também excluídos, crianças e adolescentes da Orla Lagunar têm sido obrigadas a: PROSTITUIR-SE, TRABALHAR EM ATIVIDADES DE RISCO (coleta de sururu na lagoa, com mergulho em profundidade de até cinco metros – atividade insalubre e perigosa), CATAR LIXO, PEDIR ESMOLAS e PRATICAR ATIVIDADES ILÍCITAS (ALAGOAS, 2007, p. 4).

O trabalho infantil não é uma escolha da família, muito menos das crianças e dos adolescentes, mas resultado da lógica imposta pela sociedade capitalista, que impele as famílias a lançar mão das estratégias possíveis para não “romper com o frágil equilíbrio em que suas vidas estão estruturadas” (TELLES, 1992, p. 141). Desta forma o trabalho infantil é associado a um jogo coletivo para garantir a sobrevivência individual e grupal, constitutivo de códigos morais. Para Telles (1992, p. 145), “é na estruturação hierarquizada internamente que a família define um paradigma de moralidade e um modelo de autonomia centrada na figura do chefe provedor, estrutura internalizada absorvida pela classe trabalhadora como único modelo de ser vivido”. É nessa realidade complexa que se localiza o *campo* da política para erradicação do trabalho precoce. Logo, neste *campo* a família e a escola, instituições tradicionais de socialização²⁰, são responsáveis pelas disposições com respeito ao mundo natural e ao

¹⁹ Conferir Alagoas (2007).

²⁰ É possível afirmar que grande parte dos trabalhos sobre o tema da socialização se refere a Émile Durkheim (1978) seus escritos sobre *Educação e sociologia* que datam do início do século passado, e mais recentemente, a Berger e Luckman (2005), em sua obra *A construção social da realidade*. A partir deles percebe-se que a família e a escola possuem um papel na socialização dos indivíduos. Conforme Setton (2002, p. 104), “de um lado a família como espaço de afeto, como espaço privado responsável

mundo social, pela forma de fazer crianças e adolescentes verem o mundo, pela emoção ou razão em relação aos *capitais* disponíveis. Além delas, o PETI²¹ localiza-se no entremeio dessas instituições que configuram associações entre agentes individuais e coletivos e como tal, são marcadas por relações de dominação em que estes agentes constitutivos de cada uma delas se confrontam para conservar ou transformar tais relações. Assim, estas instituições “dialogam” com os *campos* do trabalho infantil e da política que intenciona erradicá-lo.

Contudo, o interesse em estudar esses *campos* e suas respectivas instituições possibilita descrever as posições ocupadas por crianças e adolescentes no mundo do trabalho e dos direitos e considerar neste processo as contradições, conflitos, relações de dominação e diversidades relacionadas aos modelos de socialização²² dos trabalhadores infantis da área lagunar, uma vez que é a partir dos modelos de

por um patrimônio, uma herança efetiva, econômica e cultural. De outro, a escola como espaço público de formação, de educação moral e profissional dos indivíduos”.

²¹ O PETI fundamenta-se no Parágrafo II do art. 2º da Lei nº 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que tem como objetivo o amparo às crianças e aos adolescentes a partir da centralidade na família, ou seja, “as ações desenvolvidas no âmbito do PETI devem ter como *locus* de atenção a família, a qual deve ser trabalhada por meio de ações socioeducativas e de geração de trabalho e renda, que visem garantir a sua proteção e inclusão social, promovendo assim, melhoria na sua qualidade de vida”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96, em seu art. 89, § 5º, estabelece a conjugação de todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas em tempo integral (BRASIL, 2001).

²² Os modelos de socialização são entendidos, neste trabalho, na forma pela qual as instituições de socialização frequentadas por crianças e adolescentes que vivem na área lagunar de Maceió absorvem a educação informal (família) e formal (escola e PETI). O PETI se constitui na mais nova instituição de socialização para crianças e adolescentes de classes populares retirados do trabalho precoce. É importante acrescentar que as crianças e os adolescentes, por frequentarem lugares de socialização formal precários, acabam inseridos em um processo de socialização fragmentado, descontínuo e desmotivador, conforme apresento no capítulo cinco. É baseada nestes modelos de socialização, realizados nos espaços frequentados por estes indivíduos, que delinheio o sentido do trabalho durante a infância dos que vivem na área da pesca lagunar. Eles possibilitam perceber que uma má socialização poderá acarretar estigmas, por isso a socialização constitui-se em um processo contínuo e não linear de dessocializações e ressocializações sucessivas, no qual se considera a criança como sujeito social que participa de sua própria socialização, assim como da reprodução e da transformação da sociedade. Para Setton (2002, p. 109), “o processo de socialização pode ser considerado então como um espaço plural de múltiplas relações sociais. Pode ser considerado como um campo estruturado pelas relações dinâmicas entre instituições e agentes sociais distintamente posicionados em função de sua visibilidade e recursos disponíveis. Portanto, o processo de socialização deve ser compreendido como um fenômeno histórico complexo e temporalmente determinado”.

socialização que se forma o *habitus* do trabalho infantil. Pois o *habitus* representa as inculcações de modos de percepção e apreciação do mundo social pelas crianças e adolescentes, daquilo que adquirem e encarnam de maneira durável nos *corpos* a partir do processo de socialização, construído e adquirido no curso de seu cotidiano.

Nestas instituições foram coletados os dados da pesquisa de campo, de forma a permitir contrastar o mundo dos livros e o mundo do trabalho infantil na sua empiria, cujos procedimentos, instrumentos e técnicas utilizados, bem como o tratamento dado ao material empírico, serão apresentados a seguir.

1.3 – A trajetória do estudo de campo

As escolhas teóricas refletiram-se nas questões metodológicas e na definição de pessoas e lugares, uma vez que o pesquisador articula os pressupostos teórico-metodológicos que lhe possibilitem compreender quem são os sujeitos da pesquisa e a que instituições estão afiliados e vice-versa. Essas questões evidenciaram a necessidade de pesquisar três segmentos: crianças, adolescentes e adultos, segmentos que representam as instituições de socialização e são por elas representados porque vivem em um jogo de critérios classificatórios e relacionais, constitutivos de relações de poder, luta e negociação.

As crianças e os adolescentes na faixa etária de 7 a 16 anos incompletos, faixa etária delimitada a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, 1990, art. 2º, que diz: “considera-se criança, para efeito desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e dezoito anos de idade”; e do PETI, por

atender crianças a partir de 7 anos de idade até 16 anos incompletos²³. E o grupo dos adultos, constituído, por mães que representam o espaço da pesca²⁴, professores que representam a escola e educadores que representam o PETI, interlocutores desta pesquisa. Essas referências às idades, neste estudo, não se restringem a uma construção biológica, mas também social, uma vez que as divisões entre as idades são arbitrárias. Assim, as crianças ao terem contato desde cedo com as responsabilidades relacionadas ao trabalho podem adotar discursos das pessoas adultas para justificar as motivações que as levam ao trabalho precoce.

Em outras palavras, pesquisar esses três grupos de idades significa perceber que cada tempo, cada lugar, cada atividade de que as crianças e os adolescentes participam estão ligados às instituições específicas de socialização que usam conhecimentos e competências de ordem educativa formal e informal e sociologicamente podem ter uma repercussão importante na condução destes segmentos para o trabalho precoce ou não. Isso remete ao conceito de gerações²⁵, neste estudo entendido como

um constructo sociológico que procura dar conta das interações dinâmicas entre o plano sincrônico, *a geração-grupo de idade*, isto é, as relações estruturais e simbólicas dos actores sociais de uma classe etária definida e, no plano diacrônico, *a geração-grupo de um tempo histórico definido*, isto é, o modo como são continuamente reinvestidas de estatutos e papéis sociais e desenvolvem práticas sociais diferenciando os actores de uma determinada classe etária, em cada período histórico concreto (SARMENTO, 2005, p. 366-367, grifos do autor).

²³ Cf. Portaria nº 385, de 26 de julho de 2006.

²⁴ No espaço da pesca, pais e mães participam da socialização dos filhos, entretanto, os pais durante o trabalho de pesquisa de campo se mostraram menos disponíveis a participar da pesquisa; outros, por terem cometido algum delito, se encontravam detidos ou receosos em responder aos questionamentos. As mães, por estarem mais em contato com a escola e o PETI, se interessavam e estavam mais habituadas a responder perguntas sem constrangimento.

²⁵ A sociologia da infância considera a “geração” como uma categoria estrutural relevante na análise dos processos de estratificação social e na construção das relações sociais. Para Mannheim (1993[1928]), o conceito de geração faz parte da sociologia do conhecimento e se refere a um conjunto de pessoas nascidas na mesma época, que viveu os mesmos acontecimentos sociais durante a sua formação e crescimento, partilhando experiências em comum, presente por toda a vida. Segundo o mesmo autor, a ação de cada geração em interação pode desencadear tensões e potencializar mudanças sociais.

Este conceito contribui para a questão: Como as crianças e adolescentes, catadores de mariscos, são incluídos em práticas sociais de pessoas adultas e como são posicionadas na política para a erradicação do trabalho infantil? Para responder a esse questionamento participaram da pesquisa 56 crianças e adolescentes, entre meninos e meninas, sendo 10 deles mais atentamente observados, um por família, confrontando seus discursos com os de suas mães. As crianças mereceram uma atenção especial no processo metodológico desta pesquisa, para conhecer as relações de dominação constitutivas do jogo societário do qual elas participam desde tenra idade. Além disso, reconhecê-las como sujeitos de pesquisa, permitindo-lhes falar, expressar seus pontos de vistas, gestos, desenhos, pinturas, comportamentos e atitudes, compreendendo-as em seus contextos e experiências de vida real.

Além das crianças e dos adolescentes, participaram 16 mães, sendo 10 delas mais detidamente observadas, 8 professores da escola e 16 educadores do PETI. Pela análise dos discursos desses agentes percebi o significado que atribuem ao trabalho infantil, a partir dos diversos processos de socialização em ação desenvolvidos pelas famílias e pelos profissionais. No sentido de entender o trabalho infantil a partir dos dispositivos de socialização que são propostos e impostos a crianças e adolescentes, os depoimentos foram tomados nas residências deles, na associação de moradores da comunidade onde residem, e também na escola e no PETI.

A seleção dos participantes para a pesquisa foi realizada de acordo com os segmentos que participam diretamente dos dois *campos* pelas posições ocupadas por eles nas instituições que socializam crianças e adolescentes, com vista à análise das relações objetivas e subjetivas e à construção de uma matriz relacional articulando posições e estruturas e posterior síntese investigativa dos *campos*.

Assim, os entrevistados foram eleitos para participar da pesquisa pela proximidade que tinham com o tema. As crianças e os adolescentes que exerciam, no período da pesquisa, atividades de trabalho principalmente ligadas à cadeia de produção e consumo do sururu. Profissionais que trabalhavam na jornada escolar ampliada do PETI e professores, ambos das instituições localizadas mais próximas às residências dessas crianças e adolescentes.

Os passos metodológicos utilizados foram os de cunho qualitativo, adotados para coletar discursos sobre o sentido do trabalho infantil relacionado aos modelos de socialização, no que tange à *moral geracional* e à *moral universal*. A metodologia qualitativa permitiu aos agentes desta pesquisa construir sentidos e atribuir significados a seus discursos e a suas práticas, mesmo que o princípio dessa construção seja estruturado pelo mundo social.

Assim, a apreensão das representações sociais constitutivas da realidade social onde se inserem crianças, adolescentes e adultos tem no conceito de *habitus* o seu centro. Essa apreensão se deu pela combinação dos seguintes instrumentos de pesquisa e respectivos resultados: a observação participante possibilitou apreender os hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características do cotidiano; as entrevistas semiestruturadas ou não diretivas permitiram um guia de temas a ser explorado durante o transcurso das entrevistas realizadas; e a apreensão audiovisual possibilitou a revisão analítica de momentos não percebidos pela pesquisadora, em campo, de forma a melhor contextualizar os pontos recortados²⁶.

Para complementar os dados coletados a partir dos tradicionais instrumentos de pesquisa, observações, questionários e entrevistas, foi utilizada a técnica de grupos

²⁶ A apreensão audiovisual é um recurso utilizado pela Sociologia Visual, em que “[...] o visual se torna cada vez mais documento e instrumento indispensável na leitura sociológica dos fatos e dos fenômenos sociais” (MARTINS, 2008, p. 10).

focais com o objetivo de captar a dimensão cultural e subjetiva dos agentes sociais para compreensão do fenômeno do trabalho precoce. O grupo focal é uma técnica que permite, em um mesmo momento, fazer emergir pontos de vistas similares e distintos sobre o mesmo objeto de estudo. Trata-se de uma técnica que reúne, aproximadamente, de 8 a 12 pessoas, para dialogar sobre um tema específico. Uma das recomendações é que o grupo tenha “alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas” (GITTI, 2005, p. 7).

Os grupos focais foram realizados com crianças, adolescentes e mães. Os grupos constituídos por crianças e adolescentes foram organizados a partir do critério de idade, objetivando captar comportamentos, atitudes e valores relacionados ao trabalho precoce; e as instituições de socialização, específicas aos grupos de idade. Dessa forma, foram constituídos grupos por crianças de 7 a 11 anos e de crianças e adolescentes de 12 a 15 anos de idade. Mantive a posição de facilitadora do debate, intervindo em momentos oportunos para fazer fluir a troca de ideias relacionadas a cada grupo específico. O objetivo era captar discursos, falas e imagens que apresentassem percepções sobre a defesa ou não do trabalho na infância, valores estes desenvolvidos no decorrer da história ou mesmo na biografia geracional de suas famílias e/ou na escola e no PETI.

Assim, estabeleceu-se um diálogo entre a pesquisadora e os pesquisados, confluindo análises do mundo acadêmico com a da representação do mundo dos informantes, permitindo a análise local correlacionada ao sistema social global, construindo um quadro metodológico que proporcionasse compreender o trabalho infantil tanto em seu aspecto teórico, como macro e microssociais.

Os estudos de campo foram realizados no local onde moram as crianças e adolescentes, nas unidades familiares de produção e consumo de marisco, na escola e no PETI. As informações coletadas em campo foram analisadas com atenção para as posições que os agentes da pesquisa ocupam no mundo social, porque elas orientam as suas disposições sobre o trabalho infantil e o conjunto de referentes que se relacionam a ele. Cada agente, de acordo com sua posição nas estruturas sociais, vivencia um conjunto de experiências que estrutura sua subjetividade, constituindo uma espécie de “matriz de concepções e apreciações” que orienta e estrutura suas ações em todas as situações. Isso porque as posições dos agentes no mundo social relacionam-se as instituições de socialização onde

as marcas de suas posições sociais, os símbolos que a distinguem e que a situam na hierarquia das posições sociais, as estratégias de ação e reprodução que lhe são típicas, as crenças, os gostos, as preferências que a caracterizam, em resumo, as propriedades correspondentes a uma posição social específica são incorporadas pelos sujeitos, tornando-se parte constitutiva de sua subjetividade (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p. 30).

A metodologia escolhida foi desafiadora, uma vez que captar os sentidos que o trabalho infantil representa para estes múltiplos agentes revela a complexidade que o trabalho precoce, especificamente o trabalho na pesca de mariscos, desvela. Com essa metodologia, objetivou-se entender o porquê de o trabalho precoce permanecer tão presente na vida de crianças e adolescentes, mesmo com a presença de espaços formais de socialização que dialogam contrariamente a esta prática.

O intuito foi construir um quadro metodológico em que se pudessem observar questões do mundo objetivo e subjetivo, ainda que essa dupla dimensão, construída da realidade social, conferisse uma certa primazia dada às estruturas sociais. É o que levou a dois momentos na investigação: um primeiro momento objetivista e um segundo momento subjetivista. Por um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo

constrói no momento objetivista, ao afastar-se das representações dos agentes da pesquisa, são o fundamento das representações subjetivas, e estas constituem as limitações estruturais. Entretanto, estas representações devem ser também analisadas porque fazem parte das lutas cotidianas, individuais e coletivas, que visam a transformar ou conservar tais estruturas. Uma vez que há no mundo social estruturas objetivas independentes da consciência e da vontade dos agentes, que podem limitar suas vontades e suas representações.

Assim, para captar elementos destas duas instâncias, subjetiva e objetiva, foi necessário conhecer anteriormente as condições em que os agentes da pesquisa estavam inseridos, e brevemente, seus comportamentos e atitudes sobre o trabalho infantil, de forma a reduzir a *violência simbólica* que o pesquisador pode exercer, mesmo sem querer, sobre os entrevistados. É sobre estas questões e outras relacionadas à trajetória da pesquisa que se constitui o próximo item.

1.4 – A postura da pesquisadora

Anteriormente aos trabalhos de campo, os estudos realizados pela *internet* evidenciavam o perfil da comunidade e dos moradores. Essas informações foram importantes para conhecer os problemas sociais vivenciados por eles, que estão abaixo da linha da pobreza, em decorrência do acesso precário ou de nenhum acesso às políticas de saúde, educação, lazer e assistência social. O reflexo dessa realidade repercute fortemente no incentivo ao trabalho infantil:

muitas das crianças e adolescentes da comunidade, em razão da situação sócio-econômica de suas famílias, vão para as ruas “trabalhar”.

Seus “trabalhos” são os mais diversos: desde a coleta e cata de sururu na Lagoa Mundaú (a cinco metros de profundidade), coleta de restos

de alimentos e alimentos estragados no Mercado da Produção, aos pedidos de esmolas, aos pequenos furtos, à prostituição, aos roubos, ao tráfico de entorpecentes, entre outros que nem sequer se pode imaginar.

As crianças e adolescentes da comunidade usam a sua inteligência e criatividade para **SOBREVIVER**, totalmente desamparados pelo Poder Público.

Não há qualquer programa de qualificação profissional para os adolescentes que podem ser “aprendizes” e, muito menos, política pública municipal de combate ao trabalho infantil (ALAGOAS, 2007, p. 8-9).

Diante das denúncias do Ministério Público, para ir ao espaço da pesca necessitava do consentimento da liderança comunitária e ainda do acompanhamento de uma profissional que tinha trabalhos sendo desenvolvidos na comunidade, como cadastramento da população e verificação de quem precisava de registro de nascimento para viabilizar o acesso das crianças e adolescentes às políticas sociais, e como tal era bem quista pelos moradores. Em um contexto dominado pela incerteza e com poucas definições sobre o que poderia acontecer durante a visita àquela comunidade, a ansiedade, o medo e, ao mesmo tempo, a curiosidade faziam parte dos sentimentos da pesquisadora. Entretanto, esperava-se que as pessoas da comunidade fossem desconsiderar os propósitos de se estudar o trabalho infantil, porque naquele período muitas denúncias haviam acontecido sobre este fato. Havia o medo de que a pesquisa não fosse bem aceita e que fosse confundida com uma estratégia do governo para vigiar aquelas crianças e punir os pais. Daí a necessidade de adiantar para as pessoas que a pesquisa seria realizada a partir de várias conversas e visitas as suas residências.

As pessoas da comunidade foram receptivas às metodologias da pesquisa, talvez porque naquele período tinham recebido muitos estudantes que estavam fazendo um cadastramento na comunidade para o Projeto Catavendo da OIT, que objetiva desenvolver atividades de geração de renda para as famílias que possuem filhos trabalhando e, ao mesmo tempo, contribuir para a erradicação das piores formas de

trabalho infantil. Assim, as visitas à comunidade não causavam tanto estranhamento, mas, ainda assim, a vigilância sobre o que se fazia, o que se conversava com os adultos e com as crianças, era exercida por vizinhos e curiosos. Pelo fato de a comunidade apresentar altos índices de violência urbana, o espaço da pesca apresentava algumas inseguranças a uma pesquisadora que precisava manter contatos diretos com os moradores do local, uma vez que o primeiro grupo de entrevistas foi realizado nas casas das crianças e adolescentes, durante a realização do trabalho da despincagem. Assim, a importância de demonstrar confiança e não medo, e garantir aos entrevistados: crianças, adolescentes e suas mães que a pesquisa não iria lhes prejudicar, mas conhecê-los melhor, estudá-los, já que se tratava de um estudo acadêmico. De fato, todo empreendimento científico se inspira na convicção de que

o pesquisador, ao mesmo tempo mais modesto e mais ambicioso do que o curioso pelos erotismos, objetiva apreender estruturas e mecanismos que, ainda que por razões diferentes, escapam tanto ao olhar nativo quanto ao olhar estrangeiro, tais como os princípios de construção do espaço social ou os mecanismos de reprodução desse espaço e que ele acha que pode representar em um modelo que tem a pretensão de validade universal (BOURDIEU, 2007b, p. 15).

Esses fatores, como modéstia e dedicação, ajudaram na disponibilidade das pessoas da comunidade para participar das entrevistas, descaracterizando os perigos aparentes da localidade; quando, por muitos momentos, a sensação de segurança motivava a frequência ao local, ao mesmo tempo, um conjunto de perguntas aflorava em meio às questões do trabalho infantil. Assim, o sociólogo está exposto ao veredito ambivalente dos não especialistas, que se dispõem a participar da pesquisa desde que estejam de acordo com sua sociologia espontânea²⁷; só assim é possível compreender suas práticas. Essa *reflexividade* do pesquisador no ato da pesquisa, através do retorno

²⁷ Mesmo sabendo que essa sociologia espontânea deve também ser objeto de estudo de um pesquisador das Ciências Sociais, porque se constitui em um momento necessário ao trabalho científico (BOURDIEU, 2004, 157).

sobre sua prática e sobre si mesmo, promove, segundo Corcuff (2001, p. 63), “a capacidade do sociólogo de levar em conta a relação que ele mantém com seu objeto [e] constitui então um dos meios para melhorar a qualidade científica de seu trabalho”.

No momento da pesquisa de campo, as crises vivenciadas na Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió, devido ao início de seu processo de desabilitação da gestão municipal das políticas sociais, repercutiam no pagamento de Bolsas, via programas sociais, e na transferência do PETI para o programa Bolsa Família. Ainda não havendo identificação da pesquisa, pelos informantes, com estratégias governamentais, sentia-se a insatisfação da população com as políticas sociais locais. Conforme se evidencia abaixo:

todavia, diante da Municipalização das políticas voltadas à infância e à juventude, apesar de existirem alguns programas sociais elaborados pela União voltados ao combate à exploração sexual infanto-juvenil, à erradicação do trabalho infantil, à prevenção de atividades ilícitas e à manutenção dos vínculos familiares, tais programas são executados de forma sofrível pelo Município de Maceió que, apesar de receber recursos federais, é sabedor de que deveria complementar tais verbas com recursos suficientes para garantir o alcance das metas das políticas, bem como a sua execução de forma a assegurar os direitos que as políticas visam proteger (ALAGOAS, 2007, p. 12).

Esta realidade despertava alguns cuidados como: andar pelas ruas, conversar informalmente com as pessoas, conhecer o processo da pesca do sururu e a divisão do trabalho na cadeia de produção, assim também como conversar com adultos e crianças e lhes perguntar sobre o que achavam de morar ali, se gostavam de trabalhar com mariscos etc. Mesmo com o estranhamento que perpassa a relação pesquisador *x* pesquisado, criou-se uma interação, com crianças, adolescentes e suas mães, a ponto de confienciarem seus segredos, histórias de vida, angústias e desabafos, o que levava a relacionar essas questões ao trabalho infantil, descritas no *corpus* deste estudo. Assim, no decorrer das investigações sobre a comunidade, tinha-se a percepção de como funcionavam as unidades de produção e consumo de mariscos, as relações

sociais construídas, os conflitos vivenciados, as dores sentidas, as exclusões vividas e os desejos idealizados por aquela gente. Esse conhecimento da realidade articulava teoria e empiria, e a teoria bourdieusiana servia de ferramenta para auxiliar a pesquisa e a compreensão do mundo do trabalho infantil na pesca de mariscos, a partir de um *construtivismo estruturalista*, assim definido por Bourdieu (2004, p. 149):

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existe, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. –, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo quero dizer que há, de um lado, uma agência social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais.

Esse construtivismo basea-se na noção de que existem no mundo social estruturas objetivas que informam a ação e a representação dos indivíduos, porém sabe-se que essas estruturas são construídas e reconstruídas socialmente a cada momento, portanto funcionam dialeticamente. Desta forma, essa base do conhecimento possibilitou formular um esquema de percepção e ação pelas conversas informais com adultos e crianças e as observações de como viviam, o que faziam, do que gostavam e do que não gostavam, constituiu-se importante para a elaboração dos roteiros de entrevistas semiestruturadas, questionários e grupos focais, anteriormente descritos, a serem realizados com crianças, adolescentes, mães, professores e educadores.

A metodologia²⁸ contemplou algumas oficinas recreativas com as crianças e os adolescentes na associação de moradores da comunidade. Nesse momento, sentiram-se livres para desenhar e pintar o cotidiano de responsabilidades e dificuldades que

²⁸ A sociologia da infância no cenário internacional propõe desafios teórico-metodológicos de considerar as crianças como atores sociais. Tal sociologia tem o objetivo de criar um espaço para a infância no discurso sociológico, compreendendo-a numa complexa teia de interdependência delas com os adultos (DELGADO; MÜLLER, 2005).

enfrentam no dia a dia que, mesmo assim, não cala o sonho e a representação de ideias coloridas e signos presentes no imaginário infantil, que nem sempre coincidem com a representação da realidade opaca de suas práticas de vida cotidiana. O interesse pelas pinturas e desenhos mostrava também as dificuldades em ler e escrever, além da hiperatividade, falta de concentração e violências interpessoais, expressões relacionadas às relações sociais vivenciadas cotidianamente.

A relação face a face da pesquisadora nos processos de construção da realidade social pelas crianças e adolescentes aproximava-a do imaginário infantil, ao mesmo tempo que esse imaginário remetia a estratégia de pesquisa ao campo da educação, porque exercitava o ato de ensinar através de desenhos e pinturas, algo recorrente durante todo o trabalho de pesquisa de campo. Essa estratégia facilitou ainda mais o andamento da pesquisa, pois, no imaginário daquela população, a pesquisa ativava um caráter educativo, almejado por crianças e mães. Nesse momento, percebia-se que a figura do pesquisador precisava corresponder às expectativas do grupo pesquisado, caso contrário a pesquisa poderia não se realizar.

Quanto às instituições de socialização formal, escola e PETI, antes da primeira visita ao campo foram realizados contatos com as coordenadoras e/ou diretoras daqueles espaços para informá-las da pesquisa. Os primeiros contatos *in loco* foram para observar a dinâmica social, cuja realidade não é estranha a uma pesquisadora das ciências sociais. Esses contatos tinham por objetivo conhecer como os profissionais percebiam o trabalho infantil e a política que se propõe a erradicá-lo; ao mesmo tempo, pesquisar crianças e adolescentes para confrontar suas percepções com as que já haviam disponibilizado nos momentos anteriores. A investigação teve como propósito saber não apenas o *dito*, ou seja, o que aparecia à primeira vista, mas também o *não*

dito, o escondido, o subjacente e mais profundo dessa realidade²⁹. Em termos gerais, “[...] o conhecimento científico só é obtido mediante uma ruptura com as representações primeiras – chamadas ‘prenoções’ em Durkheim e ‘ideologia’ em Marx – que conduz às causas inconscientes” (BOURDIEU, 2004, p. 151).

O tempo destinado aos trabalhos de campo foi de 2007 a 2008, perfazendo um total de um ano de pesquisa. Primeiro o local da pesca, depois a escola e o PETI, e posteriormente, à volta ao espaço da pesca para coletar outras informações, uma vez que as primeiras visitas a esse território aconteceram no período de abundância do sururu, em um momento, e no outro, na escassez do marisco, implicando outras estratégias de trabalho para as crianças e os adolescentes que permaneciam no PETI.

Nesses *campos*, tomou-se como objeto de análise a realidade social e a percepção sobre ela, as perspectivas e os pontos de vista de quem a vivencia para dar significados ao trabalho infantil e a partir daí elencar signos, tradições e valores aos discursos das crianças, dos adolescentes e de suas mães. Os dados apontaram um duplo dividendo constitutivo do trabalho infantil: o valor moral e a importância do ganho para ajudar na sobrevivência da família. Esses discursos carregam consigo interação com o mundo mais amplo: a infância de seus pais, que também foram trabalhadores infantis, especificamente as mães. Ao mesmo tempo indicam que essa população teve pouco ou nenhum acesso à cidadania, ou seja, o acesso à escola e à infância sem trabalho. Ao fazer isso entende-se que é preciso “apreender *individuos plura*is

Para Torres, Melo e Ximenes (2009), o *dito* e o *não dito* estão relacionados a “uma análise de enunciados, entendida como a *performance* de um conjunto de regras, articulações que constituem o discurso, como algo não definitivo, mas que possui relações com outros discursos. Isto requer que compreendamos os fundamentos teóricos do discurso, para perceber que este é produzido em um determinado momento histórico-social e se constitui por sistemas simbólicos que dão materialidade às práticas discursivas dos homens em sociedade [...]”.

produzidos e produtores de relações sociais variadas (CORCUFF, 2001, p. 25), grifos do autor). Como tal, a realidade social é entendida como construção histórica. Por isso:

A Sociologia deve incluir uma sociologia da percepção do mundo social, isto é, uma sociologia da construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo. Porém, dado que nós construímos o espaço social, sabemos que esses pontos de vista são, como a própria palavra diz, visões tomadas a partir de um ponto, isto é, a partir de uma determinada posição no espaço social. E sabemos também que haverá pontos de vista diferentes, e mesmo antagônicos, já que os pontos de vista dependem do ponto a partir do qual são tomados, já que a visão que cada agente tem do espaço depende de sua posição nesse espaço.

Desse modo, os *campos* desta pesquisa foram também espaços dos pontos de vista dos agentes que dela participaram. Como o sociólogo tem a particularidade, de ser aquele cuja tarefa é dizer as coisas do mundo social, e de dizê-las, como elas são, foi mantida a imparcialidade necessária, sem se pretender nenhuma neutralidade científica forçadamente estabelecida por algum método ou teoria. A pesquisa foi conduzida com a vontade de disponibilizá-la de forma objetiva, mas sem negar o simbólico e as representações presentes nos discursos das falas dos agentes. Assim, a postura de engajamento e distanciamento do objeto pela pesquisadora: *Distanciamento*, como em toda a ciência, o pesquisador que visa o rigor deve se afastar das ideias preconcebidas (as suas, as dos autores que ele estuda e as ideias correntemente compartilhadas no domínio analisado); *Engajamento*, como elemento indispensável para compreender o modo de funcionamento dos grupos humanos, do interior, respeitando seus pontos de vistas sem perder o foco da intenção de pesquisa (CORCUFF, 2001, p. 35). Manteve-se o perfil de uma pesquisadora que visa desvelar as estratégias ocultas de dominação pelo estudo das particularidades de histórias coletivas.

1.5 – A identificação dos agentes da pesquisa

Nesta pesquisa as crianças e os adolescentes foram entendidos como categorias sociais e cidadãos, sujeitos da história que precisam de cuidados e de atenção. Tinha-se a intenção de perceber como elas pensavam e sentiam as práticas de trabalho, a escola e o PETI. Nesse sentido Ariès (1981) contribui com a ideia de que a infância está diretamente articulada à história e à sociedade, por expressar as imagens e concepções de infância ao longo da história e ser contrário à posição de miniaturização da criança no mundo social.

Portanto, ao se observar os trabalhos de pesquisa acadêmica que apresentam pesquisas feitas em campo com adultos e, principalmente, com crianças, era estranho o uso de números e letras dos seus nomes, negando, assim, a sua condição de serem sujeitos da história, relegando-as ao anonimato, uma vez que desconsideravam a sua identidade. Por isso, desde o início dos estudos de campo e no momento da elaboração dos primeiros textos sobre as observações realizadas, emergiu a necessidade de uma narrativa direta em que os sujeitos da pesquisa aparecessem nomeados. Entretanto, com a preocupação de não revelar a identidade das crianças e dos adolescentes, assim também como as de suas mães, foram omitidos seus verdadeiros nomes, porque seus depoimentos trazem muitos elementos relacionados às práticas de trabalho infantil proibidas por lei, além de críticas à escola e ao PETI. Por isso, identificá-los tornava-se um risco real, fazendo-se necessário usar nomes fictícios, ao mesmo tempo que não nomeá-las negava a possibilidade de perceber crianças e adolescentes como sujeitos da história, porquanto ouvi-las se traduz em conhecer suas condições de vida e suas interpretações sobre elas.

Essa alternativa metodológica também foi pensada em relação aos profissionais que trabalham com as questões de ensino/aprendizagem na escola e no PETI, que responderam aos questionários. Para os grupos de profissionais, optou-se por considerar neste estudo o conceito de professor/a para os profissionais da escola, e educador/a para os profissionais que trabalham na jornada escolar ampliada do PETI. O objetivo era resguardar a identidade destes profissionais, uma vez que seus depoimentos tecem críticas ao funcionamento da política para erradicação do trabalho infantil, quando pontuam as dificuldades estruturais e funcionais para a realização das atividades socioeducativas. A não identificação dos seus nomes na pesquisa foi um critério explicado pela pesquisadora aos informantes do processo investigativo, com o propósito de se construir a base da confiança entre pesquisadora e pesquisados, principalmente em relação aos profissionais do governo, que temiam ser identificados e ter suas vozes gravadas³⁰.

Nesse sentido, conforme Müller e Delgado (2005), o pesquisador tem um papel importante porque se constitui em investigador dos locais, objetos, símbolos, pessoas, atividades e situações constitutivas do seu objeto de estudo. Além disso, Bourdieu (2003c) assinala a necessidade de proteger aqueles que espontaneamente nos confiaram seu tempo, suas experiências. Diz ainda que o sociólogo precisa “não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender”, ou seja, entender as pessoas como elas são, sem classificá-las. Ao mesmo tempo, evidencia a importância de ultrapassar as explicações e imagens simplistas e unilaterais, por uma representação complexa e múltipla, fundada em discursos diferentes, às vezes, inconciliáveis.

³⁰ O gravador foi usado nas entrevistas e grupos focais realizados com crianças e adolescentes e suas mães, entretanto seu uso intimidava os profissionais da escola e do PETI, daí a utilização de questionários para coletar as informações desses profissionais.

A pesquisa tem o objetivo de ouvir os diversos agentes relacionados com o trabalho infantil e com a política que se propõe erradicá-lo, privilegiando uma análise relacional e posicional dos *campos* onde se encontram. Da fala das crianças e adolescentes emergiram depoimentos sobre as condições e o sentido do trabalho que realizavam na cadeia produtiva de mariscos, na coleta de material reciclado e nos serviços domésticos, além dos sonhos de ter uma casa para morar, uma escola mais equipada e espaços de lazer e recreação próximos as suas residências. Em relação as suas mães, estas narraram suas histórias de vida e as dificuldades sociais em que viveram desde a infância, além dos desencantamentos com as políticas sociais atuais. Os profissionais da escola e do PETI mostraram suas percepções sobre o comportamento das crianças e adolescentes e suas práticas de trabalho. Seus relatos elucidam as condições disponibilizadas pelas políticas sociais dirigidas à infância das classes populares: contradições, sentidos e sofrimentos estiveram presentes nos depoimentos. Assim, o pesquisador precisa filtrar todas as percepções sobre o fenômeno analisado sem perder a objetividade de sua análise. Como diz Fernandes (1997), o pesquisador deve partir dos níveis perceptivos e cognitivos oferecidos pelas ideologias e utopias; em se tratando de um sociólogo, não deve ter o compromisso com a defesa da ordem, mas com a sua negação.

Em todos os discursos, a *violência simbólica* emergiu com muita força, uma vez que as relações de dominação perpassavam as questões de gerações, dos adultos em relação aos *trabalhadores de pouca idade*, e a instituição por eles representadas. Além da *violência simbólica*, a violência³¹ física e falada atravessa o cotidiano de

³¹ Essas várias modalidades de violência nos remetem a problemas de ordem estrutural do capitalismo, mas também nos exigem uma reflexão sobre as 'deformações éticas e morais' vivenciadas nos tempos atuais; deformações essas que produzem, respectivamente, esgarçamentos nas leis e fraturas nos laços sociais. Ou seja, vivenciamos um momento de crise profunda de valores e referências que são

crianças e adolescentes desta pesquisa, nas três instituições de socialização: no momento das brincadeiras quando eles mesmos se agridem e se machucam, e no trabalho, onde as mães a usam como *pedagogia educativa*. Assim, as falas desses agentes revelam a pluralidade de percepções sobre o trabalho infantil, do gosto ao repúdio, e as ambiguidades constitutivas dos modelos de socialização que vivenciam. Por isso, o desafio a renunciar a quaisquer critérios de verdades universais e absolutos, assim como instiga a pensar que estes agentes atribuem sentidos aos fatores relacionados ao trabalho infantil e como representam tais fatos nos discursos constitutivos de suas práticas sociais. Como diz Ortiz (2003, p. 8), “[...] todo esforço da análise sociológica consiste em desmistificá-la, pois o gosto, assim como as atividades estéticas, longe de ser uma virtude puramente individual, é sempre marcado por um conjunto de elementos sociais”.

Além das falas, as fotografias tiradas, que ilustram as capas dos capítulos desta tese, estão impregnadas de realidade e se constituem em uma metodologia visual, uma vez que são objeto de conhecimento sociológico. Para Kramer (2002) a fotografia é um constante convite à releitura, a uma forma diversa de ordenar o texto imagético; é, portanto, re-significar o olhar sobre um quadro único, além de um rigoroso instrumento de resgate da memória.

As fotografias neste estudo representam o cotidiano de crianças e adolescentes, observando-se que o uso de imagens na pesquisa científica requer cuidados, principalmente as de crianças. Assim, optou-se por usar os recursos da informática para posicionar as crianças nas fotos no sentido de dificultar a identificação delas, ainda considerando que elas são sujeitos desta pesquisa e da história da qual fazem

imprescindíveis para o convívio humano em contextos e situações de trocas sociais (VASCONCELOS, 2007).

parte. Segundo Mauad (2004), a fotografia é uma representação visual de algo real ou imaginado e se converte no referente que deve ser reproduzido na vida cotidiana, portanto não são objetos isolados, mas indelévelmente revestem-se de sentido social.

Além das fotografias, os desenhos elaborados em oficinas foram utilizados como material de pesquisa, nos capítulos três e quatro, uma vez que as crianças e adolescentes colocaram no papel o que lhes era pertinente e tinha a ver com seu cotidiano. Dessa forma, foram realizados dois tipos de desenhos:

a) **desenhos livres:** aqueles sem uma definição *a priori*, em que as crianças e adolescentes desenharam o que vinha à mente naquele momento – muitas casas, as atividades de lazer, o futebol, empinar pipas, pular corda –, que indicava a representação do desejo de ter uma casa adequada para morar e de perceber que isso, somado aos fatores de carência social e econômica, não era impeditivo à afetividade que representavam a partir dos desenhos, especificamente no caso das meninas. Para Pires (2007), esse tipo de desenho é importante a fim de melhor definir os temas que podem posteriormente ser trabalhados na pesquisa. Fizeram um total de 50 desenhos livres e posteriormente os desenhos temáticos, cerca de 30 desenhos.

b) **desenhos temáticos:** aqueles relacionados a um tema específico, nesta pesquisa, dirigidos à pergunta “Eu ajudo minha família em quê?”. Daí apareceram desenhos sobre o processo de trabalho na pesca: os instrumentos de trabalho, a despincagem e o momento da comercialização do produto, além de desenhos que evidenciavam o contato destas crianças e adolescentes com trabalhos complementares a este, como os afazeres domésticos. São estes desenhos que representam nesta tese a inserção dos *trabalhadores de pouca idade* em práticas de trabalho precoce. Quando

solicitados a desenhar o que faziam na pesca do sururu, os meninos desenharam os barcos, a lagoa e os instrumentos da pesca; as meninas desenharam os trabalhos que fazem para preparar o sururu para comercialização junto às mães.

Os desenhos mostraram que há uma divisão social e sexual de trabalho na cadeia de produção do sururu, que está associada às imagens do trabalho pesado culturalmente realizado pelos homens e às do trabalho doméstico realizado pelas mulheres, conforme se apresenta nos capítulos três e quatro desta tese. Nesses desenhos o objetivo era colher representações de como esses agentes se posicionam ante as práticas de trabalho que desenvolvem na vida diária.

Os desenhos fizeram parte das oficinas realizadas na associação de moradores da comunidade onde residem, na escola e no PETI, em horários negociados com as mães, professores e educadores, de forma a não prejudicar a rotina educativa das crianças e adolescentes. Assim, revelaram o interesse e a motivação dos pequenos trabalhadores, evidenciando um gosto reduzido em relação à leitura e à escrita. A análise da materialidade dos desenhos e, portanto, da agência envolvida neles, de acordo com o corte de análise, constituiu-se, em termos metodológicos, numa mediação reveladora de relações e representações sociais³², demonstrando, assim, a relevância dessa metodologia para o conhecimento sociológico do mundo social.

³² Falar em representações sociais é remeter-se ao conhecimento produzido pelo senso comum. É, pois, “referir-se a um modelo teórico, um conhecimento científico que visa compreender e explicar a construção desse conhecimento leigo, dessas teorias do senso comum” (SANTOS, 2005, p. 21). Dois importantes teóricos da teoria das representações sociais, como Moscovici, que retoma de Durkheim o conceito de representações coletivas e as define como “teorias” destinadas à interpretação e construção do real, e Jodelet, cujas representações devem ser estudadas articulando elementos efetivos, mentais e sociais, constituem teorias psicossociais importantes para a compreensão das práticas sociais e do sentido que os sujeitos dão à realidade social da qual fazem parte (SANTOS, 2005). Entretanto, a opção aqui vai além da compreensão da realidade social, pois se reveste da necessidade dada às relações de sentido e à dominação simbólica constitutivas do *espaço* da pesca. O objetivo é realizar uma análise detalhada “[...] sobre a complexidade da relação entre sujeito-realidade-intersubjetividade-objetividade” (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1995, p. 22), para compreender os grupos sociais ou indivíduos em processo de interação, de criação de formas de exprimir realidades e produzir conhecimentos (OLIVEIRA, 2001, p. 71). Assim, o conceito de *habitus* mostra-se importante para pensar as

O uso de diversas técnicas em pesquisa é permitido, uma vez que o pesquisador tem a liberdade de escolher as técnicas e instrumentos que melhor se ajustem ao estudo, mantendo como contrapartida “[...] uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto às condições de seu emprego (BOURDIEU, 2005, p. 26).

Assim, essa metodologia apresenta-se mais acertada para uma pesquisa qualitativa, em que é dada grande importância ao pesquisador que decide quando interromper a observação e a coleta de dados, ao se certificar de que os dados coletados atendem aos objetivos da pesquisa e ao processo de investigação, uma vez que o processo de investigação nas ciências sociais

[...] requer a reflexão simultânea sobre a contribuição trazida por um estudo específico ao conhecimento disponível em relação a uma determinada temática, sobre o próprio processo investigativo, e o lugar do(a) pesquisador(a) na produção e recepção dos conhecimentos tornados públicos (WEBER, 2007, p. 5).

Neste estudo, a partir desta metodologia, foram apreendidas as relações microsociais, como valores, crenças e sentimentos que movem os indivíduos a defenderem ou não defenderem o trabalho infantil, considerando o contexto das unidades familiares de produção e consumo de marisco, a escola e o PETI, e o contexto macrossocial, sociocultural, político e ideológico, relacionados às questões mais abrangentes da economia, direitos e política, com vista a analisar as estruturas sociais destes *campos* e as estruturas sociais mais amplas da sociedade.

Assim, tem-se como tarefa descortinar para o leitor o mundo do trabalho infantil na pesca de mariscos e sua relação com as instituições de socialização, no sentido de despi-lo e nesse processo também se despir, pois a escolha de um objeto de

representações sociais das crianças e adolescentes, porque articula as ideias e as práticas sociais em uma situação de vida cotidiana que dialoga com instâncias disciplinadoras, uma vez que indica a disposição incorporada, quase postural, de um agente em ação (BOURDIEU, 2005, p. 61).

estudo não acontece de forma descontextualizada. Há, portanto, uma relação indissociável entre o pesquisador e o que será pesquisado por ele. A escolha por essa temática foi de inquietação e curiosidade por uma prática que se mostra relevante aos olhos de uma pesquisadora das ciências sociais.

A close-up photograph showing a person's hands holding a bright pink plastic cup. The cup is tilted, and a large pile of dark, shell-like objects, possibly mussels or similar marine shells, is spilling out onto a light-colored wooden surface. The background is slightly blurred, showing more of the wooden surface and some greenery. The text is overlaid in the center of the image.

CAPÍTULO 2
TRABALHO INFANTIL: MORALIDADE E
NORMATIZAÇÃO

CAPÍTULO 2 – TRABALHO INFANTIL: MORALIDADE E NORMATIZAÇÃO

Este capítulo tem como propósito promover um discurso sobre o trabalho infantil a partir de sua historicidade, quanto se apresenta nessa trajetória a vivacidade da sociedade capitalista pelas questões que se revelam estruturantes dessa atividade: uma moralidade, constitutiva de uma tradição hierárquica que se reproduz no interior da própria sociedade pela ética, a virtude e a dignidade do trabalho, como educação ideológica corporal, e outra normativa representada pelo Estado que ao mesmo tempo que regulamenta a condição de direito aos cidadãos infantis, reproduz a “ideologia da igualdade de oportunidade”, constitutiva do sistema de dominação simbólica, que garante disfarçadamente as distinções e classificações no mundo social através das políticas de erradicação do trabalho infantil e sua aceitação pela sociedade. Trata-se de um instrumento que regulamenta o *campo* do trabalho e o *campo* das políticas sociais. São essas as questões constitutivas do itinerário proposto nos próximos itens.

2.1 – O trabalho infantil no decorrer da história: lugares diferentes, situações semelhantes

A exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes foi relatada por pensadores clássicos³³ que analisaram a intensidade do trabalho dos pequenos trabalhadores e os problemas de saúde que estes sentiam, assim também como as

³³ A partir da Revolução Industrial, com o uso excessivo do trabalho de crianças nas fábricas por extenuantes jornadas de trabalho, é inaceitável por haver formas de trabalho infantil excessivamente desgastantes (MARX, 1980; ENGELS, 1977; THOMPSON, 2002). É a partir deste contexto que o trabalho infantil passa a ser objeto de reconhecimento social inadequado às crianças.

condições de trabalho junto à maquinaria que ditava a disciplina, a velocidade e a regularidade da jornada de trabalho, realidade associada aos acontecimentos históricos³⁴, com o surgimento das indústrias inglesas. A partir do século XIX, com maior intensidade, o trabalho infantil passou a fazer parte dos problemas sociais decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista. Para Neves (2006, p. 134),

é nesse quadro que se passou a colocar em questão, do ponto de vista pedagógico, filosófico, ético e jurídico, a constituição do vínculo das crianças e adolescentes pelo exercício de alguma tarefa produtiva: seja no sentido de colaborar com as atividades necessárias à manutenção dos recursos de consumo cotidiano pelo grupo familiar; – de complementar trabalhos domésticos; – ou no sentido de eles se assumirem como provedores ou substituidores de membros adultos produtivos subempregados, desempregados ou inexistentes nesse grupo familiar. Portanto, de aprendizes e sucessores em formação, eles passaram a se responsabilizar pela obtenção de rendimentos que viessem a assegurar a reprodução biológica e social da família.

Na Europa no início do século XX as crianças saíam das fábricas para serem matriculadas nas escolas (THOMPSON, 2002). No Brasil, o trabalho infantil passou a ser questão de debate público devido ao emprego das crianças na indústria têxtil, desde o século XIX, início da industrialização brasileira³⁵. As precárias condições de trabalho presentes nos ambientes onde ficavam crianças e adolescentes, referentes à falta de higiene, precariedade na iluminação, sobrecarga e acidentes de trabalho ao

³⁴ A exploração do trabalho infantil está relacionada às relações sociais e ao modo de produção da sociedade capitalista, por tratar crianças e adolescentes como pessoas adultas. Na história social, o trabalho infantil está associado às indústrias inglesas, com mais intensidade por volta do século XIX, quando se percebe que as mudanças no descobrimento da tecnologia a vapor tornaram possível construir fábricas nas cidades e intensificar a inserção de crianças de até quatro anos de idade no trabalho produtivo. Os pais, ainda que considerassem natural, não concordavam em inserir desde cedo seus filhos no mundo do trabalho fabril, entretanto, as pressões econômicas acabaram por vencê-los. É sabido que os pais, ao conseguirem algum dinheiro como artesãos, retiravam seus filhos dessa modalidade de trabalho. Thompson (2002, p. 211) diz que “não são raras as histórias de pais que se vingavam, castigando os operários que maltratavam seus filhos”.

³⁵ Levantamentos estatísticos realizados pelo Departamento Estadual de Trabalho de São Paulo, a partir de 1894, demonstram que a indústria têxtil foi a que mais recorreu ao trabalho de menores e mulheres no processo de industrialização de São Paulo. A indústria visava o trabalho de crianças e adolescentes como aprendizes que posteriormente obtinham uma ocupação definitiva, o que possibilitava o uso da força de trabalho desde cedo. Como se pode perceber, não só a Inglaterra foi berço dos graves problemas que aconteceram envolvendo crianças e adolescentes trabalhadores; no Brasil, nos anos de 1920 há registros de crianças a partir dos 8 anos de idade, com mãos pequeninas que se adaptavam à monotonia do trabalho junto aos adultos na indústria têxtil (SPINEL, 1989).

manusearem as máquinas, levaram a problemas no desenvolvimento pleno dos pequenos trabalhadores, cenário semelhante às condições de trabalho nas indústrias inglesas.

É preciso, por exemplo, deter-se no caráter histórico do trabalho infantil na forma como é enfatizado no contexto da sociedade industrial, por ser uma prática presente na vida de crianças e adolescentes no mundo do trabalho desde tempos longínquos da sociedade capitalista. Portanto, associa-se a um *habitus* de classe, tendo em vista que as crianças e os adolescentes que trabalham em atividades manuais, desde tenra idade, pertencem à classe com menor poder aquisitivo na escala social³⁶. De fato o trabalho precoce integra a organização estrutural das sociedades (escravista, feudal e capitalista), sendo específico das condições de vida das camadas populares; contudo, é na sociedade capitalista que este adquire um aspecto condenável pelo poder público, pois extrapola o aspecto educativo para se transformar em estratégia de renda familiar.

São essas questões que se apresentam como questão sociológica fundamentada nos teóricos clássicos e contemporâneos que analisam a relação do trabalho infantil com as condições de vida da classe trabalhadora, particularmente daqueles autores que escreveram sobre a Inglaterra no período do capitalismo industrial e suas consequências sociais (MARX, 1980; ENGELS, 1977; THOMPSON, 2002), e analisaram as condições de vida mediante as disposições culturais dos grupos sociais,

³⁶ O trabalho infantil foi analisado nas obras: *O capital*, de Marx (1980); *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Engels (1977); *A formação da classe operária inglesa*, de Thompson (2002). Nessas obras o trabalho infantil é um problema decorrente das contradições geradas pela sociedade capitalista de produção, que explorou a mão de obra infantil como força de trabalho em proveito do capital. As causas do trabalho infantil, segundo esses autores, decorriam das contradições de classe e da consequente pauperização dos trabalhadores adultos. Para Alvim (2006, p. 208), “a particularidade da exploração do trabalho de crianças é sim uma invenção do capitalismo que levou ao rompimento de uma tradição trabalhista, em que as relações familiares e de vizinhanças garantiam que as crianças, apesar de duramente utilizadas no trabalho em domicílio, tivessem respeitadas suas capacidades físicas, relacionadas com idade e sexo, na medida em que elas não eram submetidas a longas jornadas ocupadas em serviços considerados inadequados à sua capacidade física, segundo a tradição do trabalho familiar”.

quando apontam o trabalho infantil como uma forma de exploração e sofrimento moral e físico de crianças e adolescentes, além de autores que discutem a questão do trabalho infantil nas fábricas brasileiras na contemporaneidade (ALVIM, 1979; LEITE LOPES, 1984).

Chega-se, assim, à conclusão de que os industriais, no caso europeu e no caso brasileiro, conseguiram rebaixar os salários dos trabalhadores adultos e aumentar a demanda por postos de trabalho com o emprego de crianças e adolescentes, velando a real participação delas no processo de trabalho; uma vez que ajudavam no orçamento familiar, a questão era suavizada pelo discurso patronal.

Esta questão lembra os estudos de Alvim e Leite Lopes (1990) sobre as famílias operárias que trabalhavam na Companhia Têxtil Paulista no pós-guerra, quando analisaram como o trabalho infantil das crianças empregadas com 10 ou 12 anos, mesmo com as proibições da lei, estava inserido na economia familiar e fazia parte do projeto de reprodução e mobilidade social.

É nesse contexto histórico que a organização coletiva dos trabalhadores a partir da cooperação e do conflito buscava nas lutas e tomadas de decisões reivindicar os direitos inerentes à pessoa humana, lutando para transformar essa realidade ao despertar para a consciência de classe, quando participavam crianças e adolescentes das reivindicações e movimentos trabalhistas, como aconteceu no movimento anarquista brasileiro. São momentos como esses em que se constroem estratégias de normatização contra o trabalho infantil, formando-se uma moral que paulatinamente tornou-se universal. Mesmo denunciado como impeditivo à infância, o trabalho infantil é tolerado pela sociedade brasileira como um mal menor, inevitável diante da pobreza e da miséria, sendo preferível o trabalho à marginalidade. Essas questões estão relacionadas às populações pobres no Brasil (CHAUÍ, 1999).

A historiografia do trabalho infantil no Brasil revela a sua relação com a taxa de emprego e subemprego das pessoas adultas³⁷. Esta realidade é bastante presente com as transformações no mundo do trabalho, que provocaram maior empobrecimento dos adultos, já que eles encontram obstáculos para conseguir empregos. A reestruturação produtiva no mundo do trabalho relaciona-se também à desestruturação e à desorganização das famílias criando novas necessidades que as fazem reagir para se defender da fome e sobreviver na sociedade. Suas reações à falta de emprego envolvem o trabalho de todos da família, em uma lógica de cooperação e reciprocidade interna, que especifica a sua posição social nas relações subordinadas no modo de produção capitalista no qual se autoexploram ou são exploradas por terceiros e estão expostas a consequências nefastas. Por isso se defendem como podem e constroem suas estratégias de sobrevivência e reprodução social de forma naturalizada.

O empobrecimento das famílias no mundo global insere-as cada vez mais em trabalhos informais e temporários. Por isso, aprender a lidar com as várias facetas da pobreza, reforçando a profundidade de desigualdades reveladas a partir da inserção de crianças e adolescentes no mundo da informalidade, é uma questão associada à formação sócio-histórica brasileira, estruturada no colonialismo; na escravidão; no oligopolismo clientelista; na industrialização tardia; e na modernização conservadora da economia, que induz o trabalho infantil a ser considerado como um modelo de socialização e disciplinamento dos trabalhadores pobres, conforme se apresenta na realidade brasileira. Contudo, constata-se que um número significativo de crianças e

³⁷ O desemprego das pessoas adultas tem uma maior proporção nos segmentos de pessoas de cor escura. A relação entre a cor da pele e o trabalho infantil pode ser observada nos cruzamentos das avenidas das grandes cidades brasileiras. A maioria das crianças é negra. Isto reflete a situação de desvantagem dos trabalhadores negros no Brasil: tendem a ganhar um terço do que recebem os brancos e a exercer ocupações desqualificadas. Como consequência, seus filhos são mais pressionados a contribuir para o orçamento familiar. As estatísticas comprovam que as crianças negras trabalham mais que as brancas. No entanto, após a maioridade há uma inversão: o mercado de trabalho absorve proporcionalmente mais brancos quando há uma maior exigência de escolaridade e qualificação (SPINDEL, 1989).

adolescentes trabalham não por uma livre escolha, mas por fatores que as impelem a tal situação, como a condição de existência das famílias, obrigada a subverter os papéis, tornando-se necessário o emprego dos filhos de pouca idade.

2.1.1 – Informalidade, relações de trabalho precárias para os pequenos trabalhadores

Os problemas vivenciados pelas famílias de classes populares, decorrentes do modelo de economia global no Brasil, acarretaram as migrações³⁸ do campo para os espaços constitutivos de ocupações precárias, por exemplo, nos grandes latifúndios de plantações de cereais e frutas, nos lixões e em áreas públicas como as ruas, entre outros. Huzaki e Azevedo (2000), mediante um alto teor de denúncias, relatam em seu livro **Crianças de fibra** algumas das práticas de trabalho infantil que existem no Brasil: carvoarias, canaviais, pedreiras, sisaleiras, olarias, plantações e lixões. A realidade mostrada pelas autoras revela as condições de trabalho insalubres, perigosas e degradantes onde estão inseridas crianças e adolescentes: atividades realizadas sob o sol escaldante, em ambientes quentes, úmidos e empoeirados, repetitivas e monótonas, nas quais mantêm contatos com produtos agrotóxicos e pesos excessivos, problemas sentidos pelos pequenos trabalhadores que, desde cedo, aprendem a conviver com a dureza da vida e o afastamento da escola.

³⁸ Em decorrência da concentração da posse da terra nas mãos de um restrito número de proprietários, a partir principalmente de 1970, reduz-se a área de produção de alimentos de subsistência, para plantações em grande escala, principalmente de capim para o agronegócio e da monocultura de cana-de-açúcar. Essa realidade presente no Nordeste brasileiro impôs a saída forçada de moradores, camponeses, pessoas que viviam da agricultura de subsistência, para residir em área urbana formando favelas. São estas condições estruturais que fazem intensificar o uso do trabalho infantil. Para Fonte (2006, p. 74), “o processo de modernização da agricultura foi também sinônimo de exclusão social, como possibilidade das cidades e metrópole absorverem as populações rurais excluídas”.

Crianças e adolescentes participam de todas as etapas de trabalho, se adaptam à estrutura de cada uma delas, estão em contato com instrumentos cortantes como: foice, enxada, facões, marretas, máquinas obsoletas como as usadas para cortar e desfiar a palha do sisal, ambientes insalubres que lembram os grandes teares do início da Revolução Industrial. Lidam com produtos contaminados e cortantes, se acostumam a estar em ambiente com barulho de máquinas e em longas jornadas de trabalho, às vezes de mais de 12 horas (THOMPSON, 2002; ENGELS, 1977).

Nessas condições de trabalho toda a família participa e de maneira geral a renda recebida pelos pais diz respeito ao salário por tarefa; quase sempre o trabalho dos filhos de pouca idade é destinado a ajudá-los no cumprimento destas tarefas³⁹, principalmente nas regiões onde a exclusão social se faz mais presente, como nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Entretanto, na agricultura familiar, onde há mais controle sobre os processos produtivos, a inserção das crianças e adolescentes no trabalho, relacionada à moralidade e à exploração, toma matizes diferentes das situações de trabalho realizadas para terceiros.

Em Alagoas essa realidade não é diferente. A informalidade está presente nas diversas atividades e espaços que absorvem a mão de obra infantil: em áreas públicas urbanas; no comércio ambulante; nos lixões; na agricultura de subsistência; nas unidades domésticas de produção do fumo (VERAS, 2005; SILVA, 2003; MONTENEGRO, 2006).

Veras (2005) e Malta et al (2007) pesquisaram a realidade do trabalho infantil na cadeia produtiva do fumo no município de Arapiraca/Alagoas, onde a incidência de

³⁹ A inserção dos pequenos trabalhadores nestas atividades informais revela as desigualdades sociais e regionais da sociedade brasileira. Nas regiões Norte e Nordeste o trabalho destas crianças e adolescentes é mais forte, devido à taxa de escolaridade ser baixa, o número de filhos por família e de empregos informais ser alta (POCHMANN; AMORIM, 2003, p. 21).

utilização da mão de obra infantil se explica, em parte, pela concentração das atividades no modelo de agricultura familiar, na qual participam todos os membros da família. Em todo o processo de trabalho na cadeia de produção, há trabalho infantil, mesmo que na preparação do solo haja preferência por mão de obra masculina, geralmente a partir de 10 anos de idade, por demandar grande esforço físico e a concentração de ambos os sexos acontecer na fase de colheita e destalamento do fumo, prática que se ajusta facilmente à estrutura física das crianças e à habilidade de suas mãos para destalar as folhas do fumo, processo totalmente manual. Essa atividade concentra-se nas famílias de pequenos produtores descapitalizados com pouca ou nenhuma educação formal⁴⁰.

O trabalho infantil em Alagoas também se faz presente na área lagunar, onde crianças e adolescentes fazem parte da cadeia de produção do sururu. As condições de trabalho na pesca apresentam interação com as condições do espaço agrícola e são consideradas como uma das piores formas de trabalho infantil. As adversidades parecem ser as mesmas; não há uma idade limite para iniciarem no trabalho e à medida que vão crescendo, cada vez mais se aproximam das atividades desenvolvidas pelos pais – alguns têm a admiração dos adultos por tão cedo desenvolverem bem a capacidade de trabalho e possuírem resistência física. É importante salientar que nesta prática incorporam as estratégias de sobrevivência.

Nestes espaços de informalidade, situações precárias de trabalho possuem interação com os acontecimentos das indústrias inglesas; ainda que crianças e adolescentes não recebam um salário, elas passam desde cedo a ocupar hierarquias que

⁴⁰ Malta et al (2007, p. 51) evidencia a situação de escolaridade das famílias de pequenos agricultores da cadeia de produção do fumo, em que $\frac{1}{4}$ dos membros das famílias de produtores são analfabetos e, em maior proporção, mais da metade dos trabalhadores encontra-se nessa condição. Quanto à situação dos chefes de família, a incidência é de 70% na categoria de trabalhadores e de 46,7% na de produtores.

as classificam, de forma implícita, como ajudantes dos adultos. O pagamento por tarefa estimula os pais a inserir os filhos nas cadeias de produção e a transformá-los em ajudantes e/ou aprendizes. É o princípio das distinções sociais entre classes e grupos sociais que ajudam a hierarquizar e a classificar as crianças desde cedo como aptas ou não aptas ao mundo do trabalho.

Quando o trabalho das crianças e adolescentes é realizado para os próprios pais, elas contribuem para aumentar a produção e estão imbuídas do sentimento de solidariedade e cooperação, ainda que ao realizarem trabalhos para terceiros este sentimento também exista em relação aos pais, porque se constitui numa forma de ajudar a família. Os efeitos desta colaboração prestada ao grupo doméstico revelam o legado das poucas alternativas, ainda que necessária e educativa; essa colaboração é compreendida como dado natural por pais e filhos. Assim, esta forma de uso do trabalho infantil antecede e ultrapassa o sistema de produção capitalista, mas não se limita necessariamente às condições penosas e prejudiciais ao desenvolvimento da criança ou do adolescente (NEVES, 1999, p. 11).

São trabalhos em que não há férias, a jornada de trabalho é extensa, associada à insalubridade dos locais de trabalho e ao contato permanente com materiais cortantes, por isso os constantes acidentes de trabalho: queimaduras, cortes, amputação de membros, intoxicações, são alguns dos problemas de saúde sentidos pelos pequenos trabalhadores. Lembrando o contexto descrito por Thompson (2002), em que o referido autor descreve as condições de vida de trabalhadores que foram treinados para o trabalho desde os seis anos de idade, com uma jornada de trabalho que começava às cinco horas da manhã e durava, aproximadamente, dezessete horas por dia, de modo que lhes eram destituídas as condições de saúde e acabavam morrendo de inanição.

Cenário que parece estar presente quando contextualizamos o trabalho infantil na realidade brasileira atual.

As crianças e os adolescentes amoldam-se com facilidade ao trabalho e participam de todas as etapas do processo de trabalho, sem distinção de idade e sexo, ainda que as meninas sejam mais requisitadas nas atividades que envolvem mais delicadeza e os meninos nas atividades que envolvem maior força muscular; assim aprendem a gostar e a naturalizar o que fazem. Souza (2003) explica que há uma ideologia natural que se torna eficaz neste modelo de sociedade, na medida em que se impõe quase que casualmente na vida cotidiana naturalizando diferenças, as quais possuem um fundo socioeconômico, mas aparecem como dadas pela própria natureza e como ideologia espontânea do capitalismo. Há uma base cultural muito sólida que torna compreensível e aceitável o trabalho infantil, visto que as crianças e os adolescentes inculcam e

incorporam uma tradição em que as relações de dominação são vividas por uma espécie de troca na medida em que, por meio do trabalho das crianças e dos adolescentes, os patrões concedem uma ajuda, seja na renda familiar aos pais, seja na produtividade do pai ou da mãe. Na maioria dos casos o “ganho” é revertido para a família (ALVIM, 2006, p. 226).

O vínculo do trabalho infantil para proveito coletivo da família torna-o naturalizado⁴¹. Nesse processo passam despercebidas as desigualdades sociais, a opacidade das suas relações com a origem social e o funcionamento da sociedade capitalista. Assim as relações de trabalho que envolvem exploração são também carregadas de sentimentos e emoções, podendo conviver ambigualmente. São constitutivas de um *poder simbólico*, presente na sociedade contemporânea, que

⁴¹ As crianças e os adolescentes reproduzem as práticas de trabalho de pais e avós, “é o passado tornado presente, a história tornada corpo e, portanto, ‘naturalizada’” (SOUZA, 2006, p. 44). É, pois, pelo *habitus* do trabalho infantil corporificado pelas práticas cotidianas que podemos desvelar um sistema de dominação e desigualdades circunscritas no contexto do trabalho infantil na pesca de mariscos.

objetiva os mecanismos de dominação, como a ideologia do trabalho precoce, como formas eufemizadas, legítimas de dominação, sem o uso da força física (BOURDIEU, 2006). Somente a partir do desvelamento dessa realidade poder-se-ão vislumbrar as transformações necessárias para crianças e adolescentes, e isto envolve o desenvolvimento de uma rede de conhecimento pelas famílias sobre o ser criança e o lugar dela nesta sociedade.

Nas famílias em que os pais trabalham, as mães e os filhos ajudam a complementar o orçamento familiar, entretanto nas famílias em que o chefe da casa é a mãe, a sobrecarga de trabalho infantil é maior. Ao entrevistar os “meninos da roça”, Alvim (2006, p. 216) percebeu que “todas as crianças entrevistadas dizem preferir a escola, mas ao mesmo tempo declaram que trabalham para ajudar a mãe porque têm pena dela, que também trabalha”. Os laços de solidariedade entre mãe e filhos são mais fortes, ainda que todos da família lutem por um objetivo em comum: manterem-se vivos. Sobre isto, Neves (2006. 136) diz:

inapropriadamente, mesmo esta forma perversa de trabalho infantil insere-se entre as condições de trabalho que se legitimam pela consagração de valores morais que orientam a solidariedade familiar. Por essa associação, impõe uma remuneração que não corresponde à reprodução do trabalhador, mas à sua colaboração para a manutenção da família. Ela expressa antes de tudo a reprodução das condições penosas a longo prazo, pois eterniza a desvalorização da força de trabalho e operacionaliza a transmissão do legado da pobreza.

O ser adulto caminha junto com as crianças e os adolescentes que trabalham. Aos poucos vão assimilando o discurso dos pais de terem de ajudar nas obrigações do dia a dia, na maioria relacionadas ao trabalho, que se confundem com a própria vida destes pequenos trabalhadores. Evidencia-se um modelo de exploração de fora para dentro das famílias, que mostra diversidade, pluralidade e transformações na inserção dos pequenos trabalhadores, tornando mais visíveis as interações entre a realidade local e a global. Nesse entrelaçamento de mudanças vai se perdendo o modelo cultural

de trabalho para a constituição do sucesso⁴², o respeito às idades e aos sexos, assim também como o tempo de brincadeiras e de ida à escola.

A coletividade rural é influenciada pela dinâmica da sociedade global e com ela o medo dos pais de perderem a autoridade em relação aos filhos. São as mudanças na sociedade moderna, do desenvolvimento do capitalismo industrial ao global, que distorcem a sociabilidade presente no seio da família pelo trabalho para fins de construção de valores, visto que oferecem um conjunto de adversidades que fazem a família sentir dificuldade de manter o patrimônio sociocultural através do trabalho.

De acordo com Wanderley (1996), a questão é que a grande propriedade se impôs ao longo do tempo, no caso brasileiro, como um sistema de dominação. Logo, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno, quando comparada ao campesinato de outros países. Nesse processo o não reconhecimento da agricultura familiar de subsistência e o não incentivo por parte do Estado ao seu pleno desenvolvimento fizeram com que crianças e adolescentes fossem mais explorados pelas famílias.

Em tempos de reestruturação produtiva as relações de dominação constitutivas do modelo capitalista de produção passam a influenciar o modelo de produção artesanal no âmbito doméstico. Essa interface provoca a desvalorização do trabalhador artesanal e faz preencher o tempo livre das crianças e adolescentes, pois “o trabalho forçado em proveito do capital substituiu os brinquedos da infância e mesmo o

⁴² Para além da garantia de sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possam vir a ser transmitidos à geração seguinte, garantindo a esta as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, a alocação de seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc. são fortemente orientadas por este objetivo, a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações (WANDERLEY, 1996).

trabalho livre, que o proprietário fazia para a sua família no círculo doméstico e nos limites de uma moralidade sã” (MARX, 1980, p. 90).

As relações sociais nas cadeias domésticas de produção familiar reconfiguram formas violentas de reprodução social através do trabalho infantil, antes presentes nas relações impessoais próprias do empregador/trabalhador, agora presentes nas relações informais de trabalho. Essas relações de produção familiar possuem um sentido ambíguo porque fazem parte de sentir “classe trabalhadora”, sentido da vida e reforço do projeto coletivo da família. Nelas, crianças e adolescentes desenvolvem um sentido de se sentirem partícipes de uma classe que trabalha e imaginam ser aceitos pela sociedade, já que o ócio é condenado por esse modelo de sociedade que exclui qualquer comportamento que não se mostra condizente com sua ética: a do “bom homem”, ou seja, do homem que trabalha. E, assim, pensam em estar ocupados para escapar do estigma de serem considerados “errados” por não estarem trabalhando desde cedo.

A economia familiar é condicionada a trazer para o seu centro a impessoalidade do modo de produção capitalista; isto faz o que foi historicamente construído em torno da exploração de crianças e adolescentes nas indústrias inglesas; ser também descoberto nas relações atuais informais de trabalho que circundam as cadeias produtivas domésticas. Nesse modelo de produção o trabalho das crianças e dos adolescentes não é tão visível pela relação de ajuda aos pais quando nas indústrias inglesas e brasileiras, visivelmente mais denunciáveis devido a sua distância social respaldada na relação empregador/trabalhador.

Há, portanto, lutas em torno dessas estruturas de exploração. Os agentes sociais, que participam e naturalmente aceitam o trabalho infantil, são conduzidos pelas disposições adquiridas a partir da sua herança familiar e pela não frequência à

escola, isto é, a incorporação de um *habitus*, que não deve ser entendido como natural, mas que pode levá-los a resistir, a opor-se às forças dessa herança para tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às novas disposições, já que “podemos nos ‘recriar’, recriando nossos hábitos e normas. Somos criaturas de relações contingentes” (SOUZA, 2006, p. 31).

Essas lutas em torno dessas estruturas perpassam a percepção de que as contradições de classes sociais estruturam a existência do trabalho infantil na sociedade, mas os valores morais ajudam a manter esta prática viva e presente em múltiplos contextos sociais, o que será tratado no próximo item.

2.2 – Cultura do trabalho: contradições transformadas em valores

É através da moral do trabalho associada à ocupação do corpo e da mente de crianças e adolescentes que se reproduz a lógica da *cultura do trabalho* na sociedade contemporânea, onde as classes populares reatualizam esses valores com mais força, em virtude do pouco funcionamento do Estado de Direito.

A sociedade contemporânea trouxe consigo novas modalidades de exploração do trabalho para dentro das famílias de classes populares, condicionando-as a transformarem o que era apenas um modelo de socialização das novas gerações em um modelo pautado nas responsabilidades precoces de crianças que precisam garantir a sua reprodução e a de sua família, devido ao aviltamento de suas condições de vida. Assim, o valor econômico é uma das questões pelas quais as crianças trabalham. É ele que *a priori* justifica o uso da mão de obra infantil, entretanto, por causa do agravamento da violência no meio urbano e de suas interações com o meio rural, a

cultura do trabalho é uma das justificativas potentes para o uso do trabalho de crianças e adolescentes. Contudo, as justificativas para o uso da mão de obra infantil são ideias incutidas no imaginário social, ao longo da sociedade capitalista, em que o trabalho é apresentado como melhor que a rua, fazendo com que essa prática seja vista como parte dos códigos morais específicos das famílias populares.

Dessa forma, o trabalho infantil possui um *habitus* da moralidade impulsionado pela cultura da dignidade através do trabalho, consolidada na sociedade pela ética puritana que reserva às classes populares o trabalho manual, em que crianças e adolescentes podem aprender fazendo, sem necessariamente precisar dos conhecimentos teóricos. A *cultura do trabalho* é formada pelo valor ético que ele carrega, justificando o trabalho das crianças e dos adolescentes, independentemente de como se realize. Assim, forma-se um *ethos* burguês que diz que o sentido da vida está no trabalho, logo esse mesmo *ethos* refere-se à divisão social do trabalho no interior da classe trabalhadora e destina aos setores subalternos trabalho pesado, que não exige especialização nem formação; e aos segmentos da classe média, o trabalho intelectual, qualificado e especializado. A ética do trabalho está associada ao valor moral, transmitido geracionalmente como condição de dignidade humana⁴³. Por isso, naturalizado e afinado à posição ocupada por crianças e adolescentes no mundo social em relação ao *capital econômico*.

O desenvolvimento de uma ética do trabalho que destina às classes pobres o trabalho manual revestida de características próprias de uma sociedade cindida por intensas desigualdades sociais, em que a preguiça está associada às imagens sociais do índio preguiçoso ou do negro indolente, construídas no final do século XIX, e ainda na

⁴³ Trabalho e ética da moralidade constituem valores recorrentes da ideologia espontânea do capitalismo como parte integrante das estruturas que compõem a sociedade.

imagem que aparece na construção de Monteiro Lobato, do Jeca Tatu, o caipira ocioso que não cuidou da plantação, associam-se às crianças pobres, se estiverem desocupadas (CHAUÍ, 1999, p. 10).

Estas condutas remetem ao legado da formação sócio-histórica do povo brasileiro, articuladas aos princípios da cultura ibérica – a Portugal, principalmente –, constitutiva de uma moral puritana, hegemônica na Inglaterra no século XVIII, vinda para o Brasil com a família imperial e cujo trabalho manual constitui-se em valor julgado correto para as pessoas de menor prestígio na escala social, já que funciona como instrumento de controle social das crianças e futuros jovens, inculcando, desde cedo, os valores fundados na ética do trabalho (HOLANDA, 2008). Podemos dizer que o “modelo cultural” da virtude e da ética associada ao trabalho, vindo dos povos ibéricos, reflete ainda hoje na forma atual da *cultura do trabalho* infantil. Logo, a ética da dignidade do trabalho esconde as contradições de classe na sociedade que não deve ser entendida como imutável, mas como um processo possível de ser superado pela construção de outro tipo de pertencimento a essa cultura.

A tradução da ética do trabalho pelos pobres urbanos traz a concepção religiosa do trabalho próprio do capitalismo em sua versão puritana pelo viés de uma perspectiva de trabalho onde o fator econômico não se sobrepõe ao fator moral. Formulada dentro de uma lógica que não é protestante, mas com predomínio católico, para os trabalhadores da pesca do sururu, essa concepção tem um fundamento religioso que se estabelece na relação direta com Deus. Tem os fundamentos de, através do trabalho, embater os interesses pela “vida errada”, o ócio e a preguiça, assim construindo o *habitus da modalidade* a partir do trabalho infantil. E também constrói a ética do trabalho, distante daquela fundada no valor protestante do trabalho como atividade redentora, predestinada e racional de Weber. Trata-se, pois, da ética expressa

na aceitação do sacrifício, constitutiva do *ethos* desta categoria de trabalhadores, também sintetizadora de diversos valores de referência comportamental (NEVES, 1999, p. 166).

No Brasil a *cultura do trabalho* infantil está associada à formação do homem honesto, tornando-se um mecanismo contra a ociosidade e o tempo livre, vistos como fonte de perigo e uma das principais causas de afastamento do “caminho do bem”⁴⁴. Esse valor moral atribuído ao trabalho, não ao trabalho em si, realizado por crianças, está afinado ao modelo de trabalho como ocupação para responder às pressões sociais. Isso é característico do movimento higienista brasileiro, portanto se faz necessário contextualizá-lo.

O final do século XIX e início do século XX constituem na implementação do movimento higienista. Esse movimento pretendia proteger a infância para que ela estivesse a serviço do Estado; para isso eram destinadas, via políticas sociais, a escolarização e a profissionalização dos adolescentes, visando inculcar desde cedo o senso de ocupação e as disposições para o trabalho técnico que contribuíssem com o desenvolvimento do país, que se industrializava. O objetivo era fazer crianças e adolescentes serem submissos ao poder do Estado, através da preparação da sua mão de obra para servir ao desenvolvimento do país, e não subverter a ordem estabelecida. Segundo Pinheiro (2006, p. 57),

com esses ditames, uma exigência se impunha: disciplinar e controlar as crianças e adolescentes – em especial os pertencentes às classes subalternas – para que se tornassem úteis à Nação, como mão-de-obra adequada às tarefas próprias a um país subdesenvolvido, com uma história social recente de mão-de-obra escrava, de economia sujeita aos ditames do País colonizador; uma mão-de-obra agora não mais escrava, mas que pudesse se fazer submissa e que ocupasse as

⁴⁴ Franch (2008), em pesquisa realizada sobre os sentidos do tempo para jovens de camadas populares, percebeu que o excesso de tempo pode ser vivido como estigma entre aqueles que vivenciam as situações de exclusão social decorrentes das transformações no mundo do trabalho e da diminuição do papel do Estado.

funções subalternas no processo de modernização ao qual o País começava a aderir.

Assim, era fundamental que a formação escolar e profissional⁴⁵ dos *trabalhadores de pouca idade*, filhos de classes populares, fosse respaldada na disciplina e no controle⁴⁶, para fazê-los submissos aos interesses do país e evitar que ficassem ociosos e se voltassem para a delinquência e marginalidade. O tempo livre das crianças pobres, desde esse contexto, é entendido como um tempo perigoso que devia ser controlado e disciplinado; o trabalho era uma medida necessária ao controle da mendicância e da marginalidade, destinado a grupos específicos no espectro social, como medida preventiva e mediadora dos males causados pela indigência.

A imagem das crianças de classes populares era aquela que acompanhava uma infinidade de características negativas como: “a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas” (RIZZINI, 1993, p. 96). Em outros termos, denunciando o sentido ideológico e segregacionista, ela seria o antônimo da criança bem cuidada, filha de família burguesa dotada dos suficientes recursos para lhes garantir o acesso a

⁴⁵ No Brasil o advento da República trouxe uma nova preocupação: precisava-se de uma população preparada para impulsionar a economia nacional. Nesta época asilos de caridade foram transformados em institutos, escolas profissionais, patronatos agrícolas. Assim surgiram novas instituições, algumas fundadas por indústrias, visando à adequação do menor às necessidades da produção artesanal e fabril, formando desde cedo a futura mão de obra da indústria. Foi o caso do Seminário dos meninos, que em 1874 tornou-se o Instituto de Educandos Artífices, em São Paulo, oferecendo ensino profissional para alfaiates, marceneiros, serralheiros e seleiros. A iniciativa foi estendida para outros estados. A Sociedade Propagadora da Instrução popular (1874) tornou-se o Liceu de Artes e Ofícios, oferecendo aprendizagem industrial e agrícola. O Asilo dos Meninos Desvalidos, criado em 1875, transformou-se posteriormente no Instituto Profissional João Alfredo. Em 1899 é criado o Instituto Professora Orsina da Fonseca para o preparo profissional de operárias, de 8 a 18 anos (RIZZINI, 1999, p. 378-379).

⁴⁶ Elias (1994b), através de uma análise sociológica processual, na qual dá ênfase aos processos de longa duração, tem a visão de que o comportamento do indivíduo e o controle da conduta do homem não são algo natural, ou seja, não nasceram com ele, mas que esse controle se legitima pelo condicionamento dos indivíduos às regras ditadas pela sociedade que os levaram a absorver, constantemente, os padrões ditados por ela. Assim, à medida que o indivíduo vai se civilizando, torna-se maior o controle físico e psíquico sobre sua conduta. É desta forma que a civilização através do trabalho se torna um controle da conduta do indivíduo desde a infância.

uma boa escola, boas roupas e acesso à assistência médica. Dessa forma, a raiz econômica da distinção social torna-se invisível.

Com isso, se forja uma representação social sustentada por um discurso constitutivo do pensamento social brasileiro de que “para o adolescente pobre é melhor estar trabalhando, aprendendo um “ofício”, do que, ocioso nas ruas, ficar à mercê de ocupações perigosas – perigosas não para eles, mas para a ordem social, atentadora à segurança, não à sua, mas à da sociedade” (PINHEIRO, 2006, p. 59). Assim, crianças incutiam desde cedo o discurso da ocupação e o repúdio ao ócio: princípios da *cultura do trabalho*.

O Brasil facilmente articulou-se às concepções do movimento higienista. Com elas o trabalho manual era dirigido aos filhos das famílias menos privilegiadas da escala social, à medida que o mesmo trabalho era receitado como “remédio” a grupos específicos da sociedade, como solução para o problema do menor abandonado e/ou delinquente. O trabalho desde tenra idade foi indicado como alternativa de ocupação; representa a ideológica percepção de que somente ele poderá integrar os indivíduos à sociedade⁴⁷. A *cultura do trabalho* no Brasil é construída por esses pilares defendidos pelo higienismo associados às concepções burguesas que não veem com “bons olhos” o tempo livre das crianças.

Essa formação moral pelo trabalho infantil alimenta a cultura da ordem social pelo processo de reificação ideológica que reserva o trabalho manual aqueles que não tiveram acesso à escola. Nessa perspectiva, criticando o movimento higienista,

⁴⁷ Na década de 1920, no Brasil, quando houve maior demanda para os serviços da agricultura, por iniciativa do Departamento Nacional de Povoamento, funcionavam vinte patronatos agrícolas, colônias que albergavam e atendiam crianças recolhidas nas ruas visando formar o trabalhador nacional. Para Rizzini (1999, p. 380), “a história desses institutos mostra que o preparo do jovem tinha mais um sentido político-ideológico do que de qualificação para o trabalho, pois o mercado (tanto industrial, quanto agrícola), pedia grande contingente de trabalhadores baratos e não-qualificados, porém dóceis, facilmente adaptáveis ao trabalho”.

Nogueira (1993, p. 40) diz que “[...] o trabalho é um grande fator de moralização, um antídoto contra os maus hábitos tais como os vícios, a preguiça, a vagabundagem”, pois era assim entendido pelas políticas sociais constitutivas do movimento higienista. Por estar associado a manter a ordem social e ocupar o tempo livre de crianças pobres, o trabalho constitui-se em um instrumento de *dominação simbólica* sobre o *corpo* disciplinado destas crianças. É a força simbólica de um discurso performático e, em particular, de uma ordem constitutiva de poder que se exerce sobre os corpos (BOURDIEU, 2007a).

A reificação do trabalho infantil encobre seu verdadeiro papel no processo de produção de valor, perpassando uma ideologia de que o trabalho precoce é uma categoria educativa, formadora e reabilitadora da infância “desestruturada”⁴⁸, independentemente de como seja exercido. Sarti (2003, p. 39) argumenta que “[...] o mundo do trabalho no Brasil constitui-se dentro de um universo social onde as relações capitalistas se entrecruzam com os traços escravistas e clientelistas de nossa formação histórica”.

No Brasil, as respostas para esse problema social são encontradas no estudo da sua formação histórica e social. Um país que se estruturou na cultura clientelista e oligopolista, com industrialização tardia, a lógica da repressão e do disciplinamento dos pobres, pelo trabalho se faz presente desde tenra idade. Essa lógica tem sido absorvida pelas famílias de baixa renda e tem sido indicada como alternativa de

⁴⁸ A ênfase na crença de que a indolência era o cerne do mal e a preparação para o trabalho, desde cedo, a principal virtude a ser alcançada, faz parte do modelo de política criado no século XIX, a partir dos institutos de formação do “pequeno” trabalhador. É neste contexto que, segundo Rizzini (1999, p. 376-377), “o debate sobre a teoria de que o trabalho seria a solução para o ‘problema do menor abandonado e/ou delinqüente’ começava, na mesma época, a ganhar visibilidade”. Nesta perspectiva, muitas crianças foram recrutadas sob a alegação de lhe propiciarem uma ocupação considerada mais útil, capaz de combater a vagabundagem e a criminalidade. Assim, está presente toda uma ideologia de supervalorização do trabalho, que defende ser ele o centro das atividades dos indivíduos, mesmo os de pouca idade.

socialização para as crianças em detrimento da falta de sua inserção pela via do conhecimento especializado. Lógica mistificadora das relações desiguais, que são passadas de geração a geração como naturais.

O trabalho infantil é constitutivo de práticas que se articulam permanentemente e tecem o real, em um jogo cuja moral do trabalho passa a fazer parte da cultura das classes populares, por um conjunto de signos, uma estrutura específica de relações sociais das quais fazem parte crianças e adultos em um processo de interiorização e exteriorização de práticas sociais, de um *habitus* do trabalho, parte de um sistema de crenças, normas, valores, representações e práticas sociais presentes na rede de sentidos que o trabalho infantil produz e reproduz ao longo dos tempos.

O *habitus* da moralidade faz do trabalho um sistema de representações sociais através do qual se constrói o sentido do mundo, do homem e de seu comportamento em torno dele. Esse *habitus* se fortifica à medida que crescem os índices de violência no mundo social e há o afastamento do Estado no campo social⁴⁹. Esse afastamento do Estado nas políticas sociais universais promove a sua *antítese*: a educação dos filhos dos trabalhadores pobres pela via do trabalho precoce. Essas mudanças no Estado foram analisadas por Bourdieu (2003a, p. 219) em artigo intitulado *A demissão do Estado*, relacionado ao caso francês, onde o autor diz:

com o enfraquecimento do sindicalismo e das instâncias mobilizadoras, as novas formas que a ação do Estado reveste contribuem para a transformação do povo (potencialmente) mobilizado em um agregado heterogêneo de pobres atomizados e “excluídos”, como são designados pelo discurso oficial; aliás, estes são evocados sobretudo (senão, exclusivamente) quando “causam problemas” ou para lembrar aos beneficiados que se trata de um privilégio possuir um emprego permanente.

⁴⁹ A partir do final da década de 1980, no Brasil, com o projeto neoliberal constatam-se as poucas motivações do Estado em financiar políticas públicas de atendimento aos problemas sociais. O arcaísmo e ineficácia do serviço público, que visa corrigir os efeitos da distribuição desigual dos recursos do capital econômico e cultural, para um Estado com características “filantrópicas”, que destina aos pobres mercedores políticas residuais, estrategicamente focalizadas no segmento infanto-juvenil.

São questões como estas, no caso brasileiro, que revigoram os discursos sobre o valor moral que o trabalho pode trazer para pequenos trabalhadores, discursos revestidos de contradições, ao mesmo tempo, fortalecidos pela ineficácia do Estado no campo social. Para Holanda (2008, p. 39), “onde prevalece uma forma qualquer de moral do trabalho dificilmente faltará a ordem e a tranquilidade entre os cidadãos, porque são necessárias, uma a outra, a harmonia dos interesses”.

A cultura da moralidade associada ao trabalho é constitutiva de *capital simbólico*, e têm a ver com a produção e a reprodução das estruturas sociais hierárquicas na sociedade, legitimando a prática do trabalho infantil e a justificando como sendo estratégia de socialização de crianças pobres. Ela constitui a base a partir da qual se exerce o poder na sociedade para esconder ou eufemizar as hierarquias sociais, para que as diferenças de poder e de pertencimento social passem a ser percebidas pelos agentes sociais como apenas ausência de conhecimento, de competência, de comportamento, de alta cultura. Logo, a divisão de classes sociais não é facilmente percebida pelos agentes sociais. Assim, a condição de trabalhador infantil é uma estratégia de inserção no “mundo do trabalho” aceito culturalmente pela sociedade. Com efeito, “sabe-se, desde sempre, que as crianças transportam consigo o peso da sociedade que lhe é legado pelos adultos, embora façam-no a todo instante incorporando a estas normas e regras, a renovação” (SOUZA, 2004, p. 38).

A cultura da moralidade do trabalho contém mecanismos que levam crianças a agir de acordo com o socialmente esperado pela sociedade, a partir do que é “certo” ou “errado” fazer nas relações sociais. O comportamento⁵⁰ desses indivíduos, mesmo que

⁵⁰ Elias (1994b) mostra que na sociedade todo ser humano está exposto, desde o primeiro momento da vida, às influências e à intervenção moderada de adultos civilizados; ele deve passar por um processo civilizador para atingir o padrão alcançado por sua sociedade no curso da história. Isto significa que há uma ligação entre estruturas psicológicas individuais (estruturas de personalidade) e as formas criadas

eles não tenham noção disso, faz parte de um sistema de disciplinamento que tem a função de harmonizá-los em sociedade, produzindo formas de controle social – capacidade de controlar a ação do outro através da coerção da mente e do corpo⁵¹. Assim, o trabalho infantil é uma representação disso.

A moral do trabalho condiciona a disciplina do corpo como método que permite o controle minucioso das operações corpo e mente, impondo uma relação de docilidade-utilidade condizente como o modelo cultural. As práticas disciplinares constitutivas do trabalho infantil “[...] fabricam assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 2004b, p. 118). Dessa forma a docilidade dos corpos, características das práticas de trabalho, possui dominação, relações de obediência e de poder que hierarquizam o trabalho da criança em relação ao trabalho do adulto.

Essas relações poderão ser atenuadas a partir do respeito ao tempo livre das crianças, de outras formas de sociabilidade em que o tempo seja ocupado por uma cultura recreativa, baseada na valorização das relações pessoais, na participação nos espaços públicos e privados onde crianças e adolescentes moram, introduzindo na rotina deles elementos lúdicos e educativos que possibilitem um colorido especial e possam transformar a realidade onde estão inseridos em outra forma de ocupação da mente e do corpo. Por isso o corpo é um reservatório de conhecimentos; para Bourdieu

por indivíduos independentes (estruturas sociais). Estas estruturas para ele não são fixas, mas são mutáveis. Logo, as mudanças que ocorrem nas estruturas da personalidade são um aspecto específico do desenvolvimento de estruturas sociais. Assim, o trabalho infantil possui uma relação direta entre *sociogênese* e *psicogênese*, dessa relação à formação de novos comportamentos, produtos da conjuntura da qual faz parte.

⁵¹ Para Foucault (2004a, p. 147), “o corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre as crianças e as instâncias de controle”. Todo o social é vivenciado pelo corpo, corpo este que pensa e que sente. Logo, a socialização e a disciplina da criança e do adolescente pelo trabalho tendem a efetuar uma somatização progressiva das relações de dominação, o que as leva a fazer “espontaneamente” e lhe exige as suas condições sociais, ou seja, a ordem social “naturalizada” oculta sua própria arbitrariedade como natural.

(2007a, p. 172), “aprendemos pelo corpo. A ordem social se inscreve nos corpos por meio dessa confrontação permanente, mais ou menos dramática, mas que sempre confere um lugar importante à afetividade e, mais ainda, às transações efetivas com o ambiente social”.

Os corpos das crianças trabalhadoras representam a mais tangível incorporação de elementos pré-reflexivos, automáticos e espontâneos desde tenra idade, fruto da persuasão invisível de uma pedagogia implícita, passada pela família e naturalizada pela escola, que molda comportamentos. O gosto pelo trabalho não as faz saírem do ciclo da pobreza, mas ajuda a formar um novo ciclo: aquele cujo grau de não pertencimento social se expande por aumentar as distâncias para se tornarem realmente cidadãs de direito.

Ainda sobre os corpos das crianças e dos adolescentes, constata-se haver condicionamentos pré-reflexivos e espontâneos deles para inscrever em seus corpos práticas de trabalho, disposições de um *habitus* herdado de seus antecessores. Seus corpos são a representação social de suas vivências junto a seus pais e avós. Seus *habitus* de trabalho são moldados pelo modelo de cultura e socialização, que se torna visível ao falarem, andarem e trabalharem, constituindo-se em classificações sociais, mediante as quais são prestigiados ou desprezados.

Assim, o trabalho infantil torna-se uma crença corporificada através da prática cotidiana, quando se aprende a treinar o corpo como “reservatório de valores”. Os valores construídos em torno do trabalho infantil são fruto da persuasão invisível de uma pedagogia da violência, que implicitamente e explicitamente inscreve-se e naturaliza-se no comportamento social de crianças. Para Souza (2006, p. 46-47),

desse modo, o corpo funciona como “operador analógico” das hierarquias prevaletentes no mundo social. O corpo é, enfim, o campo de forças de uma hierarquia não expressa – entre sexos, classes ou grupo de idade – contribuindo decisivamente para a naturalização da desigualdade em todas as suas dimensões.

Nota-se que o corpo contribui com essa cultura de valores incorporada nos comportamentos das crianças, transformada em “dignidade” e “virtude” o que fortifica o sentido do trabalho, e as experiências imediatas são percebidas como as únicas existentes. A ação sobre essa realidade material e simbólica implica preparação para que o trabalho não tenha apenas um fim exterior ao homem, pelo valor econômico e moralizador que ele carrega, mas que possa fazer parte da vida como mediação à construção do ser social. Para isso a moralidade do trabalho precisaria ser reconstruída pelas políticas públicas, atribuindo-lhe a importância do trabalho protegido na vida adulta e a preparação das crianças e dos adolescentes para compreendê-lo – ultrapassando, assim, os valores de disciplina e controle dos corpos, de forma também a desvelar os valores morais e econômicos tão “caros” à existência do trabalho infantil.

2.3 – *Cultura de direitos: a construção de uma moral de cidadania*

De uma *cultura do trabalho* presente na estrutura social da sociedade a uma *cultura de direitos* que se constrói com um novo tipo de moral para crianças e adolescentes em contato com o mundo do trabalho: o direito ao tempo livre durante a infância.

Os direitos das crianças e dos adolescentes revelam que eles são merecedores de apoio do Estado contra explorações que possam ocorrer no espaço público e dentro de suas redes familiares. A defesa dos direitos destes segmentos no Brasil interage com o contexto internacional de defesa da democracia numa sociedade global.

Isto relaciona-se à década de 1980, marcada pelos movimentos de resistência ao período militar e de luta pela redemocratização do país, uma fase de significativos avanços políticos e institucionais na constituição de um Estado democrático de direito, e com ele delinea-se um “novo olhar” para a infância trabalhadora. Essa década foi constituída por vários movimentos em favor da infância em todo o mundo, e a pluralização de atores sociais amplia-se e politiza-se, trazendo para o centro do discurso as reivindicações de ampliação da cidadania e com ela os posicionamentos contra a exploração e a favor da proteção das crianças, sobretudo das que trabalham. É nesse período de efervescência dos movimentos sociais que o trabalho infantil “vem se assentando na promulgação de um aparato de leis, de convenções e recursos socialmente redistribuídos, a partir dos quais os direitos vão sendo incorporados a programas sociais” (NEVES, 2006, p. 137).

Nesse contexto, mudanças no plano cultural e social trazem à cena pública novos sujeitos de direitos: crianças e adolescentes que devem ser protegidas pela sociedade, pela família e pelo Estado. Esse contexto revela um novo lugar para os *trabalhadores de pouca idade* e com isso um reordenamento da política social destinada a eles. Essas mudanças reorganizam os direitos de serem crianças e adolescentes em uma sociedade que está se aproximando de uma democracia participativa, construindo as bases da justiça social. Os direitos assumem uma concepção distinta de períodos anteriores, quando crianças e adolescentes eram tratados como “menores”⁵². Essas ideias de serem cidadãos – como tais, portadores de

⁵² As leis de proteção à criança e aos adolescentes trabalhadores no Brasil tiveram início desde o começo do século XIX, com a proibição do trabalho insalubre e fatigante aos escravos com menos de 12 anos. A designação “menor” é enfatizada tanto no Código de 1927 quanto no Código de 1979, norteados pelos princípios liberais e positivistas, fundamentados pelos pensamentos dos “discípulos” de Comte. Utilizava-se de um Estado controlador, cuja pessoa do juiz representava a autoridade que impunha normas e regras de conduta aos menores pobres e a suas famílias. Ambas as legislações expunham as famílias pobres à intervenção do Estado, por sua condição de pobreza – fato é que o Código de Menores

direitos – incluem a criação de novos direitos. Assim a nova conjuntura pede, a partir do final da década de 1980, políticas sociais não mais corretivas e ajustadoras, atendendo a um patamar de “bem-estar” do menor, mas políticas sociais pautadas no tratamento de crianças e adolescentes como cidadãos, assim como institucionalizado na Constituição brasileira de 1988 e na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989. É nesse contexto que para Burity (2006, p. 98-99) a

cidadania tornou-se um significante que passou a condensar/articular uma série de expectativas de inclusão, participação e enfrentamento das carências e das desigualdades sociais. Apontando ao mesmo tempo para maior diferenciação e maior sentido de universalização do “catálogo de direitos” e da legitimidade do “direito a ter direitos”, a cidadania veio nuclear um crescente número de iniciativas associadas a outro objetivo abrangente: o aprofundamento da democracia.

Há uma reconfiguração do discurso em torno do direito da criança, sobretudo da que trabalha. Com isso, ocorre uma ressignificação do trabalho infantil, na tentativa de coibir determinadas práticas de trabalho, como, por exemplo, nas carvoarias, no sisal, no corte da cana-de-açúcar, nas pedreiras etc⁵³. Toma vulto o discurso da exploração infantil e para isso a necessidade de se regulamentar a proteção à infância trabalhadora, rompendo com os códigos menoristas de 1927 e 1979.

Nesse contexto, os dois documentos normativos que passaram a orientar as políticas sociais no Brasil foram a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁵⁴, 1990, imprimindo ao termo “menor” uma nova conotação:

de 1979, na forma com que viria a ser aprovado, propôs-se a ser uma reformulação do Código de 1927. Um Estado repressor e disciplinador que conduzia a sociedade sob um viés pacificador e tutelado pelos interesses majoritários do sistema capitalista. O Estado seria a instituição capaz de atender às necessidades das massas, via políticas públicas; assim conseguiria manter a harmonia social e evitar desequilíbrios no tecido social, já que as famílias pobres eram as culpadas de promover a desordem no País (PINHEIRO, 2006; RIZZINI, 1999).

⁵³ Esta realidade ganhou evidência nacional a partir do final da década de 80, quando várias denúncias apareceram na mídia, relativas às explorações de crianças e adolescentes, especificamente nas regiões Norte e Nordeste do País, regiões densamente marcadas pelo subdesenvolvimento e elevados índices de concentração de renda e desigualdades sociais (POCHMANN; AMORIM, 2003).

⁵⁴ Para Marin (2006, p. 25), esse documento significou o salto qualitativo não apenas na concepção dos direitos de cidadania da população infanto-juvenil, mas também pela proposição do reordenamento

“cidadão de direitos”, negando formalmente a base da filosofia do direito menorista. Ratificando, com isso, o reconhecimento social como a base moderna da cidadania jurídica, e com ela se formam os pilares da *cultura de direitos* à infância protegida. Assim, o Brasil, inserido num contexto formalmente democrático, aberto e pluralista, instituiu a Constituição de cidadãos infantis a partir de 1988.

O ECA reafirma o conteúdo institucional de 1988, no que consiste a garantia dos direitos deste segmento de não ser explorado no âmbito da família e do comércio, ou seja, de não poder exercer qualquer atividade de trabalho considerada prejudicial para o seu desenvolvimento físico, mental e social. A proteção à infância por situação irregular é substituída pela proteção integral, constituindo um marco na história⁵⁵ dos direitos sociais das crianças no Brasil – um divisor de águas, que passa a nortear o planejamento, a execução e a avaliação das políticas sociais, cuja família ganha centralidade neste debate. Ainda que o ECA incida na culpabilidade dos pais por não desempenharem suficientemente seu papel de proteção aos filhos, estes precisam ser entendidos também pelos efeitos dos constrangimentos econômicos, sociais e culturais por que passam na sociedade. Essas normatizações tomam o significado de ser criança e adolescente como centralidade, considerando que todo o fato que atente contra seu desenvolvimento é uma violação dos direitos humanos.

político-institucional. Esse estatuto representou uma ruptura na tradição nacional e latino-americana porque alterou o caráter autoritário e corporativo da legislação e das políticas públicas orientadas para a criança e a adolescência.

⁵⁵ Esse histórico demonstra que houve a produção de novos discursos em torno da questão da criança e do adolescente, visto que nos Códigos de Menores de 1929 e de 1979, constitutivos de um discurso fundamentado na filosofia menorista do início do século XX, perdurou até o final da década de 80, foi ressignificado em 1990, porque os paradigmas pontuados nestes Códigos eram opostos aos valores democráticos, liberais e jurídicos, em consonância com os princípios da moral, da religião, da cultura e da educação postos na configuração da ordem mundial. Um viés democrático operou reformas para acompanhar as mudanças sociais, dando novas conotações aos processos enunciativos quer seja no âmbito do indivíduo, para quem as leis são constituídas, quer seja para a sociedade que passa a conviver com padrões constitutivos de novos valores normatizados (PADILHA, 2005; PINHEIRO, 2006).

O conjunto de direitos à proteção da infância no Brasil ainda não é comportado pela estrutura social, política e econômica; há distância entre o que está na lei e a realidade. Uma vez que a escolarização universal não tem sido eficaz, tendo em vista a ação marginal do Estado no que diz respeito à constituição de estruturas institucionais que comportam o desenvolvimento de atividades compatíveis com o sentido de infância, porque a socialização pelo trabalho continua ainda a reproduzir trabalhadores precoces. Para Kramer (1982, p. 24), “a criança é encarada como se fosse a-histórica e como se seu papel social e seu desenvolvimento independessem das condições de vida, da classe social e do meio cultural de sua família”. Ou seja, trabalha-se, as crianças e os adolescentes, com um ideal de como devem ser. Essa homogeneização da infância, supõe-se que todas aprendem, agem e reagem de forma semelhante, independentemente de seu *capital cultural*.

Mesmo assim, o investimento legal e de formação de quadros institucionais para o combate ao trabalho infantil tem colocado em prática alguns dos preceitos do ECA, de que a criança e o adolescente têm direito “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Entretanto, um novo momento na história das políticas sociais dirigidas a infância é o direito à ocupação do tempo com atividades recreativas que envolvam o lúdico como elemento educativo. A noção moderna de dignidade, pautada no ECA, implica uso igualitário e universal do respeito e do reconhecimento social da infância, com base na noção moderna de cidadania jurídica. Contudo, essas conquistas precisam sair do papel e fazer com que a igualdade de oportunidade deixe de ser um ideal e, realmente, esteja incorporada nas práticas sociais das famílias.

A linguagem dos direitos e da cidadania como reflexo do processo democrático conquistou significativos avanços político-culturais e institucionais. Mesmo assim, os discursos legislativos/estatais, por um lado, defendem o direito da criança e do adolescente ao não trabalho, e por outro lado, não disponibilizam uma política de emprego e renda para as suas famílias. A questão de classe não é considerada, daí por que a participação desses segmentos no mundo do trabalho tem a ver com:

Sua participação no processo produtivo, o tempo de escolarização, o processo de socialização no interior da família e da comunidade, as atividades cotidianas (das brincadeiras às tarefas assumidas) se diferenciam segundo a posição das crianças e de sua família na estrutura sócio-econômica (KRAMER, 1982, p.5).

Sendo assim, há uma *cidadania inexistente* (TELLES, 1992) ou uma *construção social da subcidadania* (SOUZA, 2006), diante da não extensão dos direitos às famílias, e estas desenvolvem estratégias para garantir a sobrevivência, operacionalizando a transmissão do legado da pobreza como um fenômeno natural, afastando-se, assim, da *cultura de direitos*. Tudo isso é vivenciado pelas unidades familiares de produção e consumo do sururu, conforme se expõe no próximo capítulo.



CAPÍTULO 3

A CULTURA-SURURU E O TRABALHO INFANTIL: TRAÇOS CARACTERÍSTICOS DA REALIDADE ALAGOANA

CAPÍTULO 3 – A CULTURA-SURURU E O TRABALHO INFANTIL: TRAÇOS CARACTERÍSTICOS DA REALIDADE ALAGOANA

Este capítulo mostra que o trabalho infantil está presente na cultura do sururu em Alagoas e relaciona-se às condições econômicas, sociais, políticas e culturais dos moradores do bairro do Dique Estrada, capital Maceió. Para analisar o trabalho infantil na pesca do marisco sururu, desenvolveu-se a necessidade de leituras sobre a pesca artesanal desse marisco.

A pesca do sururu está diretamente associada às particularidades econômicas, sociais e culturais do Estado de Alagoas. Faz parte da sua economia baseada na monocultura da cana-de-açúcar, que possibilitou, diante da falta e/ou precarização do emprego no campo, o interesse de várias famílias pela pesca do sururu, cuja prática garante a sobrevivência de pais e filhos destituídos da terra. Portanto, sem terra para desenvolver a agricultura familiar, migraram para as margens da lagoa Mundaú, onde encontraram o local propício à moradia e ao trabalho. A naturalização desta prática acontece nas comunidades lacustres de Maceió, constitutivas de desigualdades associadas ao pertencimento a uma cultura, símbolo da sociedade alagoana e ao mesmo tempo cultura das “margens”, porque carrega consigo o peso das tradições e contradições que dialogam com a prática do trabalho infantil.

Assim, será apresentado o processo de trabalho na cadeia de produção do sururu, relacionado às suas etapas, instrumentos, divisão social e sexual de trabalho, com base em figuras e depoimentos.

3.1 – Cultura-sururu: relações de dominação a partir da formação do Estado de Alagoas

A dimensão cultural tem sido importante para o estudo dos problemas sociais dentro da produção sociológica contemporânea, que atribui importância aos processos culturais na compreensão das mudanças ocorridas na dinâmica social da sociedade atual. Há um direcionamento na teoria social que aponta para a importância da dimensão simbólica, para o estudo das relações sociais e do ser social, em que há uma inter-relação entre sociedade e cultura, sem reducionismo. Assim, a partir de Thompson (2007, p.165), a cultura está diretamente relacionada à vida social,

isto porque a vida social não é simplesmente uma questão de objetos e fatos que ocorrem como fenômenos de um mundo natural: ela é, também, uma questão de ações e expressões significativas, de manifestações verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos que se expressam através desses artefatos e que procuram entender a si mesmos e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem.

Por ser a cultura um sistema de crenças, valores, normas, representações e práticas sociais, constitutivas de uma rede de sentidos, percebe-se sua interrelação com as práticas sociais do mundo do trabalho. Assim, há vínculo entre a cultura-sururu e as condições histórico-sociais no que consistem as crenças e práticas articulatórias do mundo do trabalho do qual fazem parte as crianças e os adolescentes. Desta forma, não se pode reduzir à cultura-sururu as análises *subjetivistas* que “reduzem as estruturas às intenções” e superar as abordagens *objetivistas* que “deduzem as ações às estruturas” (BOURDIEU, 2004), mas considerar ação e estrutura fazendo parte das práticas sociais onde se encontra o trabalho infantil.

A cultura-sururu faz parte de uma cadeia de referentes que revela toda uma dinâmica que perpassa não só às *estruturas estruturadas* da própria cultura, mas

também as *estruturas estruturantes*, como a política social que lida com a erradicação das práticas de trabalho infantil, relacionadas ao espaço onde se desenvolve a pesca do sururu, que dá nome a essa cultura. Nessas estruturas se forjam representações, contradições e ressignificações do trabalho infantil a partir de uma bipolaridade de referentes que se misturam, de um lado com os traços de uma cultura periférica das margens, e de outro, uma cultura raiz, símbolo⁵⁶ da identidade alagoana. O que implica diferentes “olhares” para essa cultura a partir da *gente-sururu*, que a vê como necessária a sua sobrevivência e pertencimento social e, ao mesmo tempo, como cultura do estigma.

A cultura-sururu é produtora de símbolos, de significados e práticas e também de um sistema de dominação que revela um *habitus* de classe popular. Como diz Miceli (2005, p. XIII), “assim como não existem puras relações de força, também não há relações de sentido que não estejam referidas e determinadas por um sistema de dominação”. Por isso, a cultura-sururu é cultura de distinção por ser subcultura, a definir-se assim pela sua distância em relação à cultura dominante. Em Bourdieu (2005, p. 10),

a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os de todas as outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.

⁵⁶ Em Bourdieu (2005, p. 10) percebemos que “os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimentos e de comunicação (Cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social, que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração ‘moral’”. Em Alagoas a cultura-sururu é símbolo da diferença de uma gente que luta diariamente pelo seu espaço no mundo e que se mantém integrada à realidade estigmatizante da vida cotidiana por meio do trabalho, que funciona além do critério de sobrevivência como elo de comunicação, de valor e reprodução social.

A cultura-sururu constitui-se em um sistema simbólico de referentes que legitima distinções e relações de dominação de uma classe sobre a outra no contexto lagunar. A degradação das condições de vida da *gente-sururu* no espaço da pesca e, conseqüentemente, no seio da sociedade alagoana, evidencia que a pesca do sururu⁵⁷ é um *campo* social constitutivo de indivíduos que possuem baixo *capital econômico*. Com isso a criação de uma Alagoas polarizada que reforça as desigualdades culturais, econômicas e sociais entre os incluídos e excluídos. Diz Martins (2002, p. 130):

a desigualdade que há entre os plenamente incluídos (com acesso às oportunidades que a sociedade pode oferecer na economia, nas relações sociais, na cultura) em relação àqueles cuja inclusão se situa à margem dessa mesma sociedade, submetidos a permanentes insuficiências, carências e privações não só materiais. Aqueles que se defrontam de fato com coisas, espaços e situações que lhes são vedados nas próprias relações cotidianas.

Percebe-se que o espaço da pesca do sururu⁵⁸ convive com precárias condições de educação, saúde, habitação, lazer etc. e apresenta a forma marginal e residual de trabalho artesanal. Assim,

a extrema pobreza também é educacional e profissional, 26,9% dos habitantes se declararam analfabetos, mas entre os 67,9% que já estudaram, poucos escrevem mal o próprio nome; 52,6% afirmaram ter profissão mesmo sendo atividades não especializadas; 55,4% não têm nenhuma ocupação se quer. A renda é menos que mínima, quando não inexistente; 68,2% das famílias vivem abaixo da linha da pobreza, com 1,8% dólar por dia. Em 66% delas só uma pessoa tem alguma fonte de renda. As casas são miseráveis feitas de madeira, lona e material retirado da lagoa. Todas as ligações elétricas são

⁵⁷ No caso da pesca do sururu, os primeiros a se beneficiar com essa prática foram os índios e escravos, que tinham o sururu como fonte de sobrevivência (LINDOSO, 2009; BEZERRA, 2005). Percebemos assim que a pesca artesanal desde suas origens é uma cultura associada a um *habitus* de classe. A condição de ser artesanal pode ser superada a partir do momento em que a prática artesanal passa a ser substituída por técnicas sofisticadas de manejo do produto, neste caso, a partir do desenvolvimento das forças produtivas; no caso da pesca do sururu isso está distante de acontecer.

⁵⁸ Para Bourdieu (2007b, p. 48-49), “a noção de *espaço* contém, em si, o princípio de uma apreensão *relacional* do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a ‘realidade’ que designa reside na *exterioridade mútua* dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos, quer de grupos, existem e subsistem na e pela *diferença*, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (*ens realissimum*, como dizia a escolástica) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos”.

clandestinas, não há saneamento básico, nem banheiros, nem água encanada (COMUNIDADE..., 2005).

Mesmo despossuídos dos direitos básicos à vida, a *gente-sururu* é representante de uma cultura, de um *habitus* cultural específico, importante para os que vivem da pesca de mariscos. É nesse contexto de *inclusão x exclusão* que se encontram as crianças e os adolescentes, posicionados numa estrutura social complexa em que o trabalho infantil, nessa área, é naturalizado e entendido como parte daquele cotidiano, por isso um *campo* de representações e significados. Esse trabalho infantil situa-se no contexto de contradição entre a modernidade periférica alagoana e a não valorização da cultura-sururu, que transforma crianças e adolescentes em *trabalhadores-marginais*.

A mesma sociedade que inclui é também a que exclui e cria formas desumanas de participação, porquanto faz delas mecanismos de pertencimento social. Compartilham desse pensamento Scott e Motta (1983, p. 40), que realizaram uma pesquisa sobre as fontes de sobrevivência da população de baixa renda na cidade de Recife:

já conhecemos o caráter excludente da economia dominante. Mas a exclusão gera sua antítese: a superinclusão de maior número de trabalhadores em atividades irregulares e mal remuneradas. E então podemos dizer que a viabilidade da superinclusão (proporciona alguma renda) tende a confundir-se com sua inviabilidade (proporciona renda insuficiente e irregular). É nesse limo que se situa a maioria dos trabalhadores e das famílias da área do Recife.

Nesse sentido, em Maceió a viabilidade do trabalho na pesca como garantia de renda e sobrevivência dos moradores gera a inviabilidade do trabalho precoce. Há práticas multiformes desenvolvidas pela *gente-sururu* através da pesca do marisco sururu de capote⁵⁹, signo da cultura-sururu, produto da periferia, onde o trabalho infantil é uma prática cotidiana para os que vivem nas margens da lagoa Mundaú.

⁵⁹ Lindoso (2009, p. 8), diz: “é, sei que o sururu é um bicho complicado. E tem nome científico em latim. Pois se chama cientificamente *Modiolus guyanensis*. Mas popularmente é conhecido como

Para tanto, há necessidade de serem pontuadas algumas particularidades sociais, políticas e econômicas vivenciadas na sociedade alagoana e sua relação com a cultura-sururu, evidenciando o desenvolvimento desta cultura a partir da expansão do capitalismo, que, de uma forma mais contundente ou não, tem contribuído para um movimento de urbanização e migrações forçadas de trabalhadores que são inseridos nesta cultura.

Vê-se o processo de desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais locais, e com elas a exclusão⁶⁰ das pessoas em relação ao que possuíam, ao que faziam e ao que eram acostumadas a ser, processo desencadeado pela expansão da monocultura da cana-de-açúcar⁶¹, prática que se confunde com a formação da sociedade alagoana e com o *ethos* do trabalho precário no contexto da pesca do sururu.

O que é vivenciado pela *gente-sururu* lembra o fenômeno da fome, relatado por Josué de Castro a partir da análise dos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite, em que mostra de forma convincente a realidade de uma comunidade imprensada entre a estrutura agrária feudal e a estrutura capitalista – um cenário que até hoje persiste no Nordeste do

sururu-de-Alagoas. É da família dos mexilhões. E também se chama mexilhão-das-pedras. No meu tempo de rapaz, quando estudava no Liceu Alagoano, quando o sujeito complicava tudo, era chamado cabeça de sururu. Nunca descobri a razão do apelido. Talvez porque o caldo de sururu tem fama de que é bom para a cabeça. Lá no Sul, sururu se chama bacucu, e não sei por quê. O sururu deve ter o seu mistério. Não é um molusco qualquer. Tanto é, que hoje destaca uma cultura. [...] E produziu o maior dos poetas neo-barrocos do nosso tempo, Jorge de Lima, e o maior geógrafo lagunar alagoano, Octavio Brandão. Não sei se os negros quilombolas comiam sururu. Sei que lá nos mangues do norte alagoano não tem. O sururu é uma especialidade da cultura lagunar caeté”.

⁶⁰ Concordamos com Martins (2002, p. 122) quando diz que os excluídos numa sociedade como a nossa são: “em princípio os camponeses, os trabalhadores rurais, os expulsos da terra [...] mas são excluídos também os trabalhadores das fábricas, expulsos pelo robô, pela robotização da economia”.

⁶¹ Do engenho às usinas, a ampliação da concentração da propriedade da terra, iniciada no período colonial, deixa a sobrevivência do grosso da população de Alagoas subordinada à vontade dos usineiros. A expansão das usinas deu-se sob grande incentivo do governo à mecanização e ao uso de pesticidas, o que eliminou um considerável número de postos de trabalho temporários e de moradores (LIRA, 2007, p. 21).

Brasil. Cenário que evidencia a luta de um povo para manter-se vivo. Castro (2007, p. 18) diz:

depois que verifiquei que, no cenário da fome do Nordeste, os mangues eram uma verdadeira terra de promessa que atraía os homens vindos de outras áreas de mais fome ainda. Da área da seca, da área da monocultura da cana-de-açúcar, onde a indústria açucareira esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem: reduzindo tudo a bagaço.

Esse fenômeno possui uma inter-relação com a formação da sociedade alagoana, com traços de um capitalismo subdesenvolvido, onde prevalece uma economia de com traços oligopolistas; com isso, o subdesenvolvimento, a falta de emprego e o predomínio da pobreza. Assim, sendo as relações sociais mediadas pela lógica capitalista, com a compra e a venda de mercadorias, os trabalhadores destituídos dos meios de trabalho e os empregos precários que possuíam nas usinas migraram para os espaços onde aqueles podem ser transformados em trabalhadores “autônomos”, proprietários de sua força de trabalho e do contato livre com a natureza⁶², e com ela a possibilidade de se transformarem em possuidores de moradias, dos meios, dos instrumentos e da sua capacidade de trabalho – elementos proporcionados pelos mangues, pelas lagoas, no caso da cultura-sururu, denominada pelos pescadores de *Lagoa-mãe*.

No que diz respeito ao fenômeno da migração rural-urbana, em Alagoas seu centro está na sua capital: Maceió. Para Lira (2007, p. 24) esse fenômeno gerou-se a partir de “[...] grande excedente de mão-de-obra no campo, que cresceu à medida que as usinas expropriaram os pequenos produtores e sitiantes, com suas culturas de subsistência. Não encontrando espaço no campo, passaram a migrar para o meio

⁶² É a partir da natureza que os homens incorporam o trabalho humano. É na lagoa que estão as condições naturais da produção. É assim que o sururu se transforma em matéria-prima; assim os pescadores tiram proveito do que Marx chama de *tecnologia natural*, como acontecia nas sociedades pré-capitalistas; é o homem se utilizando das riquezas naturais como meio de subsistência (DIEGUES, 1983).

urbano, particularmente para Maceió”. Esse fato é evidenciado na pesquisa realizada pela UFAL/ABRANDH/FAO, em 2005, quando se identificou que “entre as 249 famílias entrevistadas, 43% vieram do interior do Estado devido à pobreza rural; 64,7% estão aqui [área lagunar] há mais de 5 anos” (COMUNIDADE..., 2005).

O acirramento das relações de dominação de classe em Alagoas agrava os problemas sociais pelo fenômeno da migração campo-cidade, promovendo a constituição de espaços lacustres ocupados por pessoas com a mesma condição social; espaços que estão construídos “[...] de tal modo que os agentes que ocupam posições semelhantes ou vizinhas estão colocados em condições semelhantes e submetidos a condicionamentos semelhantes, e têm toda a possibilidade de possuírem disposições e interesses semelhantes, logo de produzirem práticas semelhantes” (BOURDIEU, 2004, p. 155).

Essas distinções são fortalecidas pelas poucas oportunidades dessa população de acesso aos bens públicos, fundamentadas nas contradições de classes. Para Lira (2007, p. 32), essa herança justifica os problemas sociais vivenciados em Alagoas:

está, portanto, na concentração de renda, a origem de todos os problemas econômicos, sociais, ecológicos e políticos que, há séculos, assolam o Estado de Alagoas. O analfabetismo, a miséria (com mais de 44,3% da população vivendo abaixo da linha da pobreza), a mortalidade infantil elevada e a baixa expectativa de vida dos alagoanos (em torno de 60 anos de idade) denunciam, claramente, a baixa eficiência social do carro-chefe da economia alagoana, que é a atividade açucareira.

Assim, as mazelas sociais que afligem a população dos bairros lacustres de Maceió têm seu eixo estruturado na formação do Estado de Alagoas, sendo acatadas pelo *particularismo* da classe política e pelo *personalismo* da burguesia local, que incutem a ideia de naturalização das desigualdades sociais como *arbitrário cultural*. Essa entronização da lógica da dominação material e simbólica, impessoal e opaca do

capitalismo, engloba e redimensiona, segundo sua própria lógica, todas as relações sociais (SOUZA, 2003).

O foco distorcido deste fenômeno acirra a crença *fetichista* de que o trabalho infantil é necessário por ajudar na sobrevivência das famílias ribeirinhas que vivem nas margens da lagoa Mundaú. E, ainda, que esta modalidade de trabalho guarde um “padrão de civilidade” para crianças e adolescentes pobres, cujas brincadeiras de infância são trocadas pelo duro trabalho com o sururu, em que eles se tornam sururu, num estranho *mimetismo*, parecido com a realidade analisada por Castro, quando destaca a situação das crianças nos mangues do Recife e identifica que a situação delas é parecida com a dos caranguejos:

seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. Que aprendiam a engatinhar e a andar com os caranguejos da lama e que depois de terem bebido na infância este leite de lama, de se terem enlambuzado com o caldo grosso da lama dos mangues, de se terem impregnado com o caldo grosso da lama dos mangues, de se terem impregnado de seu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais se podiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos, seus irmãos com as suas duras carapaças também enlambuzadas de lama (CASTRO, 2007, p.10).

Os mangues atraíram famílias famintas do Nordeste inteiro: as da zona da seca e as da zona da cana, e as crianças vivenciaram as contradições destes dois mundos: da seca e dos mangues a partir da atração dos pais pelo espaço que entendiam ser de promessa, realidade análoga à alagoana, precisamente a vivenciada na periferia lagunar de Maceió.

Para Brandão (2001, p. 15-16), é necessário cuidar da educação, da saúde e da cultura das massas que vivem da pesca do sururu. Somente com o acesso destas populações aos diversos tipos de *capitais*, esse cenário poderá mudar a naturalização das desigualdades vividas e suavizar os preconceitos e prenoções *ad hoc* presentes na

vida cotidiana desta população que vive nos *entremeios* das perversas formas de subcidadania e de marginalização.

Assim, a redistribuição das pessoas no Estado de Alagoas para sua capital Maceió pode ser entendida como algo que revela o incremento das desigualdades locais e a constituição de favelas. Por isso, a migração das pessoas do campo para a cidade, no caso de Alagoas, promoveu formas de inclusão que comprometem a socialização dos membros das novas gerações. A formação deste Estado mantém os fundamentos ocultos da dominação e reprodução das condições precárias de sobrevivência intensificadas pelas “[...] ocupações instáveis, temporais e de fluxo de renda incerto e baixo, além de se submeterem a relações de trabalho fora da lei, e, portanto, muito precárias (LIRA, 1997, p. 108).

Migração e urbanização são dois fatores que estão diretamente relacionados com a cultura-sururu e, conseqüentemente, com o trabalho infantil neste campo de análise. Apesar das tendências de expansão e generalização da rede urbana, o trabalho infantil pauta-se primeiramente numa situação de classe (desigualdade social) e mantém-se e se perpetua pelo viés de uma *moral geracional* do trabalho. Em linhas gerais, se a variável econômica de desigualdade explica as causas do trabalho precoce, então ele tem suas raízes *estruturantes* contextualizadas na conjuntura sócio-histórica de Alagoas.

Foram essas particularidades que fizeram de Alagoas uma sociedade articulada pelo *patrimonialismo* e pela expropriação de mão de obra dos pobres que migram das suas terras natais, os municípios e povoados, para viver nas margens da lagoa Mundaú, centro da periferia, produto da *modernidade periférica*. Assim, Bezerra (2005, p. 169) diz:

no decorrer de algumas décadas, os espaços centrais e os periféricos postos nas margens se consolidam e se multiplicam. Os espaços lacustres no entorno da lagoa Mundaú se aprofundaram no estigma de serem locais de moradas dos pobres, e as geografias marinhas definitivamente se consolidam enquanto espaços centrais.

As relações sociais construídas face a face pelos moradores que habitam os espaços periféricos lagunares encontram na cultura-sururu o fundamento de serem e de pertencerem a esse espaço. Estamos, pois, diante de uma formação sócio-histórica que diuturnamente é permeada por violentas práticas e regras articulatórias, características da cultura-sururu na contemporaneidade.

Enclaves geográficos, espaços alicerçados nas contradições de classes sociais, atravessadas pelo processo de modernização alagoana, perpassados pela monocultura da cana-de-açúcar, e com ela a concentração de poder nas mãos de poucos e a conseqüente desvalorização da cultura-sururu. Com base nisso tem-se o ponto nodal na construção da identidade dos que vivem a cultura-sururu e herdaram dos camponeses anteriores e ex-escravos seus costumes, representações e estigmas. Assim o sururu se constitui em *signo* da pobreza, e com ele a viabilidade de usufruir de uma fonte de renda contrasta com sua inviabilidade: a “[...] informalidade gera mais informalidade, que acaba por exigir que todos os membros da família, inclusive as crianças, participem, com seu trabalho, na manutenção da família” (LIRA, 1997, p. 100).

É nesse lugar que se forma o *habitus* do trabalho infantil através dos problemas sociais vivenciados por aqueles que são afetados e que se autoafetam pelas manifestações interindividuais da sociedade, revelando tendências que perpetuam valores adquiridos em outros campos da vida social, ou mesmo, o abandono destas estruturas por valores encontrados no contexto que a comunidade Sururu de Capote comporta contemporaneamente: o mundo da violência misturado ao sentimento de

pertença de um povo. São essas questões que estão no centro do trabalho infantil nas unidades familiares de produção e consumo de mariscos.

3.2 – A pesca do sururu e os pescadores artesanais: o trabalho infantil

A cadeia de produção do sururu e a inserção de crianças e adolescentes neste lugar se explica no contexto de como a pesca artesanal se apresenta na realidade brasileira. Tal atividade tem sido discutida nas ciências sociais brasileiras como um espaço de práticas econômicas e simbólicas produzidas por grupos de pescadores e por famílias, sintetizando um conjunto de ocupações por meio das quais buscam meios de sobrevivência e pertencimento social⁶³. Como evidencia Ramalho (2006, p. 37),

há algum tempo as ciências sociais, no Brasil, têm estudado as populações que vivem do trabalho da pesca. A busca por explicações sobre os pescadores suscitou, dessa maneira, abordagens plurais e ricas de argumentações que procuraram evidenciar características dos grupos sociais ligados à atividade pesqueira artesanal, seja desenvolvida em estuários e rios, seja em locais como oceanos e lagoas.

Assim, os estudos ligados à socioantropologia da pesca, a partir da década de 1970, campo de conhecimento específico nas ciências sociais relacionado às comunidades que vivem do mar e da pesca, evidenciam que as comunidades piscatórias são distintas das demais comunidades como, por exemplo, as comunidades

⁶³ Quanto ao sentimento de pertença de um povo ao espaço onde trabalha e vive, Ramalho (2006, p. 141), ao analisar as mudanças no ambiente costeiro pernambucano, relacionadas às práticas sociais dos trabalhadores artesanais em duas áreas pesqueiras: Itapissuma e Suape, diz que “o ato de pertença circunscreve-se no reconhecer uns aos outros como portadores de uma história comum, cúmplices e artífices de um projeto similar de vida, que navega pelas águas das possibilidades e das desventuras, cercadas pelas contingências colocadas na ardidura dos enredos societários gerais e que são enfrentados, dentre outras coisas, na manutenção dos traços típicos de solidariedade, ao se recorrer à família, ao compadrio e aos amigos como parceiros de trabalho”. E ainda, o sentimento de pertencimento “[...] é um sentimento em relação a algo, cuja construção não se opera *a priori*, porque é vivida e forjada a partir de processos cotidianos, que estão ali, no dia-a-dia desses homens, de seus amigos e familiares, demarcando espaços socioculturais de integração”.

rurais, ainda que existam semelhanças entre os camponeses e os pescadores artesanais, seja estruturalmente, seja economicamente (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1994).

Para Maldonado (1994, p. 27), “os pescadores têm sido estudados pelas ciências sociais sob vários aspectos que caracterizam a sua atividade, numa literatura que comporta tipos diferentes de abordagens, como acontece com outras formas sociais como o campesinato agrário ou pastoral”. Por isso, as características específicas do trabalho na pesca têm levado a formas classificatórias de práticas sociais desenvolvidas pelos pescadores que envolvem:

- o afastamento da sociedade da terra;
- a incerteza da atividade que exige especial competência nas decisões;
- o risco, a mobilidade e a indiferenciação do meio e das espécies;
- a família como referencial da organização econômica (compreendendo-se aqui a produção, a distribuição e o consumo de peixes);
- mecanismos de gerenciamento da distribuição da informação em atitudes “secretas”;
- coexistência da ética igualitária com práticas hierárquicas, ambas perpassadas pela *cooperação* (MALDONADO, 1994, 27-28).

No caso das famílias que trabalham no espaço lagunar com a pesca do sururu, percebe-se a estreita ligação entre as atividades realizadas na lagoa e na terra através dos papéis atribuídas aos membros dessas famílias. Esse trabalho carrega consigo intensos laços de parentesco, constitutivos de mecanismos de reprodução de uma atividade tradicional que tem a família como unidade de produção e consumo, mantendo-se os traços artesanais de uma prática que ainda não desenvolveu técnicas e instrumentos sofisticados de trabalho, portanto diferencia-se da pesca para fins exclusivamente capitalistas, onde o desenvolvimento das forças produtivas e dos instrumentos de pesca são sofisticados. A pesca artesanal neste *espaço* envolve um conjunto de conhecimentos, experiências e códigos culturais transmitidos de pais para filhos, recriados individual e socialmente, através dos quais a interação se realiza.

A significação da pesca artesanal está contida em um conjunto de elementos singulares. Do ponto de vista de sua organização interna, destaca-se o fato de constituir uma atividade econômica que depende das forças naturais, cujos reflexos imediatos atuam na regularidade da captura, na geração do excedente e nos grupos ou classes sociais envolvidos (DIEGUES, 1983).

São as características da pesca artesanal que predominam na cadeia de produção do sururu, onde a captura, o tratamento e a comercialização do marisco envolvem valores morais recorrentes à posição onde se encontram os agentes da pesca, incluindo-se nestes valores a importância do ganho como motivação forte para inserção das crianças e dos adolescentes neste processo. Essas questões serão desenvolvidas no próximo item.

3.2.1 – As especificidades do processo de trabalho na cadeia de produção do sururu

As formas de organização da produção do sururu interagem com as diversas formas de organização da produção em que estão inseridos todos da família, explorando os ecossistemas naturais onde se encontra o sururu. Para entender a organização da pesca do sururu recorreu-se a Diegues, que estudou os pescadores, camponeses e trabalhadores do mar, promovendo um resgate histórico-crítico. De acordo com seus estudos, identificou as tipologias de organização da pesca no litoral sul brasileiro, divididas em três classificações que podem coexistir e se articular em determinado momento histórico. Para Diegues (1983, p. 148),

tendo-se em vista as diversas combinações dos fatores produtivos em relações sociais de produção, constatamos que elas assumem formas possíveis e algumas subformas: a) a produção pesqueira de auto-

subsistência ou primitiva; b) a produção pesqueira realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil; c) a produção pesqueira capitalista.

Seguindo a classificação proposta por Diegues sobre a organização pesqueira, a pesca do sururu possui traços constitutivos dessas três classificações: uma *produção pesqueira baseada na autossubsistência*, realizada dentro dos *moldes da pequena produção mercantil com influência capitalista*, a partir de sistema de venda a intermediários. Assim, considera-se:

a) A pesca do sururu como atividade totalmente artesanal e, como tal, ainda usa técnicas desenvolvidas desde o período da Idade Média para identificar quando a maré está favorável à pesca, assim também como as fases da lua, constituindo-se em um conhecimento pautado na sabedoria popular para identificar os locais onde se encontra o marisco e a melhor hora para sua captura. Traços característicos que marcam essa atividade são os baixos custos de produção e a destinação primeira à autossubsistência da família. Por essas características a produção do sururu consiste numa economia doméstica e possui feições complementar e marginal. As atividades de produção e consumo se realizam dentro das unidades familiares, que também detêm os meios de produção. Assim, essa atividade possui características camponesas de produção ou pré-capitalistas.

b) A pesca do sururu constitui-se em uma modalidade que ultrapassa a autossubsistência das famílias que vivem nas margens da lagoa Mundaú, por ser realizada dentro de uma economia onde a maior parte da produção, o excedente, destina-se a *valores de troca*, havendo mediação da moeda na venda do excedente produzido. Por isso, a produção de sururu possui características de *pequena produção mercantil*, já que porque nesse modelo de produção o processo produtivo se dirige principalmente, mas não quantitativamente, para a produção dos meios de subsistência,

os *valores de uso*, e o trabalho não é considerado um custo de produção ou um *valor de troca*, mas está incorporado ao produto sururu, ainda que não constitua parte dos gastos de produção do marisco.

c) A pesca do sururu produz mercadoria: o sururu, comercializado *in natura*, tem valor de mercado destinado a supermercados, bares e restaurantes de Maceió e do Nordeste. Como mercadoria vendida a intermediários, incorpora trabalho excedente, não pago na hora da comercialização do produto final. Assim, ficam com o lucro os atravessadores que conseguem revender o produto sem manter com os trabalhadores nenhuma relação trabalhista.

Por isso, o sururu constitui-se, por um lado, em satisfação das necessidades da comunidade pesqueira e, por outro, em satisfação das demandas do mercado onde o sururu é comercializado como prato típico da culinária regional e torna-se atração turística. Esses são os atrativos para a gente que faz parte da cadeia de produção do sururu e nela insere toda a família.

A pesca artesanal no espaço lagunar não se dá somente pelas estratégias de sobrevivência e busca do alimento diário, mas também significa a construção de valores, marcados pelas tradições, sonhos, desejos, interações, desilusões, sofrimentos e medos vivenciados pela *gente-sururu*. Na cadeia de produção essas relações são construídas no interior das famílias onde as crianças e os adolescentes participam de todo o processo de trabalho, tecido no dia a dia, a partir de relações multiformes e complexas interações sociais, culturais e econômicas. Para Ramalho (2006, p. 54):

[...] não se pode entender a pesca artesanal e as ações desenvolvidas pelos pescadores sem as colocar dentro de uma universalidade social da qual fazem parte e são definidas. Decerto que os argumentos realizados buscam dar conta de que as estratégias de reprodução social, adotadas pelos pescadores artesanais, não são meros reflexos dos aspectos macrossociais, que condicionariam mecanicamente o sujeito social, mas ao contrário, tais estratégias resultam de relações

dialéticas entre o indivíduo/grupo e a totalidade social, e os seus atos acabam, com isso, representando uma síntese dessas interações sócio-históricas.

Assim, percebe-se que não há uma autonomia das representações sociais da *gente-sururu* diante da sociedade, do mundo objetivo. Essa gente incorpora costumes, desejos e valores presentes nas práticas materiais e simbólicas existentes na sociedade, que integram em determinados momentos históricos.

O processo de trabalho na cadeia de produção do sururu é constitutivo de várias atividades nas quais crianças e adolescentes participam ativamente de todas elas, sempre acompanhados da mãe ou do pai, ou mesmo de um adulto, que pode ser uma pessoa da família ou da vizinhança. Essa participação acontece em primeira instância porque nas famílias de baixa renda o trabalho infantil faz parte das estratégias de sobrevivência, quando se tenta transformar em trabalhadores produtivos o maior número de membros da família; em outras circunstâncias, nas famílias de classe média, por exemplo, os menores não ingressariam tão cedo nessa atividade.

Dentro das unidades de produção doméstica, as crianças e os adolescentes participam ativamente dos grupos de trabalho; processo constitutivo de trabalho manual em que os instrumentos de produção são de propriedade familiar. Neste processo, a pesca é dividida em duas etapas: a primeira é realizada na lagoa e a segunda na área terrestre. Essas etapas são necessárias para transformar o sururu em *valor* de consumo e de mercado, pois o marisco ao ser capturado na lagoa precisa passar por estratégias de beneficiamento para separá-lo de sua casca: uma concha áspera que protege o molusco.

Na lagoa Mundaú o trabalho depende da natureza⁶⁴; começa no início do dia, por volta das 4 horas da manhã, a depender da maré. Depois de, aproximadamente, uma hora de viagem lagoa adentro, os pescadores encontram o melhor local para extrair o marisco. É uma tarefa pesada e arriscada, pois a realizam sem nenhum equipamento de segurança. O conhecimento sobre a pesca, passado de geração a geração, constitui-se em um núcleo importante da *expertise* destes pescadores, que trabalham e acreditam nas crenças e nos valores⁶⁵, construídos desde tenra infância para enfrentar os perigos da lagoa e as condições desumanas de trabalho. Cunha (2000, p. 108) diz que esse saber compartilhado entre pais e filhos faz parte de uma condição *sine qua non* da pesca artesanal.

O processo de trabalho na pesca do sururu envolve uma teia de relações onde os agentes (pais, mães e filhos) certamente têm uma apreensão ativa deste espaço social, uma vez que constroem suas visões de mundo sob coações estruturais em que o conhecimento familiar é percebido como evidente. Assim, as representações⁶⁶ construídas sobre a pesca do sururu são constitutivas de um *habitus* do trabalho precário. Essas representações evidenciam a *objetivação* das práticas de trabalho e, nesse processo, essa gente é condicionada a reproduzi-las inconscientemente. O

⁶⁴ A natureza impõe o horário do dia a dia, coordenando com seu tempo próprio as atividades realizadas na pesca, no que se refere ao horário de início do trabalho na lagoa. Se, por um lado, é possível delinear os movimentos básicos que diariamente são efetuados – saída para captura do marisco, retorno a área terrestre, despincagem e preparo para comercialização, por outro, não se pode definir com precisão a quantidade capturada por dia de trabalho.

⁶⁵ O antropólogo norte-americano Shepard Forman, em seu livro *The raft fishermen* (1970), preocupou-se com a mudança social e a tradição numa vila de jangadeiros, Coqueiral, no litoral de Alagoas. Segundo este autor, os jangadeiros de Coqueiral eram inventivos e adotavam inovações desde que estas os beneficiassem diretamente e que não apresentassem grandes riscos aos que viviam num patamar mínimo de sobrevivência. Forman estudou ainda o conhecimento dos pescadores voltado para a classificação do ambiente de pesca e dos recursos pesqueiros. Tomando como referência os estudos desse pesquisador, percebe-se que na realidade apresentada no contexto atual da lagoa Mundaú, onde se desenvolve a cadeia de produção do sururu, as mudanças ocorrem vagarosamente, e que a população pesqueira continua vivendo sem as condições mínimas de sobrevivência.

⁶⁶ No decorrer do texto serão apresentados alguns desenhos elaborados por crianças e adolescentes em oficinas temáticas sobre o processo de trabalho na pesca. Estes desenhos, somados às falas de adultos, crianças e adolescentes, possibilitam compreender o processo de trabalho na cadeia de produção do sururu a partir desses mundos, em uma relação dialética.

desenho a seguir confirma a reprodução dessa prática perversa de trabalho infantil de uma criança condicionada a um *habitus* de um trabalho precário.



Figura 1 – Os barcos sendo conduzidos pelos pescadores na lagoa Mundaú.
Fonte: Desenho temático em oficina.

Veja-se agora o cotidiano dessa gente no contexto onde se forma o *habitus* do trabalho precário na lagoa. Depois de um longo percurso de viagem em barco a remo, a pesca é realizada pelos homens que mergulham, aproximadamente, 8 metros de profundidade para buscar o sururu, marisco que se reproduz na lama da lagoa Mundaú. As mulheres não são bem aceitas pelos homens neste processo, que envolve força, fôlego e saber nadar; poucas se arriscam nesse trabalho. Além disso, os pescadores, ao saírem às 4 horas da manhã, em grupo, por conta da violência urbana, não aceitam que as mulheres participem deste momento, porque consideram a pesca uma atividade especificamente masculina e também porque as mulheres precisam ficar em casa para

preparar o café dos filhos e deles, que retornam da pescaria por volta das 10 horas da manhã.⁶⁷

Os homens vão trabalhar na lagoa de manhã. Meu pai sai às 3 horas para trabalhar com o barco. Aí pesca e depois vai vender. Os barcos são alugados ou então dos nossos pais. Por dia é 5 reais o aluguel (Antônio, 11 anos).

Prevalecem, nesse momento, formas hierárquicas de autoridade: o homem assume as tarefas ditas “mais pesadas” e a mulher, outras, próximas das atividades domésticas, delimitando bem que as tarefas de captura do sururu são destinadas ao homem, e a preparação do produto para consumo e comercialização, à mulher. As relações de dominação estão presentes constantemente nos tipos de trabalhos realizados por homens e mulheres, crianças e adultos. Percebe-se que no espaço da pesca do sururu o mundo simbólico se faz presente, porque as atividades realizadas pelos homens são as que rendem mais dinheiro em relação às realizadas pelas mulheres⁶⁸. Para Ramalho (2006, p. 138):

questões de gênero e outros valores socioculturais contidos na organização produtiva permeiam, de modo constante, o ato de trabalho, fazendo com que o mundo da produção simbólica seja valioso para se entender as configurações da produção material ao mesmo tempo que as dificuldades econômicas vêm interferindo no plano das representações das comunidades pesqueiras, pois as atividades de coleta e mariscagem passam a ser por muitos pescadores reconhecidas na qualidade de fonte de trabalho, não mais só de ajuda financeira ou de complementação alimentar.

Assim, a pesca do sururu é considerada um trabalho como outro qualquer, no sentido de geração de renda, ainda que se reconheça que envolve uma condição precária de realizar-se. Por ser considerada uma atividade pesada, a extração do sururu da lama da lagoa é realizada pelos homens, pois é nas profundidades da lagoa que o

⁶⁷ Os barcos são o principal instrumento de trabalho, e nem sempre pertencem ao pescador, mas às pessoas que não trabalham e os arrendam para auferir renda.

⁶⁸ Há, portanto, no *espaço* da pesca uma divisão social do trabalho e uma divisão sexual do trabalho, pois o trabalho da mulher é subordinado ao trabalho do homem e possui características de um trabalho doméstico. Essa variável é importante para se entender o trabalho infantil, uma vez que crianças e adolescentes demonstraram ter mais aproximação com a mãe.

sururu se reproduz, e para arrancá-lo de seu *habitat*, os pescadores usam mãos e braços, quando em bolos de lama, são depositados nos barcos; se formando uma montanha dessa mistura de cor escura e cheiro desagradável. Entretanto, lê-se, na figura, uma representação do contexto lagunar de colorido leve, suave, e nele um barco repleto de sururu, conduzido por um pescador cuja expressão facial reflete uma estrutura de valores que expressa virtude, autonomia e disposição. Tudo isso simbolizado pela criança que constitui a comunidade da *gente-sururu*, refletida no desenho como guerreira diante de tantas adversidades que é o *modus operandi* dessa atividade de pesca.



Figura 2 – Barco cheio de sururu, sendo conduzido pelo pescador para as margens da lagoa Mundaú.
Fonte: Desenho temático em oficina.

O trabalho da captura do marisco envolve coragem, força e determinação. Como é um marisco que se reproduz na lama da lagoa, necessita da força de trabalho humana, imersa na tessitura de relações de trabalho precárias. São homens e meninos que se misturam à lama preta da lagoa, não porque optaram por isso, mas porque

aquele espaço lhes atraiu por propiciar suas existências no mundo. Ainda assim, a lama da lagoa constitui-se em *terra de promessa*, como já aludido por Castro (2007).

Todo o processo de trabalho do sururu é realizado de forma manual. Se em um primeiro momento, os braços dos pescadores constituem-se em instrumentos necessários à captura do sururu na lagoa, seus pés são fundamentais na limpeza dos mariscos, que chegam às suas margens submersos em lama e em algas, retiradas pela densidade das batidas dos pés dos pescadores, que com uma caixa de plástico⁶⁹, iniciam o processo de lavagem do marisco.

Há, assim, uma divisão social e sexual do trabalho, com tarefas definidas para homens e mulheres, crianças e adolescentes, distinções guiadas pelo conhecimento geracional, em que o produtor direto (o pescador) é independente, proprietário dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho. As relações são hierárquicas no mundo social da pesca do sururu; hierarquia expressa por questões de gênero que dividem o processo de trabalho entre homens e mulheres. Se o papel do homem é pescar e lavar o marisco, o papel da mulher atende às características domésticas consolidadas e naturalizadas na prática da despincagem, que consiste em separar os mariscos que vêm emaranhados uns aos outros, ainda com restos de algas e de lama seca, em um trabalho que tem início após as 10 horas da manhã e se estende até a madrugada.

Nesse processo o desgaste físico é visivelmente percebido, depois de uma jornada de mais de doze horas de trabalho, que exige movimentos repetitivos com as mãos para despincar o sururu; mulheres de fibra, que passam quase todo o dia

⁶⁹ São aproveitadas as caixas que servem para armazenar frutas, por possuírem aberturas nos quatro lados e facilitarem o escoamento da água com a lavagem que acontece na beira da lagoa. Um processo de movimentos repetitivos e enfadonhos.

sentadas em bancos de madeira sem nenhum conforto, mantêm-se durante muito tempo inclinadas, de cabeça baixa e olhar intermitente na prática da despinicagem.

Nos depoimentos das marisqueiras, o tempo de trabalho com o sururu é confundido com o tempo de suas próprias vidas; parecem misturados, não havendo diferença: o marisco está presente nos seus subconscientes mesmo nas horas de dormir. Vários foram os depoimentos que revelaram sofrimento, cansaço e angústia, ao mesmo tempo conformismo com a dura realidade.

Tem dia, que eu vou até três horas da manhã dentro de casa, despinicando. Por essa hora, três horas da manhã, pode bater na minha porta, que eu tô despinicando. Quer dizer que uma pessoa dessa no futuro vai ter saúde? (Margarida, 44 anos).

Essa realidade relatada por uma das mães não é diferente do que vivenciam seus filhos. A idade biológica passa despercebida, uma vez que aprendem desde cedo a ter responsabilidades. O corpo franzino e as mãos ágeis e delicadas se adaptam com facilidade ao ritmo do trabalho. As condições de participação social desse segmento no processo de trabalho da pesca baseiam-se na herança social. Assim, os gostos e preferências são moldados e refletem a estrutura como meio de afinar ou conformar uma vinculação social pelo princípio da reprodução social através da *violência simbólica* que as famílias exercem sobre os filhos e com a adesão destes.

O processo de trabalho na pesca envolve tempo, cansaço e persistência, porque o sururu passa, depois de pescado, a ser cozinhado. Esse momento geralmente acontece à noite, e às vezes de madrugada, quando a despinicagem acaba. A necessidade de cozinhar o marisco se dá porque ele guarda em sua casca o molusco, que somente se solta dela a partir da água fervida. O cozinhamento é realizado dentro de latas de querosene de aproximadamente 20 quilos, em fogo movido a lenha e pó de serra, usados como combustíveis. Essas características marcam o contato direto da

gente-sururu com as práticas de trabalho precárias e insalubres, formando o princípio da distinção social de classe, pelo seu *capital* e por sua origem social.

No processo de peneiragem, realizado após o cozinhamento do marisco, é usada a peneira para separá-los de alguns restos de cascas que ainda ficam depois do cozinhamento. Todo esse processo é realizado em barracos improvisados, ou mesmo nas residências e nas ruas da comunidade, local onde se encontram pescadores, quando não estão na lagoa, marisqueiras e seus filhos. A figura seguinte expressa um desenho mais rico de elementos da atividade pesqueira do sururu, que ratifica a dialética: imagens e falas expressas pela *gente-sururu*.

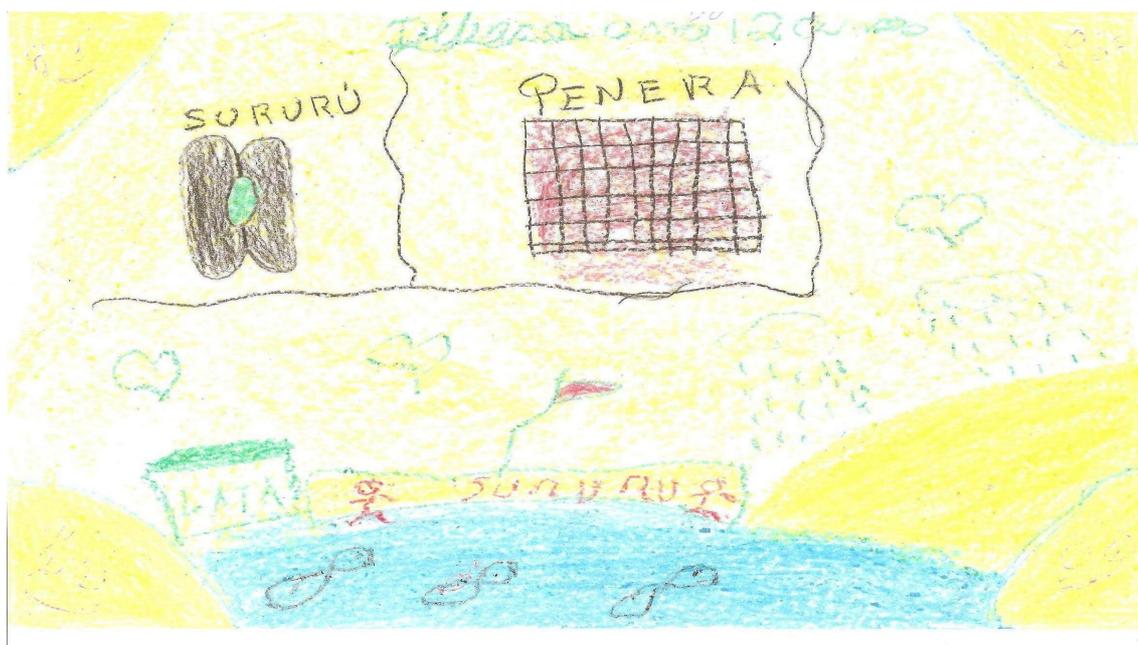


Figura 3 – Os instrumentos de trabalho necessários à pesca e preparação do sururu para comercialização: lata, peneira usada no processo de separação do molusco de sua casca.
Fonte: Desenho temático em oficina.

O beneficiamento e, parcialmente, a comercialização são realizados próximo ao espaço da captura do sururu. Nesse espaço o sururu é consumido de imediato, a partir das necessidades alimentares das famílias, ou então é conservado em gelo em pedras,

destinado à comercialização realizada pelas próprias famílias no ambiente de trabalho, nos bairros periféricos ou então vendidos a intermediários, que compram e vendem o sururu em outros estados da federação.

A figura 4 revela desenhos relacionados às atividades praticadas pelas mulheres, crianças e adolescentes: agentes que compartilham das atividades de trabalho. É importante registrar a dicotomia das imagens que, ao mesmo tempo, representam um trabalho árduo com cores alegres, leves, e expressões faciais de alegria, além da flor posta ao lado. Tudo isso expressa a simbologia da *Lagoa-mãe*: a *terra de promessa*, aquela que lhes dá o alimento e a sobrevivência, mesmo que precária. Sentimento de que pertencem ao mundo de forma cooperativa, representando a *moral geracional*.

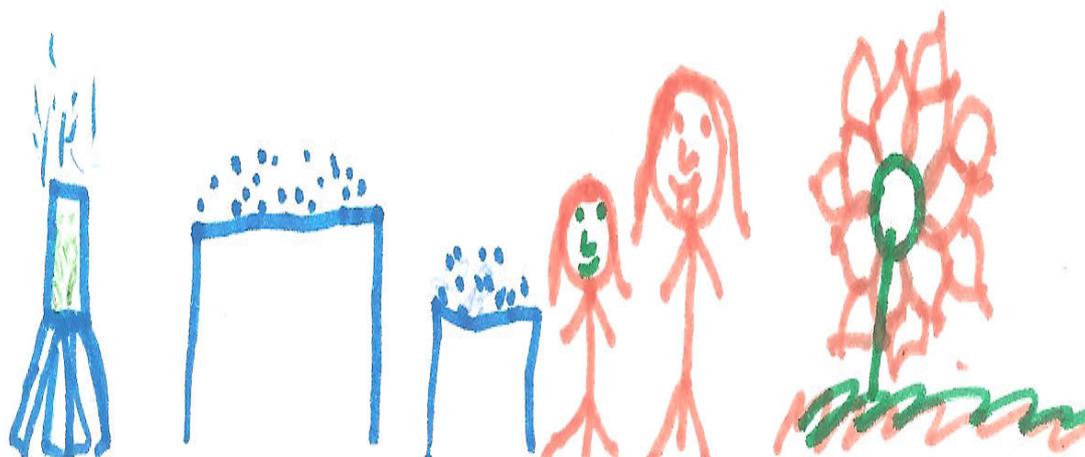


Figura 4 – As mesas onde o sururu é exposto em seu estado final. Mãe e filha participando desse processo.

Fonte: Desenho temático em oficina.

Ainda que haja uma divisão de tarefas por gênero, de forma geral todos da família participam da cadeia de produção do sururu; ele está presente em todos os

espaços onde estes moradores ribeirinhos residem, portanto, todos compartilham das atividades de trabalho, inclusive crianças da mais tenra idade.

A forma de organização social da produção possui pouco desenvolvimento das forças produtivas. A produção é determinada pelo conhecimento (*savoir-faire*) que pescadores e marisqueiras possuem sobre esse processo; há predomínio da solidariedade grupal, condição indispensável para a sobrevivência das famílias, promovendo uma *moral geracional*, formada pelo sistema de cooperação que se forma a partir do trabalho e dos valores que este carrega para essas famílias. Essa moral se reproduz pelo *capital* herdado das famílias, cujos genitores também foram trabalhadores infantis; assim, torna-se *habitus*.

Nesse modelo de produção os filhos acompanham os pais e as mães, ou mesmo os vizinhos, seja auxiliando nas atividades, seja vivenciando as atividades de trabalho, já que elas são intrínsecas ao seu meio. Em depoimento, uma das mães fala sobre a participação das crianças e adolescentes nessas atividades:

no sururu eles fazem tudo, igual à gente. Eles acompanham a mãe na carreira, na estrada que a gente vai, eles vão com a gente. É que nem a galinha com seus pintinhos, pra onde a gente for, eles vão. A gente começa a despincar sururu, a tirar o sururu que vem com lama, separando. Depois eles vão peneirar com a gente, para separar os cascalhozinhos do sururu, vão pra lavagem do sururu com a gente, vão medir e pesar o sururu com a gente; quer dizer, eles aprendem também até a matemática, porque eles têm que saber, eles já sabem a medida do quilo do sururu. Além de eles saberem o quilo, eles já vendem, já passam o troco. Aí, eles gostam mais de vender porque sempre quando eles vendem a gente dá dois reais, um real, a eles (Vitória, 35 anos).

Assim, cria-se a partir do trabalho o valor da responsabilidade e o espírito de cooperação, constitutivos de um modelo de sociabilidade que vivenciam no seu cotidiano. Essa precariedade do trabalho infantil está vinculada “[...] à condição psicossocial de trabalhadores socialmente desqualificados na modernidade periférica,

contextualizados em um universo de intersubjetividade moral e simbólica que naturaliza e perpetua sua condição objetiva precária (MACIEL, 2006, p. 285-286).

Esse trabalho precarizado predomina nas unidades domésticas de mariscos, mesmo sabendo que diante dos contratempos vividos pelos trabalhadores, a “[...] pesca artesanal estabelece e reforça um sentimento de pertença entre aqueles que dela dependem. Assim, ao ser parte da pesca também se torna parte da família, de um grupo com fortes raízes identitárias” (RAMALHO, 2006, p. 138). Este fator leva dezenas de pessoas para as margens da lagoa:

O sururu é como se fosse uma empresa. É uma teia de aranha, que dá muitos empregos. Os patrões são os pescadores, até meia noite a gente trabalha! (Vitória, 35 anos).

Assim, mulheres e homens passam, aproximadamente, de 7 a 8 meses do ano em contato direto num trabalho em que ao seu redor gravitam interações, silêncio, ditos e não ditos vivenciados por essa gente, no cenário da pesca lagunar, incorporando um estilo de vida desde o momento em que nascem, o que colabora para que as desigualdades permaneçam naturalizadas. Contudo, essa naturalização compreende a dimensão simbólica que possibilita uma reprodução tácita da miséria.

Há contatos face a face experienciados como vivências que se articulam e ganham densidade nos momentos específicos do trabalho com o sururu, seja durante a pesca, a despincagem, o consumo, seja na comercialização do produto, mercadoria que se faz artefato de um processo de trabalho doméstico no qual o *valor de uso* se transforma em *valor de troca*, necessário à garantia de sobrevivência dos que vivenciam a cadeia produtiva do sururu.

A labuta diária é intensa, no período de janeiro a outubro, meses de maior safra, durante dias chuvosos ou debaixo de sol escaldante; o tempo para as refeições, as pausas durante a jornada, o descanso semanal e os feriados, assim também como o

período da noite para o sono, é restringido ao máximo para aumentar os rendimentos. Pescadores e marisqueiras sabem que o tempo de descanso e de dormir é curto, porque logo tem que levantar para começar de novo outra jornada de trabalho.

O *habitus* precário do trabalho na cadeia de produção do sururu possui relações simétricas que permitem identificá-lo a um tipo de ganho que proporciona a reprodução impessoal da dominação, na qual os trabalhadores e trabalhadoras se vêem obrigados a um tipo de relação social em que a violência física e psíquica é brutal, mesmo assim, carregada de sentimentos, emoções e pertencimento, sentimentos que convivem ambigualmente com as obrigações de cada um na cadeia de produção do sururu. Para Souza (2006, p. 247):

Como padrão internalizado, o conjunto valorativo incorporado no *habitus* tende a orientar a relação do indivíduo com o mundo factual em sua sociabilidade diária. Desse modo, o indivíduo pode ficar prisioneiro do imediato das relações cotidianas, que, por fazerem parte do mundo factual, oculta as mediações ontológicas dos fenômenos produzidos pelo homem.

Essa reflexão leva a pensar que nem todo trabalho é digno, porque pode condicionar o indivíduo a uma sociabilidade forçada pelos valores institucionais constitutivos dos “[...] ditos populares [que não] refletem com exatidão a prática social que os inspira. Isto porque nem sempre o que as sociedades pensam sobre si mesmas corresponde exatamente ao que elas vivenciam no cotidiano” (MACIEL, 2006, p. 285).

Os valores são criações humanas. Daí a complexidade do processo, pois não é somente pelo valor simbólico do trabalho que a prática acontece na pesca lagunar, mas também pela apropriação do produto final para consumo e comercialização do pescador, que geralmente insere toda a família no processo de trabalho ou que contrata serviços da própria vizinhança para preparar o marisco para comercialização. Sobre os

custos da produção, levam-se em conta o dinheiro gasto na compra de pó de serra e de lenha para cozinhamento, o gelo para conservação, as diárias do barco, quando é alugado; o custo da despincagem entra como gasto quando as marisqueiras não fazem parte da família do pescador, mas são pessoas da comunidade que prestam serviços aos pescadores e ganham por produtividade.

A remuneração é baseada no sistema de produção, em dinheiro pago pelas atividades de trabalho realizadas (captura, carregamento e despincagem). O pagamento por produção é efetivado pela quantidade de quilos do produto que o trabalhador consegue materializar durante determinado tempo. Lembra o salário por peça descrito por Marx (1980, p. 214): “o salário por peça não é mais que uma transformação do salário por tempo, da mesma forma que este não é mais que a transformação do valor ou do preço da força de trabalho”. O *salário por peça* induz o pescador a pensar que ele é remunerado pelo produto final que sai de suas mãos e não pela quantidade de força de trabalho empregada nele, “e, assim, o indivíduo torna-se o centro e o responsável tanto do seu sucesso, quanto de seu fracasso, quanto de sua desgraça individual, ‘restando-lhe’ a satisfação egoísta de uma conquista ou a vergonha de um fracasso pessoal” (SOUZA, 2006, p. 251).

Assim, o *capital econômico* passa a pressionar, por dentro, a atividade pesqueira, alongando o tempo de trabalho, no bojo das relações mais amplas da sociedade. É que o pescador reproduz sua existência básica. Embora o relógio não esteja inscrito na produção como medida de tempo, traduz a lógica capitalista no controle da circulação do pescado nas mãos do intermediário que compra a produção uma vez por semana.

A remuneração do trabalhador é proporcional à sua produção: quanto mais sururu é retirado da lagoa pelos pescadores e quanto mais sururu é despincado e

preparado para comercialização pelas marisqueiras, maior remuneração poderá ser obtida, ainda que, no cálculo da remuneração, não haja incorporação do tempo dedicado ao processo de trabalho. O valor recebido pelos pescadores, responsáveis para negociar o preço do produto que vai ao mercado, diz respeito ao dinheiro pago por cada quilo de sururu comercializado, o que induz os pescadores e marisqueiras, por eles mesmos, a uma maior intensidade da jornada de trabalho, a fim de aumentar seus rendimentos, ignorando que esse tempo de trabalho necessário ao beneficiamento do produto não é reconhecido na hora da venda. Ainda que existam variações individuais na remuneração recebida, relacionadas a pescadores e marisqueiras, mensuradas pelas diversas habilidades e experiências de cada trabalhador, prevalece em termos de reconhecimento social o trabalho do pescador, tido como o principal na cadeia de produção.

O aspecto mais visível desta negociação é que o valor recebido pelas marisqueiras, por um dia de trabalho, corresponde a aproximadamente 3 a 4 latas (cada lata equivale a 1 quilo) de sururu descascado, pronto para ser estocado em sacos plásticos e comercializado; valor correspondente a aproximadamente 6 reais por dia de trabalho. Quando as marisqueiras trabalham junto com a família, elas conseguem despincar, por dia, de 15 a 20 latas de sururu. Assim, trabalhar mais significa vender mais e também permanecer mais tempo em contato com o marisco. Se por um lado produzir mais é sinônimo de ganhar mais dinheiro, por outro lado há sentimentos de angústia e estafa em relação a este trabalho, aspectos vivenciados pelas marisqueiras.

Dá uma raiva. Me dá raiva! Mas se não for também, se não voltar pra o sururu, passa fome. Hoje mesmo eu passei com meu marido, aí o rapaz perguntou: “Amanhã, vai pegar sururu?” Ele disse: “Vai”. Eu disse: “Chega dá uma raiva”. Ele disse: “Se não pegar o sururu, a gente vai passar fome!” (Marisa, 57 anos).

Assim, há intensificação da jornada de trabalho para fins de aumento de produtividade, com o trabalho de crianças e adolescentes. As famílias inserem o maior número possível de seus membros para que a produção possa crescer. Por outro lado, muitas vezes as crianças são tão pequeninas que não contribuem diretamente para aumentar a produção e ainda confundem trabalho com brincadeira, mas o fato de estarem próximas, principalmente das mães é um fator que auxilia na produção, uma vez que estas, não saem do local de trabalho e não estão preocupadas com o afastamento das crianças. As mulheres exercem uma função fundamental na formação de novos trabalhadores da pesca artesanal: o da socialização de seus filhos na atividade da mariscagem. Não obstante, essa disposição é produzida no conjunto das sociabilidades contemporâneas de que o indivíduo participa. Assim, “[...] esse pragmatismo perseverante da cotidianidade tem uma tendência à totalização, uma vez que pretende tornar-se referência a partir da hierarquia valorativa imputada na sociabilidade da vida diária [...]” (SOUZA, 2006, p. 247).

A natureza do trabalho por tarefa ou por produção e o conseqüente desamparo legal induzem a uma diversidade de formas de exploração e aviltamento dos trabalhadores da pesca, que são submetidos a trabalhos extenuantes, devido à intensificação da jornada de trabalho e ao ritmo acelerado da produção. Pescadores e marisqueiras se desdobram a partir da “ordem natural, por sua vez, manifesta-se no ritmo interno do ciclo da pesca; os pescadores seguem a mobilidade das espécies em cada safra. Um tempo que, tal como o peixe, gira, faz a roda do tempo: acaba e renasce de modo cíclico” (CUNHA, 2000, 104).

A estrutura das relações sociais que ocorrem em conjunto com a ausência da propriedade privada do produto do trabalho, no caso o sururu, para fins capitalistas, registra uma forte tendência a práticas igualitárias, cujo princípio da cooperação

perpassa as atividades realizadas no âmbito terra-lagoa. É pela prática de trabalho que são passados de pais para filhos laços sociais, relações de poder, de pertencimento e autoridade como elementos intergeracionais das práticas pesqueiras.

A variação de tempo e espaço nos mostra a surpreendente uniformidade das precárias condições de vida, agravadas com a falta do sururu, em seu período de escassez. Com isso, os elementos que constituem aquele espaço geográfico comportam a intensificação da violência interpessoal do tráfico de drogas, da marginalidade social quando se evidenciam os traços de um espaço que medeia o mundo rural e o urbano⁷⁰. É nesse momento que o *habitus* do trabalho precário pode sofrer modificações, levando o trabalhador a ser marginal. Nesse período de escassez são intensificados outros tipos de pesca, como a de caranguejo e a de peixes. Dessa forma, quando as crianças e os adolescentes participam desses outros tipos de pesca, os instrumentos de trabalho variam como, por exemplo, o uso da tarrafa para capturar os peixes. Assim, ainda que haja outras fontes de subsistência na lagoa, a falta do sururu é motivo de tristeza para os moradores da lagoa Mundaú. Conforme se observa na figura 5 – uma cena dessa variante pesqueira com a tarrafa –, a expressão facial dos pescadores não transmite a mesma alegria das encontradas nas figuras 2 e 4.

⁷⁰ É nesses períodos que são intensificadas as práticas de violência, evidenciando as articulações do espaço da pesca com o contexto urbano onde “[...] os grupos de trabalhadores artesanais incorporam, às vezes, a visão de mundo dos setores dominantes, de seus desejos de cidade, de urbanização, que empurram para trás e para longe componentes diferentes de um cenário de suas aspirações. Esses espaços são, pois, resultantes de relações de poder que incluem e excluem populações em contextos específicos, nos quais a liberdade dos pescadores é gradualmente cerceada” (RAMALHO, 2006, p. 96).



Figura 5 – A pesca com o uso da tarrafa.
Fonte: Desenho temático em oficina.

Assim, o trabalho na pesca constitui-se em um mundo de códigos morais que permite a reprodução social da *gente-sururu*, principalmente de crianças e adolescentes que mantêm os primeiros contatos com a estrutura de valores a partir da labuta dos pais e das mães. Daí se explica que nesse modelo de produção o fator trabalho não está somente associado ao *capital econômico*, mas imerso em relações de dominação em que o trabalho infantil, mesmo constituindo-se de violentas práticas, permite a adultos e crianças andar de cabeça erguida diante do conjunto de adversidades enfrentadas na cadeia de produção do sururu. Talvez esse seja um dos principais motivos que levam as mães a ser as principais motivadoras dos trabalhos dos filhos de pouca idade, o que está diretamente relacionado às suas trajetórias de vida, conforme apresento a seguir.



CAPÍTULO 4

*OS SENTIDOS DO TRABALHO INFANTIL
PARA MÃES E FILHOS: UMA HERANÇA
PERVERSA*

CAPÍTULO 4 – OS SENTIDOS DO TRABALHO INFANTIL PARA MÃES E FILHOS: UMA HERANÇA PERVERSA

Neste capítulo abordo os sentidos do trabalho infantil para mães e filhos⁷¹ (crianças e adolescentes), pela observação da prática de trabalho mediada entre o ganho e a *moral geracional*, constitutiva do processo de internalização de valores no cotidiano da pesca. Para isso, levou-se em conta as relações intergeracionais e neste liame as relações do trabalho infantil com o legado da pobreza. Considerando, ambas as relações, associadas aos diversos dilemas da inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho e conseqüentemente no mundo dos adultos como “certeza de sobrevivência” e afastamento da “vida errada”, características herdadas da posição que ocupam no mundo social e na família.

O valor do trabalho infantil para as famílias que estão envolvidas com a pesca do sururu possui características fortes de um *habitus* da moralidade, onde ele é mais do que um valor trocado por dinheiro, pois constitui-se em sistema de proteção social contra o mundo da rua e da malandragem, mesmo que as práticas de trabalho sejam consideradas ilegais no âmbito jurídico e extrapolem os limites físicos e humanos suportáveis.

O trabalho infantil na pesca de sururu possui uma associação direta com os costumes das famílias que tiveram e ainda têm contato com o meio rural. As histórias de vida das mães marisqueiras revelam que a inserção dos filhos no trabalho precoce possui simetria com o modelo de socialização herdado por elas de seus pais. Esse

⁷¹ Usarei o plural masculino de filhos para designar meninos e meninas, crianças e adolescentes. O uso dessas palavras poderá acontecer quando julgar absolutamente relevantes.

habitus herdado do trabalho precoce faz intensificar a reprodução do trabalho infantil em graus mais elevados de geração a geração.

A presença desta prática na vida das famílias pescadoras por três gerações transformou-se em algo naturalizado, segundo os relatos das mães, que não enxergam alternativa para os filhos, uma vez que as instituições ligadas à cultura de direitos, como a escola e o PETI, por exemplo, ainda se encontram distante de serem eficazes e contribuem para o controle desta problemática. Percebi, assim, o desejo das mães em ver os filhos fora da comunidade onde moram, com residência decente, acesso a lazer, à educação e a emprego, mesmo não possuindo um projeto de vida dentro desses parâmetros para eles.

Para enfrentar a deterioração das condições de vida, o desgaste da força de trabalho e os constrangimentos perversos por que passam no dia a dia, construíram justificativas mesmo nas adversidades, para dar sentido positivo ao uso da mão de obra infantil como um valor de estar e ser no mundo. Ao interpretarem o trabalho infantil, ainda que perverso, como um valor moral, constroem através dele o símbolo da criança aprendiz; com isso, há reprodução da ordem social pelo *poder simbólico*, que age como um poder invisível e usa a cumplicidade daqueles que são subordinados a condições precárias de cidadania, a entendê-las e aceitá-las como naturais.

Desta forma, este capítulo mostra que a infância de crianças e adolescente está relacionada à herança familiar, em que a mãe é a pessoa de referência para os filhos. O trabalho está relacionado a essa herança, e com ele os significados dos valores morais que se juntam à necessidade do ganho para justificar as práticas de trabalho infantil coibidas pela moral normativa dos direitos. Nesse processo as práticas de trabalho extrapolam a socialização e ocupação do tempo, pois são permeadas de violências e disciplinas que agredem o corpo.

4.1 – A infância das mulheres/mães/marisqueiras: trabalho, escola e brincadeiras

Ao analisar-se a infância das mulheres/mães/marisqueiras, trabalhadoras das unidades familiares de produção e consumo de mariscos, a partir das entrevistas concedidas por elas, se teve como objetivo compreender como se deu a construção social dessa etapa de suas vidas, mostrando como esse construto está atrelado às experiências cotidianas de suas famílias, espaço das vivências concretas de sua infância. Contexto em que o trabalho infantil esteve presente nessa fase de suas vidas, cujos primeiros contatos com essa prática se deram nas atividades desenvolvidas por suas famílias no meio agrícola e nos serviços domésticos. Conforme os depoimentos que seguem abaixo:

Eu trabalhava na roça e também cuidava dos cavalos, meu pai me acordava de madrugada pra ir atrás dos cavalos (Tereza, 37 anos).

Com cinco anos, meu pai já me levava mais as outras duas irmãs maiores, pra cortar o olhinho do mato, pra não cortar com a enxada. A gente tinha que arrancar com a mão. Depois a gente veio aqui pra Maceió, me agarrei com o sururu e até esse ano. Agora eu estou sem poder pegar sururu por causa da coluna e da vista (Joana, 43 anos).

As atividades que realizaram na área agrícola eram constitutivas da *divisão social do trabalho* no meio rural, onde cuidar dos cavalos representava não deixá-los sair do âmbito da propriedade da família para as propriedades “alheias”, portanto precisavam vigiá-los o tempo que fosse necessário. Em relação a “cortar o olhinho do mato”, representa as atividades realizadas pelas mães, quando crianças, ao se agacharem para arrancar outras plantas daninhas que nasciam junto às plantações de cereais, onde a enxada não era eficaz. Trata-se de uma prática com fortes traços da agricultura familiar, “[...] entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento

produtivo” (WANDERLEY, 1996, p. 2). É nessa modalidade de agricultura, formada por uma estrutura produtiva constituída por famílias de baixa renda, produção e trabalho, que há práticas de trabalho infantil. Contudo, essas práticas não se explicam somente pela necessidade de geração de renda, ou seja, pela relação com a produção econômica, porque estão relacionadas às posições ocupadas pelos indivíduos nos diferentes *campos* do mundo social, sobretudo no subcampo de produção cultural.

Por ser realizado como trabalho para subsistência e socialização dos filhos, tratava-se de uma produção doméstica em que as famílias controlavam os meios de produção, os instrumentos de trabalho e a própria produção. Essa situação permitia ao pai, chefe da família, o atendimento às necessidades do grupo doméstico e a reprodução desta prática de trabalho pelas gerações subsequentes como centralidade da constituição do patrimônio familiar. Esse contexto mostra a naturalização dessa atividade no meio rural, onde as crianças se inserem no mundo do trabalho como aprendizes e não como assalariadas. Contudo, o que poderia ser apenas estratégia de aprendizado intergeracional, transforma-se em necessidades de sobrevivência e como tal, em luta simbólica cotidiana, parte do jogo das necessidades inscritas nas próprias estruturas de diferenças do mundo social do qual fazem parte. Mesmo assim, sabe-se que esse mundo “[...] é, em grande parte, aquilo que os agentes fazem, em cada momento, contudo eles não têm probabilidade de o desfazer e de o refazer a não ser na base de um conhecimento realista daquilo que ele é e daquilo de que nele são capazes em função da sua posição nele ocupada” (BOURDIEU, 2005, p. 150).

Assim, o trabalho desde a mais tenra infância na vida das mulheres/mães marisqueiras mostra sua vinculação com o mundo social do qual fazem parte. E, nesse liame, com o espaço das relações objetivas entre as diferentes posições constitutivas do *campo* do trabalho que mantêm relações pela mediação do *habitus* dos seus ocupantes.

O que permite compreender as estratégias de classificações em que crianças e adolescentes de classes populares estão potencialmente inscritos, desde os primeiros anos de suas vidas.

Desta forma o *campo* do trabalho é também território de classificações que predisõem crianças e adolescentes a formas de dominação social e violências⁷². No caso das mulheres/mães/marisqueiras, ao ingressarem no mundo do trabalho junto a sua família, tiveram contato direto com a disciplina violenta que marcou decisivamente suas vidas. O depoimento abaixo evidencia que a violência fazia parte do modelo de socialização pelo trabalho, cujas regras eram socialmente estabelecidas nos espaços onde se trabalhava, quer fosse na roça ou no âmbito doméstico: o descumprimento das obrigações passadas por seus pais era sinônimo de punições severas.

A minha infância foi assim, botando água [levar água em botijões para casa], cozinhando. Meu pai saía mais minha mãe, me deixava em casa pra eu cozinhar feijão, arroz. Pra quando eles chegassem, a comida tá pronta. E apanhei bastante, eu apanhei feito um cavalo, de reio. Eu apanhei amarrada, meu pai botava uma corda nos meus pés e mandava que eu corresse. Aí eu corria: ele puxava (Teresa, 37 anos).

O distanciamento dos trabalhos na roça só era possível quando as meninas ficavam em casa para preparar as refeições, principalmente o almoço, cuidando da casa enquanto seus pais estavam na roça. Assim, na fase da infância, as mulheres/mães/marisqueiras intercalavam as atividades realizadas na roça e no âmbito doméstico, ambas consideradas por suas famílias como atividades educativas, ainda que permeadas por intensas violências, legitimadoras da autoridade, principalmente dos pais diante das filhas. Um valor moral que tinha o poder de impor e inculcar uma lógica de trabalho para os de pouca idade.

⁷² A violência na relação pais e filhos será detalhada, ainda neste capítulo, no item que trata sobre trabalho: perigoso e insalubre.

Começou daí os contatos com as primeiras tarefas e responsabilidades, da roça para a casa e vice-versa; realizavam as primeiras atividades dentro das expectativas da família. No âmbito rural uma educação respaldada no trabalho, com feições menos individualistas, mas em que predominava o autoritarismo com traços patriarcais e a ausência de estímulos à participação das crianças na escola, considerada instituição para os filhos dos ricos, já que os filhos dos pobres precisavam somente saber contar e assinar o próprio nome. Nesse sentido, pode-se se fazer uma leitura da subordinação dos pobres ao mundo social, uma vez que não vivem essa dimensão individualizada da identidade social e não são dados a eles os recursos simbólicos para formulação de projetos individuais, prevalecendo a tradição como uma referência fundamental da existência. Portanto, “pensam seu lugar no mundo a partir de uma lógica de reciprocidade de tipo tradicional em que o que conta decisivamente é a solidariedade dos laços de parentesco e vizinhança com os quais viabilizam sua existência” (SARTI, 2006, p. 47).

Essa inserção no trabalho como princípio de socialização⁷³ possui estreita relação com a cultura dos trabalhadores rurais, que têm uma dinâmica diferenciada do modo de vida da classe média, onde predomina uma socialização mais individualizada, com projetos de vida para o futuro das crianças e adolescentes, sendo a escola o núcleo central para realização desses projetos. Assim, compreendemos, no dizer de Scott (1997), que a família entre os pobres urbanos é vista de fora para dentro. Ela é articuladora de força de trabalho, contrariamente à família de camadas médias, cujos

⁷³ Ainda que neste modelo de socialização haja uma verticalidade de imposições entre pais e filhos e a ação se baseia no modelo dos adultos sobre crianças e adolescentes, conforme enfatiza Durkheim em *Educação e Sociedade* (1978), não podemos deixar de lado que as crianças e os adolescentes precisam de um modelo de socialização que lhes possibilite ser “ser social” capaz de negociar com seus pares e pais dentro de um modelo que promova mudança social; neste sentido os pais, principalmente as mães, precisam desenvolver o *capital cultural*.

projetos são mais individuais e a preparação para o trabalho acontece de forma planejada, com investimento em educação e escolha de profissão ligada a *status* social.

Nas famílias de baixa renda a formação do trabalhador precisa ser realizada em estado prático, até porque são destinados a estes segmentos os trabalhos manuais, por possuírem pouca educação formal, na qual não há exigências de especializações. Para Neves (2006, p. 133), isso acontece porque é no estado prático que os valores e os saberes devem ser transmitidos, revedo que a função socializadora da família varia de acordo com o lugar⁷⁴ que ela ocupa na hierarquia socioeconômica e cultural.

Os projetos de vida das famílias pescadoras são projetos imediatos de existência, ainda que mantenham o sonho de uma vida melhor, com mais oportunidades para os filhos. Aceitam com facilidades as adversidades da vida, a luta pela sobrevivência diária; e o trabalho torna-se uma referência ontológica pela sua utilidade social e por representar a luta que move as mães a enfrentar a ausência de empregos presentes no mundo onde vivem. Realizam trabalhos desqualificados do ponto de vista da sociedade capitalista, mas o qualificam como produtivo pelo sentimento de utilidade e de pertencimento social que no momento só o trabalho lhes oferece.

Contudo, os projetos formulados pelas famílias das mulheres/mães/marisqueiras eram de acordo com a tradição, caracterizados pela preexistência de hábitos e padrões que moldam os comportamentos das filhas. Nesse sentido a ausência de projetos de ascensão profissional para as filhas, no futuro,

⁷⁴ As mães disseminam para os filhos a soma das suas experiências, e estes absorvam não somente pela influência que recebem dos seus genitores, mas principalmente pelas pressões que se estabelecem sobre eles através das práticas socialmente aceitas, como o trabalho infantil; são cadeias de interdependências. Assim, as mães atuam de acordo com suas posições no *campo* onde estão inseridas, e desta forma, determinam a estrutura deste espaço. Cada agência age sob a pressão da estrutura que se impõe a ela, segundo Bourdieu (2004).

assinalava desde cedo as distinções entre os trabalhadores situados nas áreas rurais. No âmbito rural, as famílias se orientavam pela interiorização das possibilidades de criar as filhas sob o seu controle, disponibilizando para elas os contatos com o mundo do qual faziam parte, para driblar o medo de que elas se inserissem em outros espaços que pudessem conduzi-las para o distanciamento dos valores acalentados pelos pais. As oportunidades que surgiam fora do espaço da roça e do âmbito doméstico eram para trabalhar como empregadas domésticas ou serviços similares na casa de terceiros, como se pode ver a partir deste depoimento:

Eu comecei a trabalhar como lavadeira de roupa, tinha dez anos. Meu pai achava ruim, porque ele dizia “Tu mais tarde vai sofrer”. Eu dizia: “Nada pai! não vou sofrer nada! Porque a gente não tem outro serviço pra fazer; a gente faz qualquer um”. Mas, justamente, eu tô sofrendo agora da coluna. Quando ele veio ajudar nós, a gente tava tudo grande, eu e meu irmão. Aí não dava pra gente estudar. Aí eu disse: “Pai, não dá mais não, porque a gente começa a estudar é de pequeno!” Aí ele disse: “Ah! você não quer?” Aí eu disse: “Não quero mais!” Aí ele disse: “Então vamos prá enxada” [ir pra roça, limpar o mato]. Nós morávamos no interior (Francisca, 60 anos).

Os pais – além de acharem que a escola era uma instituição para os filhos dos ricos, portanto, estudar estava condicionado a um *habitus* de classe abastada financeiramente – tinham medo de que suas filhas, ao estudar, mudassem os valores cultivados geracionalmente e se distanciassem da honestidade e da dignidade, principalmente as meninas que deveriam casar-se e ter filhos dentro do modelo patriarcal. As traquinagens próprias da fase da infância não eram acatadas pelos pais, que as viam com “maus olhos”⁷⁵. Diante de algum deslize cometido pelas filhas: as brigas com os colegas de sala de aula, as brincadeiras na hora da aula, as reclamações

⁷⁵ Realidade semelhante foi constatada por Duque-Arrazola (2004, p. 200-201), quando analisou a participação das mães no PETI em Pernambuco. A referida autora diz que a maioria das mulheres/mães participantes do programa, como suas próprias mães, nunca foi à escola e integra o grande contingente de analfabetos do Estado. Para seus pais e avós, a mulher que estudava não obedecia; ficava muito exigente, sabida demais. Por isso, essas mulheres sentem mágoa dos pais, atribuindo sua permanência na condição de pobreza à falta de estudo.

dos professores e a não aprovação escolar eram motivos para afastá-las da escola e inseri-las definitivamente no mundo do trabalho, que funcionava como sistema de compensação do afastamento da escola, reforçando o sentido de que criança deve estar ocupada. A ausência de participação na escola marcou definitivamente a vida das mães/mulheres/marisqueiras, conforme o relato a seguir:

A educação que meus pais não me deram foi o estudo que era tudo que eu queria! Quando meu pai me tirou da escola eu tinha 13 anos, foi quando parei. Meu pai me tirou porque eu era muito danada na escola, eu não fazia nada. Aí quando era dia das provas eu não sabia pra onde ir, eu entregava o papel em branco, aí ele me botava de joelho no caroço de milho, debaixo de lapada. Ah! eu sofri muito. Eu não quero que meus filhos sofram o quanto eu sofri. Meu pai me botou na escola, eu sou uma pessoa da cabeça muito dura; depois meu pai me tirou da escola, pegou meu caderno, rasgou, queimou, disse que eu não ia mais estudar! E eu sou burra hoje em dia por causa do meu pai! Ele me tirou da escola e disse que eu não ia mais estudar. Quebrou lápis, pegou a bolsa com tudo e queimou. Aí pronto, fiquei burra! Mas eu quero ensinar pra os meus filhos o que meus pais não me deram: educação. É tudo de bom, porque é isso que eu quero dar pra os meus filhos, eu luto desde as 4 horas da manhã quando me acordo, boto meu pé no chão, acordo eles, dou um banho, dou café e boto eles pra escola. Eles dizem: “Ah, mãinha, eu não vou!” “Vai, vai nem que seja debaixo de lapada, mas você vai pra escola”. Embora quando eu chego lá [na escola] vem reclamação (Teresa, 37 anos).

Esse depoimento releva a distância do mundo escolar das famílias de classes populares. Essa distância intensifica as ilusões do sentido imediato e cotidiano (*doxa*) que faz produzir um desconhecimento específico, no caso desse pai, acerca das suas próprias condições de vida. Mesmo assim, há idealização de uma mãe, assim como de várias outras que participaram da pesquisa, em realizar o sonho de ver seus filhos terem uma infância diferente das suas, com acesso à escola. Isso mostra que os projetos individuais destas mulheres/mães/marisqueiras que sonham com uma vida diferente para seus filhos são distintos em relação ao que foi disponibilizado a elas por seus pais, quando crianças.

Portanto, é preciso compreender as famílias como grupo social cujos movimentos de organização/desorganização mantêm estreita relação com o contexto sociocultural, no sentido de que elas encontram respostas para suas necessidades dentro de sua própria cultura e da conjuntura que vivenciam. Assim,

se o *habitus* representa a incorporação nos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura econômico-social devem implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças.

Isso faz pensar que as mudanças nas condições econômicosociais das famílias de classes populares, como as das mães/mulheres/marisqueiras, poderiam, conseqüentemente, não contribuir para transformar geracionalmente a pobreza em um legado⁷⁶ porque a reprodução desse legado, no caso das famílias dessas mães, não aconteceu de forma planejada, mas respaldada principalmente no não desenvolvimento do *habitus* escolar. Trata-se, pois, das experiências vividas pelas pessoas que reproduzem no cotidiano as relações sociais de dominação. Ultrapassar esse cotidiano vivido, para agir de forma diferente e baseada em outros valores, exigiria das mães e dos filhos acesso ao *capital cultural*, e como tal, implicaria a mudança de *habitus* geracionalmente institucionalizado.

Contudo, todos os problemas vivenciados pelas mulheres/mães/marisqueiras em sua fase de infância revelam a dura realidade que não marcou definitivamente o fim das brincadeiras, porque diante das atividades de trabalho na agricultura familiar se evidenciava o sentimento de infância. Mesmo que tais brincadeiras traduzissem as distintas inserções e pertencimentos, do ponto de vista de classe, gênero, etnia, entre

⁷⁶ Engels (2002), baseando-se em Marx, diz que a família, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura, ao mesmo tempo que encerra todos os antagonismos que se desenvolvem mais adiante, na sociedade.

outras clivagens sociais, pelos brinquedos confeccionados a partir da matéria-prima de suas práticas de trabalho. Isto se observa nos seguintes depoimentos:

A minha era boneca de milho, aquelas espigas de milho (Marisa, 57 anos).

Hoje em dia, quando eu vejo essas bonequinhas, eu digo: é isso mesmo, a gente não teve o prazer de pegar essas bonequinhas miudinhas, ó meu Deus! A gente nunca teve! Minhas bonecas eram aqueles talos de carrapateira (Tereza, 37 anos).

Dado que o interesse pelas brincadeiras não desaparecia diante do controle do tempo de brincar, ainda assim não se pode esquecer de sua inventividade para criar brinquedos com os produtos da roça, como as bonecas de milho, que posteriormente são transformadas em espigas de milho, em alimentos para toda a família. Quando estavam na fase de “bonecas de milho”, eram atrativas para as crianças. Outros brinquedos construíam com “talos de carrapateira”, uma planta tóxica denominada de mamoneira, que possui folhas em formato de guarda-chuva e talos longos, adequada à confecção de bonecas improvisadas. As materializações das brincadeiras, nos entretempos de trabalho, revelam a grandeza da infância que, em meio a condições isalubres de vida, mantém as fantasias infantis. Os brinquedos construídos expressam um caráter fetichista, de promotor de sonhos e de fantasias, inserido em relações sociais concretas; representam também as clivagens sociais e condições de vida aviltantes como as que foram vivenciadas por essas mulheres.

Assim, a partir do cotidiano infantil dessas mulheres e dos *campos* onde transitaram, podem-se resgatar os atributos de suas infâncias, que foram se delineando em suas falas. Os elementos por elas fornecidos de seu cotidiano foram demarcando como as desigualdades sociais influenciam no construto que fazem sobre os significados dessa fase da vida, quando se vê que as origens socioeconômicas e

culturais distintas promovem diferenciações nas formas de construir relações sociais para a vida inteira.

A correlação que se pôde observar na relação do trabalho infantil com a infância das mulheres/mães/marisqueiras é que essa fase da vida para elas marcou o início de muitos problemas sociais, como uma disciplina violenta, o afastamento da escola e o acesso a poucos brinquedos. Em decorrência desses fatores, poucas sabem assinar seu próprio nome, evidenciando que estas mulheres sofreram desde tenra infância os condicionamentos da estrutura social, por estarem inseridas em famílias com poucos recursos no mundo privado. Com isso, percebem-se as dimensões estruturais e simbólicas do trabalho infantil, assim também a mulher/mãe como agente de transformação social. Isso será tratado no próximo a seguir.

4.2 – Mulher/mãe/marisqueira, unidade de referência para os filhos

Para se compreender o trabalho infantil no território da pesca lagunar de mariscos foi preciso abordar a condição da mulher/mãe/marisqueira nesse *campo* de trabalho, tendo em vista que o trabalho precoce dos seus filhos possui conexões com a questão de gênero, intensificado pelo número de famílias chefiadas por mulheres ou que possuem relações instáveis no casamento, aspecto significativo nesse território. A pesquisa realizada pela UFAL/FAO/ABRANDH (2005) constatou que

na favela 47,8% das famílias são chefiadas por mulheres. A alimentação precária e a fome são realidades diárias. Em um cenário como este, as crianças vivem condenadas pela extrema pobreza. Como não têm acesso à escola, ou se esforçam pela sobrevivência, ou gastam o tempo como podem, na realidade estão privadas do direito à cidadania e ao desenvolvimento (COMUNIDADE..., 2005).

Essa questão leva a compreender que existe uma relação fortemente estabelecida entre a intensificação do trabalho infantil na área lagunar e a condição de vida da mulher com pouca ou nenhuma escolaridade, número de filhos elevado e inserção em empregos informais como a despinicagem do sururu, prática predominante no território da pesca, e também coleta de material reciclado e serviços domésticos realizados para terceiros.

As mulheres/mães/marisqueiras acabam sendo cúmplices do trabalho infantil pelo medo de serem punidas pelo Estado se os filhos estiverem na rua. Para Duque-Arrazola (2006, p. 235), “pode-se afirmar, então, que o ‘enxugamento’ do Estado acontece porque conta com o ‘alargamento’ das funções da família, representada e corporificada na mulher-mãe [...]”.

Segundo dados do IBGE, em pesquisa correspondente ao período de 1996 a 2006, “o número de mulheres que se declararam como a pessoa de referência da família aumentou de 10,3 milhões para 18,5 milhões em todo o país. A taxa de ocupação dos filhos foi maior nas famílias chefiadas por mulheres: 44,1%, contra 40,3% nas famílias chefiadas por homens” (IBGE, 2007).

Se as pesquisas mostram que as famílias monoparentais, principalmente aquelas chefiadas por mulheres⁷⁷, estão mais predispostas a usar o trabalho infantil, pode-se afirmar que as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres são uma das variáveis que intensifica essa prática. Isto porque mulheres que não sabem ler e escrever estão condicionadas a ter maior número de filhos, não encontrar lugar no mundo do trabalho formal e estão propícias a adotar o trabalho infantil, sobretudo nas

⁷⁷ Para Rizzini (1999, p. 382), “nem sempre a família tem discernimento crítico suficiente para ver a atividade da criança como ‘trabalho’. Uma outra questão é que “quando a mulher é chefe de família, sem a presença do companheiro, não há alternativa: ou os filhos trabalham para sustentar a mãe e os irmãos menores ou um dos filhos, às vezes uma menina, com pouco mais de cinco anos, ocupa o papel da mãe em casa”.

práticas domésticas e naquelas que acontecem no entorno de suas residências, como é o caso da cadeia de produção do sururu.

Assim, as desigualdades de gênero⁷⁸ se mostram como uma das questões que fazem com que o trabalho infantil não cesse. Essa realidade é presente no contexto da pesca, onde as crianças e os adolescentes, em todos os momentos de suas vidas, e principalmente nas atividades de trabalho na cadeia de produção do sururu, estão mais ligados às mães, porque permanecem maior quantidade de tempo com elas e acabam participando das conversas, das aflições e preocupações do dia a dia delas.

As mães possuem um papel fundamental na cadeia de produção do sururu; em relação aos pais, elas estão mais presentes na vida dos filhos. Os filhos, sejam meninas ou meninos, quando querem pedir conselhos ou mesmo quando trabalham e ganham algum dinheiro, entregam-no para as mães; elas constituem a unidade de referência para crianças e adolescentes da pesca. No depoimento de uma das mães essa realidade é bastante enfatizada quando fala da participação dos filhos e de como eles se comportam em relação a elas:

Eles seguem mais a mãe. O pai é só uma proteção na hora de uma discussão – “Ah! vou chamar meu pai”. Eles correm mais atrás da mãe porque é raro ela bater num filho. O pai já tem aquele temperamento machista, durão. E se o filho errar, manda ir pra rua. Não quer saber a idade que ele tem. A mãe vai lá e vai buscar o filho. No sururu eles fazem tudo, igual à gente (Vitória, 35 anos).

Assim, crianças e adolescentes passam a estar com as mães acompanhando todos os procedimentos da despincagem do sururu. Estas disposições orientam as mães a educar seus filhos pelo trabalho no sentido prático, motivadas pela interação entre elas e os filhos, o que fortalece o *habitus* do trabalho infantil no cenário da pesca

⁷⁸ O relatório do UNICEF (2007) sobre a Situação Mundial da Infância aborda o duplo dividendo da igualdade de gênero quanto à mulher e à criança. Diz o referido relatório que mulheres saudáveis, instruídas e fortalecidas têm filhas e filhos saudáveis, educados e confiantes. Assim, comprovadamente, a influência que a mulher exerce nas decisões familiares tem impacto positivo sobre a nutrição, os cuidados de saúde e a educação de seus filhos.

lagunar. Portanto, um *habitus* produtor de representações e práticas, revelador das contradições de classe e gênero, por isso construtor da imagem de crianças e adolescentes estigmatizados por estarem vulneráveis à drogadição, à violência física, emocional e moral, operando com isso uma distinção social no que toca às possibilidades de realização da infância nos dias atuais. Para Marques (2001, p. 205),

nesse entremeio, deve ser destacado o papel disciplinar atribuído ao trabalho para controlar a infância que é representada como perigosa. Tal preconceito pressupõe uma periculosidade potencial na pobreza, que deve ser controlada, desde a infância, por meio do trabalho vigiado, inclusive pelas mães, pois, “é melhor eles trabalharem do que roubarem”, diz o senso comum.

Essas representações construídas em torno da infância pobre fazem intensificar o uso da sua mão de obra infantil como estratégia necessária à vigilância de crianças e adolescentes. Estratégia intensificada, porque o território da pesca lagunar é espaço da violência urbana presente no cotidiano desses pequenos trabalhadores, motivo que faz as mães estarem constantemente vigilantes, e para isso encontram no trabalho a forma para a ocupação do tempo dos filhos. Essas mães criam estratégias para incluir os filhos, a fim de que sejam respeitados pela sociedade, buscando algum reconhecimento social que lhes custa, pois ficam sobrecarregadas com as tarefas de protetoras e cuidadoras dos filhos, ou seja, de maternas, sustentar e vigiar os filhos. Se essas mulheres/mães/marisqueiras assim se posicionam é porque são vistas e tratadas dessa forma pela sociedade.

O controle dos filhos através do trabalho representa para as mulheres/mães/marisqueiras uma forma de driblar o medo que sentem de vê-los inseridos no mundo do crime e da prostituição e de serem desrespeitados pelos vizinhos e pela sociedade, levando-as a prestar depoimentos no Conselho Tutelar ou mesmo na delegacia de polícia, devido aos filhos estarem na rua. Segundo as mães,

isso pode acontecer porque a residência onde vivem induz a sociedade a pensar que todos que moram na comunidade são marginais. Esse jogo acontece dentro do *campo* do trabalho infantil, onde há uma economia do simbólico, que não se reduz ao “economicismo”, mas que tem efeitos econômicos materiais que justificam o porquê de as mães estarem vigilantes em relação aos filhos. Por isso a necessidade de se

compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 2005, p. 69).

Ou seja, existe um valor simbólico agregado ao trabalho infantil relacionado à condição de pobreza que as mulheres/mães/marisqueiras se encontram e um valor material que representa a tentativa dos filhos de pouca idade contribuírem com a família. Pois é através do trabalho que podem comprar alimentos, em vez de pedir esmolas ou mesmo roubar, práticas condenadas moralmente pelas mães. É dessa forma que se constitui o valor moral, em que o ganho passa a fazer parte dessa categoria.

4.3 – Trabalho: o valor moral e a importância do ganho

Na estrutura de relações sociais na pesca lagunar, predomina um conjunto de contradições que levou a entender que a ideologia do valor moral do trabalho se reproduz neste espaço como um estado de *crença*, pois há incorporação desses valores pelas mães, que dizem ser o trabalho uma forma de benefício para os filhos, já que também foram educadas assim por seus genitores. São esses laços geracionais que fazem reproduzir o trabalho infantil na pesca, porque as orientações passadas pelas mães aos filhos se constituem em um modelo de moral das famílias de classes

populares e por essa instituição ser entendida como “[...] questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura a sua explicação no mundo” (SARTI, 2003, p. 53).

Por essa referência simbólica o trabalho representa mais do que um meio de sobrevivência material; associa-se às características de gente honesta, sendo uma forma de estar e ser no mundo. É o princípio da moral relacionado à dignidade e à cultura da honra, que animam as práticas de trabalho infantil na sociedade. Como fator positivo, a educação de crianças e adolescentes pobres se aproxima da dimensão “correta” da vida, em contraposição à negativa de serem pobres, requalificando a partir do trabalho suas relações com a família e a sociedade. Nesse sentido, Sarti (2003, p. 70) diz que a família pobre não se constitui como um núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar suas individualizações e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básica.

Nesse processo a socialização através do trabalho é recorrente nos depoimentos das mães/marisqueiras, que dizem ser no momento de trabalho que os ensinamentos são passados aos filhos.

Ali [na comunidade] a gente vai passando o pouco de conhecimento e o amor que a gente tem a nossos filhos, mesmo no trabalho. A gente vai levantando a moral deles, dizendo a eles que estudem para não estarem nessa. Mostrando a realidade e o que eles podem passar; estude para você ser alguma coisa na vida porque sua mãe já está uma velhinha acabada. Daqui a uns dias vai estar mais acabada, de estar nessa luta de sururu, porque é uma luta sacrificante! Para vocês não ficarem como a gente (Vitória, 35 anos).

Assim, percebe-se no depoimento das mães/marisqueiras que a escola representa simbolicamente um valor importante na formação dos filhos, mesmo prevalecendo os valores coletivos sobre os valores individuais, que se organizam a partir da inserção precoce no mundo do trabalho, dentro de relações hierárquicas correspondentes às idades e aos papéis relacionados ao grau de parentesco, o que para as mães é uma tentativa de compensar a educação formal precária.

O trabalho tem valor de conforto social, não o conforto no sentido de bem-estar social, mas no sentido de pertencer a uma prática que permite o “ganha-pão” diário. O trabalho infantil não é pensado do ponto de vista da ascensão social dos filhos no que diz respeito à acumulação de capital, mobilidade de migração de uma classe para a outra, mas é pensado dentro do projeto coletivo da família quanto à sobrevivência e à formação do novo homem dentro da lógica de obrigações e não dos preceitos da razão individualista do capitalismo. Assim, o trabalho não é pensado como um projeto de ascensão social, mas como uma atividade cotidiana forçosamente aceita pelas mães/marisqueiras que convivem com o trabalho na pesca e com outras práticas de trabalho. Uma das mães relatou as diversas práticas de trabalho informal que realiza:

A vida aqui não é fácil, não, mas também não é difícil; dá pra pessoa sobreviver. Eu sou uma pessoa que cato reciclagem. É, vivo nessa luta! Dentro de casa despinico siri, sururu e caranguejo, tiro sururu, peneiro, vivo nesse ramo! Nessa luta pra criar duas filhas, sozinha! Já estou chegando aos 40 anos, não tenho mais aquele pique, aquela saúde como eu tinha, mas graças a Deus não falta o pão. Eu também tenho 5 irmãos, que catam reciclagem com a mulher pra sobreviver mais os filhos. Trabalho para mim é uma coisa muito boa. Tem coisa melhor você sair com saúde para trabalhar? É uma coisa boa, é uma coisa que lhe dá a vida. Você se sente bem! Ficar só ali imaginando dia a dia, sem pegar nem numa colher, horrível! É como você estar doente mesmo, precisando de um médico, de um tratamento sério, meu amigo! (Gerusa, 39 anos).

Essa visão de mundo é um elemento importante para se compreender que o trabalho, mesmo que seja perverso, e suas condições, injustas e ilegítimas, torna-se

valor, pela consagração do sentir-se útil e pelo fato de ser realizado dentro dos padrões de honestidade, e por isso agradar a Deus. Mesmo assim, reproduz condições penosas porque eterniza a desvalorização da força de trabalho. As condições precárias de trabalho atingem a formação precoce do trabalhador e sua desenvoltura como adulto no mundo do trabalho futuro. Sarti (2003, p. 90) diz que

essa disposição para o trabalho, esse ser pau para toda obra, que caracteriza os pobres (ou os trabalhadores que se ocupam de atividades socialmente desqualificadas), é vivida como uma qualidade positiva, uma dádiva, que compensa as desigualdades sociais. Ela é mesmo percebida como uma vantagem relativa, levando os pobres a considerarem que, em muitas instâncias, o rico depende mais do pobre do que o inverso, porque o pobre, embora não tenha nada, tem saúde e essa disposição para trabalhar, capacidade da qual ninguém o priva, porque é concebida como dada por Deus.

Assim, o trabalho está associado à categoria saúde, que para os pobres também é um valor moral, pois estar com saúde para trabalhar é estar disposto e não ocioso. Não trabalhar significa estar doente; o ócio evidencia as características de gente preguiçosa, e estas características remetem ao mundo do não trabalho e da vadiagem, conforme já mencionamos nesta tese, a partir do pensamento de Chauí (1999).

As memórias das mães estão marcadas pela presença do trabalho infantil em suas famílias, sobretudo do trabalho manual, situação que se reflete na construção de uma moralidade em torno das práticas de trabalho inseridas na vida cotidiana, como Bourdieu (2005) chamou de *habitus primário*, formado a partir da internalização de comportamentos, linguagem, valores e normas constitutivas do cotidiano de trabalho. Esse *habitus* se forma geracionalmente, conforme depoimento de uma das mães:

É de gerações de família que a gente tem que trabalhar pra ter o sustento da casa. O pai da gente já era uma pessoa sacrificada: ou a gente estudava ou via nossos pais morrendo, trabalhando. A gente deixou muitas vezes de estudar pra ajudar nossos pais. O amor está em primeiro lugar, então não adiantava ter uma educação, ter uma escola (Vitória, 35 anos).

O trabalho infantil é assim entendido como ajuda a um ente querido, à mãe ou ao pai, em que os laços de solidariedade falam mais fortes. A ajuda é um argumento potente usado para justificar a inserção de crianças e adolescentes nas tarefas de trabalho. Na unidade de produção do sururu, as mães o classificam como parte da formação social não constituindo uma exploração, ainda que saibam que se trata de uma atividade estafante. Para Marin (2006, p. 62),

a “ajuda” significa uma complementação da renda dos pais, viabilizada através da incorporação produtiva dos filhos, pois são os pais que são reconhecidos como trabalhadores de fato e não os filhos. Diante disso os filhos têm pouca autonomia para negociar a venda da sua força de trabalho, uma vez que as decisões são tomadas pelos pais.

O trabalho como ajuda seria acompanhado diretamente pela família com seu consentimento, dentro dos limites suportados por cada criança em um processo de sociabilidade, de trocas geracionais, respeitando-se os limites de idade, de horário, de escola e a não estipulação de quantidade de trabalho realizado. Esse tipo de trabalho envolve interações, reciprocidades e afetividades como fatores centrais, o que o descaracteriza como uma prática que envolve relações entre empregadores e empregados, caso do emprego de crianças e adolescentes no período da Revolução Industrial, conforme Marx (1980), Engels (1977), Thompson (2002). Os trabalhos realizados para terceiros, cujas relações sociais são impessoais, distinguem-se dos realizados nas unidades domésticas de produção do sururu, em que crianças e adolescentes são afastados, cada vez mais, de ser, quando adultos, trabalhadores especializados.

As mães dizem que respeitam os limites físicos e de idade de cada criança, pois permitem o descanso e a intercalação do tempo de trabalho com brincadeiras, que

geralmente começa com o próprio trabalho, em que o sururu passa a ser seu primeiro “brinquedo”.

É, depois de cinco anos, quando eles mesmos querem, dizem: “Mãe me deixe tirar [despinicar sururu] um pouquinho”. A gente deixa brincar um pouquinho.” Ah! Você não sabe”. Eles dizem “sei”. Aí começa a tirar de um em um, vai botando lá, despinicam melhor do que a gente! Ainda bota o sururu limpinho lá [na vasilha], a gente ainda deixa com lama. Eles aprendem a se comportar um pouco! Para eles não estarem brincando o dia todo, a gente bota eles pra despinicar sururu. Aí eles despinicando sururu, vejo o que tão fazendo (Tereza, 37 anos).

Esses primeiros contatos das crianças com o trabalho fazem com que as mães tenham orgulho quando eles se dedicam às tarefas. É, pois, um trabalho mais espontâneo, sem exigências de cumprimento de jornada de trabalho, nem de quantidade de mercadoria produzida, ainda que uma obrigação moral que se inicia como brincadeira, necessária à formação do futuro adulto. Além de contribuir com o trabalho da mãe por estarem próximos dela e evitar que ela saia das atividades para resolver problemas de seus filhos com os filhos dos vizinhos, com quem, muitas vezes, brigam, se envolvem em pequenos furtos e em atividades sexuais prematuras. Assim, crianças e adolescentes, quando não estão trabalhando, estão brincando nos arredores dos barracos, nos entre-espços onde acontece o trabalho da despinicagem. As mães sabem que

o trabalho infantil é uma coisa que é sacrificante porque a gente rouba o dia deles brincar, o dia da criança que pra gente não existe! Eles de manhã se acordam e dizem: “Ô mãe, a senhora vai pegar de novo o sururu?” Eles se preocupam: “Quantas latas a senhora pegou?” Aí a gente diz: “Pegamos 10, 15”. “Mas hoje a gente não vai trabalhar, só vamos brincar! Tô cansado de só brincar de noite, a gente nunca brinca pelo dia”. É uma escravidão infantil. Mas é um trabalho infantil que mostra a realidade pra eles. Não é um trabalho infantil pra que leve eles para o lado do mal. Eles estão ali perto da gente, a gente está conversando, dando conselho, dando orientação (Vitória, 35 anos).

É assim que acontece a reprodução intergeracional da pobreza, ampliando o leque de reprodução precária física e social do grupo familiar. As mães classificam o

trabalho infantil como atividade que rouba a infância dos filhos, porém necessário por ser a garantia de geração de renda e de inserção deles no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, na sociedade. É, portanto, um trabalho de pessoas adultas inserido no sistema de valores das famílias pobres. Desta forma Guareschi et al (1999, p. 90-91) afirmam que:

a família pobre não é a causa do trabalho infantil, mas o modo de produção capitalista concentrador e excludente. A família sofre a determinação desta divisão em classes antagônicas, apresentando características específicas, de acordo com as condições socio-econômicas que a configuram. Ela é vista, historicamente, em constante transformação, conforme o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Neste sentido a família das camadas populares, hoje, acaba se tornando uma unidade de produção, reprodução e consumo, dentro da sociedade.

A partir dessa reflexão a causa do trabalho infantil não estaria na pobreza, mas no sistema capitalista, que possui características de exploração da força de trabalho. As famílias, nesse processo, são entendidas como vítimas de um sistema concentrador de riqueza e intensificador das desigualdades sociais de classe, vistas somente pelo ângulo econômico. Mesmo quando é obstáculo ao pleno desenvolvimento da criança, mas necessário à manutenção da família e dos laços de moralidade: eis a dualidade de valores que o trabalho infantil representa para os que vivem da pesca lagunar em Maceió.

Nesse espaço onde vivem as mães o trabalho infantil constitui-se no meio de que elas podem se valer para garantir a reprodução de homens e mulheres trabalhadores, onde a moral do trabalho fala mais forte e a defesa da honestidade é um valor passado de mães para filhos. Segundo uma das marisqueiras, seu companheiro sempre diz em casa a seus filhos:

Tá vendo fulano? Teu amigo? Mataram ontem, viu? Por isso que eu quero que você aqui trabalhe, porque é melhor ter um cabra trabalhando do que ter um cabra vagabundo, roubando, fazendo o que não presta e ficar fazendo vergonha a mim. Se você me fizer

isso, eu vou dar-lhe uma pisa, porque você está vendo que seu pai não tem nada, mas trabalha dia e noite, sai de madrugada, mas não faz vergonha nem a você nem a sua mãe (Vitória, 35 anos).

Ser trabalhador é um motivo de orgulho, pois ele está associado àquela pessoa de índole boa. Defender tais princípios garante à família a reprodução desses valores morais e reforça seus argumentos contra o mundo da marginalidade. A moralidade e a ética da família pobre se amarram à realização da articulação de um trabalho e de um consumo do grupo. Mesmo com mudanças estruturais que vêm se passando na família moderna: individualização, mudanças nos papéis sociais etc. são aspectos que nas famílias pobres não são centrais; o predomínio é o seguimento de padrões tradicionais de autoridade e hierarquia. É assim que “a família pensada como uma ordem moral constitui o espelho que reflete a imagem com a qual os pobres ordenam e dão sentido ao mundo social” (SARTI, 2003, p. 22). É, pois, na prática que os valores vão sendo construídos. Não é por acaso que as mães marisqueiras reforçam seu argumento a favor do trabalho honesto enquanto condição de cidadania:

[...] que elas [suas filhas] sejam uma pessoa boa igualmente a mim: trabalhadeira guerreira, isso é muito bom, que elas sejam uma cidadã de bem igual a todos (Geresa, 39 anos).

Essa classificação que divide ser “bom”/ser “mau” vem do estigma que as mães sofrem por pertencerem a uma comunidade com diversos tipos de exclusão social. Essa lógica dicotômica no terreno da moral divide o mundo entre os “bons” e os “maus”, os “certos” e os “errados”, portanto, são lógicas que podem ser lidas como distintas na trajetória dos indivíduos, segundo Franch (2008). Logo, se o trabalho traz o sentido de “coisa certa”, crianças e adolescentes ao se afastarem dessas atividades poderão estar sujeitos e rotulados como “errados”, estabelecendo-se uma distância simbólica em relação a eles.

Essa dicotomia entre “certo” e “errado”, que encontramos na cadeia de produção do sururu, é enfatizada na literatura sobre classes populares brasileiras, no sentido do contraste entre “trabalhadores” e “marginais”. O trabalho diante da ambivalência dessas categorias é o centro do valor para os pobres (Cf. SARTI, 2003; ZALUAR, 2004).

Por isso para as mães o trabalho infantil não possui um caráter de “trabalho”, porque elas não obrigam seus filhos a realizar tarefas que extrapolem suas capacidades físicas e psíquicas. Assim, o trabalho infantil transforma-se em símbolo de ajuda e, como tal, sistema de integração social percebido como algo natural incutido no processo de socialização das crianças, com vistas à preparação para a vida futura. Ainda assim, não se deve perder de vista que esses agentes podem mudar essa realidade e essa estrutura de valores que carregam.

A naturalização dessa prática atua como uma força simbólica, a qual reforça a autoridade das mães diante dos filhos, constituindo-se em um poder simbólico, por meio do qual a história de vida de suas famílias junto ao trabalho passa a ser reificada e incorporada pelos filhos. Para Neves (2006, p. 136), inapropriadamente, mesmo esta forma perversa de trabalho infantil insere-se entre as condições de trabalho que se legitimam pela consagração de valores morais que orientam a solidariedade familiar. Por esta associação, impõe uma remuneração que não corresponde à reprodução do trabalhador, mas à sua colaboração para a manutenção da família. Ela expressa antes de tudo a reprodução das condições penosas a longo prazo, pois eterniza a desvalorização da força de trabalho e operacionaliza a transmissão do legado da pobreza.

O trabalho para as mães/marisqueiras não atende ao princípio de acumulação de riquezas, mas faz parte de *sentir-se* e *estar-se* no mundo. Tais categorias revelam

certa ambiguidade, e “nesta ambiguidade, neste querer e não poder, os pobres estruturam sua identidade social e constroem seus valores, procurando retraduzir em seus próprios termos o sentido de um mundo que lhes promete e que não lhes dá” (SARTI, 2003, p. 34). Há um desencantamento relacionado ao fetiche da igualdade de oportunidades.

Quando as crianças passam, aproximadamente, dos oito anos de idade, começam a entender que conseguindo dinheiro poderão ter acesso a jogos, guloseimas e roupas. É a partir dessa idade que as mães se vêem forçadas a inserir seus filhos no trabalho, inclusive a pedido deles, para que possam ter acesso a dinheiro e manter o controle sobre o tempo produtivo e improdutivo dos filhos. Ainda que o valor moral se dê em maior escala, as mães não desprezam a importância do dinheiro.

É partir dos oito anos que meninos e meninas começam a pressionar as mães por dinheiro. Por isso elas acabam dosando o valor moral e a importância do ganho, que não é desprezada na cadeia de produção do sururu. Ainda que os filhos contribuam pouco para o orçamento doméstico, o fato de poderem ganhar seu dinheiro alivia as tensões das mães, por saber que eles estão comprando comida e roupas com seu próprio esforço. O ganho, assim, faz parte do valor moral, como é relatado neste depoimento:

Por uma parte eu concordo, porque pelo menos ela [a filha] está arranjando alguma coisa pra ela. Assim, de despinicar sururu, vender laranja, essas coisas já é um lado bom porque compra uma sandália, uma roupa. E eu me rebole de um lado também, pego alguma coisa pra ela vender. E são seis filhos que eu tenho. Ajudar assim, para não vê-los pegando as coisas dos outros. Porque tem criança que começa desse tamanhinho, se a mãe não tiver em cima, ela rouba algo de alguém pra se manter e a gente tem que se esforçar (Sandra, 28 anos).

Em relação a meninos e meninas, as preocupações das mães são distintas. Os meninos estão mais vulneráveis ao mundo das drogas e da marginalidade; pelo “ganho

fácil” do dinheiro, podem ser atraídos ao que Zaluar (2004, p. 388) denomina de “[...] cálculo racional, da ambição de “ganhar muito” ou “ganhar fácil”, dos valores de um *ethos* da masculinidade que seriam alcançados por meio da atividade criminosa, compõe o quadro das alternativas de atrações, disposições e ganhos para os jovens pobres”. As meninas estão mais vulneráveis à exploração sexual, em troca de dinheiro ou mesmo de roupas e alimentos; as mães se preocupam mais com elas porque na comunidade há altos índices de exploração sexual e neste sentido a condição de mulher fala mais alto. Segundo as mães, as meninas são mais vaidosas do que os meninos e são também mais influenciadas pelo consumo de massa:

Pela necessidade, pelo dinheiro, porque elas têm a vaidade mais do que os meninos. As meninas quando completam oito anos, sete anos, elas aqui não brincam mais de boneca, já pensam em botar um brinco da moda, é sapatinho da Sandy, num sei quê da Xuxa, bolsa da Barbie. São caras essas coisas, e as mães dizem: “Eu não tenho condições, ou o bem de dar a comida a você ou o bem de dar o luxo que você quer”. “Por que você não pega mais sururu? Não pega mais lata, junte seu dinheiro, bote lá, juntando seu dinheirinho e compre o que você quer, porque isso a gente não tem condições de lhe dar”. “A gente já compra o material escolar e você ainda quer que a gente dê esse luxo todo a você?” Elas pensam até em creme de cabelo, em cachear cabelo, batom, maquiagem, dessas maquiagens infantis, de sombra num sei quê, elas sonham com isso. Querem sainha rodada, então se junta cinco, seis... grupinhos e começam a sair muitas vezes pra ir pedir (Vitória, 35 anos).

Percebe-se a partir desse depoimento que o trabalho infantil não se restringe às relações de classe e moralidade, mas relaciona-se às questões de gênero; com isso faz parte de sistemas de classificações em que crianças e adolescentes incorporam comportamentos distintos, dependendo da posição que ocupam nas esferas do mundo social. A coparticipação de meninos e meninas no orçamento familiar, ainda que necessária à complementação da renda familiar, não está em primeiro lugar na lista de importância do trabalho infantil, mesmo que o dinheiro adquirido com trabalho honesto passe a ser também dignificante.

A dignidade associa-se ao princípio de obrigações morais das crianças e adolescentes para com as mães. Não diz respeito ao princípio de dignidade da pessoa humana, inscrito na lei, mas trata-se de um princípio relacional, de obrigações para com a família, em que a divisão de papéis impõe a cada um uma parcela de obrigações a cumprir.

As crianças e os adolescentes que conseguem ganhar algum dinheiro com o trabalho, seja com a venda do sururu, coleta de material reciclado, ou com a venda de frutas e legumes, sentem-se importantes e valorizados pela família. Marques (2001, p. 204), ao estudar a realidade familiar de pequenos trabalhadores nas ruas do centro da cidade de Belo Horizonte, diz que:

nessa perspectiva, o trabalho não é visto apenas no seu valor de troca, enquanto uma mercadoria desqualificada, mas referenciado no seu valor moral que, simbolicamente, representa respeito. Aquele que trabalha é alguém que tem responsabilidade, é cumpridor de suas tarefas e está fora do mundo da marginalidade. Essa forma de enxergar o trabalho imprime um outro sentido à atividade e dá um certo alívio ao sofrimento desses sujeitos.

Esse conjunto de valores morais construídos em torno do trabalho infantil consiste em “transformar necessidade em virtude, a inserção laborativa prematura dos filhos exprime a divisão familiar do trabalho e o sistema de valores morais que organiza a interdependência de seus membros. Todos, desde cedo, devem assumir responsabilidades na constituição dos bens fundamentais ao consumo” (NEVES, 2001, p. 166). Mas, essas motivações para o uso do trabalho infantil precisam ser repensadas pelas famílias, principalmente pelas mães, porque estão associadas a práticas consideradas como as *piores formas de trabalho infantil*, e por isso precisam ser superadas.

4.4 – Trabalho: perigoso e insalubre

As piores formas de trabalho infantil estão relacionadas às práticas de trabalho consideradas perigosas e insalubres, que provocam a dilapidação dos corpos requeridos ao trabalho, levando crianças e adolescentes a pensar que somente através do trabalho se podem sentir no próprio corpo as dificuldades e prazeres da vida. O corpo deve se adaptar às durezas impostas pelas técnicas e pelas condições do trabalho com o sururu, constituindo-se assim referência valorativa.

As longas e estafantes horas de trabalho, a inexistência de benefícios sociais já conseguidos por outras categorias de trabalhadores, a insegurança no trabalho são alguns elementos que marcam a dureza da vida dos trabalhadores ribeirinhos da lagoa Mundaú. O trabalho árduo dos menores, as condições de total insalubridade, às vezes os rigorosos castigos físicos etc. fazem parte do uso da força de trabalho familiar na cadeia de produção do marisco

A prática do trabalho exige movimentos repetitivos e bruscos por longas horas. Em ambas as etapas de trabalho: captura e lavagem do sururu, os riscos de cortes nos pés e nas mãos são enormes, pois não se usa nenhum equipamento de proteção. Outras doenças também são adquiridas, como relata uma das mães/marisqueiras:

Muitos pescadores com tuberculose, morrem gripados, com virose, mas têm que tirar sururu pra poder dar o sustento à família, nem tem que olhar que está doente, tem que se esforçar e pedir força a Deus pra ir mergulhar. Muitos pescadores tiveram meningite, porque pegavam, que nem o médico falou, da água quente, quando mergulham sentem dor de cabeça, e eles estão adoecendo e morrem com tanto trabalho honesto, digno (Vitória, 35 anos).

Constitui-se, então, em atividade perigosa, não especializada, que ainda assim, pela falta de emprego em outros espaços de trabalho, motiva toda a família, pelo

sentimento de pertença e sobrevivência no mundo, em um ato de reprodução dessa lógica, onde se fazem presentes crianças e adolescentes.

Esforço, dedicação e disponibilidade envolvem uma prática de trabalho com vários riscos à saúde, como dores nas costas e inchaço nas mãos e nos pés, por longo período de tempo de trabalho. Com uma tábua nas pernas, as mães passam o dia todo no processo de separação do sururu, que vem da lagoa irmanados uns aos outros e ainda com restos de lama. De cabeça baixa, mãos sujas, coluna arqueada, olhos focados no trabalho, como se mães e filhos fossem programados para aquela função.

Esse cenário lembra o descrito por Thompson (2002), sobre os efeitos do processo de industrialização nas condições biofísicas dos trabalhadores, inclusive os de pouca idade: crianças trabalhadoras eram raquíticas, vítimas de acidentes de trabalho, estavam ligadas a lugares violentos e imorais. Parece que até essa realidade não ficou nas fábricas inglesas, mas migrou para os espaços domésticos de produção. Assim, essas condições de trabalho também se repetem nas unidades familiares pesqueiras em Maceió, conforme depoimento abaixo:

Cansaço, dor nas minhas costas, agora mesmo estou com uma dor aqui na coluna. Eu só estou aqui porque eu não tenho outro trabalho, não tenho outra condição (Marisa, 57 anos).

As doenças adquiridas no processo de trabalho pelas mães também começam a ser sofridas pelas crianças e adolescentes desde tenra idade; durante ou depois de horas de trabalho, reclamam de dores de cabeça, dores de coluna, cortes nas mãos e nos pés. No depoimento de uma mãe de cinco filhos, todos menores de idade, que trabalham com ela diariamente, no período de maior produção do marisco, essa realidade é bastante enfatizada. Quando perguntamos se a saúde dos filhos dela era prejudicada por aquele trabalho, ela respondeu:

Prejudica a gente que é de maior, já é de idade, avalie eles: dá dor de coluna, fica cansativo. Eu mesmo tem dia de estar 3 ou 4h da manhã no sururu, com eles em casa. [Dizem] “Eu não aguento não, mãe, eu não aguento não, vou dormir”. Eu fico sozinha! Meu filho reclama o tempo todo que está com dor no pescoço, dizendo: “Mãe, eu estou com uma dor na minha coluna”. Eu digo: “levante um pouquinho pra relaxar, prá descansar, mas vá deitar-se, se estique um pouquinho”. E eu dou massagem, pra passar. Aí ele fica com dor de cabeça, às vezes eu não tenho paciência, aí eu mando ele ir relaxar, depois, quando relaxar, ele volta de novo (Teresa, 37 anos).

As mães têm consciência de que se trata de uma prática enfadonha, perversa para adultos e principalmente para as crianças – atividade em que todos os membros da família estão submetidos às mesmas opressões que subjaz à cadeia de produção do sururu. Percebem também que é um trabalho excessivamente desgastante, embora seja necessária a colaboração com as mães, que também estão submetidas aos mesmos desgastes. Alberto (2002), ao analisar o trabalho precoce dos meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa – PB, percebeu que o trabalho precoce tem implicações no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes e, como tal, provoca um sofrimento vivenciado nos corpos e mentes. Para a mesma autora,

a inserção precoce é nefasta na vida dessas crianças e adolescentes, cujas implicações psicossociais aparecerão nos seguintes aspectos: uma imagem negativa de si e uma baixa auto-estima, a adultização precoce, a defasagem escolar, a socialização desviante e a falta de perspectivas de futuro (ALBERTO, 2002, p. vii).

A permanência por longo tempo na prática da despincagem causa dormência nos membros, principalmente nos braços e nas pernas, que ficam inclinadas, dores na coluna e nos músculos, tonturas ao levantar-se, de forma que no final do processo de trabalho os trabalhadores estão esgotados. Além desses problemas, o corpo torna-se doente e envelhecido, muito embora seja jovem cronologicamente. Esse ritmo intenso, de pesos, forças, movimentos repetitivos e jornadas de trabalho prolongadas, também é vivenciado pelas crianças e adolescentes, particularmente no caso dos que mergulham,

como os meninos. Conforme exposto na figura a seguir, onde pais e filhos participam da captura do marisco na lagoa.

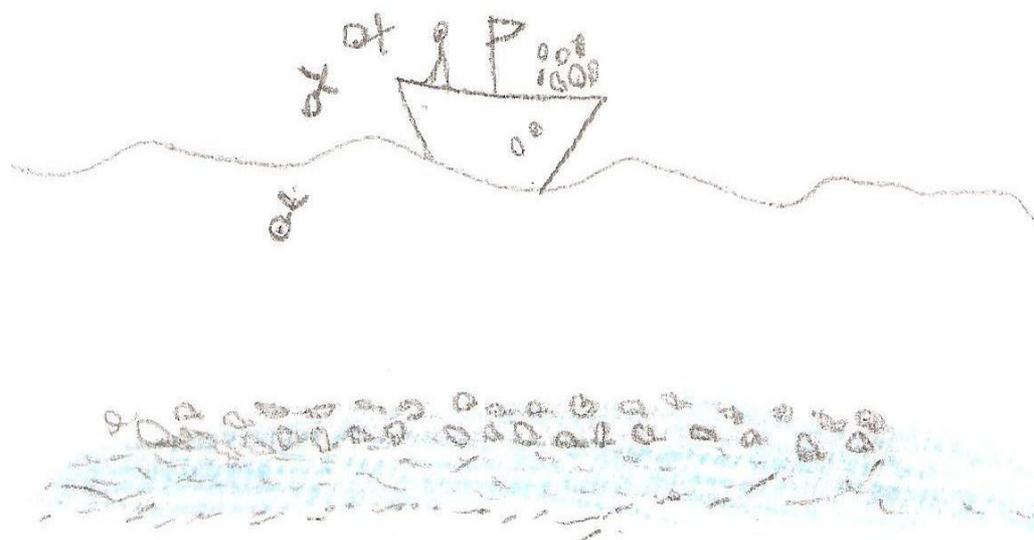


Figura 6 – O mergulho para capturar os mariscos no fundo da lagoa Mundaú.
Fonte: Desenho temático em oficina.

Essa atividade exige fôlego, força e determinação; também é prazerosa pelos mergulhos e contatos diretos com a água da lagoa, cenário de rara beleza. Quanto as que despincam sururu, no caso, as meninas, e às vezes também os meninos, suas mãos se adaptam facilmente às atividades ágeis e repetitivas, sujas de lama preta no entremeio do montante de sururu, que vem da lagoa, segundo eles/elas como “cacho de uva”, ou seja, sururus irmanados uns aos outros que serão separados por eles/elas de forma dedicada e caprichosa, como se estivessem observando todos os detalhes daquele marisco de cor escura que se transforma em produto perigoso para corpos franzinos e infantis. Essa insalubridade das práticas de trabalho na pesca lagunar é constitutiva de múltiplas violências usadas como “pedagogia educativa” para livrá-los dos contatos com a rua.

4.4.1 – Do trabalho perigoso à “pedagogia da violência”

O *campo* do trabalho infantil na pesca lagunar constitui-se em espaço de violências em que crianças e adolescentes compartilham as angústias e responsabilidades do mundo adulto. Nesse sistema são tratados como iguais em termos de responsabilidades e coparticipantes do mundo Sururu de Capote, e de todo tipo de dificuldade que ele carrega.

Os diversos dilemas sociais vividos por mães e filhos são também constitutivos de violências interpessoais, que não podem ser compreendidas isoladamente, mas como parte da violência estrutural decorrente das relações de dominação e exploração da força de trabalho na sociedade capitalista. Exemplo disso é quando crianças e adolescentes tendem a negar o *habitus* do trabalho e levam as mães a usar a “pedagogia da violência” para controlá-los, conforme este depoimento:

Eu bato, porque eles estavam danados para fugir e pedir esmola. Eu já boto minha mola no sururu, que é para ter um bocado para dar a eles; mas eles fogem, pulam a cerca e vão pedir esmola na rua. Aí quando eles chegam da escola, 12h, eu boto logo no sururu. Para não fugir! Aí eu fico com uma tabica de lado, tapeando para dizer que vou bater, para não fugir, e digo: “Fiquem aí, se sair vão apanhar!” Eu acho, porque ali [no local onde despincam sururu] eu os vejo, o que estão fazendo. O povo chegava na minha porta dizendo: “Teu menino pegou isso”. Eu dizia: “Cadê isso fulano?” Eles diziam: “Oh mãe, esta aí guardado”. “Me dê para eu entregar”. Bato nas mãos, até que eles pararam mais, graças a Deus! Porque eu estou botando no sururu. Porque eu não tenho como dar a eles o que precisam! Eu botei meus meninos pra me ajudar desde os seis anos. Eu saía pro mercado, saía vendendo na rua, gritando. Eu chegava era uma hora [13h], duas horas [14h]; quando eu cochilava, os meus filhos estavam tudo brincando, aí batia em tudinho (Teresa, 37 anos).

A violência como “pedagogia educativa” evidencia a lógica de uma sociedade que incorpora a força física como método de educação da população e principalmente das crianças. É justificada pelas mães como medida necessária, já que os filhos estão

expostos aos referenciais diversos do crime, tráfico de drogas e prostituição. Situações opostas aos valores passados através do trabalho, que acabam se tornando conflituosos com essa realidade. É a invisibilidade da *violência simbólica* que faz as mães desenvolverem essa ação, desconhecendo que esse poder de bater é estabelecido no interior da sociedade da qual fazem parte. Em pesquisa realizada por Mendonça (2002, p. 109-110) sobre a “pedagogia da violência” nas relações entre mães e filhas, foi confirmado que

[...] essas mães acreditam na eficácia dessa medida disciplinar, pois na relação dessas mães com as próprias mães essa medida foi eficiente. Assim, pode-se afirmar que a violência na família, por parte das mulheres, é uma forma de comportamento apreendido através da interação entre seus membros, violência esta que é transmitida de geração a geração.

No caso das mães/marisqueiras da pesca lagunar essa violência foi recorrente durante a sua infância e mostra-se ambivalente por se expressar em valores morais, construídos em conflito com o mundo moderno capitalista, que oferece a seus filhos um futuro incerto.

Se há atos de violência para disciplinamento de crianças e adolescentes pelas mães, há também uma relação direta dessa questão com o índice de violência urbana da comunidade onde moram. A comunidade constitui-se em uma área “excluída pela própria lei”; portanto, crianças e adolescentes vivem em um controle impiedoso de suas condutas por parte das suas mães, que temem que eles se envolvam com “coisas erradas” em que elas passem a assumir todas as pressões jurídicas pelo afastamento dos filhos da “vida correta”.

Por isso o sentimento de moralidade que as mães carregam e que as faz incentivar a inserção precoce dos filhos no mundo do trabalho, a partir do estímulo de uma ideologia reificadora do trabalho, legitimando um dos ditos populares da cultura

ocidental, de que "o trabalho dignifica o homem"; por isso, assume um caráter inquestionável, até mesmo quando exercido de forma violenta. Essa violência faz parte de um *poder simbólico* que transforma o trabalho estafante em valor moral e faz com que as mães e os filhos o vejam desconsiderando o caráter explorador do próprio trabalho. É esse simbolismo que tende a impor a ordem social por meio do mascaramento da realidade social, através do sistema de classificação, ajustando as estruturas sociais às estruturas mentais e convertendo a “pedagogia da violência” em método natural. Por isso é preciso saber o que pensam crianças e adolescentes que vivenciam esse meio laboral e tudo que há nele.

4.5 – Trabalho infantil: o que pensam e representam os pequenos marisqueiros

O trabalho de crianças e adolescentes que estão inseridos na cadeia de produção e consumo do sururu está diretamente relacionado com a biografia geracional de sua família, especificamente de suas mães, e as condições sociais e estruturais onde elas estão inseridas. Forma-se a partir das necessidades materiais e simbólicas apresentadas no cotidiano e é interiorizado em condições pré-reflexivas, ou seja, esquemas de pensamento dados como naturais. Por ser formado a partir das estruturas sociais e da subjetividade das estruturas mentais, impõe-se às crianças e aos adolescentes como algo natural.

É compreendido por crianças e adolescentes que foram entrevistados como o lugar dos valores morais, reproduzindo uma lógica familiar, recorrente nos discursos das mães. Essa centralização do trabalho como conduta para a vida é algo relacionado à *moral geracional* de suas famílias, que revela uma percepção mais embasada na experiência e no dizer de suas linhas geracionais, portanto, algo que revela o *poder*

simbólico (no caso do trabalho, dignificar o homem) recorrente em algo já *estruturado* e que ganha corpo e ressignificação no próprio liame social que as unidades familiares de produção e consumo de marisco comportam na atualidade. As expressões “quero ser trabalhador quando crescer” e “quero trabalhar pra não ser maloqueiro” são falas que reforçam o valor moral que o trabalho tem para estes pequenos trabalhadores, mas não é somente nos discursos das crianças que está essa moral, como é possível perceber no depoimento deste adolescente:

Acho bom trabalhar! A gente não está fazendo nada, só olhando pra cara dos outros, então tem que trabalhar! (Jonas, 13 anos).

Nesse discurso o caráter simbólico do trabalho infantil reproduz a naturalização dessa prática, efeito do conformismo cotidiano. Essa naturalização é constitutiva do *habitus* destes agentes, que se forma a partir da assimilação, não perceptível, das práticas de trabalho de seus familiares, desde uma *hexis* corporal que se manifesta nas diversas formas de agir de crianças e adolescentes. Nesse sentido,

isto quer dizer que o modelo de agir, de falar e outros está em correspondência direta com a história individual e coletiva a que o indivíduo foi sujeito e assujeitado. Esta história, embora não retorne como tempo histórico, fica registrada nos corpos dos indivíduos e se reproduz em diversas manifestações desses corpos (SOUZA, 2006, p. 240-241).

A reprodução da história de vida das famílias, nas práticas sociais vivificadas por crianças e adolescentes das unidades de produção e consumo de mariscos, afirma e reafirma o conjunto hierarquizador e classificador das disposições dos corpos no tempo e no espaço em sociedade. Assim, o *habitus* por meio das práticas podem objetivar um conjunto de elementos históricos, que fica sedimentado nos corpos dos indivíduos por longa data.

As posições que crianças e adolescentes possuem dentro das unidades familiares de produção e consumo do sururu estão relacionadas à falta de *capital*

cultural de sua família. Assim, no espaço da pesca é comum ver crianças ajudando nos afazeres domésticos: cuidando da casa, buscando água no chafariz próximo as suas residências, em baldes e bujões de plástico, conforme expressam suas motivações para tal, nas falas de Fernanda e Marina:

Porque tem de ajudar a mãe. Eles (os pais) dizem bem assim: “Olhe a casa enquanto eu vou ali tirar um registro”, [registro de nascimento dos filhos]. Aí minha mãe foi, fiquei olhando. Dei banho no meu irmão, tomei banho, fiz comida, fiz café de manhãzinha e fiquei assistindo televisão. Depois minha mãe chegou, aí guardou o registro, almoçou, foi dormir, aí eu fiquei acordada, assistindo desenho (Fernanda, 11).

Lavo os pratos e enxugo. Ajudo a minha mãe a cuidar da minha irmã, cuido dos meus irmãos, varro a casa, forro as camas, brinco. Quando a minha mãe deixa, quando eu estou sem fazer nada, olho meus irmãos. Ajudo o meu pai a tirar os negócios da carroça, a reciclagem, garrafa, papelão, cato coisas na rua. Vou pra escola e depois vou cuidar dos meus irmãos (Marina, 9 anos).

O trabalho doméstico dentro das próprias residências é uma forma de manter crianças e adolescentes ocupadas e partícipes das responsabilidades familiares. As crianças absorvem desde cedo o excesso de trabalho, aprendem a crescer cedo e a conviver com uma sobrecarga de ocupações para além das suas condições biológicas e sociais. A figura abaixo mostra a circulação de crianças no interior de sua residência, porquanto a prática de trabalho no âmbito doméstico é cotidiana e coletiva. A figura mostra ainda a postura de insatisfação das imagens construídas sobre o trabalho doméstico.



Figura 7 – Circulação de crianças no interior de sua residência.
Fonte: Desenho livre em oficina.

Para Saffioti (1978) o trabalho doméstico faz parte de um exército de reservas, porque o capitalismo brasileiro mantém uma imensa massa de mulheres das classes populares, empregadas domésticas e também donas de casa, à espera de sua incorporação no mercado de trabalho. Assim, as crianças e adolescentes começam desde cedo a estar inseridas em uma atividade não produtiva no modo de produção capitalista. Essa condição de trabalho infantil doméstico⁷⁹ também é conceituada como um tipo de *trabalho invisível* porque é realizado no âmbito doméstico, encoberto pelas relações familiares, já que faz parte da divisão sexual do trabalho. A figura 8 representa claramente esse trabalho doméstico invisível, pois não é remunerado e realiza-se em casa. Em um olhar mais atento, percebe-se, nas expressões faciais das crianças desenhadas, uma expressão séria e de descontentamento.

⁷⁹ Tavares (2005) analisou o trabalho de empregadas domésticas adolescentes na cidade do Recife e percebeu que este tipo de trabalho faz parte do processo de socialização, apropriado pelas famílias de trabalhadores como um *habitus* de classe, e também apropriado pelo mercado de trabalho.



Figura 8 – Trabalho infantil: carregar baldes de água, limpar a casa e o quintal.
Fonte: Desenho temático em oficina.

Com isso acontece uma circularidade de prestação e trocas, ou seja, o papel dos pais seria dar moradia e comida, enquanto caberia aos filhos trabalhar ou ajudar, em troca dos bens a eles proporcionados. Assim, nas classes populares, como a dos catadores de mariscos, a necessidade é transmitida como reciprocidade na dinâmica das relações familiares. Desta forma, “a obrigatoriedade do trabalho infantil aparece em suas múltiplas faces: constrangimento das relações de forças sociais para com a infância, a criança e a família. E, neste contexto, pode-se falar em um ‘constrangimento’ da criança, que ambigualmente resiste, mas atua de acordo com essa imposição” (DAUSTER, p. 34, 1992).

Meninas e meninos estão diretamente envolvidos com as práticas de trabalho infantil. Além dos trabalhos domésticos, mais presentes na vida das meninas, os trabalhos realizados estão sempre associados a um tipo de ajuda, principalmente a mãe. Isto é relatado neste depoimento:

Eu trabalho ajudando minha mãe, quando ela chega, eu descarrego as coisas, ela me dá dinheiro, eu guardo, eu junto, depois saio pro video-game. Quando ela chega, eu a ajudo; quando ela me chama pra trabalhar, eu vou (João, 10 anos).

Eu ajudo a minha mãe a despincar o sururu, todos os dias a minha mãe pega cinco latas de sururu (Júlia, 10 anos).

No que toca ao trabalho infantil no *espaço* da pesca, as crianças e os adolescentes da comunidade o percebem e o significam através de dois objetivos: a) ajudar a família, principalmente a mãe, pelo princípio de solidariedade, moral e ética familiar e b) conseguir algum dinheiro para atender ao desejo de consumo de algumas guloseimas, comida e roupas, principalmente pelos adolescentes, como se verifica na fala de Luana:

Eu digo assim – que é bom trabalhar; ter o que fazer; arrumar um trocado, dois, três, quatro, cinco. Isso pra comprar um pão, uma bolacha. Procurar o que fazer e não ficar na rua [e ainda] eu e minha mãe cata papel na rua. A gente chega de noite. Assim, eu e ela pedimos garrafa, vidro. Aí o sururu não dá, assim, pra fazer uma feirinha dentro de casa, comprar um pão; quando é pra comprar um pão e umas bolachas, a gente pega dois reais, três (Luana, 11 anos).

A relação entre necessidade básica e consumo nessa população aponta o abismo entre o desejo e a satisfação, ao mesmo tempo que revela as condições de existência e a incorporação de estilos de vida. O que chama a atenção é que essas crianças vivem em situação de negação do atendimento às necessidades mais elementares: alimentar-se adequadamente. Logo, o consumo está diretamente relacionado às relações sociais construídas no mundo social, que servem de base para se compreender como as populações estão vivendo. Sabe-se que as populações de baixa renda são desprovidas de meios básicos de subsistência, como as famílias que vivem nas unidades de produção e consumo do sururu; a privação que passam refere-se tanto à pobreza econômica quanto à carência de serviços públicos assistenciais.

Para Cunha (2005, p. 13), “a reflexão acerca da necessidade aponta para o fato de que esta não é simplesmente subjetiva, mas acaba tornando-se uma objetividade interiorizada”. O consumo, assim, reflete a posição dos indivíduos no mundo social e

cultural; é a partir dele que se compreende a condição de uma dada sociedade em relação às necessidades dos indivíduos. As necessidades básicas de consumo através do valor recebido por crianças e adolescentes são sempre passageiras e estão relacionadas ao estigma atrelado à condição de pobreza, no mundo no qual *ter é ser*⁸⁰. É a partir dessas configurações que se devem observar os motivos que levam crianças e adolescentes a se inserir tão cedo ao mundo do trabalho. Conforme se observa na fala de Antônio:

Chega um bocado de gente lá na pista para comprar sururu, um monte de carro parando. É bom trabalhar com o sururu, porque vende (José, 12 anos).

Levando-se em conta o conceito de *habitus* desenvolvido por Bourdieu (2005), essa visão de mundo construída sobre o trabalho infantil pelas crianças e adolescentes está vinculada com as práticas do cotidiano, através de uma “cumplicidade ontológica” com a herança de suas famílias e com o mundo Sururu de Capote, bem como com todas as dificuldades que ele comporta. Esse *habitus* primário está assentado como dado em grupos e sociedades cuja história do trabalho é uma forte referência identitária cultivada nos corpos dos indivíduos. Ele é constitutivo da sociabilidade diária que matiza as relações de mães e filhos nas práticas cotidianas; assim se afirma e reafirma socialmente. Essa referência identitária, herança imposta pelo *habitus* primário, está no desenho da figura 9, em que a criança se inscreve como catadora de sururu revelando uma cumplicidade ontológica, cotidiana e perversa.

⁸⁰ Falando de “renda mínima, consumo e cidadania”, Cunha (2005) diz que: ao se tratar de necessidades, é imprescindível uma análise sociológica, já que estas se referem tanto a demandas sociais (pois quando se precisa de algo estamos lidando com a forma como as pessoas podem, devem ou não, viver) quanto políticas (pois delas partem reivindicações de direitos). Assim, de acordo com a mesma autora (2005, p. 16), “[...] o direito de existir passa a coincidir socialmente com o direito de consumir”.



Figura 9 – Trabalho infantil: criança despicando sururu e colocando o molusco na caixa.
Fonte: Desenho temático em oficina.

No contexto social em que vivem, crianças e adolescentes catadores de mariscos sabem que a vida não é fácil e não será fácil. A estrutura e o cotidiano lhe mostram isso diariamente. Mas o mundo infantil, apesar de levar em conta o mundo da vida, formula e age com outras racionalidades que fogem ao mundo adulto. Contudo, pode-se afirmar que o sentido de responsabilidade perante o trabalho está respaldado em uma relação afetiva com seus parentes e em uma obrigação ética imposta pela necessidade e pelo mundo. Este seria um primeiro ponto do embate da representação do trabalho infantil da criança e do adolescente com o mundo cultural de sua família.

Um exemplo disto é que, segundo Leão (2007, p. 76), “no processo de socialização e da aprendizagem da vida em grupo, que requer a companhia dos adultos, a posição única que cada pessoa ocupa na rede de relações familiares orienta a sua travessia pela vida”. Portanto, a condição de trabalhador, um dos aspectos da identidade dessas crianças e adolescentes, representa um “texto” cultural, no qual são lidos os sentidos das relações sociais, de se sentirem pobres e trabalhadores. Assim,

“pode-se afirmar que o trabalho é parte do sistema de disposições apreendidas e gerador de estratégias e ações objetivamente orientadas” (DAUSTER, p. 34, 1992).

Em suma, o trabalho precoce produz uma passagem forçada para a vida adulta que faz lembrar o conceito de “infância curta” de Ariés (1981), o qual afirma que uma criança com aproximadamente 5 a 7 anos de idade passa sem transição para o mundo dos adultos e do trabalho. Isso é uma realidade na cultura da pesca lagunar em Maceió, diante da falta de êxito das políticas sociais, especificamente as de assistência social e de educação, como se observa a seguir.

A close-up photograph of a person's hand and mouth, with text overlaid. The hand is raised near the mouth, and the person is wearing a blue patterned shirt. The background is slightly blurred, showing a green wall and a white surface.

CAPÍTULO 5
AS “VOZES” QUE DIALOGAM COM
A MORAL GERACIONAL E A
MORAL UNIVERSAL: EM TEMPOS
DE DESENCANTAMENTO

CAPÍTULO 5 – AS “VOZES” QUE DIALOGAM COM A MORAL GERACIONAL E A MORAL UNIVERSAL: EM TEMPOS DE DESENCANTAMENTO

A ideia deste capítulo é abordar, através das falas dos adultos, adolescentes e crianças, alguns aspectos relevantes para se pensar na *cultura do trabalho* e na *cultura de direitos* relacionadas ao trabalho infantil. Nesse sentido a construção de uma moral de cidadania sobre o tempo livre durante a infância tem no PETI um referente. Assim, procuro compreender como o tempo de crianças e adolescentes, catadores de mariscos, é ocupado pelas instituições de socialização formal (PETI e escola), e se a cultura de valores constitutiva desses lugares está sendo absorvida pelos seus usuários: mães e filhos de pouca idade. Parto do pressuposto de que essa cultura que faz parte das propostas universais dirigidas à construção de novos *habitus* infantis tem na cidadania seus pilares basilares e estes ainda precisam estar presentes nestas instituições de socialização. Nesse sentido busco, ainda, explorar a pluralidade de sentidos atribuídos ao trabalho infantil e às formas de socialização em que estão inseridas crianças e adolescentes da pesca lagunar, no que consiste a *moral geracional* e a *moral universal*.

5.1 – Cultura de direitos: avanços e contradições

A construção de uma *moral universal* a partir da *cultura de direitos*⁸¹ sobre o não trabalho durante a infância, no caso brasileiro, começa a se delinear no final da

⁸¹ A expressão *cultura de direitos* está associada à tese de Padilha (2004), quando analisou a percepção das famílias beneficiárias do PETI nas regiões Mata Sul, Mata Norte e Metropolitana do Recife e detectou a ultrapassagem do imediato das necessidades sociais apresentadas por essas famílias, porque demonstraram a aquisição de uma nova cultura de direitos que nega o trabalho infantil e dá importância à educação para os filhos.

década de 90, quando o governo federal implementou o PETI e com ele o direito ao tempo livre⁸². Para contextualizar essa cultura retomo alguns eventos que foram importantes para se compreender o trabalho infantil enquanto questão social e a necessidade de proteção à infância trabalhadora.

A proposta de se “erradicar o trabalho infantil” faz parte das legislações brasileiras. A partir delas se cria no âmbito jurídico uma *cultura de direitos* para a infância, afinada aos direitos humanos. Com isso, há um discurso sobre os direitos para a infância, entre eles o do não trabalho, contrário à filosofia do movimento higienista e do direito menorista dos códigos de menores de 1927 e 1979, conforme apresentado em capítulos anteriores, nos quais se objetivava a superação da ociosidade e da preguiça pelo estímulo ao trabalho como aprendizado: solução moralizadora para os pobres. Assim, mudou-se a concepção da criança e do adolescente considerados menores nesses códigos para cidadãos de direitos nos documentos jurídicos contemporâneos (Constituição de 1988 e ECA, 1990). Essa concepção desenha uma nova forma de inserção do segmento infantil nas instituições de socialização formal, ao mesmo tempo que gera ambivalências: de um lado institui-se a proteção do direito ao tempo improdutivo da infância, e do outro, a destinação pelo Estado de uma política social que classifica as crianças e os adolescentes pertencentes às classes populares em população-alvo, através da forma de inserção hierarquizada desses segmentos nessa cultura.

⁸² As questões sobre o tempo foram discutidas na tese de Franch (2008), quando analisou o tempo juvenil e percebeu que é organizado de forma diferente para os jovens pobres, uma vez que a ociosidade desse segmento é criticada pela sociedade impregnada do senso comum. Esse estudo ganha sentido como contribuição para pensar o tempo das crianças e dos adolescentes trabalhadores, uma vez que a nova *cultura de direitos* atribui a eles o direito ao tempo improdutivo, ou seja, ao tempo sem trabalho.

Com isso as instituições de socialização (PETI e escola) são também espaços de produção simbólica, e como tais, palco da *moral universal*. Os agentes e as instituições que representam tal moral buscam, no caso do PETI e da escola, a inserção de crianças e adolescentes nos processos educativos formais. Entretanto, essa *moral universal*, constitutiva da *cultura de direitos* na forma como é desenvolvida por estes espaços, é vivida precariamente pelos pequenos catadores de mariscos; sua atuação possibilita a interiorização da cultura da ética do trabalho como cultura legítima, fazendo reproduzir as relações de dominação, uma vez que as famílias que a defendem não se percebem como agenciadoras dessa realidade, porque não foram despertadas para essa finalidade pelo Estado de direito.

A consciência coletiva que se formou no país sobre a *cultura de direitos* e a infância sem trabalho assinala uma interdependência das singularidades locais, no caso da cultura da pesca lagunar, e os objetivos da sociedade brasileira, afinados com os princípios constitutivos de uma sociedade moderna, sem utilização da mão de obra infantil. Surge assim o reforço à intolerância ao trabalho infantil, por este ser entendido, a partir dos códigos normativos nacionais e internacionais, como agressão à infância. Dessa forma crianças e adolescentes catadoras de sururu são inseridos em redes de relações formais que podem desenvolver seu *capital escolar* e contribuir para modelar o sentido de dominação que o trabalho tem em suas vidas.

Esse sistema de dominação pode ser transformado no decorrer da trajetória biográfica de crianças e adolescentes em contato com elementos teóricos, políticos e históricos em suas experiências na articulação entre objetividade e subjetividade. Thompson (2002), ao fazer uma análise sobre o cotidiano, reconhece que há um processo dinâmico entre estrutura e consciência social, pois a estrutura não condiciona mecanicamente a ação do homem, pressupondo que se as estruturas objetivas têm

efeito sobre a vida das pessoas, esses efeitos são manipulados por elas a partir de sua cultura e de seus valores. Nesse liame a emergente *cultura de direitos* ao não trabalho que se estabeleceu no cotidiano de crianças e adolescentes de classes populares, como as catadoras de sururu, pode ter efeito sobre a socialização desses agentes, já que as experiências não são estáticas, mas articuladas a outras experiências. Como as que foram estudadas por Padilha (2005, p. 27), quando observou ser possível a construção de uma nova forma de pensar das famílias rurais sobre o trabalho dos filhos de pouca idade. Assim, diz a autora:

Essa nova forma de pensar dessas famílias, de negação do trabalho infantil penoso e insalubre, o qual prejudica a vida bio-psico-social dos seus filhos [impôs-lhe] refletir sobre o PETI e seu potencial no sentido de possibilitar a essas famílias pobres da zona rural a formação de uma nova cultura, cultura esta suficiente para superar determinados valores dominantes, que atribuem ao trabalho precoce poderoso instrumento moral, capaz de disciplinar e, ao mesmo tempo, formar a sociabilidade das crianças e dos adolescentes.

Essa nova *cultura de direitos* estendida à infância tornou-se assim um significativo que passou a fazer parte de uma expectativa de inclusão social de crianças e adolescentes em espaços de socialização lúdica – apontando para a universalização do direito à infância sem trabalho, inserindo na pauta das políticas sociais uma série de avanços institucionais, constitutivos do final da década de 1980 e início de 1990, que parecem povoar o pensamento social brasileiro e colocando em cena a proteção da criança e do adolescente em condição de trabalho. Mas essa *cultura de direitos* encontra-se ameaçada pelas crises no sistema de produção capitalista, que provocaram um processo de reestruturação global, colocando fora dele significativas parcelas de mães e pais, sem chances de ser inseridos no mundo do emprego formal, não sendo a única explicação para a inserção precoce de crianças no mundo do trabalho. Deste modo, intensificam-se os laços de solidariedade entre os membros das famílias populares, fazendo do trabalho infantil uma das estratégias de sobrevivência. Essa

configuração macrossocial repercute no cenário dessas famílias, sobretudo daquelas cujo acesso à educação básica foi negado.

Assim as prerrogativas contidas no ECA configuram o desenho de uma moral de cidadania para os filhos em detrimento da condição de sua família, perpassando, assim, uma lógica econômica racional que prevê os impactos negativos do trabalho nos sujeitos que podem ser inseridos no futuro mercado de trabalho. Enfrentar a questão do trabalho infantil revela dimensões ambivalentes, visto que a *cultura de direitos* que o ECA reforça, ignora a forma como a riqueza no país está marcadamente mal distribuída, sendo essa uma das razões para a criança trabalhar. Associados a essas razões os usos simbólicos do trabalho nos meios sociais mais desfavorecidos economicamente. Tais usos emergem do modo de vida dessa população, cujo acesso à escola foi precário, cuja lógica reproduz-se contemporaneamente, tendo no PETI uma alternativa para compensar os prejuízos causados com a inserção precoce no trabalho produtivo.

Está-se, assim, na presença de um cenário em que os valores relativos à infância foram construídos a partir da afinidade com a sociedade moderna, que se diz mais justa e igualitária, ao mesmo tempo que se vê a modernidade como produtora de diferença, exclusão e marginalidade, uma vez que, “afastando a possibilidade de emancipação, as instituições modernas ao mesmo tempo criam mecanismos de supressão, e não de realização do eu” (GIDDENS, 2002, p. 13).

Portanto, o que se percebe é que o Estado brasileiro tem proposto nas duas últimas décadas determinadas políticas, a exemplo a de “erradicação do trabalho infantil”, inspirada em valores da modernidade, aspecto este relacionado com a sociedade capitalista contemporânea que, cada vez mais, distancia-se dos valores universais de cidadania. Trata-se do tratamento desigual aos grupos sociais

diferenciados pela posição social que ocupam na estrutura das classes sociais. Assim, a cultura moderna não é a cultura da articulação e dos valores coletivos, mas a cultura da uniformização de práticas que sejam condizentes com o modelo de sociedade atual (HEILBORN, 2008).

Além disso, a *cultura de direitos* à infância está ameaçada pela reforma do Estado brasileiro e sua desresponsabilização com o social se apresenta claramente pela ação governamental, no âmbito das políticas sociais, assumindo a versão neoliberal de cultura focalista e paliativa de direitos, a qual se vincula cada vez mais aos circuitos do mercado e ao atendimento de metas dos organismos internacionais, uma vez que a intensificação das desigualdades sociais nos países latino-americanos, como o Brasil, tem sido reconhecida por organismos internacionais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Esses organismos internacionais têm proposto “medidas corretivas” como os programas dirigidos para as famílias de baixa renda. Entre estes se destacam os programas de renda mínima, como o PETI (DUQUE-ARRAZOLA, 2006, p. 232). É nesse liame que se encontram as famílias de crianças e adolescentes catadores de mariscos em Maceió.

Assim, o trabalho infantil no cenário da pesca lagunar, mesmo diante dessa *cultura de direitos* é constitutivo de relações de dominação; essas relações passam a ser, inconscientemente, exercidas com o consentimento da família, pela via do Estado, por não inseri-la adequadamente nas políticas sociais⁸³. Essas questões decorrem do modo arbitrário de educação pelo *habitus* herdado da família e pelo *habitus* secundário

⁸³ O PETI tem como um dos objetivos a centralidade na família: “as ações desenvolvidas no âmbito do PETI devem ter como *locus* de atenção a família, a qual deve ser trabalhada por meio de ações socioeducativas e de geração de trabalho e renda, que visem garantir a sua proteção e inclusão social, promovendo assim, melhoria na sua qualidade de vida” (BRASIL, 2001).

construído a partir do PETI e da escola. Esses *arbitrários culturais*⁸⁴ estão na base da aceitação do trabalho infantil pelos infantes. A educação, dessa forma, pode estar no centro dessa discussão, porque teoricamente, através dela o indivíduo poderia tornar-se capaz de distinguir quando está sendo vítima de tais relações ou não.

Assim, esse *habitus* contemporâneo do trabalho infantil, no caso da pesca de mariscos, dialoga com as primeiras experiências desses indivíduos no seio da família (*habitus* primário); ele imprime estruturas de percepção e ação nas mentes e nos corpos, pela interiorização da exterioridade, uma vez que a família não é assistida adequadamente por essa política. Nesse sentido, a *cultura de direitos* sobre o tempo livre durante a infância através das instituições de socialização formal e informal precisaria de um processo de contínua problematização para indagar sobre as relações do trabalho infantil com a cultura das classes populares, buscando conhecer os comportamentos, atitudes, valores e representações que configuram o modo de viver desses segmentos, para tornar-se legítima. Portanto, a necessidade em compreender, via *cultura de direitos*, como o *habitus* do trabalho infantil é formado e as relações que mantém com o sistema de *disposições, duráveis e transponíveis*⁸⁵, constitutivo da vida social, pode ser observada na ambiguidade das narrativas dos indivíduos que

⁸⁴ Para Bourdieu e Passeron (2008, p. 29), “arbitrárias, quando, pelo método comparativo, são ligadas ao conjunto das culturas presentes ou passadas ou, por uma variação imaginária, ao universo das culturas possíveis, as “opções” constitutivas de uma cultura (“opção” que ninguém faz) revelam sua necessidade assim que são ligadas às condições sociais de seu aparecimento e de sua perpetuação”.

⁸⁵ Por *disposições* se entendem as inclinações que as crianças e os adolescentes têm para perceber, sentir e pensar sobre o trabalho infantil durante seus cotidianos. Processo que é interiorizado e incorporado, geralmente de maneira inconsciente por esses agentes, decorrente de suas condições objetivas de existência e de sua trajetória social. *Duráveis*, porque mesmo sabendo que estas disposições podem se modificar no curso das experiências destes agentes, elas, no entanto, são fortemente corporificadas por eles e tendem, por isso, a resistir a mudanças veiculadas pelos espaços de socialização formal (escola e PETI), marcando-os e predispondo-os a certa continuidade ou descontinuidade da *cultura do trabalho* infantil por gerações futuras. *Transponíveis*, porque disposições adquiridas ao longo de certas experiências cotidianas, como as familiares ou mesmo as escolares, têm efeitos sobre outras experiências (BOURDIEU, 2007a; 2007b).

representam as instituições de socialização formal, conforme se expõe no próximo item.

5.2 – Trabalho infantil: a visão dos profissionais

Para compreender a construção de uma *moral de cidadania* para as crianças e adolescentes catadores de sururu foi necessário conhecer os discursos dos professores e educadores, das instituições de socialização formal, tentando ligar suas falas às discussões sobre trabalho infantil presentes na literatura brasileira. As narrativas desses interlocutores foram estudadas a partir de duas passagens: a) os sentidos que atribuem ao trabalho infantil e b) o posicionamento sobre a política que se propõe a erradicá-lo.

Para os professores, o trabalho infantil está associado às proibições e discursos que vêm se delineando desde a década de 1990. Nesse contexto, na mídia surgem denúncias de abuso e exploração de crianças e adolescentes em situação de rua, trabalho precoce em atividades associadas a regime de escravidão, exploração sexual e tráfico de drogas. O Estado começa a ter um novo “olhar” para a questão da infância brasileira, respaldado em diretrizes internacionais, sobretudo nos princípios defendidos pelas instituições que fazem parte das Nações Unidas (UNESCO, OIT, UNICEF). Tanto que se estabelecem estratégias como campanhas publicitárias, por exemplo, para divulgar os direitos da criança e do adolescente. Nesse contexto, criam-se, os conselhos de direitos, como os Conselhos de Defesa da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares, e constrói-se uma nova identidade para crianças e adolescentes brasileiros, sobretudo para aqueles que trabalham. Essa nova identidade de crianças e adolescentes como cidadãos portadores de direitos deve ser respeitada pela sociedade,

pelo poder público e pela família, de sorte que reconfigura o papel da infância nas políticas públicas e na família⁸⁶ como instituição social.

E, ainda, o trabalho infantil como prática associada à “escravidão”, à “infância queimada” e à “infância perdida” etc., categorias constitutivas das recentes publicações sobre essa atividade, tem justificativas de teor econômico para encorajar as crianças desde cedo a ingressarem em alguma atividade produtiva, como parte das mobilizações em demonstrar o repúdio da sociedade e do governo e a necessidade de desencadear esforços para mudar a realidade do trabalho na infância (FERREIRA, 2001).

Assim, os discursos coletados reproduzem a lógica generalista do trabalho infantil como forma de escravidão e o *slogan* ideológico do Estado de direito que diz que “criança deve estudar e brincar, e não trabalhar”. Os discursos dos informantes têm ressonância nos aspectos mais objetivos do trabalho infantil: as campanhas governamentais e da sociedade civil, que também evidenciaram as questões estruturais como causa do problema, e ainda questões subjetivas, como os sentimentos de repúdio ou de aceitação da sociedade. Assim, cada informante tem uma forma particular de entender essa temática; ao mesmo tempo, essa particularidade está relacionada às suas histórias de vida e às referências que aplainaram suas percepções cotidianas sobre o fenômeno. Ao perguntar a uma das professoras, por meio de questionário, o que pensava sobre o trabalho infantil, esta respondeu:

É uma forma de escravizar o homem desde criança. Porque criança não gosta de trabalhar, e sim de brincar. É a vergonha do Brasil (Professora).

⁸⁶ O papel das famílias passa a ser “vigiado” pelo Estado; há uma intervenção do público no privado, com maior ênfase em relação aos anos anteriores a 1988, ou seja, a família pode ser punida caso descumpra seu papel enquanto instituição formadora. Há uma reconfiguração do papel da família associado às políticas sociais dirigidas para a infância pobre. Esta passa a ser o núcleo das políticas de proteção à criança e ao adolescente, com centralidade matriarcal.

Outra forma de compreendê-lo relaciona-se às responsabilidades da família em relação aos filhos. Para os professores, a família se autoafeta com as necessidades sociais apresentadas em sua base e tenta se adaptar aos desafios da vida, confrontando seu papel de unidade de proteção social dos filhos com a possibilidade de fazê-los partícipes do processo de reprodução social e encontram uma estratégia para inseri-los no mundo produtivo do trabalho. Estas necessidades são desencadeadas pelas precárias condições de vida delas, que sobrevivem da pesca do sururu, como tantas outras famílias brasileiras, que se encontram em situações aviltantes de trabalho precário, sem garantias de um salário e proteção social, principalmente aquelas chefiadas por mulheres. Com isso as famílias, na visão destes profissionais, ao inserir seus filhos no mundo do trabalho estão contribuindo para o **fracasso escolar** deles e conseqüentemente para a reprodução da pobreza como causa da dupla inserção de crianças e adolescentes no trabalho e na escola/PETI, expressão das suas disposições culturais. Segundo uma professora entrevistada, os pais, nesse sentido, contribuem para tal fracasso:

É irresponsabilidade dos pais da criança com relação a seu futuro educacional. É também um crime (Professora).

A representação do trabalho infantil pelos professores estaria relacionada também à irresponsabilidade dos pais, justificada, segundo os depoimentos coletados, desde que o trabalho realizado pelas crianças fosse apenas uma ajuda esporádica, não se constituindo em exploração, mas em parte do processo de socialização doméstico. Isto conduz à outra visão do trabalho infantil, que joga para a família a responsabilidade quanto ao futuro educacional dos filhos. Mas se o trabalho infantil fosse apenas uma atividade leve poderia ser permitido, conforme apresenta-se nesse depoimento:

Hoje em dia para muitas famílias é necessário, porém deve ser realizado como ajuda e não como exploração, não tirando das crianças também seus direitos primordiais (Professora).

Para os educadores do PETI, o trabalho, desde que não se constitua em exploração, é uma forma positiva de aprendizado; ao mesmo tempo, recorrem ao discurso da moral do trabalho, de que ele enobrece o caráter e a formação do indivíduo. A simbologia do trabalho enquanto enobecedor do caráter também faz parte do discurso dessa informante e isso se explica pela cultura, porque através dela é criado um sistema de representações sociais, pelo qual se constrói o sentido do mundo, do homem e de seu comportamento. Nesse sentido, Silva (2002, p.134) diz que:

A cultura é um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla. A cultura é, nessa concepção, um campo contestado de significação. O que está centralmente envolvido nesse jogo é a definição da identidade cultural e social dos diferentes grupos. A cultura é um campo onde se define não apenas a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser. A cultura é um jogo de poder.

A cultura tem um poder simbólico que se reflete diretamente nas atitudes e nos comportamentos dos indivíduos por meio de um processo de aprendizagem na vida social cotidiana, que faz do trabalho precoce a ideologia da ajuda justificada como forma de ocupação positiva. Isto compõe o sentido de uma cultura aceita, que pode ser reproduzida ou negada pelos agentes das instituições formais. Tal poder se mostra recorrente nesta narrativa:

Toda criança deve ter uma ocupação, desde que não seja escravo, nem arrimo de família. É bom, desde que não seja uma rotina. A criança ter uma responsabilidade é até saudável, já que a ajuda, não caracterizando uma exploração (Educadora).

Essa percepção dialoga com o aspecto estrutural da vida como um processo que só pode ser positivo para as crianças se estas estiverem diretamente ligadas a alguma atividade que lhes propicie desenvolver o senso de responsabilidade, como parte do

ciclo biológico e social, próprio do curso da vida social/pessoal, que configura as ideologias e conforma os valores dados à infância, em consonância com a maioria. Ao mesmo tempo, como um estágio em que a criança começa desde muito pequena a se inteirar dos afazeres domésticos, constitutivos da estrutura social de qualquer sociedade. Assim, conforme Müller (2008), a sucessão é condição *sine qua non* do processo reprodutivo, seja para reposição física de cada geração, seja para sua posição social e cultural pela própria geração. Esses valores geracionais estão presentes e se fazem importantes para os que os defendem, tornando-se uma carga simbólica dada por alguns interlocutores sobre as questões comportamentais, como se apresenta a seguir:

Defendo o trabalho infantil desde que não seja um trabalho escravo, com mais de oito anos, desde que eles estudem. Eu nunca vi pessoas que trabalharam desde a infância errar na vida. Nenhum se desviou! O trabalho enobrece o homem! (Educadora).

Nesse depoimento se percebe forte dissonância com a filosofia básica do PETI, ao mesmo tempo que justifica o uso da força de trabalho infantil. Vê-se o estímulo a uma ideologia reificadora do trabalho como necessário à formação social para a defesa desses valores julgados corretos a uma boa sociedade. Esse discurso, no Brasil, derivou de duas concepções: a primeira, relacionada à visão classista que atribuía ao trabalho manual um *status* de indignidade, e por isso, não pertinente aos nobres, presente desde os primórdios da cultura ibérica; e a segunda, recebe impulso definitivo de uma ética do trabalho que é originária da moral puritana, hegemônica na Inglaterra no século XVIII, a qual se traduz em um instrumento de divisão e opressão de classe, à medida que destina para as classes populares trabalho manual, menos prestigiado que o intelectual, configurando-se em estratégia de distinção social (CAMPOS; ALVERGA, 2001).

Essa naturalização⁸⁷ do trabalho infantil foi estudada por alguns pesquisadores, entre eles Marin (2006), que ao analisar o trabalho de crianças e adolescentes na agricultura em relações assalariadas, com base no estudo dos boias-frias residentes em Itaboraí, município de Goiás, concluiu que o trabalho infantil é visto como natural, portanto, percebido como meio de educação e formação das novas gerações, transformando-se em virtude. É que as gerações mais velhas encontram diante da pobreza uma forma de disciplinar a mente e o corpo de crianças e adolescentes através do trabalho como prática honesta e dignificante.

A naturalização dessa prática reforça a prática de trabalho durante a infância como importante para que crianças e adolescentes ocupem o tempo e desenvolvam o senso de responsabilidade desde cedo, entretanto, torna-se desnecessária se pensarmos que elas podem ocupar seu tempo com outras atividades educativas, esportivas, culturais etc. Ou mesmo a percepção de que nenhuma forma de trabalho infantil deve ser acatada por ser dispensável, uma vez que crianças e adolescentes podem desenvolver o senso de responsabilidade sem necessariamente fazer quaisquer atividades de trabalho, mesmo aquelas consideradas como ajuda ao grupo doméstico do qual fazem parte. Há quem defenda ser:

Desnecessário! O trabalho infantil deve ser ocupado com orientação e limites, tendo finalidades propostas para estabelecer um desenvolvimento cognitivo e sistemático; de forma natural e espontânea (Professor).

⁸⁷ Essa naturalização do trabalho infantil por quem pratica e agencia a socialização primária pode estar relacionada à forma como as instituições que realizam a socialização secundária atuam. Isto se relaciona à *violência simbólica* que pode ser exercida por diferentes instituições da sociedade: a família sobre os filhos, o Estado sobre a família; é a lógica da imposição transvertida de socialização. Nesse sentido, Guareschi et al (1990), ao realizarem um estudo sobre “os aprendizes da sobrevivência”, detectaram que na maioria das organizações que têm alguma atividade com o pequeno trabalhador não existe a prática de se discutir com ele o que é trabalho e como o trabalho acontece dentro da sociedade capitalista, constituindo práticas acríticas reprodutoras do sistema de dominação e exploração da sociedade capitalista.

Os depoimentos coletados revelam a ambiguidade de sentidos para o trabalho infantil, e encontram-se no eixo das contradições entre a *moral geracional*, representada pela *cultura do trabalho*, e a *moral universal*, representada pela *cultura de direitos*. Percebe-se assim, nesses depoimentos, e em muitas outras falas, uma visão a-crítica dos informantes, expressando valores culturais das classes populares em sua singularidade marcada pelos discursos das classes dominantes. Assim, no próximo item serão confrontadas as diversas percepções dos informantes da escola e do PETI sobre a política para erradicação do trabalho infantil.

5.3 – PETI e escola: “olhares” dos diversos agentes

Após os depoimentos coletados sobre trabalho infantil e à medida que os interlocutores foram falando, eis novos elementos para pensar a proposta governamental de erradicação do trabalho infantil, sendo o PETI lembrado como:

Um programa indicado para combater o trabalho infantil, dando oportunidade para que as crianças tenham lazer, reforço escolar, esporte, alimentação e uma ajuda de custo para a família (Professora).

De acordo com esse depoimento, o programa em si é favorável ao bem-estar de crianças e adolescentes; o que se constitui em problema para o atendimento desse objetivo é a gestão governamental frágil, que contribui para que os usuários desde a infância acabem absorvendo os problemas para efetivação da sua condição de cidadãos. Assim se expressa um informante:

O PETI é um programa que só tem a favorecer a criança. Infelizmente em vários lugares é trabalhado de forma errônea, sem compromisso dos gestores e até dos próprios educadores. Falta mais dedicação e amor à causa. O PETI fica muito a desejar da forma em que está sendo aplicado (Professora).

O não acesso de crianças e adolescentes a serviços públicos de qualidade banaliza a concepção de cidadania, reduzindo-a a um simples estatuto jurídico, fazendo com que os direitos sejam cada vez mais ameaçados, dificultando o acesso à dignidade. Assim, “uma sociedade sem cidadãos depende sempre do Estado e de suas burocracias, sendo sempre mais vulnerável à hegemonia do mercado e dos interesses econômicos e financeiros” (CHANIAL, 2004, p. 58).

Neste caso o reconhecimento da cidadania como um direito deve estar na forma como são institucionalizados os serviços e como os usuários participam dele. Mas, no contexto analisado nesta pesquisa, o reconhecimento legal não corresponde à instituição da condição de cidadania aos que participam da política para erradicação do trabalho infantil em Maceió. Assim, para os educadores, o PETI:

É um programa legal se seguisse o que ele diz, seria ótimo! Na prática não funciona, o governo não investe em estrutura e material. Por isso tem evasão. A migração dos locais do PETI gera desmotivação, às vezes fica distante do lugar deles [crianças e adolescentes]. Vai deixando eles arredios (Educadora).

Outro elemento diz respeito ao número de atendidos no programa, que não corresponde à quantidade dos que necessitam estar inseridos nele. Problemas burocráticos relacionados à falta de documentos, como registro de nascimento e comprovante de residência, dificultavam a inclusão no programa; além disso, a parte pedagógica é superficialmente trabalhada, o que gera algumas críticas em relação a ela.

Por isso os informantes da pesquisa exprimem críticas relacionadas à estrutura e funcionamento do programa, mas não contestam a filosofia e o objetivo desde. Uma delas se refere à falta de estrutura e material adequado à ocupação das crianças e adolescentes a partir dos princípios da *cultura de direitos*:

A falta de tudo dificulta o nosso trabalho. Não é um programa ruim, é um programa pobre (Educadora).

O programa é definido como um complemento da escola pública, destinado a transmissão de saberes formais e a esquemas de percepção de novos universos simbólicos, através de uma metodologia lúdica, para reforçar a importância da escola como instituição formadora de crianças e adolescentes. Para isso, suas diretrizes dizem respeito à articulação das atividades da escola com as da jornada escolar ampliada. A jornada ampliada é compreendida em dois núcleos:

a) **Eixo básico** – que tem como objetivo enriquecer o universo informacional, cultural e lúdico de crianças e adolescentes com atividades que complementem a formação escolar, voltadas ao desenvolvimento da comunicação, da sociabilidade e de habilidades para a vida, e com atividades lúdicas, em estreita relação com a escola, a comunidade e a família.

b) **Eixo específico** – atividades realizadas com diferentes linguagens, reforço escolar, aulas de informática, língua estrangeira, promoção da saúde. “*Em nenhuma hipótese podem ser desenvolvidas atividades profissionalizantes ou ditas ‘semi-profissionalizantes’ com as crianças e adolescentes do PETI*” (BRASIL, 2004, p. 7, grifo do autor).

Mesmo diante das condições objetivas frágeis, ao instituir esses dois eixos pedagógicos de atuação, a política para erradicação do trabalho infantil faz o PETI produzir

[...] expectativas positivas ao divulgar os prejuízos do trabalho precoce praticado no país e procura potencializar mudanças no contexto das condições de vida do grupo atingido, de forma que encontre alternativas de sobrevivência sem apelar para o reconhecimento dos filhos menores. Desenvolve-se uma nova forma de praticar assistência, visando estimular nos sujeitos uma nova imagem de si próprio, criando condições para proporcionar à população atendida novas formas de viver e refletir sua existência (SILVA, 2003, p. 93).

Mesmo assim, a pedagogia utilizada para esse fim, baseada em atividades lúdicas e recreativas, é desacreditada pelos professores, e como tal, distinta do modelo tradicional da escola regular. O modelo de pedagogia educativa com ênfase em atividades lúdicas e recreativas gera uma confusão entre a metodologia utilizada na escola e na jornada escolar ampliada do PETI. Ao mesmo tempo que o PETI dispõe de um modelo novo de educação/socialização complementar à escola, desperta dúvidas nos professores sobre a efetividade dessa pedagogia, cujos instrumentos centrais não são o quadro verde, o giz e os livros distribuídos gratuitamente, mas as brincadeiras, o esporte e a recreação. No contexto dessas questões encontram-se crianças e adolescentes excluídas de uma sociabilidade compartilhada, marcada pelas fronteiras metodológicas que perpassam o ensino na atualidade. Entretanto é possível perceber que a escola não poderá desenvolver sozinha a sociabilidade a partir do ensino tradicional. Para Silva (2003, p. 173), “ao focalizarmos a educação como instrumento de formação da cidadania, através do trabalho desenvolvido na escola pública, temos a clareza de que a escola sozinha não dá conta da tarefa de formar o cidadão, uma vez que a formação da cidadania vai além de seus muros”.

Portanto, para as crianças que participam da jornada escolar ampliada, as atividades lúdicas são motivo de alegria. Assim se expressam algumas crianças:

Eu gosto de música e dança (Janaína, 10 anos).

Eu faço teatro, coral (Paula, 12 anos).

Eu gosto de jogar bola, de brincar (Antônio, 12 anos).

Essas atividades ainda geram dúvidas se realmente estão contribuindo para a educação desses pequenos trabalhadores. Isto reflete na percepção dos professores sobre o uso do lúdico como modelo educativo e a preocupação relacionada à

motivação das crianças e adolescentes a participar mais das brincadeiras do que da leitura e escrita de textos. Por isso, há necessidade de debates sobre a escola pública:

[...] é preciso avaliar e rever projetos pedagógicos que aplicam mecanicamente teorias acerca de qual seria a escola mais adequada aos valores e objetivos da população pobre, sem, no entanto, ouvir o que tem a dizer a respeito essa população internamente diferenciada por sexo, idade, religião, etnia e local de residências (ZALUAR, 2004, p. 104).

Caracterizam-se, assim, divergências entre o ensino regular oferecido pela escola e as brincadeiras realizadas na jornada ampliada do PETI, por não serem vistos como atividades complementares, talvez porque os professores não sentem o PETI como um programa interrelacionado à política de educação. Isso gera alguns conflitos, já que as crianças que começaram a participar da jornada achavam as atividades da escola “cansativas”, “obrigatórias”, e as realizadas na jornada, mais variadas, com ênfase nas brincadeiras. Nesse sentido, uma das educadoras das atividades de reforço escolar expõe suas experiências relacionadas às suas atuações na jornada escolar ampliada, quando diz que crianças e adolescentes:

Não gostam da sala de aula, preferem as brincadeiras. Os de 13 e 14 anos não sabem ler e escrever. Copiam o que está no quadro, mas não sabem ler. Sabem identificar o nome, copiam e não sabem ler por não reconhecerem as letras (Educadora).

Para os educadores, as crianças e adolescentes não gostam das aulas de reforço escolar porque são consideradas por eles como “rotineiras” e “chatas”. O que atrai esses agentes para a jornada são as atividades esportivas, que fazem “mexer o corpo”, logo as atividades de dança, música, esporte, desenhos e passeios são atrativas e bem aceitas porque se diferenciam da educação regular. Segundo um dos educadores, as crianças e adolescentes gostam de:

Atividades extracurriculares, jogos, arte, música, teatro etc. As crianças gostam de brincar, dançar, participar da capoeira e comer (Educador).

Os educadores tentam inculcar uma disciplina por meio da participação das crianças e adolescentes nas atividades socioeducativas. Através dessas atividades tentam despertá-los para a necessidade de respeitarem uns aos outros, estimulando a participação deles em atividades grupais, bem como de controlar a agressividade que possuem devido às vivências familiar e comunitária violentas. Como se constata com o seguinte depoimento de uma educadora:

Eles resolvem tudo dessa forma: batendo, matando; agredem os professores, os colegas com palavrões, com ameaças. Quando estão fazendo atividades e têm qualquer contrariedade com qualquer um, eles jogam tudo. Qualquer raiva, eles jogam tudo para lá. Para se concentra, é difícil, eles são habilitados a uma vida agitada. Eles são muito dispersos, a cabeça deles voa. Não existe nenhuma relação interpessoal, porque desistem por raiva. Eles são intolerantes àquilo que traz desconforto, que contraria. Se sentem agredidos no limite deles. Então o meu trabalho é avançar no limite do aluno. Nosso papel como educadores é mostrar a eles que o limite deles não é o que eles fazem, mas é o que é imposto pela vida. Eu vivo muito trabalhando com o limite! (Educadora).

A ideia de que crianças e adolescentes podem aprender mediante a metodologia idealizada pelo PETI, em que a ludicidade é o eixo central da proposta, mexe “embrionariamente” com a concepção de pedagogia tradicional e inicia um desejo de acesso desses segmentos ao *capital cultural*. Pois “compreendemos que a formação da cidadania está imbricada no entendimento que se tem de democracia e direitos humanos em um determinado contexto social, cultural, político e econômico” (SILVA, 2003, p. 177). Entretanto, a falta de articulação entre as políticas de educação e assistência social, recorrente no cotidiano da escola e do PETI, faz com que as atividades realizadas nesses dois espaços de socialização aconteçam de forma fragmentada e façam perpetuar as relações de dominação pela educação formal. Essa desarticulação é percebida pelos depoimentos de dois professores:

A sigla é muito bonita, porém ainda não tive oportunidade de observar realmente os profissionais trabalhando para ajudar as crianças (Professor).

A proposta é ideal, mas não tenho informações de como este programa funciona na realidade (Professora).

Em ambas as modalidades de pedagogias da escola e do PETI, não se vê uma proposta educativa organizada com a participação de pais e filhos, constituindo-se em práticas pré-reflexivas, porque estão além do controle e da vontade de quem é atendido por tais serviços. Diante disso, uma das educadoras do PETI diz:

Eu acho muito infantil o trabalho infantil ser erradicado! O governo não atinge a raiz do problema, mas só as causas (Educadora).

Como prática resultante das situações cultural, econômica e social que imbricam as microestruturas e as macroestruturas sociais, é difícil afastar crianças e adolescentes do mundo do trabalho com atividades rotineiras, preparadas com poucos recursos financeiros e pedagógicos, em que o reforço escolar, por ser uma atividade que pode ser realizada com poucos recursos, como o caderno e o lápis, torna-se predominante durante os dias da semana. Como afirma um dos educadores “A política protege, mas não dá condições”. Por isso, sua eficácia está longe de ser alcançada, já que não consegue modificar a *cultura do trabalho* a partir de ações pontuais, mas apenas aproximar crianças e adolescentes de uma *frágil cidadania*.

5.4 – Mães e filhos que participam da política para erradicação do trabalho infantil

O conteúdo deste item é resultado das análises realizadas sobre as falas das mães⁸⁸ e dos filhos que participam do PETI. Abordam-se as condições de acesso

⁸⁸ Como já aludimos em capítulos anteriores, a política de assistência social, a partir de 1990 com os programas de renda mínima como o PETI, tem atribuído à família um lugar central de proteção social, porém essa proteção fica condicionada à mulher-mãe-dona-de-casa, sendo o sentido de família

desses segmentos à *cultura de direitos*, focalizando as contradições apresentadas na objetivação dos serviços. Assim, pontuam-se as circunstâncias e variedades de situações encontradas em que acontece o PETI e evidencia-se sua complexidade como programa que institui um conjunto de estratégias que envolve a família e a escola, predispondo crianças e adolescentes trabalhadores a práticas educativas.

Cabe aqui uma primeira contextualização sobre o sistema de bolsas. Um aspecto importante para se pensar que a *cultura de direitos* em torno da infância desprotegida pelo trabalho tem no programa Bolsa Família⁸⁹ o recurso para atrair as famílias a sua adesão. Conforme ressalta Cunha (2005, p. 59), “as famílias têm sido o ponto de referência dos programas sociais, sendo o ponto de apoio na garantia da sobrevivência material, fazendo sentido a idéia de garantia de uma renda mínima familiar e não individual”. O que emerge dessa estratégia governamental na fala de uma das mães é uma crítica aos representantes do Estado:

Eles acham porque a gente tira essa mixaria da bolsa. Está certo que ajuda muito, quando vem, mas é um dinheiro que quando vem, em um instante voa. A gente faz uma feira, compra de tudo. Eu tiro R\$ 95,00, mas não dá pra nada. Não dá pra nada! Eu tenho seis filhos (Teresa, 37 anos).

O baixo valor recebido, que não cobre o dinheiro auferido pelas crianças e, principalmente, pelos adolescentes que trabalham, pouco compensa o afastamento dos filhos dos seus “olhos”, segundo as mães. O Bolsa se constitui em uma estratégia das políticas de renda mínima como alternativa no sentido de prover às famílias de crianças e adolescentes que trabalham precocemente, o mínimo tido como essencial.

representado pela mulher responsável pelo processo de reprodução social do grupo doméstico-familiar (DUQUE-ARRAZOLA, 2004).

⁸⁹ O programa Bolsa Família do Governo Federal incorporou, a partir de 2007, o PETI, com a unificação dos programas sociais em um só programa. Assim, a Bolsa Criança Cidadã destinada às crianças e adolescentes usuários do PETI foi transferida para o Bolsa Família. Esse programa busca, através de um benefício monetário, possibilitar o acesso à cidadania e a eliminação do ciclo vicioso da pobreza a partir da permanência na escola (BRASIL, 2005).

Como tal, tem o objetivo de dar aos indivíduos uma melhor condição de vida e maior inserção na categoria de cidadania, entretanto, estes indivíduos passam a vivenciar uma dupla realidade: o valor do Bolsa não satisfaz suas necessidades imediatas, criando diferenças entre os objetivos desta política e os significados dela atribuídos pelos usuários, ao mesmo tempo que a qualifica como recurso, como novo elemento de poder e diferenciação social. Assim, se distanciam de alcançar a cidadania prometida, como ratifica o depoimento abaixo:

Eu tava levando meus filhos para o PETI, dois que eu tenho, de 9 e 8 anos, houve um problema que eles começaram a fugir, para fazer o que não presta, aí eu fui, arranquei meus filhos de lá, eles não estão indo mais. Só quem está indo é o mais velho, porque ele é muito comportado! Bem comportado, gosta de estudar, gosta de brincar. Agora os outros dois eu tirei, eu arranquei, porque começaram a pegar no que é alheio, a fugir, porque lá não tem segurança para as crianças. Aí eles [funcionários do PETI] até disseram que se eu tirasse meu filho do PETI, eu iria perder a Bolsa, mas eu disse: não vou ter medo de perder minha Bolsa, a Bolsa Família; porque não tem nada a ver com o PETI, a Bolsa Família. São tantas crianças, são muitas, muitas mesmo! São umas 400 crianças, que elas não dão conta. Então, eu os arranquei de lá e não mandei mais. Eu os prefiro aqui [na comunidade onde residem], porque eu estou vendo o que eles estão fazendo (Teresa, 37 anos).

O valor do Bolsa Família, como atrativo à adesão das mães ao programa convive com o descrédito em relação à segurança das crianças e adolescentes que participam das atividades socioeducativas do PETI. O valor recebido não consegue incluir socialmente a família para o consumo de produtos que satisfaçam basicamente as necessidades do grupo familiar, semeando o inconformismo e a insatisfação. Nesse sentido, Silva (2003, p, 95) diz que é compreensível o porquê de a condição da família permanecer sem alterações nas suas condições socioeconômicas e por isso o PETI se constitui em mais um programa compensatório de combate à pobreza. Assim, as famílias continuam reafirmando a inserção dos filhos no trabalho, como no exemplo de Isabel:

A maioria das crianças não está indo, porque não estão recebendo. Vão fazer o que lá, sem receber? Fica em casa trabalhando, despincando sururu. Agora, se pegarem elas trabalhando na rua! (Isabel, 34 anos).

O não pagamento do Bolsa é visto pelas mães como falta de compromisso por parte do governo para com a sua condição de pobreza, o que as leva a retirar os filhos da jornada ampliada. Percebe-se que o valor recebido através do Bolsa promove o acesso precário e marginal ao consumo; ainda assim, se constitui em meio de sobrevivência. O objetivo das políticas de renda mínima, nas quais se inclui o PETI, aponta para as estratégias do sistema capitalista em transformar os “cidadãos” em consumidores marginais através do Bolsa. Entretanto, o Estado não vem cumprindo as condições necessárias à satisfação dessas necessidades, gerando um descrédito das famílias no acesso dos indivíduos à cidadania.

O Programa Bolsa Família não altera a condição de vida das famílias, por isso não consegue incluir as pessoas de maneira sustentável, tornando-se ação emergencial. Contudo as práticas de trabalho infantil acontecem com frequência. Para Cunha (2005, p. 144), “[...] falar em consumo em uma sociedade que discute direitos e cidadania a partir de critérios monetários é o mesmo que reconhecer que tal cidadania somente existe para os que podem consumir”.

Essa estratégia de fazer com que as famílias, por meio das mães aderissem ao programa se mostra ideológica, por legitimar a produção social da desigualdade e da subcidadania como pagamento material e simbólico do Bolsa, que se quebra pela falta de pagamento. Tanto que há um sentimento de descrédito e raiva contra os governantes que prometem mas não fazem, contido em alguns depoimentos. O pagamento às famílias para aderirem ao programa faz parte da subordinação das necessidades sociais às trocas mercantis, justificadas pelo Governo Federal como forma de distribuição da

riqueza social. Porém são recursos que não permitem o acesso às mínimas condições de sobrevivência do grupo familiar, mantendo-o como reprodutor das relações de dominação que tem como lócus o Estado. Uma cultura do personalismo que conduz os indivíduos a perceberem que seus problemas são pessoais, em desfavor de inclinações impessoais. Para Souza (2006, p. 106), “por conta disso, o Estado entre nós seria dominado pelo ‘patrimonialismo’, ou seja, por uma gestão da política baseada no interesse popular por oposição ao interesse público”. Tem-se, então, a construção do binômio personalismo/patrimonialismo, que domina o senso comum no espaço da política social dirigida à infância, no caso de Maceió/AL.

Isso explica a multiforme desigualdade social a partir do acesso diferencial a recursos financeiros, como causa e consequência da modernização periférica e de suas sequelas, como o trabalho precoce e a consequente subcidadania oferecida pelo Estado de direito, identificado pelos usuários do PETI como exterior a eles.

As mães, por pertencerem às frações de classes dominadas, devido às precárias condições em que vivem, são público-alvo de uma crença fetichista por parte do Estado, que faz pensar que a resolução para todos os problemas sociais, inclusive o trabalho precoce, está na distribuição de riqueza via programas sociais focais. Mas tal crença faz parte das relações de favor e proteção que constituem o “pano de fundo” da dependência da subcidadania. Assim, a erradicação do trabalho infantil, se depender dessa estratégia pontual, não será alcançada se não houver políticas verdadeiramente de proteção social. Diante dessas evidências empíricas, pode-se perceber que os discursos das mães são reveladores: apresentam a necessidade de políticas sociais universais e ao mesmo tempo, evidenciam a falta destas e o desejo de proteger os filhos, como se percebe nesta fala:

O empatar, eu dou razão, mas pra ele [o Governo Federal] empatar, ele tem que ter o recurso, ele tem que passar recurso pra gente, porque se parar as crianças vão morrer de fome. Não pode existir isso também. Ele tem que ver isso. Pra gente não ter a criança trabalhando na rua, ele tem que dar escola, escola e professora, ele tem que dar uma boa creche pra gente botar nossas crianças, que a gente deixe ela de 7h da manhã até as 5h da tarde. Dá muito bem pra gente trabalhar e ganhar o nosso pão de cada dia, sem se preocupar porque está guardadinha, tá tomando banho, tá se alimentando, tá aprendendo o que é bom, tá estudando (Gerusa 39, anos).

Ainda assim, a descontinuidade no pagamento do Bolsa é um dos motivos que contribuem para não haver erradicação do trabalho infantil nas unidades familiares de produção e consumo do sururu, na coleta de material reciclado e nos afazeres domésticos. As mães dizem que eles “precisam ajudar”, ainda que a quantidade de trabalho realizada seja menor em relação ao período anterior a implementação do PETI. Mas essa contribuição das crianças às responsabilidades dos seus genitores não é aceita pelo programa, que condena tal procedimento. Por isso, os *trabalhadores de pouca idade* mantêm uma tripla jornada diária, um cotidiano onde o não trabalho inexistente. Trabalho e estudo tornam-se pesados e incompatíveis para corpos franzinos que precisam suportar a tripla jornada cotidiana, numa rotina altamente cansativa, na qual trabalho, escola e PETI se constituem em significados importantes, nessa ordenação do tempo de infância.

O meu filho, de manhã ele vai estudar, de tarde ele vai pra o PETI, quando ele chega do PETI, ele vai ajudar o tio, à noite, a juntar papelão. Eu tenho pena dele, porque tem doze anos, e estuda os dois horários. Ele tem que ajudar o tio, pra quando for no sábado ter o dinheiro. Pra eu não ver mais tarde o meu filho sofrendo, pedindo [esmola], roubando (Margarida, 44 anos).

Entre a socialização que os filhos podem encontrar na rua, símbolo do perigo e da impessoalidade, e a socialização do PETI, as mães preferem que frequentem as atividades socioeducativas constitutivas do programa. Os educadores colaboram com os pais no controle do ócio de crianças e adolescentes, vigiando-os para que não se

afastem do espaço em que se realizam tais atividades. Além disso, são atividades atrativas para as crianças, porque conseguem fazê-las fugir das práticas de trabalho por algum tempo e frequentarem um espaço onde a ocupação expressa uma ressignificação dos programas dirigidos às crianças e aos adolescentes em condição de trabalho. Para Neves (1999, p. 210), o PETI,

portanto, acena com a possibilidade de que os seus usuários possam ser portadores das disposições que propiciam uma certa gama de escolhas, inclusive da apropriação de futuro, pelo reconhecimento do direito de sonhar e a se dotar de recursos para elaboração do projeto ou, no melhor dos casos, da carreira. Todavia, não oferece concretamente os instrumentos mediadores necessários a essa transposição, [...].

O PETI se torna um espaço atrativo para crianças e adolescentes porque lhes possibilita fugir das obrigações cotidianas de trabalho e afazeres domésticos e também porque encontram lá a possibilidade de brincar e interagir com os seus pares, aproximando-os da *cultura de direitos* e de uma *moral universal* de cidadania. Nos depoimentos das crianças e adolescentes, principalmente nos grupos de menor idade, observa-se a motivação para participar das atividades da jornada ampliada:

Eu gosto de brincar, estudar e fazer todos os deveres do PETI, fazer capoeira, educação física e outros (Paula, 12 anos).

Essa moral de cidadania é constitutiva da sociedade moderna, de um ideal de instituições políticas pautadas em uma moral racional, que ainda precisa incluir os sonhos individuais e coletivos e os sentimentos da infância pobre, de forma a perceber que suas vidas são plurais e ambíguas em seus significados.

Mesmo assim, crianças e adolescentes são facilmente atraídos pelas atividades socioeducativas, mas em relação aos adolescentes essa realidade muda, por terem contato mais intenso com a socialização da rua e as práticas de trabalho que lhes possibilitam conseguir dinheiro. Para os educadores, essa realidade tornou-se mais

específica quando passou de 7 a 14 anos para de 7 a 16 anos incompletos a permanência no programa.

Portanto, a integração das crianças e adolescentes em outros mundos sociais, como propõe o programa, pauta-se em objetivos conflituosos com o real. A destinação de atendimento diferenciado às crianças e aos adolescentes trabalhadores opera como um sistema de classificação, que estigmatiza desde cedo os *trabalhadores*, com vistas a postergar a inserção desses segmentos no mundo do trabalho. Um programa que se respalda nos direitos inerentes à infância, mas revela nas entrelinhas a *ideologia da igualdade de oportunidade*. Aspecto constitutivo da percepção das mães, como este depoimento revela:

O PETI é que nem uma capa do sururu, sabe? Ele cobre a pobreza só por tapeação. é que nem a gente tira o sururu da lagoa, é tirar nossos filhos daqui, colocar no Trapichão⁹⁰ [local de execução das atividades socioeducativas do PETI] e soltar. Pronto! O menino fica lá, dando um no outro. Aqui, mesmo ele trabalhando, mas a gente passa o respeito, a dignidade e a educação para ele. E o PETI passa o quê? A violência! Porque eles ficam lá, chega menino com o olho roxo que se junta com outras comunidades, umas querem ser melhor do que a outra, está entendendo? Os educadores são poucos pra muita criança, entendeu? (Vitória, 35 anos).

Contudo, percebe-se que o programa, mesmo fundamentado na filosofia da *cultura de direitos*, não possibilita a crianças e adolescentes das unidades de produção do sururu a efetivação desta cultura.

Em artigo sobre *Mensagens cruzadas e políticas públicas*, Scott (2006, p. 252), ao analisar as relações familiares diante das políticas públicas, relata – baseado em estudos sobre famílias de agricultores – os seus receios ao verem seus filhos atendidos pelos programas Bolsa Escola e PETI do Governo Federal, pois “há quem conclua que, com a bolsa-escola, o governo quer criar pessoas ociosas incapacitadas para trabalhar

⁹⁰ Este depoimento aconteceu em 2007, na primeira fase da pesquisa. Em 2008, na segunda fase da pesquisa, as crianças e adolescentes mudaram para outra sede do PETI, mais próxima de suas residências.

na roça e que possam ingressar nas quadrilhas de bandidos que estão se tornando cada vez mais visíveis na cidade e no campo”.

Essa percepção também foi sentida por algumas autoras que estudaram essa realidade em Alagoas: Montenegro (2006, p. 123), ao analisar o PETI em Maceió, quando percebeu que havia um descompasso entre a realidade vivida por crianças e adolescentes e um descompasso com a legislação relacionada ao programa. Também Silva (2003, p. 96), ao analisar o compromisso das famílias com a erradicação do trabalho infantil, percebeu que os impactos do programa ficam aquém, uma vez que as famílias ignoram a importância da jornada escolar ampliada. Veras (2005, p. 161) conclui em seus estudos que a erradicação do trabalho infantil está condicionada à implementação pelo Estado de macropolíticas econômicas e sociais que possam incidir sobre as condições de vida da população carente.

Assim, o reconhecimento do direito à infância protegida não se efetivou; ainda é *mote* central para a reprodução de distinções sociais no mundo contemporâneo. Essa forma espontânea de classificação é respaldada nas formas modernas de reconhecimento social. Conforme Souza (2006, p. 35):

existem duas formas antinômicas e especificamente modernas de reconhecimento: o ideal de dignidade e o ideal de autenticidade. As duas formas se deixam ver por opostas às formas típicas das sociedades hierárquicas. Enquanto nestas o princípio da honra é fundamental, e honra significa sempre que alguns a possuem e outras não, a noção moderna de “dignidade” implica o uso igualitário e universal que confere a dignidade específica a todo o ser humano e cidadão moderno. Enquanto apenas alguns têm honra, todos possuem dignidade.

Sabe-se que o reconhecimento social do direito à infância, que deve ser protegida de toda e qualquer forma de agressão corporal ou mental, é uma conquista histórica de cidadania. Mas as formas de “erradicação” do trabalho infantil através do PETI revelam motivações que instigam a inferioridade cultural de crianças e

adolescentes pobres em relação à cultura hegemônica. São motivações ao recebimento da bolsa, para adesão das famílias ao programa, pela obrigatoriedade de manterem os filhos na escola e no PETI. Para Marin (2006, p. 117),

de nada adianta retirar as crianças provisoriamente do trabalho se os adultos continuam a viver sob as mesmas condições de trabalho. Não se pode apostar num programa que apenas suprime temporariamente o sofrimento das crianças beneficiárias para logo em seguida devolvê-las aos trabalhos aviltantes. As políticas públicas de prevenção ao trabalho infantil não podem limitar-se ao superficial e emergencial, deixando intocadas as motivações de ordem econômica, política e cultural que engendram a continuidade do problema.

Essas medidas focais e compensatórias que o programa revela são entendidas a partir do contexto de reformas dos programas sociais na América Latina, que objetivam compensar os efeitos do ajuste estrutural do capitalismo sobre as populações vulnerabilizadas, com vistas ao atendimento de seus filhos. Essas características se apoiam na comprovação de que os gastos sociais do Estado chegam em condições ínfimas às populações de baixa renda. Isso devido às medidas neoliberais, que rejeitam as políticas universais, incrementando, cada vez mais, políticas focalizadas, fazendo com que o Estado brasileiro incorpore uma posição assistencialista⁹¹ em relação aos problemas sociais.

Para Padilha (2005, p. 79), a focalização dos programas de assistência social como o PETI é orientada por uma *concepção neoliberal/conservadora* que tem como objetivo mascarar a pobreza decorrente dos ajustes estruturais do capital, centrando-se no corte de recursos destinados aos programas sociais, com o objetivo somente de inserir o Brasil na economia globalizada. Segundo a mesma autora, “o princípio de focalização assim implementado é incapaz de alcançar a totalidade de segmentos

⁹¹ Para Porto (2007, p. 192), “o [...] Estado assistencialista tem como fundamento as políticas de ajuste neoliberal, adquirindo legitimação por intermédio da implementação de uma política social caracterizada por proporcionar a inclusão marginal dos setores sociais mais pauperizados, tendo como resultante mais significativa o processo de precarização das políticas sociais públicas”.

pobres da população, identificáveis por critérios de inclusão social, devido ao caráter insuficiente e descontínuo desses programas”.

O PETI, pautado nesta *concepção neoliberal/conservadora*, é um programa que faz parte dos direitos humanos, mas pela sua precária objetivação, promove a construção de uma cidadania ilusória, porque crianças e adolescentes de classes populares, como as que vivem nas unidades de produção e consumo do sururu, não têm contatos com brinquedos e fantasias infantis em uma relação durável com os bens e serviços de uma sociedade moderna.

O PETI evidencia o *frágil direito* de cidadania. Para Neves (1999, p. 209), “seus objetivos reafirmam o caráter compensatório dos programas destinados a minimizar os constrangimentos resultantes da pobreza, incorporando famílias pertencentes a segmentos populacionais de comprovada carência material testemunhada ou publicamente explicitada pela incorporação do trabalho dos filhos”. Isso faz perceber a lógica de funcionamento das relações sociais e as formas de manutenção das estruturas objetivas e subjetivas do social, para manter o conformismo dos grupos sociais. Por isso o poder simbólico exercido pelo Estado ante essa população constitui-se em forma eufemizada de dominação com o consentimento daqueles que a sofrem. Portanto, romper com essas formas de violência implícita pelo Estado não se dá somente pelas políticas de renda mínima, porque estas são insuficientes para resolver os problemas estruturais como a crise do desemprego, a pobreza, a exclusão etc., fazendo-se necessário o uso de políticas de emprego e de distribuição de renda.

O que poderia ajudar na construção de um *habitus* de cidadania para os que frequentam o PETI, pela descontinuidade e precariedade dos serviços ofertados, faz o direito à infância estar ameaçado pela fragmentação e descompasso como se

processam os serviços das políticas sociais. Nestes moldes a política para erradicação do trabalho infantil transforma-se em ideologia que mascara a igualdade de oportunidades e faz dos direitos sociais privilégios sociais e mecanismos de distinção social. Essa ideologia permite que as hierarquias sociais sejam pensadas como hierarquias simbólicas; assim, o indivíduo que ocupa as posições sociais menos elevadas na escala social são levados a aceitar a dominação social.

Essa estrutura de dominação da qual a infância pobre faz parte é constitutiva de um sistema de disposições duráveis que encontra no corpo um instrumento apto à incorporação dessa dominação, reforçando a reprodução pelo trabalho precoce. Desse modo, o corpo torna-se reservatório de diferentes sensações, sofrimento, prazer e dor, de forma que todo o social é vivenciado pelo corpo, que sente “espontaneamente” a ordem social “naturalizada”. Portanto, há uma limitação à incorporação de *novos habitus*, porque as crianças e os adolescentes por si sós não conseguem romper com a estrutura de valores herdados pela socialização primária que possuem.

Assim, a construção de uma moral de cidadania a partir da política para erradicação do trabalho infantil está ameaçada pela precariedade das condições em que está apresentada para as famílias assistidas por ela, assim também como representa para estas o desencantamento com a *cultura de direitos* na forma como se explicita nas unidades de produção onde se encontram inseridas. Desta forma, as relações que as crianças e adolescentes mantêm com a família e o PETI podem ser de continuidade ou de ruptura com a lógica do trabalho infantil, tendo no sistema de educação o conjunto dos mecanismos institucionais pelos quais se encontra assegurada a transmissão da cultura herdada.

5.5 – A escola: entre contradições e perspectivas

A escola, como *espaço* de socialização, é palco, contemporaneamente, da educação e da cidadania. Em um contexto marcado pelo desenvolvimento de múltiplas formas de exclusão social, a escola aparece como um *campo* de possibilidades para o desenvolvimento da sociabilidade diante das amplas e destrutivas violências sociais que ela mesma pode gerar.

O discurso sobre a escola pública no Brasil, principalmente depois dos vários teoremas pedagógicos desenvolvidos pós-anos 70 do século passado, carrega consigo o ideal de que a educação traz uma equalização social com o conhecimento de que ela disponibiliza e pode contribuir para o desenvolvimento do capital humano. Esse tipo de discurso é presente nas falas de mães e filhos das unidades de produção de mariscos e também dos professores da escola que os pequenos trabalhadores frequentam.

Assim, a escola representa para as mães a via de acesso a outras oportunidades de educação, porque para elas pode impedir que seus filhos sigam para o mundo da marginalidade. Assim, “ser gente” significa aprender a ler, escrever, contar, respeitar os mais velhos e os pais e ter acesso a um emprego que lhes garanta uma sobrevivência digna. É como se a educação fosse o “passaporte” para ter acesso ao respeito e à vida feliz em sociedade. Nesse sentido, para Padilha (2005, p. 177):

os pais projetam nos filhos a superação dos males que os afligem em face da escassa apropriação de recursos materiais e simbólicos que vivenciaram. Ou seja, transferem para eles parte complementar do projeto de suas vidas, reconhecendo a impossibilidade de sua própria mudança de posição social

As mães marisqueiras guardam a expectativa de que a escola possa colaborar e conduzir seus filhos à construção de um saber reconhecido pela sociedade, afastando-

se da influência de outras crianças ou mesmo de adultos que estejam no mundo do tráfico e da prostituição. Assim:

A escola ensina o que é bom! Vai tirar da rua, não vai ensinar a fumar droga, não vai ensinar a fumar lírio, que eu não sei o que diacho é isso. Ensina a respeitar, ensina a ser educada, ensina o que é bom! Vai ensinar a respeitar pai, a respeitar mãe. Vão entrar em outra linha, é outra religião. Quem sabe! Pode até aprender a amar a Deus. Se não sabe, aprende, porque quando tem uma escola boa, uma professora boa, ela só ensina o que é bom (Gerusa, 39 anos).

A concepção de escola para as mães evidencia o contraste com o mundo da rua. A escola de tempo integral faz parte dos depoimentos delas porque acreditam que seria uma alternativa positiva para afastar os filhos do mundo perigoso. Essa ideia de escola em tempo integral parte das discussões que aconteceram na década de 1980 sobre as falhas do sistema escolar, centrada nas necessidades de tirar as crianças da rua, ofertando-lhes formação educacional e escolar. Essa proposta de escola poderia reduzir a insegurança, evidenciada pela narrativa abaixo:

Não adianta a gente desejar o futuro se a criança está fora da escola; ela nunca vai ter um futuro; o futuro dela vai ser só esse: trabalhar com a gente. Mas o futuro que eu mais desejo pra eles é que eles continuem a estudar. E que eles tenham acesso a uma faculdade e daqui pra lá às coisas melhores! Eu tenho fé em Deus e esperança que eles consigam e que eu chegue a pegar essas crianças sendo médicos. Sendo que o que eles mais querem é ser policial, por mais violenta que seja a favela, mais eles dizem: ‘Eu quero ser polícia!’ (Vitória, 35 anos).

As crianças e adolescentes vivenciam a escola de forma fragmentada, irregular e superficial, e isso reflete as deficiências na ortografia, na estruturação e organização das ideias, havendo casos de alunos com mais de 13 anos de idade que não sabem ler e escrever. Portanto, “a escola precisa ser concebida, acima de tudo, como espaço ordenado que assegure a confiança e a segurança do aluno, além de cumprir sua função de difundir os conhecimentos essenciais à formação do cidadão e do trabalhador, os quais não podem ser adquiridos senão na própria escola” (ZALUAR, 2004, p, 105).

Há um processo de estranhamento das crianças em relação às práticas de ensino construídas pela escola através dos professores. Talvez crianças e adolescentes que desde cedo têm responsabilidades de trabalho tenham mais dificuldade de se concentrar e se moldar às práticas escolares que não conhecem suas culturas, valores e crenças. Há um choque, uma série de conflitos entre alunos, professores e pais, que fogem ao controle da política educacional.

Uma criança na sexta série não sabe ler nem escrever. Está passando por causa da idade, porque num pode ficar naquela idade naquele ano (Vitória, 35 anos).

Ao mesmo tempo que as mães veem a escola como *espaço* de perspectivas mais inclusivas para os filhos, elas presenciam o desencantamento com o fracasso escolar deles. Para Bourdieu (2008) esse fracasso escolar geralmente não é atribuído à escola, mas à criança, ao adolescente, à sua família, ao grupo social a que pertence, mas não ao modelo reproduzido pelo sistema educacional que avalia o aluno pela lógica do *dom*, aprofundando o sentimento da criança e do adolescente de culpabilidade desse fracasso. A prática escolar estigmatiza os *trabalhadores de pouca idade* pela sua posição em sistemas precários de referências de sociabilidade e inferioridade cultural.

As concepções de Bourdieu (2008) sobre educação na França, quando desenvolveu uma teoria sobre o sistema escolar, possibilitam entender na realidade brasileira o ensino educacional através de um viés de classe, onde se pode perceber que há um processo de desigualdade social no discurso da educação. No âmbito teórico propaga o igualitarismo, e na prática esse discurso está no plano do ideal, isso porque seria necessário dotar as classes sociais de equipamentos necessários à apropriação e consumo dos bens culturais. Esses equipamentos estão diretamente relacionados com

a "herança cultural", constituída por "um capital de informação, de saberes, de usos linguísticos, mas também de atitudes e de posturas" (NOGUEIRA, 1989, p. 4).

Por isso, o "ser gente" a partir da escola vai aos poucos se tornando distante, devido às suas precárias instalações e funcionamentos, despreparo do corpo docente e inadequação do currículo escolar às necessidades das crianças e adolescentes de classes populares. Assim, as mães reforçam seu argumento de que o trabalho dos filhos é um meio de educá-los para a vida.

Quando as crianças vão se dando conta de que seu tempo dedicado ao trabalho lhes toma a educação e as brincadeiras, elas encontram elementos que fundamentam a visão educacional de melhoria de vida através da escolarização. Nos *entre-espacos* da *cultura do trabalho* e da *cultura de direitos* as crianças e adolescentes apontam a educação como princípio norteador de uma vida melhor, discurso legitimado pelas mães e pelos representantes da escola.

A educação formal aparece nas falas de mães e filhos como uma tática para promover um processo de mudança social, tanto no que se refere à mobilidade horizontal, formação para adquirir uma profissão, quanto a uma mobilidade vertical, melhores condições de trabalho e renda. Entretanto o modelo de escola com que esses agentes têm contato ignora as desigualdades culturais existentes entre crianças e adolescentes de diferentes classes sociais; "em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura" (BOURDIEU, 2008, p. 53). Isso confirma-se no seguinte depoimento de uma das mães:

A gente não tem é trabalho adequado para as crianças na escola, até porque a escola não é essencial para nós. A escola deixa muito a desejar. Eles [os filhos] num sabem o que é um computador direito.

No mercado de trabalho de hoje, nossas crianças quando chegarem numa idade adulta estarão fora, porque eles não sabem nada de computador. O que a gente quer é a nossa educação. Porque nossos filhos sendo educados, poderão ser alguém na vida, alguma coisa na vida, um médico, seja lá o que for. Mais sem uma boa educação eles não vão ser nada, vão ser pior do que a gente. Porque a geração, cada vez, está crescendo pior ainda (Vitória, 35 anos).

A ideia da educação como meio de inclusão social e erradicação da pobreza, assim como de antídoto contra a violência, atribui ao atendimento escolar uma importância fundamental, disseminada internacionalmente entre os que discutem as políticas públicas de erradicação da pobreza e os mínimos sociais a partir de certa idade. Na percepção de Arroyo (1998, p. 160 e 161):

a escola é educativa nas práticas escolares, nos rituais da escola, nas formas de interação, nas formas diversas através das quais os professores e alunos se relacionam com os tempos e espaços, a organização do trabalho, até com a disposição das carteiras, a organização gradeada do conhecimento e com as relações sociais que permeiam o cotidiano da escola. Nessas práticas se produz a educação e a socialização, os saberes e valores, a formação ou deformação.

Assim, a escola pode ser entendida como um *espaço* de construção de saberes, mas também de relações de dominação. Essas relações foram estudadas por Bourdieu e Passaron (2008) quando analisaram o sistema de ensino francês do final da década de 1960, descrevendo os mecanismos pelos quais a *violência simbólica* é exercida pela instituição escolar em seus agentes. Nessa obra se evidencia que a escola contribui para a reprodução social diante da estrutura do sistema de ensino que se apresentava violento por intensificar uma moralização a partir do progresso técnico e do crescimento econômico.

Essas relações de dominação também estão presentes no cotidiano de crianças e adolescentes catadores de mariscos que frequentam a escola. Para os professores, a escola se apresenta como um *espaço* desestimulante para eles que trabalhem e estudem. O trabalho desencoraja o estudo, ajudando-os a não acreditarem num futuro

melhor; assim a educação, diante das adversidades, ainda é um sonho a ser alcançado por eles, conforme depoimento a seguir de uma professora que aborda o significado da escola para os alunos:

Como algo significativo, que lhes falta por conta de motivação e intersecção dos responsáveis, que por motivos outros lhes tiram o direito e a oportunidade de dignidade pessoal (no tempo presente quanto no amanhã) (Professor).

Essa falta de motivação está relacionada ao mau funcionamento das políticas sociais direcionadas à infância, repercutindo fortemente na metodologia de ensino e avaliação, uma vez que crianças e adolescentes de classes populares, como as que participaram desta pesquisa, estudam numa escola que legitima um *ethos* de classe. Segundo Nogueira (1989, p. 4), esse *ethos* “[...] se poderia definir como o resultado do processo pelo qual diferentes grupos sociais interiorizam sua situação objetiva, em matéria de probabilidades educacionais, transmutando-a em aspirações, desejos, etc.”

Esse *ethos* de classe tem relação com o conceito de *habitus*, por ser esta categoria compreendida como “esquemas estruturados de percepção, pensamento e ação, formados a partir dos modos de viver e de pensar das diferentes classes sociais, e que se traduzem por predisposições ou disposições duráveis em direção à ação” (NOGUEIRA, 1989, p. 4). É, pois, um conjunto de esquemas para elaboração de práticas concretas, que funciona como uma gramática social para diferenciar a classe dominante e a classe dominada. A interdependência dessas práticas impossibilitaria às classes desfavorecidas perceber os privilégios das classes favorecidas. Essas diferenças são sentidas no cotidiano profissional pelos professores, quando percebem que as crianças e adolescentes que trabalham possuem mais dificuldade de aprender por estarem cansadas e terem pouco tempo para dedicar-se aos estudos, conforme o relato a seguir:

Existe diferença, pois a criança que não trabalha não está preocupada com problemas, não está cansada para estudar, tem mais tempo livre e aprende mais rápido. O contrário da criança que trabalha (Professora).

Mesmo diante das contradições relacionadas ao sistema de ensino, os professores entrevistados se consideram ativos em seu papel. Assim, esses profissionais declaram estar preocupados com uma educação para formar “cidadãos críticos”, de acordo com as propostas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ao mesmo tempo que afirmam perceber os alunos como cidadãos que querem aprender e se pensam como um “referencial positivo” para eles, que podem “transformar tudo”. Nos seus discursos há traços de uma identidade ideal em face do real, pelos quais se percebe que a escola pública e o corpo profissional que dela participa ainda não estão preparados para formar crianças e adolescentes, principalmente as que realizam práticas de trabalho.

Dessa forma, há uma distância acentuada entre o discurso e a prática pedagógica, refletida na ausência de uma proposta pedagógica que considere a origem social e cultural familiar. Logo, as crianças ficam entre uma prática de trabalho abusiva e um sistema educacional desproporcional as suas necessidades educacionais de ascensão social futura.

Por tudo o que foi apresentado, a escola precisa ser vista como uma instância da política cultural, porque é nela que se criam e se recriam significados sociais. Esses significados não são criados apenas no nível da consciência, mas precisam ser construídos e estar ligados às relações sociais (SILVA, 2002). Contudo, a escola precisaria romper com a reprodução e a legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes.

CONCLUSÃO

O trabalho infantil, por se constituir em uma categoria ambígua, possibilitou-me novos “olhares” na condução deste estudo, de forma a perceber que se constitui em uma temática que está ligada diretamente às questões de classes e questões culturais. Portanto, analisá-lo apenas pelo viés de classe seria ocultar a importância do simbólico nas representações cotidianas, desconsiderando assim a cultura da ética do trabalho. A partir dos estudos para esta tese posso dizer que o trabalho infantil surge pelas contradições de classes e se mantém nos valores morais a ele atribuídos como fundantes da vida honesta na sociedade.

A cultura do trabalho faz com que desde cedo todos os membros das famílias de baixa renda adquiram o senso prático da sobrevivência, seja a partir das atividades remuneradas ou não. Mesmo que o trabalho prejudique a saúde dos *trabalhadores de pouca idade*, o valor moral que ele carrega justifica seu uso como condição de aprendizado e solidariedade para com a família, principalmente com a mãe.

Essa cultura que o trabalho infantil carrega como formação moral permeia os valores da sociedade capitalista, um *valor simbólico* que justifica o seu uso pelo sentimento de ser considerado como prática do homem honesto e bom, contrapondo-se ao desregrado, marginal e preguiçoso. Esse valor moral atribuído ao trabalho recebe o estímulo de uma ideologia reificadora reproduzida, muitas vezes, por um dos ditos populares da cultura ocidental, de que “o trabalho dignifica o homem”, possibilitando que toda e qualquer forma de trabalho, inclusive aquelas que tomam todo o tempo da infância, seja considerada natural, como formadora do espírito e da conduta da criança.

Assim, neste estudo percebi que o *poder simbólico* constitutivo da ética do trabalho torna-se mais forte e presente no cotidiano das crianças e adolescentes à medida que se percebe um conjunto de mudanças constitutivas de uma *modernidade tardia*: a condição de vida da mulher-mãe, as mudanças no mundo do trabalho, e com elas o emprego precário como garantia de sobrevivência e o afastamento do Estado das políticas sociais universais. Esse poder foi revelado a partir das análises das condições específicas de trabalho, que não se dão apenas nas unidades produtivas, mas se refletem também no aparato estatal que, para diminuir as tensões sociais e fazer do país partícipe da economia globalizada, desenvolve práticas de atendimento aos *trabalhadores de pouca idade* que reproduzem a dominação e a exploração capitalistas.

Percebi que toda a sociedade constrói mecanismos mascaradores das relações de dominação que são constitutivas de todas as dimensões sociais, seja entre as classes, entre os sexos, entre os grupos de idade, fazendo com que as relações de dominação tenham uma característica própria e pessoal e ao mesmo tempo apareçam como naturais. Assim, toda a sociedade tende a naturalizar as relações sociais que são contingentes e constituídas socialmente, como as que embasam o trabalho infantil na área lagunar de Maceió/AL.

Essa naturalidade também está presente nas unidades familiares de produção e consumo de mariscos na orla lagunar de Maceió. As hierarquias simbólicas legitimam ideologicamente a cultura dominante através da cultura dominada, ou seja, a prática do trabalho infantil é destinada às populações desprovidas de *capital cultural*. Os sistemas culturais ou simbólicos têm a ver com a produção e a reprodução das estruturas sociais hierárquicas na sociedade, legitimando a prática do trabalho infantil justificando-a como sendo estratégia de socialização de crianças e adolescentes pobres.

Esses sistemas simbólicos culturais são a base a partir da qual se constitui e se exerce o poder na sociedade. Através deles se escondem ou eufemizam as hierarquias sociais. Logo, a divisão de classes sociais não é facilmente percebida pelos agentes sociais, sendo a condição de trabalhador infantil uma estratégia de inserção no “mundo da ordem social”. Isso porque as diferenças de poder e de pertencimento social passam a ser percebidas pelos agentes sociais (mães e filhos) como apenas ausência de conhecimento, de competência, de comportamento, de cultura.

Por isso, a teoria da prática de Pierre Bourdieu mediante os conceitos de *habitus*, *campo* e *capital* ajudou a perceber que o trabalho infantil na cadeia de produção de mariscos possui relação direta com a estrutura de dominação da sociedade capitalista, que desde tempos longínquos reproduz a lógica da exploração das classes populares desde tenra idade e a inculcação dos valores que o trabalho pode trazer através da posição que os indivíduos ocupam no mundo social. O trabalho passa a ser absorvido por crianças e adolescentes como um sistema de relações duráveis, portanto, reproduz práticas herdadas das suas gerações anteriores, relacionadas com a estrutura objetiva que define as condições de produção e reprodução do trabalho precário.

Desse modo, o *habitus* absorvido através da prática de trabalho como princípio educativo opera distinções que marcam fronteiras invisíveis e se objetivam a partir dos espaços de socialização em que os indivíduos participam, encerrando uma *hexis* corporal que se manifesta em diversas situações na forma de reprodução das relações de dominação a partir da história individual ou coletiva de crianças e adolescentes. Essa reprodução da história vivificada pelos corpos desses agentes afirma e reafirma o conjunto hierarquizador e classificador das disposições delas no tempo e nos espaços da sociedade. Assim, crianças e adolescentes precisam ter um *habitus* capaz de lhes guiar em face das dificuldades que enfrentam no cotidiano para responder aos

reclamamos de uma sociedade que lhes exige uma vida útil e produtiva, para que sejam reconhecidos como membros desta e verdadeiros cidadãos de direitos.

Tudo isso levou-me a entender que nas unidades familiares de produção e consumo de mariscos, as práticas de trabalho desenvolvidas por crianças e adolescentes representam a conexão com a herança familiar, o aumento da marginalidade e a ausência do Estado das questões sociais. Estes fatores condicionam-nos a valorar mais o trabalho precoce, estabelecendo-se uma interação das estruturas sociais de dominação com a opressão e a subjetividade dos valores que reproduzem a lógica do trabalho infantil em graus mais perversos.

Nesse contexto, as famílias marisqueiras, pela diversidade de situações de trabalho em que se encontram –, alto índice de desempregos e subempregos, além de altos índices de violências – mobilizam para o trabalho os filhos em idade escolar que precisam submeter-se às imposições que tolhem a sua condição de infância e lhes consomem as energias na luta pela sobrevivência e pertencimento social. Dessa forma, as estratégias de sobrevivência, de se fazer partícipe da cultura da moralidade a partir do trabalho infantil, reflete e reproduz as relações de dominação e exploração, enquanto as propostas educativas dos espaços de socialização formal não têm em conta a cultura das crianças e adolescentes, levando-os a uma consciência acrítica sobre as contradições sociais.

Esses segmentos têm uma consciência acrítica das relações sociais dentro das quais estão inseridos, portanto encontram-se em estado de consciência ingênua e não percebem as relações de dominação relacionadas às instituições que fazem parte das suas vidas, ao encararem o trabalho precoce como estratégia de sobrevivência, pertencimento social a uma ética do estilo de vida moral. Assim, se apresenta a

necessidade de que essas crianças e adolescentes e também suas famílias aprendam a conhecer e a reconhecer as relações de dominação subjacente ao trabalho infantil.

Isto é causado pela lentidão do Estado como suposto provedor de políticas sociais diante do tempo da infância, fazendo encurtar ou anular essa fase, uma vez que crianças que trabalham passam a se comportar como pessoas adultas precocemente, pelo senso de responsabilidade e de futuro incerto, com projetos breves de sobrevivência: comer, vestir-se, ter uma casa para morar, por exemplo, para os catadores de mariscos.

O futuro incerto para os *trabalhadores de pouca idade* se explica pelas mudanças no papel do Estado nos países latino-americanos, dentre eles o Brasil. Tem-se percebido o desmonte dos incipientes aparatos estatais de proteção social, substituindo as políticas de assistência por programas emergenciais. As políticas sociais contemporâneas têm inflexionado o frágil direito de cidadania que vinha sendo construído em tais países, sendo substituído por políticas residuais e focalistas, afetando sobremaneira as crianças e adolescentes, como os que vivem na área lagunar de Maceió. Assim, são esses segmentos – como os catadores de sururu – que pagam pelo ajuste neoliberal, vivenciando a diminuição do Estado no campo dos gastos sociais com as políticas direcionadas a sua proteção social.

Um exemplo disso é o PETI, um programa governamental brasileiro de combate à pobreza que idealiza um modelo de educação complementar à escola, conectado com as famílias de crianças e adolescentes retiradas das condições de trabalho consideradas como *piores formas* de trabalho infantil. Entretanto, nos *espaços* observados neste estudo (unidades familiares de produção e consumo do sururu, PETI e escola), constatou-se que o trabalho infantil persiste, mesmo as crianças e adolescentes participando do programa, ou seja, a *cultura de direitos*, fruto de uma

moral universal de cidadania em defesa do tempo livre de trabalho durante a infância, não foi absorvida pelas famílias e seus filhos, uma vez que estes agentes continuam defendendo o trabalho infantil e a ideologia do aprender fazendo. O que se percebeu de aspecto positivo foi a diminuição da jornada de trabalho, ainda que crianças e adolescentes passassem a ter uma tripla jornada diária (trabalho, PETI e escola). E que, ao participarem da jornada escolar ampliada, notaram-se discretas mudanças no comportamento das crianças e adolescentes, que se mostraram mais sociáveis e menos agressivas.

A presença precária do Estado no campo social contribui de maneira determinante para que existam as *piores formas* de trabalho infantil, como as relacionadas a mariscos, agravadas com a crise econômica e o desemprego. Portanto, é impossível compreender o trabalho infantil e sua persistência na cadeia de produção de mariscos sem levar em conta o desencorajamento do Estado para manter a eficácia do serviço público, dos serviços sociais e das funções sociais, como a de professores e educadores.

Assim, no caso brasileiro temos uma política social que visa simplesmente atuar sobre os efeitos da distribuição desigual dos *capitais econômico e cultural*, isto é, para uma caridade de Estado destinada, como nos tempos da filantropia religiosa, aos pobres merecedores (*deserving poors*). As novas formas de que a ação do Estado se reveste contribuem para a transformação do povo em um agregado de pobres, excluídos, como são designados pelo discurso oficial das políticas sociais. Estes são evocados quando causam problemas, por isso recebem o acesso aos programas sociais como um privilégio por possuir um pagamento (Bolsa) provisório. Isto é importante para se compreender o que, atualmente, se observa no *campo* da política para a erradicação do trabalho infantil: a situação precária em que se encontram trabalhadores

adultos e trabalhadores infantis, principalmente em matéria de educação, emprego e saúde. As crianças e os adolescentes, em seus comportamentos e situações vivenciadas no cotidiano pesqueiro, apresentam todas as características dos subproletariados, além de serem afetados, de maneira profunda e duradoura, pelos efeitos das fragmentadas e despropositadas políticas sociais que os atendem.

As mães, quando percebem as dificuldades funcionais e estruturais relacionadas ao PETI e à escola pela descontinuidade dos serviços, falta de profissionais preparados para lidar com os diversos problemas sociais que crianças e adolescentes levam para a sala de aula e principalmente pelos atrasos no pagamento de bolsas, acabam incentivando os filhos a saírem dessas instâncias e encontram no trabalho infantil uma forma de educá-los para a vida adulta. A pesquisa evidenciou que o PETI não conseguiu romper com a *moral geracional* dessas famílias, no sentido de erradicar as *piores formas* de trabalho infantil, e as mães com medo de verem seus filhos sendo conduzidos ao mundo da marginalidade, acabam sendo as principais agenciadoras dessa moral.

As instituições de socialização formal participam diretamente do processo de constituição e de reprodução das relações sociais. É a materialização dos desejos, das ideias e das propostas dos grupos dominantes da sociedade, e não dos dominados, que difunde a dominação. Assim, reproduzem o encobrimento das desigualdades por trás da noção de dignidade, assinalando a efetivação de um cidadão completo de direitos. Essas instituições são elementos que medeiam à relação indivíduo *versus* coletividade, são os *espaços* privilegiados das condições objetivas e subjetivas da introjeção de valores sociais e do aprendizado das condutas e ações associadas a crianças e adolescentes.

O atual modelo de sociedade, pautado na *demissão do Estado* em relação às suas responsabilidades sociais e ao tratamento desencantador aos sujeitos sociais, aprofunda as desigualdades sociais e empobrece a existência humana, subtraindo das crianças e adolescentes o que há de mais nobre nesta fase da vida: sua infância e a capacidade de sonhar e construir projetos relacionados aos espaços públicos e privados. Sem dúvidas todas as descrições convergem para o que se encontra no âmago da experiência de vida de crianças e adolescentes catadores de mariscos: o sentimento de estarem presos à falta de dinheiro e aos meios necessários de uma vida básica: educação, saúde e trabalho para seus pais e, conseqüentemente, aos estigmas que sofrem e que poderão sofrer na vida adulta, desencorajando-os de qualquer antecipação razoável de futuro. Assim, a *demissão do Estado* diante da infância pobre contribui para a existência marcada pela incerteza a respeito do futuro.

As descontínuas e focais propostas governamentais mostram a falta de possibilidades para crianças e adolescentes que, inseridas em condições reais de cidadania, poderiam construir sua identidade e perceber o trabalho não só como estratégia de sobrevivência e valor moral, mas veículo *ontológico* de percepção e sentidos sobre as coisas e o mundo do qual fazem parte. Com isso, constata-se que a *cultura de direitos* ainda está para ser objetivada, pois não se tornou real para os que vivem na orla lagunar de Maceió. O discurso governamental de proteção à criança e ao adolescente em situação de trabalho infantil faz parte de uma *frágil cidadania*.

Crianças e adolescentes catadores de mariscos, pela falta de *capital cultural*, encontram-se propensos a ingressar em trabalhos produtivos porque a escola precária propicia a reprodução das condições operárias baseadas na adaptação antecipada das posições dominadas, levando-os a aceitar o trabalho braçal e a condição de insalubridade do trabalho na pesca. Assim a escola os ensina a renunciar a eles

próprios, ao mesmo tempo, que não proporciona às suas famílias superar o *capital simbólico negativo* ligado aos sinais exteriores de sua configuração corporal, funcionando como estigma, do mesmo modo que as práticas de trabalho que desenvolvem: o comportamento arreado, as dificuldades de aprendizado e o lugar de residência. O nível de aspiração dessas crianças e adolescentes está condizente com os níveis social, econômico e cultural nos quais estão inseridos.

Esses fatores estruturais, que moldam as disposições relativas ao mundo do trabalho, explicam a afinidade de crianças e adolescentes com as disposições instáveis. Isso reflete o enfraquecimento dos *espaços* de socialização formal (escola e PETI), que são contraditórios e não possibilitam a estes agentes vivenciarem os plenos direitos da sociedade brasileira e, de maneira explícita, a cultura de cidadania geradora de aspirações universalistas, tal como a recusa a qualquer tipo de violência contra a infância. Assim, percebe-se que a *demissão do Estado* do campo social determinou efeitos jamais esperados. Tais efeitos ameaçam o bom funcionamento das instituições educativas e, ao mesmo tempo, contribuem para a absorção do *habitus precário* como forte indicador de *subcidadania*.

O fortalecimento do *capital cultural* desses agentes se faz urgente, uma vez que os programas focais constitutivos de auxílio financeiro tornam-se importantes ingredientes da racionalização da dominação e da manutenção do *status quo*. Isso é importante para perceber que as políticas sociais na sociedade contemporânea são políticas assistenciais e, como tais, provocam a desregulamentação do Estado de Direitos, apontando para as limitações do Estado moderno em atuar nos problemas sociais e atender a “gente comum” via instituições representativas da *cultura de direitos*. Assim, o mesmo Estado que promulga a proteção à infância, mantendo a postura teatral performática da representação simbólica do atendimento a sujeitos

coletivos, mascara em burocracias e autoridades a dominação, legitimando, através das categorias mentais das crianças e adolescentes, uma escolarização precária de forma a condicioná-los a aceitar o mundo social como ele se apresenta: injusto, contraditório e não cidadão. Assim, há práticas estatais que desqualificam os indivíduos e grupos sociais como cidadãos porque os direitos de cidadania transmutam-se em favor e na ajuda que tendem a inscrever nos indivíduos o sentimento de gratidão e de pacificação, para com o doador da ajuda, no caso o Estado.

Percebe-se, então, que o trabalho infantil envolve mudanças estruturais na situação socioeconômica e na superação da herança familiar que dá sustentação à cultura da ética do trabalho, independentemente de como seja realizado pelos pequenos trabalhadores. Para isso, a necessidade de desenvolver o *capital cultural* de mães e filhos, para que possam se emancipar dos programas focais direcionados à extrema pobreza.

Ao ser instigada a estudar estrutura e agência nesta tese, percebi que os agentes sociais podem extrapolar e modificar as estruturas de poder dos *campos* onde estão inseridos; no caso de crianças e adolescentes, essa realidade dependeria da família, principalmente da mãe. Entretanto, romper com estruturas de socialização plantadas e legitimadas na sociedade como “verdade absoluta”, como o trabalho infantil associado à “cura” para a delinquência, exigiria que as famílias fossem dotadas de *capital cultural*, que entendessem de currículo escolar, que soubessem do seu papel como cidadãos na sociedade. Mas, na realidade brasileira, o abismo que as distancia dessas informações ainda é enorme.

As mudanças nas vidas das crianças e adolescentes catadores de mariscos aconteceriam pelo viés da transformação nas estruturas sociais, bem como das estruturas internas incorporadas, o *habitus* precário, incluindo novos valores sociais

não mais conseguidos pelo trabalho precoce. Mas, isso depende das possibilidades estruturais oferecidas pelos *espaços* de socialização por eles frequentados, de lhes darem a oportunidade para que sejam sujeitos de direitos e possam transformar as estruturas de dominação, sejam elas internas ou externas, rompendo com o *poder simbólico* relacionado às representações ideológicas que perpassam a cultura do trabalho na sociedade.

Espero que esta tese venha a somar com outras tentativas de entendimento sobre o trabalho infantil. Principalmente por não trazer conclusões definitivas, mas indagar sobre o papel da infância pobre na sociedade. Portanto, o exercício que tentei fazer foi pensar em algumas questões macrossociais relacionadas às especificidades cotidianas em que circulam crianças e adolescentes. Assim, deixo um texto que dialoga sobre as *morais geracional e universal* e penso que a sociologia oferece inspirações importantes para a análise das práticas sociais na sociedade, seus limites e ambiguidades refletidos em grupos sociais específicos, possibilitando entender os *insights* que perpassam a objetividade e a subjetividade do tempo da infância nessa sociedade, como vetores de significados, encontros e desencontros dos dilemas vivenciados por esta nestes tempos incertos e de desencantamento.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude da Capital. Ministério Público do Trabalho em Alagoas. Ação Civil Pública contra o município de Maceió, de 12 de março de 2007. Disponível em: <<http://www.abrandh.org.br/downloads/acpsururu.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2007.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **A dimensão subjetiva no trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa (PB)**. 292f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

ALVIM, Rosilene. Notas sobre a família num grupo de operários têxteis. In: LEITE LOPES, José Sérgio et al. **Mudança social no Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Trabalho Infantil: diversidade e exploração. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Coord.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 207-227.

_____; LEITE LOPES, José Sergio. Famílias operárias, famílias de operários. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 14. p. 7-17, 1990.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARIÈS, Philippe **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

ARROYO, Miguel. Educação em tempos de exclusão. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BEZERRA, Edson. **Configurações em torno de uma identidade ornamental: a emergente identidade cultural alagoana**. 289f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

_____. Manifesto Sururu. Disponível em: http://www.aiegua.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=501&Itemid=26. Acesso em: 12 nov. 2008.

BOURDIEU Pierre. A demissão do Estado. In: _____. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003a, p. 215-225.

_____. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'água, 2003b, p. 39-72.

_____. **Meditações pascalinas**. Tradução de Sérgio Miceli. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

_____. O espaço dos pontos de vista. In: _____ (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003c, p.11-13.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. Os três estados do capital cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p.71-79.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2007b.

_____; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BRANDÃO, Octavio. **Canais e lagoas**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2001.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 1990.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília: Senado Federal, 1993.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Gabinete do Ministro. Portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005. Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Disponível em: <www.mds.gov.br/programas/rede.../Portaria-666-PETI.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2006.

_____. Presidência da República. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm>. Acesso em: 20 nov. 2008.

_____. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. **Cartilha do PETI**. Brasília, 2004. Disponível em: <www.mds.gov.br/programas/.../programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil.../download>. Acesso em: 10 jan. 2007.

_____. Secretaria de Estado de Assistência Social. Estabelece Diretrizes e Normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Portaria nº 458, de 4 de outubro de 2001. Disponível em: <www.mds.gov.br/.../rede.../portaria-458_01%20-.doc.>. Acesso em: 6 nov. 2006.

BURITY, Joanildo A. **Redes, parcerias e participação religiosa nas políticas sociais no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke de. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. Estudos de Psicologia, Natal, v. 6, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 20 mar. 2006.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHANIAL, Philippe. Todos os direitos por todos e para todos: cidadania, solidariedade social e sociedade civil num mundo globalizado. In: MARTINS, Paulo Henrique; NENES, Brasilmar Ferreira (Org.). **A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 58-71.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999.

COMUNIDADE, Sururu. Projeto FAO. [Finalidade: Support to Brazil for the Establishment of a Right to Food Structure to Monitor the Progressive Realization of the Right Adequate Food]. Promoção: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH) e Food and Agriculture Organization Of United States (FAO). Maceió, 2005, 1 vídeo (13 min), digital, son., color.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. Save the Children Suécia no Brasil, Rio de Janeiro, 2002.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construção da realidade social**. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2001 (Coleção Húmus).

CUNHA, Lidiane Alves da. **Renda mínima, consumo e cidadania: o caso do programa bolsa escola em Areia Branca – RN**. 161f. Dissertação de mestrado em Sociologia – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 101-111.

DAUSTER, Tânia. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 82, 1992.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 35 n. 125, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n125/a0935125.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. A mulher em programas de assistência social: o caso das mães do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil numa área rural da Zona da Mata de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Coord.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 243-262.

_____. **O lugar das mulheres nas políticas de assistência social: um estudo sobre a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco**. 270f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução de Ruy Jungmann. v 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

FERNANDES, Florestan. Em busca de uma sociologia crítica e militante. In: _____. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 140-212.

_____. **Ensaio de Sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Pioneira, 1976.

FERREIRA, Marcos Artemio Fischborn. Trabalho infantil e produção acadêmica nos anos 90: tópicos para reflexão. Estudos de Psicologia, Natal, v. 6, n. 2, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2001000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 mar. 2006.

FERREIRA, Rosilda Arruda. O programa de erradicação do trabalho infantil em Pernambuco: limites e perspectivas. In: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Crianças e adolescentes: trabalho e saúde no Brasil**. Recife: Editora da Universitária da UFPE, 2007, p. 87-103.

FORTE, Eliane Maria Monteiro. As políticas de desenvolvimento rural no Brasil a partir de 1930. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (coord.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 53-75.

FORMAN, S. **The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy**. EUA: Indiana University Press, 1970.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004a.

_____. **Microfísica do poder**. 20. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004b.

FRANCH, Mónica. **Tempos, contratempos e passatempos: um estudo sobre práticas e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares do Grande Recife**. 307f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Tradução de Plínio Dentziern. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GITTI, Bernadete, A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Série pesquisa em educação. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho et al. Trabalho e Menor – Contradições e Perspectivas: os aprendizes da sobrevivência. Relatório final da pesquisa. Universidade Federal de Pernambuco, 1990.

_____; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). Introdução. In:_____. **Textos em representações sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza. Estratégias para Combater o Trabalho Infantil no Serviço Doméstico. Dimensões Culturais do Trabalho Infantil Feminino. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www.espdh.hpg.ig.com.br/texto34.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

HUZAK, I.; AZEVEDO J. **Crianças de Fibra**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil, 2006. IBGE: Rio de Janeiro, 2008.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores Sociais, 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

KASSOUF, Ana Lúcia. Trabalho infantil: causas e conseqüências, 2005. Disponível em:<<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/texto.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2007.

- KRAMER, Sônia. **A política da pré-escola no Brasil**. Rio de Janeiro, 1982.
- _____. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 116, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14398.pdf>>. Acesso em: 2 març. 2006.
- LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LEITE LOPES, José Sérgio. Anotações em torno do tema “condições de vida” na literatura sobre classe operária. In: SILVA, Machado (Org.). **Condições de vida das Camadas populares**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- LINDOSO, Dirceu. A Propósito do Manifesto Sururu. Disponível em: <http://www.aiegua.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=501&Itemid=26>. Acesso em: 12 nov. 2008.
- LIRA, Fernando José. **Crise, privilégio e pobreza**. Maceió: Edufal, 1997.
- _____. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & mares: espaço de indivisão na pesca marítima**. São Paulo: ANNABLUME, 1994.
- MALTA, Cláudia et al. Emprego da criança e do adolescente na região fumageira de Alagoas. In: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Crianças e adolescentes: Trabalho e saúde no Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE. Recife, 2007, p. 41-54.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia: introducción a la sociologia del conocimiento**. México: Fundo de Cultura Económica, 1993 [1928].
- MARIN, Joel Orlando. **Trabalho infantil: necessidade, valor e exclusão social**. Brasília: Editora Plano, 2006.
- MARQUES, Walter Ernesto Ude. **Infâncias (pré)ocupadas: trabalho infantil, família e identidade**. Brasília: Plano Editorial, 2001.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- _____. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Maurício V. Marxismo e Subjetividade: uma leitura dos manuscritos de 44. In: BAPTISTA, Luís Antonio dos S. (Org.). **Anuário do Laboratório de subjetividade e política da UFF**, ano 1, vol 1, p. 11- 43, 1992.
- MAUSS, M. As técnicas corporais. In: **Sociologia e Antropologia**. v. 11. São Paulo: EDUSP, 1974.

MARX, K. **O capital**. Tradução de Ronaldo Alves Schidt. 7. ed. Rio de Janeiro: LCT editora, 1980.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história, possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda. **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 19-36.

MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Pedagogia da violência: as relações do poder entre mães e filhas**. Recife: Edições Bagaço, 2002.

MICELI, Sérgio. Introdução: a força dos sentidos. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Sérgio Miceli (Org.). 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MONTENEGRO, Elaine Ramos de Melo. **A experiência do programa de erradicação do trabalho Infantil em Maceió: Uma análise ancorada na crítica marxista**. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

MÜLLER, Elaine. **“A transição é a vida inteira”**: uma etnografia sobre os sentidos e a assunção da adultez. 304f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MÜLLER, Fernanda; DELGADO, Cristina Coll. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. **Cadernos de pesquisa**. v. 35, n. 125, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n125/a0935125.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2006.

NEVES, Delma Pessanha. **A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção**. Niterói: Intertexto: 1999.

_____. Família e trabalho infantil. In: **Antropologia e Direito**. Associação Brasileira de Antropologia, 2006, p. 133-140.

_____. A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. *Revista de História Regional*, p. 149-173, inverno de 2001. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v6n2/8Delma.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice. Apresentação ao artigo A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura, de Pierre Bourdieu. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 10, dez. 1989, p. 3-4.

_____. Rumo a uma história da infância operária? As condições de trabalho e de instrução das crianças trabalhadoras do século XIX segundo Marx e Engels. In: _____. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OIT. **O fim do trabalho infantil:** um objetivo ao nosso alcance. Relatório Global no quadro do Seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, 2006. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=190>>. Acesso em: 28 jan. 2007.

_____. **Piores formas de trabalho infantil.** Um guia para jornalistas. Brasília: OIT/ANDI, 2007.

_____. Programa Internacional para eliminação do trabalho infantil. **Combatendo o trabalho infantil:** guia para educadores. Brasília, 2001.

OLIVEIRA, Márcio de. Representações Sociais: uma teoria para a sociologia. **Estudos de Sociologia.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Recife, v. 7, n. 1/2, jan./dez., p. 71-94, 2001.

ORTIZ, Renato. Introdução: A porosidade das fronteiras nas Ciências Sociais. In: _____ (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu.** São Paulo: Olho d'água, 2003.

PADILHA, Miriam Damasceno. **Criança não deve trabalhar:** a análise sobre o programa de erradicação do trabalho infantil e repercussão nas experiências das famílias participantes. 234f. Tese (Doutorado Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

PEQUENOS, marisqueiros. [documentário sobre “infância roubada” exibido no Programa Globo Repórter da Rede Globo de televisão em 2006]. Disponível em: <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,GIM524806-7823-PEQUENOS+MARISQUEIROS,00.html>>. Acesso em: 28 set. 2006.

PINHEIRO, Ângela. **Criança e adolescente no Brasil:** por que o abismo entre a lei e a impunidade. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

POCHMANN; M.; AMORIM, R. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTO, Célia da Silva. **A condição do Estado Assistencialista no Brasil pós-constituente:** um exame sobre as determinidades das políticas sociais brasileiras em face das imposições do ajuste neoliberal. Maceió: Edufal, 2007.

RAMALHO, Cristiano. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: CERES (Centro de estudos Rurais do IFCH – UNICAMP), 2006.

RIZZINI, I. **A assistência à infância no Brasil:** uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1993.

_____. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, D. P. (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 376-405.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. A teoria das representações sociais. In: _____; ALMEIDA, Leda Maria de (Org.). **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Geração e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. Sociologia da infância. **Educação & Sociedade**. v. 26. n. 91. mai/ago. p. 361-379, 2005.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. O Trabalho Infantil no Brasil. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Versão 2, jun. 2004. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/trab_inf2004.pdf. Acesso em: 27 set. 2008.

SCOTT, Parry. Mensagens cruzadas: políticas públicas e relações familiares no meio rural. _____; CORDEIRO, Rosineide (Coord.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 243-262.

_____; MOTTA, Roberto (Org.). **Sobrevivência e Fontes de renda: estratégias das famílias de baixa renda do Recife**. Recife: Editora Massangana, 1983.

SETTON, Maria da Graça. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. Revista da Faculdade de Educação da USP. **Educação e pesquisa**, São Paulo v. 28. n. 1. jan./jun., 2002.

SILVA, Márcia Iara Costa da. **O compromisso das famílias com a erradicação do trabalho infantil** – um estudo junto ao PETI/Maceió. 102f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. _____. (Org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 23-53.

_____. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

SOUZA, L. de S. **“Que trabalhais como se brincásseis”**: trabalho e ludicidade na infância Capuxu. 2004. 237f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2004.

SPINEL, C. R. **Crianças e adolescentes no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

TAVARES, M. A. **Diferenças e desigualdades sociais naturalizadas no trabalho de adolescentes empregadas domésticas na cidade do Recife**. 173f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

TELLES, Vera da Silva. **A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza - um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo**. 335f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de São Paulo, 1992.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>. Acesso em: 12 de set. 2008.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 4. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

TORRES, Maria Adriana; MELO, Janeide Araújo; XIMENES, Lavínia de Melo. Os fios invisíveis que regem a condição de “aprendiz”: uma análise dos enunciados legislativos. **Revista Leitura**. n. 40. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, UFAL, 2009.

UNICEF. Situação mundial da infância. **Mulheres e crianças: o duplo dividendo da igualdade de gênero**. Brasília: UNICEF, 2007.

VASCONCELOS, Ruth. Dos desafios da sociabilidade contemporânea: da desvalorização da vida à banalização da morte. In:_____. WEBER, Silke; LEITHÄUSER, Thomas (Org.). **Métodos qualitativos nas ciências sociais**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007, p. 282-298.

VERAS, Mariluce de Macedo. **O trabalho infanto-juvenil nas atividades rurais: desvendando a persistente inserção nas unidades familiares de produção**. 181f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro anual da ANPOCS, XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **GT 17. Processos sociais agrários**, 1996.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Irene Szmrecsányi e Tamás Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

WEBER, Silke. Apresentação. In:_____. WEBER, Silke. LEITHÄUSER, Thomas (Org.). **Métodos qualitativos nas ciências sociais**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (COMUNIDADE)

A pesquisa “**Trabalho infantil: relações familiares e política social**” está sendo desenvolvida pela pesquisadora **Maria Adriana da Silva Torres**, destinada à tese de doutorado do curso de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A pesquisa visa analisar o trabalho infantil no contexto da pesca do marisco sururu de capote (na orla Lagunar de Maceió), onde as relações familiares e a política social serão estudadas.

O presente estudo pretende analisar as representações, hábitos e configurações que estão diretamente relacionados com o cotidiano das crianças e adolescentes trabalhadores. O propósito deste trabalho é saber as relações existentes entre o trabalho infantil, a partir da compreensão da moral geracional representada pela família e da moral universal representada pelas políticas sociais, através dos direitos sociais.

A pesquisa apresenta como benefícios diretos a produção e divulgação de conhecimentos, sem quaisquer prejuízos para os entrevistados, atores desta. As gravações e filmagens serão arquivadas por dois anos pela pesquisadora responsável.

Eu,

_____, líder comunitária da comunidade Sururu de Capote, declaro *a rogo* das famílias desta comunidade, estar ciente sobre a pesquisa “**Trabalho infantil: relações familiares e política social**”. Da mesma forma declaro estar ciente da minha autonomia em participar e em permitir a participação das famílias desta comunidade, sabendo que poderá ser publicado qualquer conteúdo que tenha a ver com o trabalho infantil com o sururu de capote e suas relações com a família e a política pública que se propõe a erradicá-lo, sabendo ainda que as imagens (material ilustrativo) e depoimentos preservarão minha identidade e a das famílias que participarem da pesquisa.

Por fim, declaro que aceito voluntariamente participar deste trabalho e representar as demais famílias desta comunidade.

Maceió, _____ de _____ de 2008

Entrevistado (a)

Testemunha

Testemunha

Maria Adriana da Silva Torres
Pesquisadora responsável

e-mail:
mariaadrianatorres@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PETI E ESCOLA)

A pesquisa “**Trabalho infantil: relações familiares e política social**” está sendo desenvolvida pela pesquisadora **Maria Adriana da Silva Torres**, destinada à tese de doutorado do curso de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A pesquisa visa analisar o trabalho infantil no contexto da pesca do marisco sururu de capote (na orla lagunar de Maceió), onde as relações familiares e a política social serão estudadas.

O presente estudo pretende analisar as representações, hábitos e configurações que estão diretamente relacionados com o cotidiano das crianças e adolescentes trabalhadores. O propósito deste trabalho é saber as relações existentes entre o trabalho infantil, a partir da compreensão da moral geracional representada pela família e da moral universal representada pelas políticas sociais, através dos direitos sociais.

A pesquisa apresenta como benefícios diretos a produção e divulgação de conhecimentos, sem quaisquer prejuízos para os entrevistados, atores desta. As gravações e filmagens serão arquivadas por dois anos pela pesquisadora responsável.

Eu, _____, declaro estar ciente sobre a pesquisa “**Trabalho infantil: relações familiares e política social**”. Da mesma forma declaro estar ciente da minha autonomia em participar da pesquisa, sabendo que poderá ser publicado qualquer conteúdo que tenha a ver com o trabalho infantil com o sururu de capote e suas relações com a família e a política pública que se propõe a erradicá-lo, sabendo ainda que as imagens (material ilustrativo) e depoimentos contidos na pesquisa, preservarão minha identidade.

Por fim, declaro que aceito voluntariamente participar deste trabalho.

Maceió, _____ de _____ de 2008

Entrevistado (a)

Maria Adriana da Silva Torres
Pesquisadora responsável

Testemunha

e-mail:
mariaadrianatorres@hotmail.com

Testemunha

Roteiro de entrevista (mães)

1. Qual o futuro que você deseja para seus filhos?
2. O que é trabalho?
3. O que é trabalho infantil?
4. Começou a trabalhar a partir de quantos anos de idade? Qual a atividade que praticava?
5. Seus pais o incentivavam a trabalhar desde criança? Por quê?
6. O que seus pais passam para você através do trabalho?
7. O que você passa para os seus filhos através do trabalho?
8. Quais as atividades de trabalho infantil que você aceita e quais você não aceita? Por quê?
9. Você concorda que a criança deva trabalhar? Por quê?
10. Quais as atividades de trabalho que mais as crianças gostam de praticar?
11. Como as crianças praticam as atividades de trabalho? Elas gostam, reclamam?
12. O corpo da criança sofre alguma agressão com o trabalho que desenvolve?
13. Você concorda com a proposta do governo para erradicar o trabalho infantil? Por quê?
14. O governo interfere na educação dos seus filhos? Por quê?

Roteiro de entrevista (crianças e adolescentes de 6 a 16 anos)

1. O que é ser criança?
2. O que você gosta mais de fazer e o que não gosta?
3. Quais as atividades que você realiza junto com seus pais?
4. O que os seus pais gostam e não gostam que você faça?
5. O que você e sua família faz durante o dia?
6. Você gosta do trabalho que seus pais realizam? Por quê?
7. Quais os ensinamentos que seus pais passam para você?
8. O que o deixa cansado?
9. Você gosta de brincar?
10. Quais as brincadeiras que você mais gosta de praticar?
11. Qual a pessoa que você mais admira? Por quê?
12. Você conhece os programas do governo para crianças e adolescentes? O que acha desses programas?

Questionário (professores da escola)

Este questionário tem por finalidade realizar um estudo acadêmico a partir do “olhar” da criança e do adolescente sobre o trabalho infantil, daí a relevância de se conhecer as percepções de profissionais que estão diretamente em contato com esses segmentos. Procure ser muito sincero (a). Suas respostas são confidenciais. Sua contribuição é muito importante para esta pesquisa.

Muito obrigada!

Data:

Idade:

Estado civil:

Sexo:

1. O que é ser criança?
2. Qual sua opinião sobre o trabalho infantil?
3. Qual sua opinião sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)?
4. Em sua opinião, como a escola é vista pelas crianças trabalhadoras?
5. É percebida alguma diferença relacionada a ensino/aprendizagem em relação às crianças que trabalham e que não trabalham?

Questionário (educadores do PETI)

Este questionário tem por finalidade realizar um estudo acadêmico a partir do “olhar” da criança e do adolescente sobre o trabalho infantil, daí a relevância de se conhecer as percepções de profissionais que estão diretamente em contato com esses segmentos. Procure ser muito sincero (a). Suas respostas são confidenciais. Sua contribuição é muito importante para esta pesquisa.

Muito obrigada!

Data: Idade: Estado civil: Sexo:

1. O que as crianças/adolescentes mais gostam de fazer no PETI?
2. O que as crianças/adolescentes menos gostam de fazer no PETI?
3. Como as crianças/adolescentes se comportam nas atividades realizadas no PETI?
4. Quais as dificuldades enfrentadas pelas crianças/adolescentes no dia a dia do PETI?

Quadro 1 - Mães que participaram das entrevistas e grupos focais

Nº	Nome	Idade
1.	Francisca	60 anos
2.	Gerusa	39 anos
3.	Isabel	34 anos
4.	Joana	43 anos
5.	Joseja	32 anos
6.	Margarida	44 anos
7.	Marisa	57 anos
8.	Salete	28 anos
9.	Teresa	37 anos
10.	Vitória	35 anos

Quadro 2 - Crianças e adolescentes que participaram das entrevistas, oficinas e grupos focais, citados no trabalho

Nº	Nome	Idade
1.	Antônio	11 anos
2.	Fernanda	11 anos
3.	Janaína	10 anos
4.	João	10 anos
5.	Jonas	13 anos
6.	José	12 anos
7.	Júlia	10 anos
8.	Luana	11 anos
9.	Mariana	9 anos
10.	Paula	12 anos

Quadro 3 - Crianças e adolescentes que participaram das entrevistas, oficinas e grupos focais, não citados no trabalho

Nº	Nome	Idade
1.	Adriana	13 anos
2.	Algusto	12 anos
3.	Andressa	8 anos
4.	Andressa	8 anos
5.	Bruno	10 anos
6.	Carolina	10 anos
7.	Cinthia	12 anos
8.	Cristiano	15 anos
9.	Cristiano	12 anos
10.	Davi	10 anos
11.	Débora	11 anos
12.	Elias	13 anos
13.	Emanuela	9 anos
14.	Enildo	9 anos
15.	Erivan	12 anos
16.	Expedito	12 anos
17.	Feferson	8 anos
18.	Flávio	8 anos
19.	Geovane	12 anos
20.	Ingrid	10 anos
21.	Janine	13 anos
22.	João	13 anos
23.	José	7 anos
24.	Karina	11 anos
25.	Kátia	8 anos
26.	Leonardo	10 anos
27.	Lucas	11 anos
28.	Magno	10 anos
29.	Manoela	9 anos
30.	Mayra	8 anos
31.	Poliana	10 anos
32.	Rafael	8 anos
33.	Rayane	9 anos
34.	Ricardo	10 anos
35.	Rita	7 anos
36.	Samuel	9 anos
37.	Sérgio	11 anos
38.	Sidney	14 anos
39.	Taise	13 anos
40.	Tatiana	9 anos
41.	Ticiane	8 anos
42.	Vanessa	8 anos
43.	Vitória	10 anos
44.	Walber	13 anos
45.	Wellington	10 anos
46.	Wilton	7 anos

Quadro 4 - Professores que responderam aos questionários e diretoras que participaram da pesquisa

Nº	Nome	Idade
1.	Professora	43 anos
2.	Professor	37 anos
3.	Professora	34 anos
4.	Professora	27 anos
5.	Professora	31 anos
6.	Professor	33 anos
7.	Diretora-geral	Não consta
8.	Diretora-adjunta	Não consta

Quadro 5 - Educadores que responderam ao questionário e coordenadores do PETI que participaram da pesquisa

Nº	Nome	Idade
1.	Coordenadora	42 anos
2.	Coordenadora	38 anos
3.	Coordenadora	36 anos
4.	Educador	33 anos
5.	Educador	23 anos
6.	Educador	39 anos
7.	Educadora	32 anos
8.	Educadora	32 anos
9.	Educadora	25 anos
10.	Educadora	36 anos
11.	Educadora	30 anos
12.	Educadora	19 anos
13.	Educadora	34 anos
14.	Educadora	22 anos
15.	Educadora	33 anos

ANEXOS

Desenhos livres produzidos em oficina

Figura 1 - O lugar onde residem crianças e adolescentes catadores de mariscos.



Figura 2 - O cenário onde acontece a pesca de mariscos.

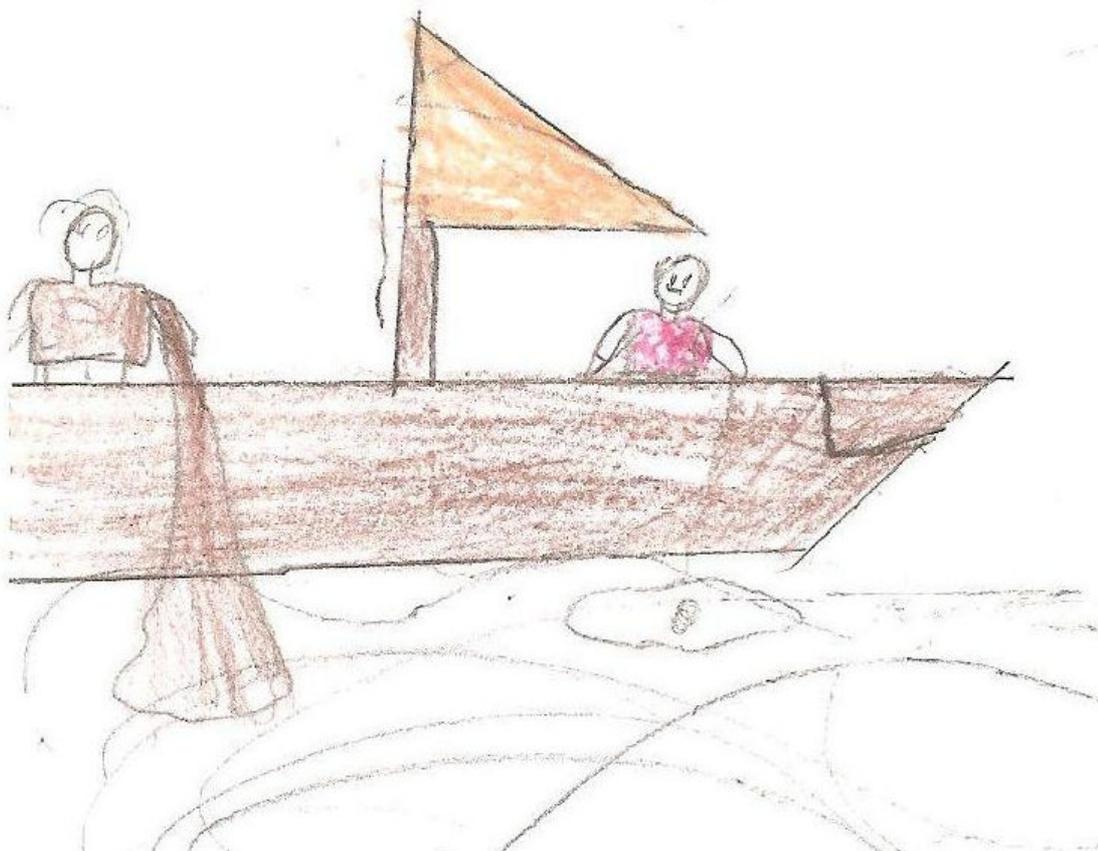
Desenhos temáticos produzidos em oficina

Figura 3 - O uso de redes na lagoa Mundaú.



Figura 4 - Crianças trabalhando na área Lagunar.

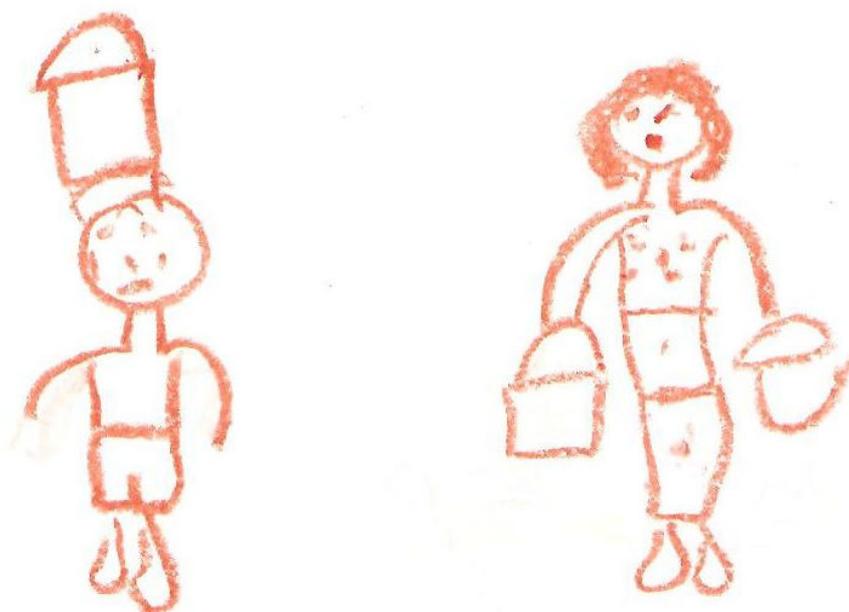


Figura 5 - Crianças carregando baldes de água.

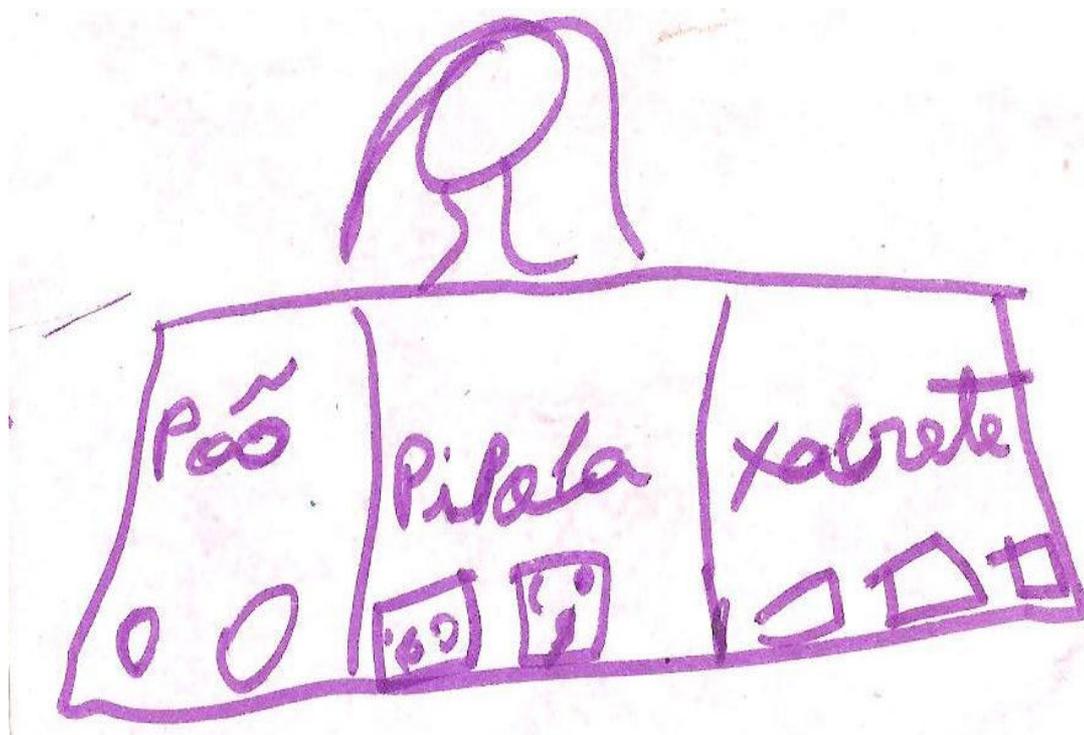


Figura 6 – Criança vendendo doces e salgados.